

PUCRS

ESCOLA DE NEGÓCIOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
DOUTORADO EM ADMINISTRAÇÃO E NEGÓCIOS

ODIRLEI ANTONIO MAGNAGNO

**O IMPACTO DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DE SISTEMAS INFORMATIZADOS DE GESTÃO
SOBRE A REDUÇÃO DA VULNERABILIDADE À CORRUPÇÃO EM ÓRGÃOS PÚBLICOS DE
SAÚDE NO BRASIL**

Porto Alegre
2020

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

ODIRLEI ANTONIO MAGNAGNO

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em Administração do Programa de Pós-graduação em Administração da Escola de Negócios da PUCRS.

Professora Orientadora: Dr. Edimara Mezzomo Luciano

Porto Alegre
2020

Ficha Catalográfica

M196i Magnagnagno, Odirlei Antonio

O Impacto da Institucionalização de Sistemas Informatizados de Gestão sobre a redução da Vulnerabilidade à Corrupção em órgãos públicos de Saúde no Brasil / Odirlei Antonio Magnagnagno . – 2020.

208 p.

Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Administração, PUCRS.

Orientadora: Profa. Dra. Edimara Mezzomo Luciano.

1. Institucionalização. 2. Vulnerabilidades à corrupção. 3. Intenção de cometer atos de corrupção. 4. Organizações Públicas. 5. Partial Least Squares (PLS-SEM). I. Luciano, Edimara Mezzomo. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da PUCRS
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Bibliotecária responsável: Clarissa Jesinska Selbach CRB-10/2051

ODIRLEI ANTONIO MAGNAGNO

O IMPACTO DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DE SISTEMAS INFORMATIZADOS DE GESTÃO SOBRE A REDUÇÃO DA VULNERABILIDADE À CORRUPÇÃO EM ÓRGÃOS PÚBLICOS DE SAÚDE NO BRASIL

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em Administração do Programa de Pós-graduação em Administração da Escola de Negócios da PUCRS.

Aprovado em 23 de março de 2020, pela Banca Examinadora.

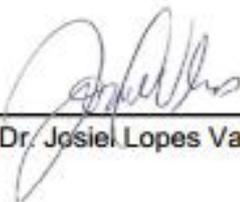
BANCA EXAMINADORA



Prof.^a. Dr.^a. Edimara Mezzomo Luciano
Orientadora e Presidente da sessão



Prof. Dr. Emani Marques dos Santos



Prof. Dr. Josiel Lopes Valadares



Prof.^a. Dr.^a. Stefania Ordovas de Almeida

Porto Alegre
2020

Dedico a minha família, pelo apoio incondicional.

Você nunca sabe que resultados virão da sua ação. Mas se você não fizer nada, não existirão resultados.

Mahatma Gandhi

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela condução em toda a jornada, sempre me acompanhando em todos os caminhos.

Agradeço a minha esposa Janete, pelo apoio incondicional e pela compreensão. As minhas filhas Gabriela e Rafaela pela paciência, compreensão e principalmente pelo grande apoio durante as viagens e os fins de semana de estudos. Agradeço também a minha mãe Vilma pela ajuda durante o caminho.

Agradeço a minha orientadora Edimara, pela confiança e pelo apoio desde o mestrado. Pela sua paciência, sabedoria e principalmente pela sua dedicação com a minha formação.

Agradeço também o apoio recebido pelo Sr. Assis Gurgacz e pela Sra. Jaqueline A. Gurgacz Ferreira, pela compreensão das ausências no trabalho para a participação das aulas e dos congressos.

Agradeço o meu amigo Guilherme Wiedenhöft pelas valiosas dicas, pelas muitas contribuições e pelo tempo disponibilizado durante os intervalos de suas atividades profissionais para me ajudar.

Agradeço o Dr Ildemar Marino Canto pelas dicas a respeito da estrutura política e administrativa da área da saúde pública.

Agradeço os meus Toninho e Lurdes e Assis e Salete, assim como meus primos Gilson e Lucinéia, pelo auxílio com alimentação, transporte e hospedagem nos dias de longas conexões em Curitiba até chegar à Porto Alegre.

Agradeço todos os meus amigos que de certa forma ajudaram e compreenderam o distanciamento físico entre Cascavel e Porto Alegre. E por fim, todos aqueles que de alguma forma me ajudaram.

RESUMO

As Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) apresentam um grande potencial no combate à corrupção. Nesta tese, foi proposto um modelo que considera as relações entre sistemas informatizados de gestão, vulnerabilidades à corrupção e a intenção de cometer atos de corrupção. As práticas de gerenciamento se beneficiaram do uso de TICs, pois estas melhoram o gerenciamento das organizações, principalmente na inclusão de informações no processo de tomada de decisão. Além disso, sistemas informatizados de gestão podem contribuir para reduzir vulnerabilidades à corrupção, por meio do registro de informações, de atualização de dados, do controle e dos limites para operações. Vulnerabilidade é o uso ou exploração de fraqueza ou falha, resultando em eventos indesejados, intencionais ou acidentais. Ou seja, uma vulnerabilidade à corrupção pode levar um indivíduo ou um grupo a cometer atos de corrupção. Medidas de gestão geralmente ficam aquém em relação à corrupção, porque se destacam características individuais, associadas à honestidade e moralidade e criação ou alteração de leis. Nesse sentido, o principal objetivo da tese é propor um modelo para a relação entre sistemas informatizados de gestão, vulnerabilidades de corrupção e a intenção de cometer atos de corrupção, buscando identificar a influência da institucionalização dos sistemas informatizados de gestão na intenção de cometer atos de corrupção em organizações públicas. Para a construção do modelo teórico, foram utilizadas a teoria institucional e a teoria do comportamento planejado. A teoria institucional em relação aos sistemas informatizados de gestão busca relações com vulnerabilidades à corrupção, a saber, controle interno, burocracia, *accountability* e transparência, através de quatro hipóteses. O modelo teórico também buscou a relação das vulnerabilidades à corrupção com a intenção de cometer atos de corrupção, com base na Teoria do Comportamento Planejado, utilizando quatro hipóteses, totalizando oito hipóteses. Métodos qualitativos e quantitativos de análise dos dados foram utilizados, dentro de uma fase descritiva, por meio de uma revisão sistemática da literatura para identificar vulnerabilidades à corrupção e uma fase exploratória, que testou as relações das variáveis, utilizando a técnica dos mínimos quadrados parciais (*Partial Least Squares* - PLS). Uma validação de face e conteúdo foi realizada com oito especialistas de diferentes áreas. Também foi realizado um teste piloto com 87 respostas válidas e, após os ajustes, novos dados foram coletados, ambos por meio de uma *survey*. A coleta de dados foi realizada com funcionários públicos das secretarias de saúde dos sete maiores municípios do Estado do Paraná e totalizou 355 respostas válidas. Como resultado, o estudo confirmou sete das oito hipóteses do modelo. O único relacionamento que não foi validado diz respeito à transparência e à intenção de cometer atos de corrupção. No entanto, a hipótese geral de que sistemas informatizados de gestão institucionalizados reduzem a intenção de cometer atos de corrupção foi confirmada. Além de confirmar a relação entre a institucionalização dos sistemas informatizados de gestão, as vulnerabilidades à corrupção e a intenção de cometer atos de corrupção, a tese apresenta um modelo teórico que pode ser testado em outras esferas e órgãos públicos, para confirmar e fortalecer a relação entre variáveis. Uma contribuição prática é mostrar a importância de se investir e institucionalizar os sistemas informatizados de gestão, pela forte relação com a diminuição da intenção de cometer atos de corrupção, pelo aumento do controle. O estudo foi limitado às secretarias municipais de saúde do estado do Paraná.

Palavras-chave: Institucionalização; Vulnerabilidades à corrupção; Intenção de cometer atos de corrupção; Organizações Públicas; Gestão; *Partial Least Squares* (PLS-SEM)

ABSTRACT

Information and Communication Technologies (ICTs) have great potential in combating corruption. In this thesis, it has been proposed a model that considers the relationships between computerized management systems, vulnerabilities to corruption and the intention to commit acts of corruption. Management practices have benefited from the use of technologies, as these have been used to improve the management of organizations, mainly in the inclusion of information in the decision-making process. In addition, computerized management systems can contribute to reducing vulnerabilities to corruption by recording information, updating data, control and limits for operations. Vulnerability is the use or exploitation of weakness or failure, resulting in unwanted events, whether intentional or accidental. That is, vulnerability to corruption can lead an individual or a group to commit acts of corruption. Management measures often fall short in relation to corruption, because individual characteristics, associated with honesty and creation or alteration of laws stand out. In this sense, the main objective of the thesis is to propose a model for the relationship between computerized management systems, corruption vulnerabilities and the intention to commit acts of corruption, seeking to identify the influence of the institutionalization of computerized management systems in the intention to commit acts of corruption in public organizations. For the construction of the theoretical model, institutional theory and the theory of planned behavior were used. The institutional theory with regard to computerized management systems, seeks relationships vulnerable to corruption such as internal control, bureaucracy, accountability and transparency, through four hypotheses. The theoretical model also sought the relationship of vulnerabilities to corruption with intention of committing acts of corruption, based on the theory of planned behavior, using four hypotheses, totaling eight hypotheses. Qualitative and quantitative methods of data analysis were used, within a descriptive phase, through a systematic review of literature to search and identify vulnerabilities to corruption and an exploratory phase, which tested the relationships of variables, using the technique of Partial Least Squares (Partial Least Squares - PLS). A face and content validation was carried out with eight specialists from different areas. A pilot study was also carried out with 87 valid responses, and after the adjustments, new data were collected, both throughout a survey. Data collection took place with public officials from the health departments of the seven largest municipalities in the State of Paraná and totaled 355 valid responses. As a result, the study confirmed seven of the model's eight hypotheses. The only relationship that has not been validated concerns transparency and the intention to commit acts of corruption. However, the general hypothesis that states that institutionalized computerized management systems reduce the intention to commit acts of corruption has been confirmed. In addition to confirming the relationship between the institutionalization of computerized management systems, vulnerabilities to corruption and the intention to commit acts of corruption, the thesis presents a theoretical model that can be tested in other spheres and public organizations, to confirm and strengthen the relationship between variables. A practical contribution is to show the importance of investing and institutionalizing computerized management systems, due to the strong relationship with the decrease in the intention to commit acts of corruption, through increased control. The study was limited to the municipal health departments of the state of Paraná.

Keywords: Institutionalization; Vulnerabilities to corruption; Intention to commit acts of corruption; Public Organizations; Management; Partial Least Squares (PLS-SEM)

LISTA DE SIGLAS

AC – *Alpha de Cronbach*
ALCA - Área de Livre Comércio das Américas
APEC - Cooperação Econômica Ásia-Pacífico
ASEAN - Associação de Nações do Sudeste Asiático
ASPA - Cúpula América do Sul-Países Árabes
CC – Coeficiente de Confiabilidade
CGU – Controladoria Geral da União
CPI - *Corruption Perception Index*
ECOWAS - Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental
EFTA - Associação Europeia de Livre Comércio
E-GOV – Governo Eletrônico
FMI – Fundo monetário Internacional
IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa
IVC – Índice de vulnerabilidade da corrupção
MCCA - Mercado Comum Centro-Americano
MEE - Modelagem de Equações Estruturais
MERCOSUL - Mercado Comum do Sul
NAFTA - Acordo de Livre Comércio da América do Norte
OECD - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ONU – *Organização das Nações Unidas*
PISA- Program for International Student Assessment
PLS-PM - *PLS Path Modeling*
SADC - Comunidade de Desenvolvimento da África Austral
TI – Tecnologia da Informação
TIC – Tecnologia da Informação e Comunicação
EU – União Europeia
UEAA - União Econômica Eurasiática
UNDP - *United Nations Development Programme*
UPA – Unidade de Pronto Atendimento

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Modelo de ação corrupta.....	37
Figura 2: Estágios de institucionalização	55
Figura 3: Visão geral do modelo.....	58
Figura 4: Modelo teórico preliminar da pesquisa.....	60
Figura 5: Desenho de pesquisa.....	67
Figura 6: Parâmetros utilizados no SmartPLS®.....	89
Figura 7: 1ª Análise do modelo	89
Figura 8: Modelo ajustado final	92
Figura 9: Resultado do nível de institucionalização dos sistemas informatizados de gestão	94
Figura 10: Valores entre variáveis e teste de hipóteses	99

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Resumo das definições de corrupção	25
Quadro 2: Vulnerabilidades à corrupção	31
Quadro 3: Dificuldades na implantação de tecnologias pelo governo	46
Quadro 4: Demonstrativo de estágios de institucionalização	55
Quadro 5: Constructos da Pesquisa.....	58
Quadro 6: Constructos e variáveis da pesquisa	59
Quadro 7: Delineamento metodológico e o atendimento dos objetivos.....	66
Quadro 8: Procedimentos para revisão sistemática da literatura	68
Quadro 9: características dos participantes do pré-teste.	72
Quadro 10: Perguntas eliminadas após teste piloto	76
Quadro 11: Vulnerabilidades iniciais encontradas na literatura.....	85
Quadro 12: Agrupamento final das vulnerabilidades à corrupção	86
Quadro 13: Requisitos da Segurança da Informação.....	102

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Número de operações especiais de Fiscalizações do CGU.....	40
Tabela 2: Resumo das operações do CGU envolvendo dinheiro da Saúde	41
Tabela 3: Características dos respondentes do teste piloto	73
Tabela 4: Teste de amostra para o teste piloto	74
Tabela 5: Validade Discriminante do teste piloto.....	77
Tabela 6: Validade Discriminante – Análise de <i>Cross Loading</i> do teste piloto	77
Tabela 7: Cálculo do tamanho da amostra.....	80
Tabela 8: Distribuição dos Questionários de pesquisa.....	81
Tabela 9: Características dos respondentes	81
Tabela 10: Valores de referência para os Testes Quantitativos	88
Tabela 11: Confiabilidade na 1ª análise do modelo	90
Tabela 12: Validade convergente na 2ª análise do modelo.....	91
Tabela 13: Confiabilidade e Validade convergente	92
Tabela 14: Validade discriminante final.....	93
Tabela 15: coeficientes de Pearson (R^2) do modelo ajustado.....	95
Tabela 16: Validade preditiva do modelo	95
Tabela 17: Efeitos dos constructos	96
Tabela 18: Tamanho dos efeitos e teste de significância entre os constructos.....	96

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	16
1.1 DELIMITAÇÃO DO TEMA E SITUAÇÃO PROBLEMÁTICA.....	16
1.2 OBJETIVOS.....	20
1.2.1 Objetivo Geral	20
1.2.2 Objetivos Específicos	20
1.3 JUSTIFICATIVA.....	21
1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO.....	23
2. REFERENCIAL TEÓRICO	24
2.1 CORRUPÇÃO.....	24
2.1.1 Dimensões da Corrupção	27
2.1.2 Vulnerabilidade à Corrupção	30
2.1.3 Intenção de Cometer Atos de Corrupção e a Teoria do Comportamento Planejado	36
2.1.4 Casos de Corrupção no Brasil	39
2.2 A TIC E A CORRUPÇÃO.....	43
2.2.1 TICS na Administração Pública	45
2.2.2 Sistemas Informatizados de Gestão	48
2.3 AMBIENTE INSTITUCIONAL E TEORIA INSTITUCIONAL.....	53
3. MODELO TEÓRICO PRELIMINAR DA PESQUISA	58
4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	66
4.1 FASE 1 – DESCRITIVA	67
4.1.1 Revisão Sistemática da Literatura	68
4.2 FASE 2 – FASE EXPLORATÓRIA.....	71
4.2.1 Criação do Instrumento	71
4.2.2 Pré-teste do Instrumento	71
4.2.3 Teste Piloto	72
4.2.4 Coleta de Dados	79
4.2.5 Análise de Dados	82
5. ANÁLISE DOS DADOS	84
5.1 ANÁLISE DA FASE DESCRITIVA.....	84
5.2 ANÁLISE DA FASE EXPLORATÓRIA.....	87

5.2.1 Análise do Modelo de Mensuração.....	88
5.2.2 Análise do Modelo Estrutural.....	94
6. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	98
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	108
7.1 CONTRIBUIÇÕES DA PESQUISA.....	109
7.2 LIMITAÇÕES DA PESQUISA.....	111
7.3 SUGESTÕES DE PESQUISAS FUTURAS.....	112
REFERÊNCIAS.....	114
APÊNDICE A – OPERAÇÕES DO CGU ENVOLVENDO ÁREA DA SAÚDE.....	144
APÊNDICE B- ARTIGOS ANALISADOS NA RSL DE VULNERABILIDADE À CORRUPÇÃO.....	175
APÊNDICE C – PERGUNTAS COM OS CONSTRUCTOS E VARIÁVEIS.....	186
APÊNDICE D - ANÁLISE FATORIAL DO TESTE PILOTO NO SPSS.....	191
APÊNDICE E – QUESTIONÁRIO DE PESQUISA APLICADO.....	195
APÊNDICE F – RESPONDENTES POR ÁREA E CARGO.....	198
APÊNDICE G – EVIDÊNCIAS DAS VULNERABILIDADES À CORRUPÇÃO.....	200

1. INTRODUÇÃO

A presente Seção apresenta a delimitação do tema e situação problemática da pesquisa, objetivo geral e objetivos específicos, justificativa e por fim, a descrição da estrutura do trabalho.

1.1 DELIMITAÇÃO DO TEMA E SITUAÇÃO PROBLEMÁTICA

A corrupção é um grande problema e está presente em todos os países, seja qual for o seu sistema político, econômico ou legal, porém, com diferenças de intensidade e escala (Brol, 2016). Internacionalmente, a corrupção tem recebido grande atenção, ao menos desde 1990, pelo receio de aumento potencial de oportunidades de atividades ilícitas devido à globalização (Brown & Cloke, 2004). Algumas dessas atenções são as convenções anticorrupção, da Organização dos Estados Americanos-OEA e da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico-OCDE, que foram assinadas pelos países membros da OEA e da OCDE, respectivamente em 1996 e 1997, visando limitar a corrupção nas Américas (Bertot, Jaeger, & Grimes, 2010).

Segundo Aladwani (2016), a corrupção traz consequências que afetam as políticas burocráticas, complicam os regulamentos e procedimentos do país e principalmente, desperdiça recursos econômicos. Comumente, a corrupção ocasiona um ambiente de incerteza e ineficiência que afeta negativamente o desenvolvimento de mercados mais justos e eficientes (Dawes, 2010).

Adicionalmente, Habib e Zurawicki (2002) destacam que a corrupção pode atrasar o crescimento de um país, seja por falta de investimento, ou por desvios financeiros, causando ineficiências internas no mercado, afetando ainda mais a sua população e acentuando as condições de pobreza e de baixo desenvolvimento econômico. Atinge principalmente, cidadãos de classes sociais mais baixas (Rose-Ackerman, 1999) e por isso a corrupção é um fenômeno considerado negativo e injusto do ponto de vista social (Brol, 2016).

Pode-se estudar corrupção em organizações públicas (Tanzi & Davoodi, 1998), privadas (Borini & Grisi, 2009), ou corrupção de forma mais ampla, na sociedade (Carraro & Damé, 2007). Dentro destes estudos, a análise pode ocorrer em um nível macro até um nível micro, considerando países (Weyland, 1998; Gouvea, Montoya, & Walsh, 2013), organizações (Garcia, 2003) ou a sociedade e o indivíduo.

Mesmo com muitos esforços, a corrupção ainda continua sendo um problema. Pois, conforme Kock e Gaskins (2014) a corrupção é constantemente citada como um dos maiores desafios da sociedade por dois motivos, o primeiro deles é pela consequência que ela causa às organizações públicas e em decorrência disso, à sociedade. O segundo é pela sua complexidade, devido às diferentes dimensões, abordagens e diversas raízes e razões da corrupção. Sendo a corrupção um fenômeno complexo, apenas um conjunto igualmente complexo de iniciativas pode ajudar a reduzir seus níveis (Filgueiras, 2009).

É possível identificar na literatura abordagens bem distintas sobre corrupção, apresentando diversas dimensões de estudos, em especial, a legal, a econômica, a política, a cultural e a administrativa. Além disso, muitos se concentram na dimensão personalística, pela qual a corrupção é vista como "más ações de gente ruim" (Johnston, 1982, p.99) ou na atuação de políticos como única fonte de corrupção. Estas abordagens desconsideram que a corrupção do Estado e a corrupção do povo caminham juntas (Brei, 1996).

Além da dimensão personalística, deve-se levar em consideração as dimensões, institucional e sistêmica, considerando respectivamente os indivíduos, as instituições ou a complexa teia organizacional e social, bem como seus motores. Cada uma dessas dimensões traz diferentes entendimentos sobre quais são as vulnerabilidades da corrupção e as possíveis maneiras de reduzir a sua ocorrência ou intensidade.

Existe uma série de vulnerabilidades em relação à corrupção, como a falta de planejamento, gestão fraca, falta de fiscalização, má aplicação de leis, administração pública muito centralizadora (Nishijima, Postali, & Rocha, 2017), sistemas pouco eficazes (Barros & Rodrigues, 2017), e falta de efetividade no controle da

organização (Rodrigues, Santos, & Faroni, 2018). Essas vulnerabilidades podem resultar em eventos não desejados, como um suborno ou propina, entre outros tipos de corrupção. Contudo, muitas vezes a vulnerabilidade é tratada somente como problemas individuais e fatores de honestidade (D'Souza, Aragão, & Luca, 2018), levando em conta somente o comportamento e a falta de moral e ética. Deixando aquém as medidas institucionais de gestão (Olivieri, Martinelli, Massucatto, & Silva, 2018).

Assim, de acordo com Tanzi (1998) é improvável que a corrupção seja substancialmente reduzida sem modificar a forma de operação dos governos. A falta de controle, por exemplo, tem um forte relacionamento com a corrupção, principalmente quando as regras de controles internos não são claras (Oliveira, 2006). É preciso uma melhoria na gestão, porém, não somente em áreas voltadas à prevenção de fraudes, mas em toda a organização (Olivieri et al., 2018). Essa melhora de gestão na organização, segundo Filgueiras e Melo Aranha (2011) pode ajudar a reduzir a vulnerabilidade à corrupção, com a ampliação da capacidade de gestão, gestão por resultados, eficiência e melhoria do desempenho institucional da gestão pública. O desempenho de uma organização pública diz respeito à transparência e participação (Santin & Pandolfo, 2017), *accountability* e prestação de contas (Carson & Prado, 2016; Matos & Ferreira, 2016), desburocratização (Melo, Sampaio, & Oliveira, 2015) e controle interno (Zamboni & Litschig, 2018).

Um mecanismo eficiente para melhorar a gestão é a utilização de sistemas informatizados. Nas organizações públicas, destacam-se os melhores serviços ao cidadão, e os esforços em busca de transparência, governo aberto e participação, usando as TICs como suporte (Srivastava, Teo, & Devaraj, 2016). É necessária uma aproximação entre diversos campos do conhecimento relevantes e envolvidos com o uso de Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), para suporte de serviços públicos, administração governamental, processos democráticos e relacionamento entre cidadãos, sociedade civil, setor privado e estado (Bannister & Connolly, 2012). A aproximação tem o início com os sistemas informatizados de gestão, para realizar o controle, fornecer as saídas necessárias para as tomadas de decisões, facilitar o compartilhamento de informações e melhorar as práticas de prestação de serviços, reduzindo as incertezas e melhorando o planejamento (De Souza Machado &

Cattafesta, 2019), e principalmente buscando a diminuição da intenção de cometer atos de corrupção.

A diminuição da vulnerabilidade e a intenção de cometer atos de corrupção é uma longa jornada construída dia a dia por muitas pessoas e iniciativas, e acredita-se, que a utilização de sistemas informatizados de gestão, pode potencializar estes esforços, sabendo-se que não consiga resolver o problema em sua totalidade. Por conseguinte, a tese propõe a seguinte hipótese geral: sistemas informatizados de gestão institucionalizados reduzem a intenção de cometer atos de corrupção, através da redução da vulnerabilidade à corrupção.

O Brasil vem sofrendo há muitos anos com atos de corrupção e podem-se citar alguns casos como: anões do orçamento, mensalão e operação lava jato, entre muitos outros. Os valores estimados atuais de prejuízo aos cofres públicos dos quinze maiores casos de corrupção do Brasil giram em torno de 207,37 bilhões de reais (Basilio, 2015; CGU, 2020; Lima, 2018). Não obstante, um setor onde há muita corrupção é na área da saúde. No Brasil, dados do CGU mostram que, desde 2003, 416 operações de fiscalização foram realizadas, com um prejuízo estimado aos cofres públicos de mais de 5 bilhões de reais. E que cerca de 28% das operações (118), envolvem dinheiro destinado à saúde (CGU, 2020).

Muitos casos de corrupção na saúde ocorrem pela falta de um gerenciamento dos recursos recebidos. Desvios de dinheiro, fraude nas licitações, manipulação de informações, superfaturamento de medicamentos, são alguns exemplos que podem ocorrer por essa falha de gerenciamento. A utilização de sistemas informatizados de gestão pode contribuir para melhorar essa falha de gerenciamento. No entanto, não basta apenas possuir um sistema, mas o mesmo deve ter uma alta adesão por parte dos colaboradores, ser reconhecido pela sua importância, gerar valor na tomada de decisão, além de ter o seu processo documentado, ou seja, ser institucionalizado.

Com esse *gap* de medidas institucionais, o que se pretende com esta tese é compreender a relação da institucionalização dos sistemas informatizados de gestão, com vulnerabilidades à corrupção e com a intenção de cometer atos de corrupção. E busca responder a seguinte questão problemática da pesquisa: Qual é

a relação de um sistema informatizado de gestão institucionalizado sobre a intenção de cometer atos de corrupção? A pesquisa está focada no setor público e optou-se em fazer somente em secretarias de saúde municipais do estado do Paraná, devido à grande diversidade entre as secretarias e principalmente, porque o setor de saúde é o órgão que mais recebe verba governamental.

Apresentado a delimitação do tema e o problema de pesquisa, serão descritos na sequência os objetivos e a justificativa da tese.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

O objetivo geral desta tese é propor um modelo de relações entre sistemas informatizados de gestão, vulnerabilidades à corrupção e a intenção de cometer atos de corrupção.

1.2.2 Objetivos Específicos

- a) Identificar e categorizar as vulnerabilidades à corrupção em organizações públicas brasileiras.

Neste objetivo busca-se identificar e definir categorias às vulnerabilidades à corrupção, atualmente pulverizadas, de acordo com publicações sobre o tema e sobre o contexto. O resultado deste objetivo procura mostrar quais vulnerabilidades são registradas na literatura.

- b) Identificar o nível de institucionalização de sistemas informatizados de gestão na área da saúde em municípios paranaenses.

O objetivo é verificar se os sistemas informatizados de gestão utilizados em secretarias de saúde do Estado do Paraná são institucionalizados.

- c) Identificar a relação da institucionalização de sistemas informatizados de gestão na intenção de cometer atos de corrupção em Organizações Públicas.

O objetivo é avaliar se sistemas informatizados de gestão institucionalizados influenciam na intenção de cometer atos corruptos.

1.3 JUSTIFICATIVA

A corrupção é um tema bastante discutido, mas insuficientemente pesquisado (Srivastava et al., 2016). Uma das principais razões para a falta de atenção acadêmica e de pesquisa dada à corrupção é a natureza onipresente e sub-reptícia de sua manifestação no trabalho do governo (Herzfeld & Weiss, 2003). Entretanto, apesar dos administradores públicos e os governos perceberem os maus efeitos da corrupção, esforços sérios e concentrados para reduzi-la não são, geralmente, objeto de preocupação imediata (Srivastava et al., 2016).

Por outro lado, a população procura mobilizar-se de alguma maneira, já que é a maior prejudicada com a corrupção (Rose-Ackerman, 1999). Uma das iniciativas é a apresentação com o apoio do Ministério Público Federal, ao congresso nacional, de um projeto de lei intitulado “10 medidas contra a corrupção”, que busca em sua essência, evitar a ocorrência de corrupção (MPF, 2020). Outro movimento populacional brasileiro chama-se, Unidos Contra a Corrupção, que lançou 70 medidas contra a corrupção agrupadas em 12 blocos (“Unidos Contra a Corrupção,” 2020).

O que se busca com iniciativas como as citadas acima é a redução dos níveis de corrupção. Dados da pesquisa *Corruption Perceptions Index*, organizada pela *Transparency International* e a ONU desde 2001, mostram que o Brasil vem caindo de posição nos últimos anos, ou seja, a percepção da população é de que o Brasil

está mais corrupto. Neste ranking, o Brasil ocupa a posição número 106 de um total de 180 países, no último ano disponível do ranking de 2019 (TI, 2020).

Conforme Filgueiras e Melo Aranha (2011) ações populares são importantes, mas não são suficientes para uma maior redução da corrupção. É preciso uma mudança no ponto de vista da gestão dos órgãos públicos, ou seja, uma ampliação da capacidade de gestão através de uma melhor exploração de práticas administrativas. Problemas como gestão de compras, baixa institucionalização de processos relativos à gestão de recursos, falta de planejamento e precariedade nos controles internos, aumentam a probabilidade de ocorrência de irregularidades e fraudes (Olivieri et al., 2018), principalmente através das brechas das vulnerabilidades.

A gestão com o auxílio das TICs surge para Heeks (1999) como uma poderosa ferramenta que pode aumentar a qualidade das informações e remover ou diminuir as oportunidades de corrupção. Já segundo os autores Shim e Eom (2008) as TICs podem contribuir para reduzir as vulnerabilidades e ajudar na redução da intenção de cometer atos de corrupção, em ações isoladas ou não, por parte dos governos, permitindo monitoramento e controle comportamental dos funcionários do governo.

Mesmo a tecnologia tendo um grande potencial de transformação para lidar com a corrupção, o assunto ainda está em fase inicial (Srivastava et al., 2016). Há uma escassa literatura que liga o uso das TICs à corrupção (Andersen, Bentzen, Dalgaard, & Selaya, 2011), o que é verificado em uma pesquisa que buscou identificar como as TICs são utilizadas em diversas atividades relacionadas ao controle da corrupção, através de uma revisão sistemática de literatura, e foram identificados apenas 17 artigos que discorrem sobre o uso de TIC no combate à corrupção na administração pública (Magnagnagno, Luciano, & Wiedenhöft, 2017).

Na administração pública, o uso e aplicação de TICs buscam simplificar e integrar fluxos de trabalho e processos, para gerenciar dados e informações (UNODC, 2014). Apesar de inovações gerenciais, de acordo com Filgueiras e Melo Aranha (2011) a corrupção ainda é uma prática constante, pautando negativamente a opinião pública brasileira, e a explicação para isso, é que as inovações não foram

compatibilizadas entre todos os servidores do órgão público, deixando os processos pouco transparentes.

Conforme Aidt (2003) uma instituição fraca, associada a processos pouco transparentes e burocráticos, podem propiciar a corrupção (Santos et al., 2013), já que a oportunidade faz a situação (Rabl, 2011). A corrupção irá diminuir, se as oportunidades que levam a ocorrência de corrupção forem minimizadas. E um dos caminhos é a criação de ferramentas de controle que proporcionem a melhoria na gestão (Olivieri et al., 2018), o que justifica a necessidade de se fazer um estudo a respeito de institucionalização, que no caso da tese diz respeito a sistemas informatizados de gestão.

Não obstante, a simples adoção de sistemas informatizados de gestão pelas organizações públicas não garante que os serviços sejam efetivos. E que possam como consequência reduzir as vulnerabilidades à corrupção. Isso pode ocorrer porque a utilização dos sistemas informatizados de gestão pode evoluir de um estágio pré-institucional (fase inicial) para um estágio de total institucionalização (uso efetivo), ou seja, todos os processos, documentos sejam de conhecimento de todos os participantes.

1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO

O trabalho está estruturado da seguinte maneira: além dos itens já descritos na introdução, é apresentado no item 2 o referencial teórico, no qual irá dissertar a respeito do tema central da pesquisa, que é a corrupção, as tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) e também a respeito da teoria institucional e da TPB – Teoria do Comportamento Planejado, que serão a base teórica da tese. No item 3 será apresentado o modelo teórico juntamente com as hipóteses. O item 4 tratará da descrição dos métodos de pesquisa, associando cada um dos objetivos aos métodos utilizados. No item 5 serão descritos os resultados, seguidos pelas discussões no item 6 e por fim, no item 7, as considerações finais do estudo, seguido das referências que foram utilizadas e os apêndices.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 CORRUPÇÃO

A literatura apresenta diversas definições a respeito de corrupção. Uma delas é apresentada por Heeks (1998), o qual endossa o fato deste ser um problema global, e acrescenta que a corrupção é a indução ao erro por suborno ou outros meios ilegais ou impróprios. Na visão dos economistas, a corrupção abrange um contexto amplo, determinado pelos fatores: político, social, institucional, mercado e interpessoal, definindo-a como a utilização do recurso público para maximizar benefícios privados (Brol, 2016). O conceito, trazido por Lambsdorff (2002), destaca que a corrupção é uma combinação maléfica, que tem a intenção de quebrar regras estabelecidas para obter benefícios privados, entre um ou mais indivíduos com uma terceira parte. O autor destaca ainda a presença de um agente principal, que tem controle sobre as recompensas, penalidades e os sistemas legais (Lambsdorff, 2002).

Rodriguez, Uhlenbruck e Eden (2005) e Sandholtz e Koetzle (2000) descrevem o conceito de corrupção como a utilização incorreta do poder público para o proveito privado. A organização não governamental *Transparency International* dedica-se ao combate à corrupção numa escala universal e traz um conceito bem amplo de corrupção, como o abuso do poder de uma pessoa para o seu próprio benefício (TI, 2020). A corrupção em uma nação engloba três instituições nacionais: as políticas, as justiças e os meios de comunicação (Srivastava et al., 2016). Pode-se incluir neste conceito de corrupção, o abuso do poder público, o pagamento de irregularidades na negociação pública, o favoritismo, o suborno, o desvio de dinheiro e a utilização inadequada de influência (MUNDIAL, 2000).

O conceito utilizado como base para a tese é de Jain, que apresenta a corrupção como sendo os atos nos quais o poder de funcionários públicos é utilizado para ganhos pessoais de uma forma que viola as regras vigentes (Jain, 2001). Estas

regras podem ser tanto a legislação, como o que é considerado adequado em um determinado grupo populacional, de acordo com os aspectos culturais. Estes atos referem-se a diversos tipos de infrações financeiras e administrativas, como subornos, apropriação indevida, nepotismo, abuso de autoridade e extorsão (Rose-Ackerman, 1999), além de peculato, roubo, abuso de poder e favoritismo, explorando conflitos de interesses e ausência de políticas suficientes para coibir este ato (UNODC, 2004). O Quadro 1 apresenta um resumo das principais definições de corrupção e seus autores.

Quadro 1: Resumo das definições de corrupção

Definição	Autores
Corrupção é a indução ao erro por suborno ou outros meios ilegais ou impróprios	(Heeks, 1998)
Corrupção é a utilização do recurso público para maximizar benefícios privados	(Brol, 2016)
A corrupção é uma combinação maléfica, que tem a intenção de quebrar regras estabelecidas para obter benefícios privados, entre um ou mais indivíduos com uma terceira parte	(Lambsdorff, 2002)
A corrupção é a utilização incorreta do poder público para o proveito privado	(Rodriguez et al., 2005; Sandholtz & Koetzle, 2000)
Corrupção é o abuso do poder de uma pessoa para o seu próprio benefício	(TI, 2020)
A corrupção são os atos nos quais o poder de funcionários públicos é utilizado para ganhos pessoais de uma forma que viola as regras vigentes	(Jain, 2001)
A corrupção é um comportamento divergente dos deveres formais da função pública com fins de ganhos monetários ou de status privado (para benefício pessoal, familiar ou de grupo próximo).	(Nye, 1967)

Fonte: Elaborado pelo autor, 2020

Huberts propôs um conjunto de seis fatores para compreender a corrupção em um país, quais sejam: fatores individuais, fatores sociais, fatores econômicos, fatores políticos, fatores organizacionais estruturais e fatores organizacionais culturais (Huberts, 2010). Estes fatores foram identificados por meio de uma pesquisa *survey* com 257 respondentes de diferentes regiões do mundo. Já de acordo com Rodriguez et al. (2005), a corrupção tem duas características, a generalizada e a arbitrária, que respectivamente, significam organizadas e desorganizadas. O primeiro tipo de corrupção é institucionalizada e difundida nos departamentos do setor público. Contudo, a arbitrária ou desorganizada é a

ambiguidade ou incerteza ligadas às operações ou transações corruptas no país (Rodriguez et al., 2005). De acordo com os mesmos autores, a corrupção arbitrária pode ocorrer mais do que a corrupção generalizada.

A corrupção é o resultado de uma combinação de um macro nível e um micro nível. O primeiro é a representação organizacional, nacional, política, cultural e sistemas de gestão, e o micro nível representado pelo indivíduo, suas circunstâncias, necessidades, habilidades, acesso, confiança e autonomia (Heeks, 1998). Além disso, podem-se ter diferentes intensidades e escalas, ou seja, a *grand* ou *petty corruption*. A *grand corruption* representa uma ocorrência menor de eventos, porém com valores mais expressivos, e a *petty corruption* ocorre com mais frequência, no entanto, o valor monetário envolvido é menor (TI, 2020).

Contudo, independente da característica, combinação, intensidade, escala ou da quantidade de recursos envolvidos e do setor onde ocorre, a corrupção sempre será prejudicial. Assim, de acordo com a (CGU, 2015):

A corrupção é um mal que afeta todos. Governos, cidadãos e empresas sofrem diariamente os seus efeitos. Além de desviar recursos que de outra forma estariam disponíveis para melhor execução de políticas públicas, a corrupção é também responsável por distorções que impactam diretamente na atividade empresarial, em razão da concorrência desleal, preços superfaturados ou oportunidades restritas de negócio. Combatê-la, portanto, depende do esforço conjunto e contínuo de todos, inclusive das empresas, que têm um papel extremamente importante nesse contexto (CGU, 2015, p 5).

Como a corrupção é um mal que afeta a todos, ela é estudada sob diferentes aspectos, dimensões, abordagens ou visões. Em relação às visões, ela pode ter: a) a econômica, conforme definido por Andvig et al. (2000), que ocorre em uma situação de mercado e está ligada a uma troca de dinheiro ou de bens materiais; b) a social, que pode ser considerada uma forma de clientelismo e traz outras formas de beneficiamentos, como nepotismo, proteção ou favorecimento (Andvig et al., 2000) e a corrupção pode ser atribuída a fatores sociais, econômicos e políticos identificáveis (Power & Gonzalez, 2003), que podem ou não ser independentes da cultura; e a c) cultural, que aborda a questão por uma maneira diferente de acordo com a região ou país e procura entender se, de fato os atributos culturais, podem explicar ao menos uma parte da variação no nível de corrupção entre e dentro das regiões do mundo (Power & Gonzalez, 2003).

2.1.1 Dimensões da Corrupção

A dimensão legal como objeto de estudo acerca da corrupção pode ser vista sob três frentes. A primeira é a má aplicação das leis (Speck, 2004), a segunda é pela falta delas (Kühl Teles, 2007), e a terceira é a criação de leis que contribuam com a corrupção (Dias & Bento, 2011). Já Nye (1967) apresenta uma definição mais legalista e define a corrupção como um comportamento divergente dos deveres formais da função pública com fins de ganhos monetários ou de *status* privado (para benefício pessoal, familiar ou de grupo próximo). O mesmo autor acrescenta que estão inclusos nestes comportamentos, o suborno, o nepotismo e a apropriação de recursos públicos para benefícios privados. O entendimento dos autores ligados à dimensão legal (Dias & Bento, 2011; Kühl Teles, 2007; Speck, 2004), é de que com mais leis ter-se-ia menos corrupção, ou seja, a corrupção existe porque não há leis suficientes para evitar que ela ocorra.

A dimensão legal envolve os instrumentos legais e jurídicos utilizados no enfrentamento da corrupção (Machado & Paschoal, 2016) e se apoia em iniciativas de *compliance* utilizadas para mitigar riscos e prevenir corrupção e fraude nas organizações (Santos, Guevara, & Amorim, 2013). Machado e Paschoal (2016) ressaltam que a legislação brasileira anticorrupção resulta de várias reformas que ocorreram em contextos políticos e sociais bastante distintos como resposta às pressões da sociedade. Os mecanismos legais não necessariamente tem impacto na redução dos níveis de corrupção. Filgueiras e Melo Aranha (2011) identificaram em pesquisa com servidores públicos e cidadãos, que a falta de leis mais rígidas para o controle da corrupção representou menos de 1% dos fatores que explicam a corrupção na percepção dos respondentes. Por vezes, “leis socialmente populares, mas não realistas, são aprovadas para gerar popularidade política e oportunidades de extorsão ou suborno” (Santos et al., 2013, p. 54).

A ocorrência da corrupção pode gerar prejuízos econômicos à sociedade. Esses prejuízos praticados pela corrupção são estudados sob uma visão econômica da corrupção. Esses estudos envolvem principalmente à obtenção de vantagens

financeiras ilegais, por parte dos agentes envolvidos (Del Monte & Papagni, 2001). Além dos efeitos nocivos que a corrupção gera para a economia dos países, dados que aumentam os custos das transações financeiras, esta reduz os investimentos externos e prejudica o crescimento econômico (Aidt, 2003).

A dimensão política destacada em estudos de corrupção pode ser exemplificada com a compra de votos (Speck, 2003) e com o nepotismo (Pascarelli Filho, 2011). Nessa dimensão também estão associados a recursos públicos alocados na região da base eleitoral do político com a finalidade de obtenção de apoio por meio de votos (Del Monte & Papagni, 2001). Por conseguinte Ferraz e Finan (2008) caracterizam o aspecto político da corrupção como qualquer irregularidade associada a fraudes em aquisições, desvio de fundos públicos e superfaturamento que sejam resultantes de manipulações políticas. Todos estes estudos citados na dimensão política levam em consideração que a corrupção é uma prática realizada por políticos corruptos.

A dimensão cultural trazida por Power e Gonzalez (2003) aborda a questão da corrupção de acordo com a região ou país, e procura entender se de fato os atributos culturais podem explicar ao menos uma parte da variação no nível de corrupção entre e dentro das regiões do mundo. A corrupção está ligada à maneira como uma sociedade tolera tanto a corrupção como os agentes corruptos, e está ligada às crenças, religião predominante, ideias, influência dos meios de comunicação e comportamento social (Del Monte & Papagni, 2001). Ou seja, sob a luz desta dimensão a corrupção somente será reduzida se mudar a cultura.

Já os estudos acerca da dimensão administrativa não se restringem as tarefas administrativas resultantes da burocracia (Gouvea et al., 2013), pois a dimensão administrativa envolve o conjunto de políticas públicas específicas (punitivas ou não), a reforma do Estado do ponto de vista da gestão, as medidas preventivas de fraudes, a transparência pública e o controle social. Analisar as práticas administrativas é fundamental para compreender a corrupção de uma forma mais ampla (Kaufmann, Kraay, & Mastruzzi, 2006).

Melo et al. (2015) demonstram, por exemplo, em seu estudo que a abertura de empresas nos estados brasileiros é afetada negativamente pela incidência da

corrupção, dentro de uma dimensão administrativa. Para os autores, a burocracia para a regulamentação de um negócio é apontada como um fator limitante à abertura de empresas. Para agilizar os procedimentos burocráticos, as novas empresas e agentes públicos, podem formar um complô, uma vez que os agentes públicos poderiam ser corrompidos para gerar maior celeridade em procedimentos de legalização (Dreher & Gassebner, 2013). A palavra burocracia normalmente é utilizada de forma pejorativa, representando lentidão e gargalos nos processos, devido ao extremo formalismo, comprometendo a eficiência da gestão (Oliveira, 2010). Contudo, a burocracia traz a imparcialidade, proporcionando maior rigidez com o intuito de trazer maior eficiência ao setor público (Campelo, 2010), e por isso é preciso dosar o nível de burocracia, para que não trave todo o processo e também não se extinga todas as regras.

A burocracia reforça a visão de vulnerabilidade e fragilidade da prática administrativa governamental, devido à ação praticada por indivíduos que atuam mediante grupos de interesse em virtude de si próprios, transformando-se em comportamentos corruptos (Carraro, Menezes, Canever, & Fernandes, 2011). Outros autores destacam que a corrupção é um problema de governança e *compliance*. Segundo a ONU (UNODC, 2004), um desafio contra a corrupção é a ausência de boa governança e estado de Direito, já que a falta de um quadro regulamentar robusto é uma vulnerabilidade à corrupção.

O problema da corrupção surge através da falta ou falha de processos e procedimentos, e também em situações em que existe um problema de assimetria de informações, em que os agentes sabem muito mais sobre a administração, dos princípios ou os clientes, que qualquer um (Krishnan, Teo, & Lim, 2013). Em tais situações, os agentes podem explorar a sua posição como intermediários e tirar proveito do poder que lhes foi confiado, e agir mais no seu próprio interesse, geralmente através de suborno, extorsão, fraude, nepotismo, ou peculato (UNODC, 2004). Essa ação por parte dos agentes pode se agravar ainda mais, já que 47% das empresas globais não tomam medidas de treinamento anticorrupção para parceiros de negócios e entidades de terceiros, ou seja, há uma clara falta de formação e capacitação na arena de combate à corrupção (UNODC, 2004).

Independente da dimensão que a corrupção é estudada é importante

perceber que a tendência em países, com grande incidência de corrupção e instituições que não funcionam adequadamente, é ter persistentes níveis de baixo crescimento (Rodrik, Subramanian, & Trebbi, 2004), afetando diretamente a população em relação a aspectos morais e sociais.

Avgerou (2010) corroborou com o assunto, em relação aos valores morais e sociais, realizando estudos vinculando TIC e desenvolvimento (ICTD), e acredita que a TIC tem uma potencial capacidade de contribuir com a melhoria de vários aspectos de vida e alívio da pobreza para fortalecer a política democrática. Contudo, a desigualdade social é aprofundada pela corrupção quando são desviados recursos que seriam alocados pelo Estado para a mitigação das causas e efeitos por ela produzidos (Bastos, 2014).

2.1.2 Vulnerabilidade à Corrupção

A vulnerabilidade é estudada em muitas áreas do conhecimento, como na Sociologia, Medicina e Filosofia. Neste artigo será utilizada a da Ciência da Informação. Uma das definições para o termo é a utilização ou exploração da fraqueza ou falha nos processos de segurança, nos controles internos ou no desenvolvimento de um sistema, nos quais podem resultar em eventos não desejados, que podem ser acidentalmente acionados ou intencionalmente explorados (Stoneburner, Goguen, & Feringa, 2002).

A vulnerabilidade é uma fragilidade que pode ser explorada por ameaças (Stoneburner et al., 2002). Que permite a ocorrência de um incidente, em relação a um ativo que processa ou manipula informações (Sêmola, 2003). No entanto, é importante destacar que, sozinha a vulnerabilidade não provoca incidentes, uma vez que ela precisa de uma condição favorável ou de um agente causador, que são as ameaças (Sêmola, 2003), ou seja, “quando não há vulnerabilidades associadas às fontes de ameaça, não há riscos” (Stoneburner et al., 2002, p. 12).

Um exemplo de grande vulnerabilidade brasileira é a corrupção. Ela está em praticamente todo lugar, e ocorre através de pequenas fraudes (*petty corruption*) ou

por meio de altas transações (*grand corruption*), que podem acontecer em empresas privadas ou no setor público, e neste último afeta diretamente a sociedade (Klitgaard, 1988). A corrupção é o “desvio de um padrão de conduta institucionalizado que se caracteriza principalmente pela utilização do público pelo privado com um manifesto propósito de favorecimento pessoal ou grupal” (Silva, 1994, p. 21).

Um estudo inicial, realizado para cumprir um dos objetivos da tese, foi à identificação das principais vulnerabilidades identificadas na literatura. Esses resultados estão resumidos no Quadro 2.

Quadro 2: Vulnerabilidades à corrupção

Vulnerabilidade	Achados	
	Número de artigos	Número de evidências
Controle não efetivo	67	103
Comportamento corrupto de agentes públicos e políticos	67	73
Burocracia excessiva	51	65
Falta de <i>accountability</i> e auditoria adequadas	46	61
Transparência ineficaz ou ausente	40	60
Impunidade	36	53
Sistema Político eleitoral frágil	35	52
Baixa participação do cidadão	28	35
Governança pública não efetiva	26	32
“Jeitinho Brasileiro”	24	27
Percepção generalizada de corrupção em relação às instituições governamentais	22	26
Uso indevido do poder discricionário dos agentes públicos	20	26
Alta tolerância ao comportamento ilegal	15	22
Fraca relação cidadão-governo	6	7
Desigualdades	5	6

Fonte: Elaborado pelo autor, 2020

A corrupção é considerada um problema estrutural grave do sistema político e da sociedade brasileira (Pereira, 2005). Que tem afetado muito o Brasil desde a época de sua colonização (Filgueiras, 2009) e continua, como mostram publicações na mídia e em artigos científicos de todo o mundo, mas, os relatos de corrupção são possivelmente, muito inferiores aos atos corruptos que realmente ocorrem (Gehrke, Borba, & Ferreira, 2017). Um exemplo desses atos corruptos na administração pública brasileira é a “Lava Jato”, que é considerada a maior operação anticorrupção

do Brasil, que já descobriu subornos e financiamentos de campanha ligados a políticos de alto escalão, assim como as maiores construtoras brasileiras (Tourinho, 2018), afetando diretamente a população, pelos altos valores desviados.

A recorrência da corrupção no Brasil e sua posição elevada no cenário mundial são atribuídas, em parte, a uma tendência de naturalização das condutas corruptas na administração pública, assim como no cotidiano das pessoas, associada, sobretudo, a uma cultura política de matriz patrimonialista, formada desde a colonização do país (Matos; Ferreira, 2016, p. 29).

De modo geral, um dos maiores problemas do Brasil em relação à corrupção é a **falta de controle efetivo**. Além dessa falta de controle, a **governança pública não efetiva**, e a fiscalização, para verificar a **falta de accountability e auditorias adequadas**. E ainda, de sistemas **pouco transparentes**.

Os sistemas pouco transparentes e burocráticos, além da possibilidade de afetar o comportamento individual, também podem influenciar nos processos e procedimentos das organizações públicas. A maior parte das transações é sustentada pela confiança e não por sistemas perfeitos e superseguros, e se existisse um sistema de controle infalível, este seria mais caro do que o potencial benefício (Santos, Guevara, Amorim, & Ferraz-Neto, 2012). Os processos e procedimentos podem ser exemplificados por práticas de compras, práticas administrativas, gestão orçamental, auditorias de projetos, auditorias financeiras, relatórios de gastos, entre outros (Gouvea et al., 2013), esses tipos de processos e procedimentos estão entre as violações mais comuns encontradas em relatórios de auditorias (Ferraz & Finan, 2008).

O aumento da transparência e da *accountability* na gestão pública é uma forma de inibição da corrupção, pois, facilita o acesso às informações públicas (Correia, Arelaro, & Freitas, 2015a). Entretanto, muitos municípios não tem a capacidade de prestar contas de forma transparente, pois, grande parte dos municípios não possuem uma gestão competente e que de fato exerça um controle, tendendo ineficiência e corrupção nos governos locais (Sodré & Alves, 2010). Uma pesquisa mostrou que existem três fatores que associam desperdícios e irregularidades nos gastos no setor de saúde nos municípios pesquisados, que são

a inadequabilidade administrativa, a fraca fiscalização e o baixo nível de *compliance* (Rodrigues et al., 2018).

A corrupção mostra-se como um fenômeno que enfraquece a legitimidade dos governos, a confiança do Estado e a democracia (Pereira, 2005). O enfraquecimento leva muitas vezes à **sensação de uma corrupção generalizada**, uma vez que as pessoas não acreditam mais na solução. E dessa forma acabam **tolerando o comportamento ilegal de agentes públicos**. No entanto, a **participação da sociedade** é fundamental, através de denúncias de abusos, desvios ou irregularidades (Mendes, Oleiro, & Quintana, 2008) ou de uma participação efetiva na gestão pública (Santin & Pandolfo, 2017). Para isso há a necessidade da administração ceder recursos aos cidadãos por meio de programas participativos sustentáveis a longo prazo e capazes de atingir os objetivos a curto prazo (Verdenicci & Hough, 2015). Um dos recursos pode ser a LAI – Lei de Acesso à informação, a qual pode contribuir para a participação da sociedade, pois, possibilita o engajamento do cidadão na luta contra a corrupção através da melhoria da gestão pública e conseqüentemente, o fortalecimento da democracia (Barros & Rodrigues, 2017) e o fortalecimento da **relação entre cidadão e governo**, que é enfraquecida.

Todavia, existe uma grande resistência, seja ela da sociedade política ou civil, em tornar a participação uma prática comum na gestão pública brasileira (Santin & Pandolfo, 2017). A participação ainda é pequena e insuficiente, mesmo com os casos de corrupção que ocorreram no serviço público e foram denunciados, como por exemplo: Operação Navalha, Máfia dos Sanguessugas, Caso Furnas, Máfia dos Transportes e Fraude em Licitações da Saúde Pública do Rio de Janeiro, Anões do Orçamento, Mensalão, Petrolão e muitos outros (Portulhak & Barilli, 2016). Grande parte dessas operações envolvem políticos corruptos, compra de votos e financiamentos de campanhas políticas, que ocorrem devido ao **sistema político eleitoral fraco**. Evidências brasileiras demonstram que empresas aumentam seus contratos com o governo durante o mandato de políticos que tiveram a campanha financiada por elas (Boas, Hidalgo, & Richardson, 2014).

Além desse financiamento, o clientelismo pode ser identificado através das indicações de cargos de confiança em órgãos governamentais. Operando através de uma complexa teia de favorecimento e favores, que se espalha por todo o território

brasileiro (Reis, 2015). Essa relação faz com que se tenha um **comportamento corrupto**, pois os indivíduos atuam mediante grupos de interesse na busca de maximização de ganhos (Carraro, Machado, Canever, & Boll, 2016), caracterizando uma falta de moral e ética.

Outra vulnerabilidade identificada é a **impunidade** em relação a estes comportamentos corruptos. Uma vez que se há o conhecimento do ato, mas as investigações de corrupção por funcionários públicos se arrastam por anos, subscrevem e não são punidas ou são inconclusivas, surgindo à famosa frase “acabou em pizza” (Taylor & Buranelli, 2007). Os escândalos sem sanções minam a legitimidade do Estado e criam um sentimento de impunidade que paira na sociedade brasileira (Filgueiras & Melo Aranha, 2011). Dizer que uma investigação *acabou em pizza* é dizer que acabou em nada, ou em comemoração entre os acusados, e assim essa expressão é usada como uma dura crítica ao hábito brasileiro da acomodação e da impunidade. A expressão adquire contornos de desencanto quando usada para indicar um potencial resultado sem efeitos práticos de uma investigação que está iniciando ou em andamento. Em uma pesquisa com servidores públicos, 84% dos respondentes concordaram que se as leis que existem fossem cumpridas e não existisse tanta impunidade, a corrupção diminuiria (Filgueiras, 2009).

A Impunidade é uma causa da corrupção porque quem a perpetra confia que não sofrerá nenhuma sanção, por vezes, contando com a impunidade que a função pública lhe garante (Minerbo, 2007). Conforme a autora, o impacto da impunidade pode mudar a sensibilidade das pessoas a ponto delas passarem a achar a impunidade normal, instituindo-se uma nova normalidade. O resultado desse processo de impunidade é “uma visão comum do Estado como o espaço dos vícios, e da corrupção como prática corriqueira, natural e necessária dos indivíduos quando estes conseguem auferir as benesses do Estado” (Filgueiras & Melo Aranha, 2011, p. 350).

Essa impunidade pode ocorrer pela **falta de igualdade perante leis e deveres** do colaborador público em relação ao cidadão comum, principalmente o agente público que goza de poder. Mas, a impunidade também pode ocorrer por fatores burocráticos, dentro do próprio órgão ou até mesmo em relação ao judiciário.

Fator esse que se destaca como uma vulnerabilidade, pois o **excesso de burocracia** pode levar a atos corruptos na busca de agilidade dos processos ou serviços. Seja ele através da **discricionariedade do funcionário público** ou através do “**jeitinho Brasileiro**”, ou seja, burlar regras para atingir objetivos específicos (Lee Park, Fracarolli Nunes, Muratbekova-Touron, & Moatti, 2018).

As 15 vulnerabilidades encontradas na literatura são diversificadas. Mesmo que muitas delas sejam relacionadas ao comportamento corrupto, elas não podem deixar de serem consideradas associáveis à discussão democrática, principalmente com relação à conexão entre o governo, as empresas e a sociedade. Um exemplo bem claro diz respeito às irregularidades em processos licitatórios, na qual envolvem a ingerência dos administradores públicos, empresas mal intencionada, e como resultado o prejuízo à sociedade.

Para se resolver isso é necessária uma gestão mais democrática que envolva os três elementos (governo, empresa e sociedade). Os conselhos municipais de saúde, no contexto da tese, são o caminho para essa gestão. Entretanto, a burocratização, a falta de controle, a falta de transparência e a falta de *accountability* entre outros problemas, limitam a sua atuação, não conseguindo eliminar a corrupção.

A corrupção é um problema de informação assimétrica e incentivo, o que pode ser explicado pelo modelo principal-agente-cliente descrito na Teoria da Agência (Klitgaard, 1988). De acordo com este modelo, os funcionários públicos são honestos, mas se tiver acesso a um monopólio, existe um poder discricionário na sua administração e conseqüentemente a corrupção poderá ocorrer. Ou seja, o problema da corrupção surge em situações em que existe um problema de assimetria de informações, em que os agentes sabem muito mais sobre a administração de qualquer um dos princípios ou os clientes (Krishnan et al., 2013). Em tais situações, os agentes podem explorar a sua posição como intermediários e tirar proveito do poder que lhes foi confiado a agir mais no seu próprio interesse, geralmente através de suborno, extorsão, fraude, nepotismo ou peculato (UNODC, 2004).

2.1.3 Intenção de Cometer Atos de Corrupção e a Teoria do Comportamento Planejado

Três condições são essenciais para que a corrupção ocorra continuamente. A primeira delas é o poder discricionário, no qual é necessário que o agente público tenha autoridade para administrar ou projetar regulações ou políticas de maneira livre. O segundo é a permissão via poder de extração ou criação de rendas econômicas. E o terceiro são as instituições fracas, isto é, os incentivos provenientes das instituições administrativas, legais e políticas devem propiciar que os funcionários públicos provem incentivos para explorar seu poder discricionário para criar ou retirar renda (Aidt, 2003).

Essas três condições associadas ao comportamento individual podem fazer com que esse comportamento seja afetado por sistemas pouco transparentes e burocráticos, propiciando a corrupção, mesmo que o sujeito seja pautado por princípios éticos (Santos et al., 2013). Segundo os mesmos autores, as pessoas se denominam seguidoras extremas de uma conduta ética na sua vida privada e pública, valorizando a honestidade e probidade, porém, o comportamento médio do *homo brasiliensis* apresenta o oposto, principalmente quando associados à falta de impunidade.

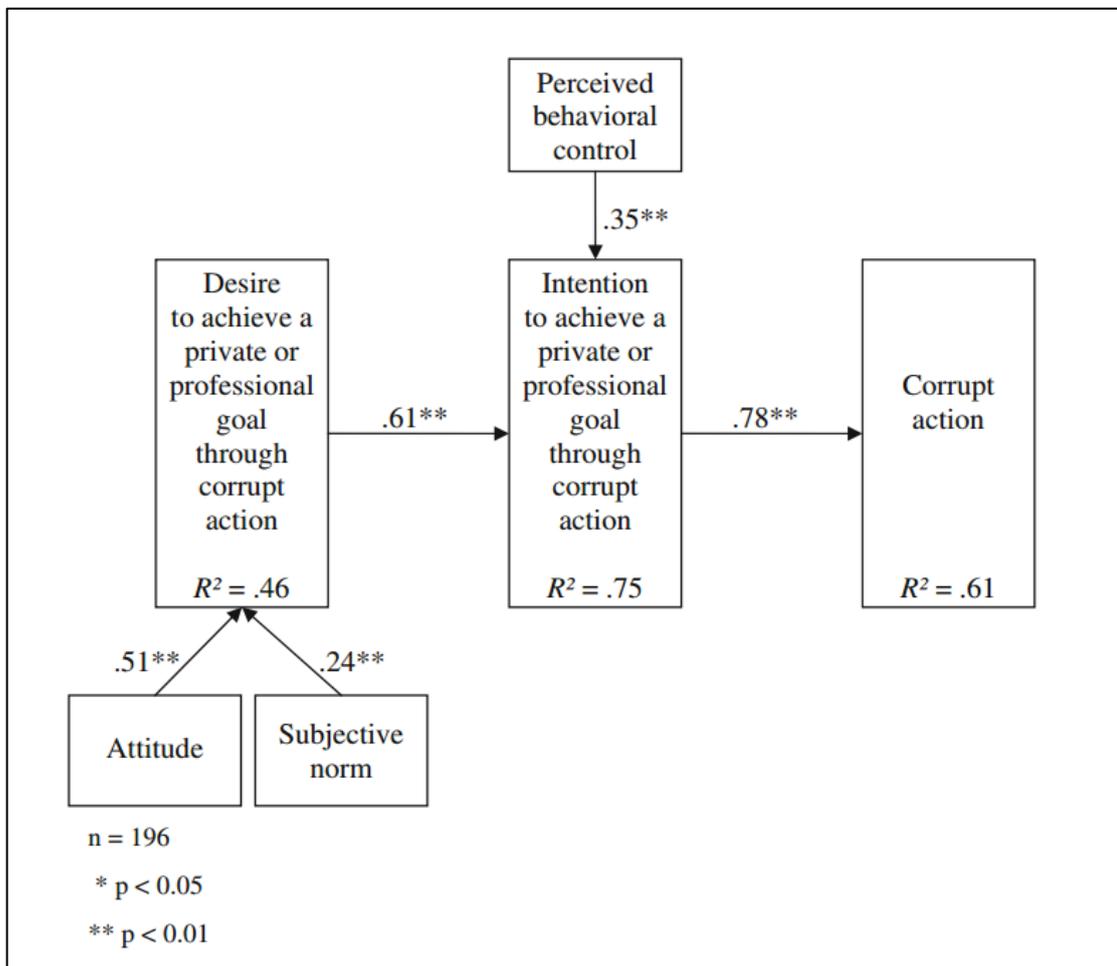
A ação corrupta, especialmente nos casos de *petty corruption*, quer dizer, a corrupção que ocorre com valores considerados baixos, mas com uma frequência maior, não aparenta estar desenhado em um plano de ação mais abrangente (Rabl & Kuhlmann, 2008). O que de fato ocorre, é que a oportunidade faz a situação, ou seja, a tomada de decisão individual acontece, escolhendo agir de forma corrupta ou não (Rabl, 2011).

A intenção de um indivíduo cometer algum ato de corrupção foi testado através de um modelo chamado “ação corrupta” de (Rabl & Kuhlmann, 2008), que tem como base a Teoria do Comportamento Planejado-TPB. O fato de um agente cometer algum ato de corrupção pode afetar negativamente o seu departamento, a sua organização ou o sistema público geral. Ao ser afetado, o sistema como um todo pode atrasar o crescimento de um país, influenciando ainda mais o desenvolvimento

de sua sociedade. Além de ter como consequência direta o enfraquecimento das instituições democráticas, o comprometimento da legitimidade política e dos valores morais da sociedade, comprometendo o crescimento da economia e afastando investidores, devido a um ambiente econômico inseguro (Martinez, 2014).

O modelo de ação corrupta é apresentado na Figura 1, e como principal resultado os autores ressaltam que, em uma oportunidade, não emocional, mas motivacional, cognitivo e volátil, ocorre a ação corrupta, dentro de um contexto situacional (Rabl & Kuhlmann, 2008).

Figura 1: Modelo de ação corrupta



Fonte: Rabl e Kuhlmann (2008)

De acordo com a TPB a combinação de atitude para o comportamento, a norma subjetiva e percepção do controle comportamental, conduzem a formação de uma intenção de comportamento (Ajzen, 1991). Os principais constructos avaliados

por Ajzen (1991) foram:

- Os comportamentais, que dizem respeito à atitude, referem-se às prováveis consequências de um comportamento ou, ao grau que uma pessoa tem ou avaliações do comportamento desfavoráveis.
- Os normativos, ou a norma subjetiva, são referentes às pressões sociais, ou seja, as expectativas das outras pessoas, para realizar um comportamento ou não.
- O controle é a existência de algo que pode impedir ou não a realização de um comportamento. O controle percebido refere-se às crenças acerca de oportunidades e acesso aos recursos para realizar um comportamento. O controle abrange as “condições facilitadoras” (Triandis, 1979), que é a disponibilidade de recursos necessários, e também abrange a autoeficácia (Ajzen, 1991), que é a autoconfiança que um indivíduo tem em sua capacidade de realizar um comportamento (Bandura, 1982).

Os três pontos principais da teoria, ou seja, as crenças comportamentais, dizem respeito aos possíveis desfechos do comportamento humano, ao passo que, as crenças normativas são às expectativas de comportamento percebido, referentes às outras pessoas, e as crenças sobre o controle são atribuídas aos elementos que podem facilitar ou impedir o desempenho do comportamento (Hoppe, Barcellos, Vieira, & Matos, 2012).

A TPB é uma evolução da TAR - Teoria da Ação Racional, na qual destacava como pontos principais o interesse em entender e predizer o comportamento através de escolhas conscientes por parte do indivíduo, além de necessitar de intenção para realizar o comportamento (Fishbein & Ajzen, 1975). A TPB diz respeito aos fatores motivacionais que podem influenciar o comportamento, considerando o quanto de esforço e até que ponto um indivíduo irá para realizar uma ação (Martins, Serralvo, & João, 2014), ou seja, o fator central da teoria é a intenção do indivíduo em realizar uma ação (Ajzen, 1991).

A TPB teve duas versões (Ajzen & Madden, 1986). A primeira delas, dizia que o controle percebido despontaria como um preditor significativo de intenções comportamentais, concluindo que o controle percebido no comportamento real era

mediado pelo efeito sobre as intenções. Já na segunda, o controle percebido teria efeitos indiretos, através das intenções, e diretos sobre o comportamento (Terry & O'Leary, 1995). Os resultados da primeira e da segunda versão foram significantes e positivos, demonstrando que o controle percebido apenas tem um efeito direto sobre o comportamento, quando não está completamente sobre o controle do indivíduo, concluindo que o controle percebido tem uma relação direta e indireta com o comportamento, diferentemente das atitudes e normas subjetivas (Ajzen & Madden, 1986).

O ponto central da TPB é que, quanto maior o controle percebido e mais favorável a atitude e a norma subjetiva, mais forte é a intenção do indivíduo de realizar um comportamento (Ajzen, 1985). Isso quer dizer que o indivíduo executa a sua intenção de comportamento diante da oportunidade apresentada, em que a intenção é apontada como sendo a precedente imediata do comportamento.

2.1.4 Casos de Corrupção no Brasil

A grande dificuldade no combate à corrupção é a quantidade de componentes e agentes envolvidos em todo o processo (Srivastava et al., 2016). A corrupção é uma questão não resolvida em todos os países e influencia a sociedade negativamente (Zheng, 2016). Independente da intensidade e escala (*grand ou petty corruption*), da quantidade de recursos envolvidos e do setor onde ocorre (TI, 2020).

Há muitos anos o Brasil vem sofrendo com casos de corrupção. É importante destacar os 15 casos mais emblemáticos de corrupção ocorridos na história recente do Brasil: Operação Lava jato (2013-atual); Banestado (1996); Vampiros da Saúde (1990-2004); Zelotes (2015); Banco Marka (1999); Fundos de Pensão (2015); TRT de São Paulo (1992); Anões do orçamento (final da década de 80); Operação Navalha (1997); Jorgina de Freitas (1991); Sudam (1998); Sanguessuga (2006); Mensalão (2005); Máfia dos fiscais (1998); Caso Furnas (2008). Os valores estimados atuais de prejuízo aos cofres públicos desses casos giram em torno de 207,37 bilhões de reais, de acordo com um levantamento das

revistas Época e Super Interessante, além do CGU (Basilio, 2015; CGU, 2020; Lima, 2018).

Foi criada a Controladoria Geral da União (CGU) no ano de 2001, órgão Federal, com o papel de defesa do patrimônio público, transparência e combate a corrupção, através de supervisão técnica, atividades de controle interno, auditorias públicas, correição e ouvidoria (CGU, 2020). Em dezesseis anos, o CGU deflagrou 416 ações investigativas, sendo 57 apenas em 2019, conforme mostra a Tabela 1. A soma do prejuízo total apurado é de mais de R\$ 5 bilhões e essas operações especiais são realizadas em conjunto com outros órgãos de defesa do Estado, como o Departamento da Polícia Federal (PF) e o Ministério Público, tanto no âmbito Federal como no Estadual, entre outras entidades (CGU, 2020).

Tabela 1: Número de operações especiais de Fiscalizações do CGU

Ano	Número de Operações Realizadas	Prejuízo Potencial Apurado
2003	1	R\$ 11.800.000,00
2004	3	R\$ 39.500.000,00
2005	3	R\$ 224.400.000,00
2006	8	R\$ 42.000.000,00
2007	8	R\$ 56.180.147,00
2008	13	R\$ 303.027.000,00
2009	12	R\$ 41.599.000,00
2010	26	R\$ 667.281.115,95
2011	25	R\$ 128.914.757,82
2012	26	R\$ 508.079.854,58
2013	21	R\$ 517.319.524,09
2014	21	R\$ 286.039.175,49
2015	32	R\$ 454.611.564,63
2016	53	R\$ 942.272.774,04
2017	68	R\$ 420.905.699,57
2018	39	R\$ 284.846.604,82
2019	57	R\$ 126.277.145,46
TOTAL	416	R\$ 5.055.054.363,45

Fonte: Adaptado de (CGU, 2020)

As operações especiais realizadas pelo CGU envolvem todas as áreas públicas, como transporte, infraestrutura, educação, etc. Contudo, como o objeto da

tese é a área da Saúde pública, foi realizada uma busca considerando somente as operações que envolviam valores monetários referentes ao Ministério da Saúde.

A Tabela 2 apresenta o resultado das operações do CGU, envolvendo valores da área da saúde por Estado e por Região e um resumo de cada operação está descrito no Apêndice A.

Tabela 2: Resumo das operações do CGU envolvendo dinheiro da Saúde

Sigla	Estado	Quant	% do Estado	Região	Total da Região	% da Região
PB	Paraíba	13	11,0%	Nordeste	49	42%
MA	Maranhão	9	7,6%			
BA	Bahia	7	5,9%			
PE	Pernambuco	7	5,9%			
PI	Piauí	5	4,2%			
CE	Ceara	4	3,4%			
AL	Alagoas	2	1,7%			
RN	Rio Grande do Norte	1	0,8%			
SE	Sergipe	1	0,8%			
PA	Pará	10	8,5%	Norte	35	30%
RO	Rondônia	8	6,8%			
AM	Amazonas	7	5,9%			
TO	Tocantins	4	3,4%			
AC	Acre	3	2,5%			
AP	Amapá	2	1,7%			
RR	Roraima	1	0,8%			
MS	Mato Grosso do Sul	8	6,8%	Centro-Oeste	13	11%
MT	Mato grosso	5	4,2%			
PR	Paraná	5	4,2%	Sul	11	9%
SC	Santa Catarina	4	3,4%			
RS	Rio Grande do Sul	2	1,7%			
MG	Minas Gerais	5	4,2%	Sudeste	7	6%
RJ	Rio de Janeiro	1	0,8%			
SP	São Paulo	1	0,8%			
VÁRIOS	Vários	3	2,5%	Vários	3	3%
TOTAL		118	100,0%		118	100%

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do CGU (CGU, 2020)

Conforme apresentado na Tabela 2, verifica-se que mais de 72% das investigações de corrupção envolvendo dinheiro da área da saúde estão

concentradas na região Norte e Nordeste. Porém, não se pode apenas considerar essa informação, porque a cadeia de contatos é nacional, e muitas vezes está interligada, formando grandes quadrilhas do crime. Mas, ações do governo vêm sendo trabalhadas para melhorar a fiscalização e o controle, principalmente através de leis. Como por exemplo:

- Lei dos crimes econômicos (lei nº 8.137/1990), que define crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo.

- Lei de improbidade administrativa (lei nº 8.429/1992), que traz as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional.

- Lei de lavagem de dinheiro (lei nº 9.613/1998), que dispõe sobre os crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores; a prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos e cria o Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF.

- Lei da Transparência (Lei Complementar 131/2009), que obriga a União, os estados e os municípios a divulgar seus gastos na Internet em tempo real.

- Lei da Ficha Limpa (Lei Complementar 135/2010). A lei torna inelegível por oito anos um candidato que tiver o mandato cassado, renunciar para evitar a cassação ou for condenado por decisão de órgão colegiado, aquela com mais de um juiz, mesmo que ainda exista a possibilidade de recursos.

- Lei de Acesso à Informação (lei nº 12.527/2011), que Facilita o acesso às informações públicas e dá prazo de até 30 dias para resposta.

- Lei anticorrupção (lei nº 12.846/2013), que pune empresas corruptoras.

- Lei das organizações criminosas (lei nº 12.850/2013), que define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal.

- Lei do conflito de interesses no exercício de cargo ou emprego do Poder Executivo Federal (lei nº 12.813/13).

O governo brasileiro atribuiu a função de combater a corrupção a diversos órgãos e agências, como o CGU, TCU, Polícia Federal, Receita Federal, entre outros. Além de empoderar a sociedade civil com leis, como por exemplo, a Lei de Acesso à Informação, buscando maior participação. O conhecimento público sobre esquemas de corrupção aumentou nos últimos anos, principalmente devido as TICs, mas o tratamento destes ainda não funciona com a eficiência desejada à Justiça (Lorente, 2016).

O uso das TICs nos governos tem sido considerado um fator de mudanças sociais, econômicas e políticas, como reformas administrativas do governo, transformação social e mudança organizacional (Yildiz, 2007). Isso faz com que as TICs se tornem cada vez mais eficazes e necessárias institucionalmente.

Como resultado deste processo, surgiram novos modelos de relacionamento entre Estado e Sociedade, gerando oportunidades para transformar a conexão entre o governo e os cidadãos (Cunha & Miranda, 2013). O controle social é uma dessas oportunidades. Ocorre quando os cidadãos usam ferramentas de TICs para acompanhar as atividades e iniciativas dos agentes públicos como forma de promover transparência e responsabilidade.

2.2 A TIC E A CORRUPÇÃO

O uso de TICs é um fator importante para situar a sociedade em relação às ações governamentais e principalmente à participação dos cidadãos no governo. No caso da corrupção não é diferente, é necessário que a população se mantenha informada, acompanhando e participando das decisões tomadas pelos governantes.

Um exemplo pode ser a *Corruption Perceptions Index- CPI*, criado e mantido pela *Transparency International*. O órgão pesquisa dados de 180 países e territórios. O seu papel é classificar os territórios e países pelo nível de corrupção, baseando-se em avaliações de peritos e pesquisas de opiniões empresariais (TI, 2020). Apesar de críticas recebidas devido a falhas metodológicas (Arndt & Oman, 2006; Galtung, 2006), é o índice mais utilizado em todo o mundo para avaliar corrupção (Song &

Cheng, 2012).

A divulgação do CPI é realizada pela internet. Através da internet o governo e a população podem beneficiar-se de sistemas de governo eletrônico (e-gov), que estão à disposição em muitos programas de modernização nas democracias ocidentais (Bonsón, Torres, Royo, & Flores, 2012). A facilidade do acesso à internet tem gerado iniciativas e demandas que pressionam os governos a inovar em modalidades de relacionamento entre o papel burocrático do governo e os cidadãos (Bonsón et al., 2012).

Ionescu (2016) demonstra em seu estudo o resultado de uma pesquisa que examina a infraestrutura tecnológica e o emprego de mídias sociais como um componente crucial para o governo aberto. Através deste estudo a autora concluiu que quanto menor é a quantidade de trabalho manual menor é o nível de corrupção, e concluiu ainda que uma maior difusão da informação pode diminuir a corrupção.

Heeks (1998) realizou um estudo com cinco casos, com o objetivo de buscar respostas de como a tecnologia poderia controlar a corrupção através da "Visão Panóptica", proposta por (Anechiarico & Jacobs, 1994), na qual enxerga a Tecnologia da Informação como a principal ferramenta para controlar a corrupção. Um dos principais resultados da pesquisa de (Heeks, 1998) é de que é possível a remoção ou detecção de algum tipo de corrupção nas organizações quando existe a presença de TIC, mas principalmente quando essa tecnologia de informação é associada à educação e treinamento dos colaboradores, buscando construir os gerentes híbridos - abrangendo habilidades gerenciais e de TIC.

Em seus estudos, Reis e colaboradores tinham o objetivo de identificar a influência das Tecnologias da Informação e Comunicação na prestação de contas de um município brasileiro (Reis, Dacorso, & Tenório, 2015). Como resultado, os autores apresentaram processos relevantes de prestação de contas utilizando-se de sistemas através da internet, evitando a redundância dos dados e principalmente o cruzamento e comparação dos dados. É possível perceber que a transparência e dados abertos são uma ferramenta contra a corrupção (Odriozola, Sánchez, & Etxeberria, 2012).

No setor governamental, a maior parte da TIC é composta pelo Governo

Eletrônico, “representado pela informatização de suas atividades internas e pela comunicação com o público externo: cidadãos, fornecedores, empresas, ou outros setores do governo e da sociedade” (Pinho, 2008, p. 473). Mesmo que se tenha todo um aparato tecnológico, devem-se levar em consideração outros fatores teóricos, sociais e principalmente os individuais (Husted, 1994; Macrae, 1982; Rose-Ackerman, 1978). Embora a TIC contribua para a detecção e a redução dos níveis de corrupção, como demonstrado anteriormente, ela pode não ter efeito, ou pior, pode criar um efeito contrário, ou seja, pode oferecer novas oportunidades para a corrupção (Heeks, 1998), caso não tenha a devida transparência e controle realizado por órgãos fiscalizadores (Caldas, Costa, & Pagliarussi, 2016; Srivastava et al., 2016).

Essa inversão de papéis, propiciando novas oportunidades de corrupção ocorre por quatro fatores (Heeks, 1998): a habilidade, a confiança, o acesso e o controle relacionados a Sistemas de Informação. Com isso, o papel e a contribuição dos sistemas informatizados de gestão serão importantes na vulnerabilidade à corrupção. Porém, antes de iniciar com os sistemas informatizados é preciso entender o contexto, iniciando pelo conceito de TICs na administração pública.

2.2.1 TICS na Administração Pública

A TIC tem proporcionado avanços em diversas áreas e pode contribuir inclusive com a melhoria dos aspectos de vida do cidadão em relação a serviços públicos. Um movimento chamado Reinventando o Governo, na década de 90 nos Estados Unidos, pedia uma mudança rumo a uma administração pública empreendedora, ágil, focada nos clientes e orientada a resultados, onde a sua sustentação se apoiaria na reengenharia de processos com o uso de tecnologias, na busca de uma mudança radical do governo burocrático (Dawes, 2008).

Mas não é apenas como uma simples automação de processos e disponibilização de serviços públicos pela internet, que se conseguirá êxito, mas sim pela mudança de como o governo utiliza as TICs para atingir os seus objetivos de

papel do Estado (Abramson & Means, 2001). Um exemplo pode ser verificado no estudo de Sampaio (2009) no qual descreve que o governo eletrônico deve ser percebido com um processo constante e em contínuo desenvolvimento, possuindo um foco de participação social na democracia e na intervenção direta da vontade civil no interior das instâncias decisórias do Estado.

O governo eletrônico proporcionou novos modelos de relacionamento entre Estado e sociedade, gerando oportunidades para transformar a conexão entre o governo e os cidadãos (Yildiz, 2007). Esses modelos de relacionamento entre governo e cidadão são possíveis através de uma melhor transparência, responsividade e prestação de contas, porém, o e-gov somente será adotado se os cidadãos considerarem confiável. Por outro lado, pesquisas têm relatado uma redução na confiança dos cidadãos nos governos nas últimas décadas (Janssen, Rana, Slade, & Dwivedi, 2017). Assim, percebe-se que a confiança é importante no contexto dos serviços eletrônicos para ajudar os usuários a superar as percepções de incertezas e riscos, as quais podem inibir a participação dos cidadãos no governo eletrônico, e ao mesmo tempo as tecnologias consideradas a chave para melhorar as relações entre governo e o cidadão (Janssen et al., 2017).

Além da confiança, outros obstáculos importantes podem surgir e influenciar diretamente a implantação de tecnologias em ações de governo. Melitski, Carrizales, Manoharan e Holze (2011) trazem três grupos de dificuldades na implantação de tecnologias pelo governo, que são apresentadas no Quadro 3.

Quadro 3: Dificuldades na implantação de tecnologias pelo governo

Falhas	Diferentes tipos de barreiras à implementação	Problemas de implementação
<ul style="list-style-type: none"> • Projetos • Sistemas • Usuários 	<ul style="list-style-type: none"> • Técnicas • Humanas • Gestão • Processos • Culturais • Estruturais • Estratégicas • Políticas • Ambientais 	<ul style="list-style-type: none"> • Excesso de entusiasmo • Pressupostos irrealistas sobre o controle organizacional • Falta de indicadores de desempenho e <i>benchmarks</i> • Falta de responsabilidade pública para as contratações de tecnologias

Fonte: Adaptado de (Melitski et al., 2011)

Apesar disso, as demandas de soluções rápidas e confiáveis de TIC que podem ser acessadas a partir de plataformas disponíveis estão aumentando. Essas plataformas podem ser motivadas pelo próprio órgão público, ou seja, substituindo um serviço em papel por um serviço digital ou melhorando um processo para o cidadão. Buscando através das TICs a “participação eletrônica” do cidadão, envolvendo-o na tomada de decisão política, indicando os processos e as estruturas através das quais as TICs apoiam as relações entre cidadãos, governos e organizações públicas (Federici, Braccini, & Saebo, 2015). Contudo, as demandas também podem ocorrer de forma obrigatória, não fornecendo outra opção, complicando a adaptação do cidadão na utilização do serviço.

Independente da motivação pública para a implantação da TIC, as dificuldades enfrentadas serão muitas, iniciando pela falta de responsabilidade pública para as contratações de tecnologias, principalmente pela falta de planejamento e transparência. Pois, em muitos casos, tanto nas organizações públicas como nas privadas, a TIC tem sido essencial, fornecendo o apoio, a sustentabilidade e o crescimento do negócio. Assim, este uso generalizado criou uma dependência crítica da TI (de Haes & van Grembergen, 2009).

Quando aplicadas, em específicos e apropriados objetivos, as TICs têm potencial de transformação, pois proporcionam aos cidadãos o uso das informações para fazer pressão sobre o governo e com isso contribuirão na construção de uma nova “*cyber* sociedade”, que representará um elevado potencial participativo dos cidadãos (Chadwick, 2003). E quando se utiliza TICs para o relacionamento com os cidadãos, as ações dos governos têm incidência sobre as práticas e visões de cidadania existentes na sociedade, pois a participação cidadã materializa-se pela ação individual dos cidadãos ou de suas organizações enquanto atores sociais dotados de projetos próprios (Vaz, 2005).

As TICs e as informações cada vez mais estão prestando suporte à gestão, primeiro, pelo surgimento de novos paradigmas devido ao progresso da TIC, e segundo, pela globalização e crescente influência de organizações não governamentais (Rossel & Finger, 2007). Essa evolução e principalmente a necessidade de aprimoramento nos serviços ocorrem porque houve uma redistribuição de poderes entre os cidadãos, até agora concentrados dentro do

governo, troca de informações, regulamentação mais forte devido à prestação de serviços de agentes não públicos e o uso de redes sociais, através de meios eletrônicos (Estevez & Janowski, 2013).

Muitos países possuem iniciativas de um governo mais centrado no cidadão e na redução de custos operacionais (Saxena, 2005). Entretanto, os benefícios planejados com essas iniciativas não estão atingindo um êxito pleno, pois muitas vezes as iniciativas estão focadas na tecnologia, deixando de lado as necessidades e as expectativas do cidadão. Dessa forma, os governos não só devem fornecer informações à população, mas também garantir a sua disponibilidade ao maior número possível de pessoas com o objetivo de aumentar a participação cidadã (Kalsi & Kiran, 2015).

Uma das questões de uma boa gestão é o envolvimento do cidadão, para que se permita contribuições vindas da população nas tomadas de decisões governamentais. Todavia, há também a necessidade de uma vontade política da população em confiar nos investimentos do governo e assim empregar as novas tecnologias para atingir seus objetivos particulares (Sampaio, 2009). Essas novas tecnologias podem ser através de equipamentos, mas principalmente através de serviços, gerenciados e utilizados por meio de sistemas informatizados de gestão.

2.2.2 Sistemas Informatizados de Gestão

As novas tecnologias têm como função informatizar os departamentos das organizações, a fim de melhorar a qualidade dos serviços oferecidos, assim como acelerar os processos para facilitar o tomador de decisões, sobretudo com base em conhecimento, oriundo dos sistemas computadorizados (Al Shobaki, 2017). A decisão mais rápida contribui com um melhor atendimento ao cidadão, de acordo com as suas necessidades e desejos (Abu Naser, Shobaki, & Abu Amuna, 2016).

Normalmente os sistemas computadorizados utilizam o compartilhamento de dados e informações para a produção do conhecimento e tomada de decisão (Costa & do Nascimento, 2012; Pinheiro et al., 2016). Mas também, muitos desses

sistemas são utilizados de forma rotineira buscando facilitar as operações dos usuários e o controle das tarefas cotidianas (Amuna, Al Shobaki, Naser, & Abu, 2017). Independente do nível de utilização, esses sistemas devem contribuir para a gestão, coletando, recuperando, processando, armazenando e distribuindo informações de forma coordenada, com o objetivo de facilitar o controle, o planejamento, a coordenação e especialmente as decisões (De Souza Machado & Cattafesta, 2019).

A informação é um recurso muito importante para as organizações, sejam elas públicas ou privadas, e por isso, deve ser gerenciada com muita eficiência e eficácia, para gerar resultados (Amuna et al., 2017). E para esse gerenciamento das informações, são necessários sistemas informatizados capazes de fornecer informações sólidas sobre o passado, presente e futuro, a tempo de tomar as decisões necessárias e solucionar os problemas em relação às funções e atividades da organização (Amuna et al., 2017).

Contudo, a implementação de sistemas informatizados ou computadorizados requer no mínimo planejamento, organização, orçamento, preparação, capacitação e execução, e devido a isso, os gestores sabem que as TICs podem qualificar e agilizar muito o trabalho, mas não levam isso como uma prioridade para as suas gestões (Santos, Passos Pereira, & Tolfo Silveira, 2017). Essa falta de prioridade pode ocorrer pelo aumento dos encargos, responsabilidades e requisitos que as organizações precisam lidar (Amuna et al., 2017).

Mesmo com as dificuldades e requisitos de implementação de sistemas informatizados de gestão e devido às rápidas mudanças nas tecnologias, algumas organizações procuram implementar e gerenciar sozinhas, porém, outras recorrem a contratos com instituições especializadas (Amuna et al., 2017). No entanto, o sucesso de sistemas informatizados de gestão não é medido pela complexidade técnica ou pela extensão, mas sim, pela contribuição com os objetivos da organização (Abu Naser & Al Shobaki, 2016). E é provável que a adoção das TICs pode estar relacionada com o ambiente institucional em que a organização está situada, podendo ser influenciada pela necessidade de legitimidade da organização com este ambiente (Viale Pereira, Luciano, Macadar, & Marques Daniel, 2013).

Na administração pública, o uso e aplicação de tecnologias de informação busca simplificar e integrar fluxos de trabalho e processos, para efetivamente gerenciar dados e informações, melhorar a entrega de serviços públicos, bem como para expandir os canais para o engajamento e empoderamento da população (UNODC, 2014).

No âmbito da saúde, objeto de estudo dessa tese, percebe-se a necessidade do uso de sistemas para o tratamento, a disseminação e o uso efetivo das informações, que permita a qualidade e a produtividade da assistência em saúde (Mota & de Oliveira, 2009). A Organização Mundial da Saúde (OMS) definiu sistemas informatizados de informação em saúde como "a ciência de adquirir, preservar, recuperar e aplicar conhecimentos e informações biomédicos para melhorar o atendimento ao paciente, educação, pesquisa e gestão" ("The World Health Organization (WHO)," 2019).

As informações na área da saúde são geralmente, pouco estruturadas, complexas e heterogêneas (Bittar, Biczuk, Serinolli, Novaretti, & Moura, 2018). Mas, mesmo com todos os esforços do governo em relação ao SUS, ainda existe uma defasagem entre o avanço de TICs e a incorporação no processo de gestão de saúde (Santos et al., 2017). Que pode ser tanto para os processos assistenciais quanto para os processos burocráticos (Bittar et al., 2018).

Para a administração de um sistema informatizado na área da saúde é importante a integração dos processos assistências com os processos burocráticos, pois eles irão se complementar. Uma vez que as informações da quantidade de material hospitalar utilizado em um paciente, assim como as medicações e procedimentos médicos têm a sua origem no sistema assistencial. O consumo desses materiais é processado em um sistema administrativo de gestão (considerado burocrático por Bittar et al. (2018)), para poder dar andamento ao processo de licitação para novas aquisições.

A maior dificuldade é o acesso e o tratamento dos dados existentes (Silva, Aidar, & Mathias, 2011). Isso ocorre principalmente pela falta de disponibilização das informações adequadas no momento necessário, assim como, a ausência de articulação entre o processo de gestão e planejamento da saúde e os sistemas de

informatizados de gestão (Bastos & Theme Filha, 2013). Os sistemas devem estar integrados à gestão, e devem englobar todas as práticas relacionadas à saúde, buscando fornecer as informações necessárias ao gerenciamento dos cuidados dos pacientes (De Souza Machado & Cattafesta, 2019). Pois, o volume de informações geradas na área de saúde é excessivo e precisa ser gerenciado de maneira adequada (Barbosa, Márcio, & Martins, 2016).

A dificuldade dos empregos de recursos, sistemas e serviços de informática na área de saúde pública no Brasil, vem ocorrendo desde 1988, com a reforma do sistema nacional de assistência, o fortalecimento do regime federativo e a descentralização da ação governamental (Reis, Mattos, Lenzi, & Santos, 2015). E uma das principais falhas está no fato de que o governo tende a ignorar a relação existente entre as características dos serviços de saúde e a automação de processos (Silva & Filho, 2007), mesmo que os investimentos na área de TICs incorporaram-se de forma definitiva à agenda política a partir dos anos 2000 (Reis et al., 2015).

Um exemplo de dificuldades na implantação de sistemas informatizados de gestão é trazido por Barbosa et al. (2016), que descrevem, por exemplo: falta de infraestrutura para receber o sistema; resistência dos profissionais à mudança e ao uso de tecnologia; alta rotatividade dos profissionais e como consequência o re-treinamento, e principalmente a dificuldade com a latência e com o sistema inoperante. Ainda assim, mesmo com as dificuldades, os resultados finais da implantação foram satisfatórios, pois melhorou o gerenciamento das informações, atendimento ao usuário, organização da unidade e diminuição das burocracias (Barbosa et al., 2016).

Já os autores De Souza Machado e Cattafesta (2019) concluíram que os sistemas de informações ou sistemas informatizados de gestão funcionam como uma ferramenta estratégica de apoio à gestão do SUS, reduzindo as incertezas e permitindo a identificação de questões prioritárias, o planejamento e a governança. Contudo, mesmo com incertezas e obstáculos, os gestores têm se empenhado na implantação e utilização de sistemas informatizados de gestão, para melhorar a prestação e serviços e o compartilhamento de informações (De Souza Machado & Cattafesta, 2019).

Um estudo internacional realizado no Hospital Europeu de Gaza, apresentou que 94,5% dos indivíduos, médicos e gestão administrativa, utilizavam os sistemas informatizados, dentre os quais: sistemas funcionais de informação, sistemas de automação de escritório, gerenciamento de documentos, suporte a decisões, sistemas de informação de alta gerência e sistemas de mensagens. Ainda, constatou dificuldades como: falta de investimento, falta de treinamento adequado e falta de visão da necessidade de um planejamento na área da saúde (Abdulla, Shobaki, & Naser, 2017), assim como ocorre no Brasil.

Algumas soluções podem ser a criação de um departamento especializado de sistemas informatizados em saúde, com uma equipe técnica capaz de prestar suporte de qualidade, contando com o apoio do alto escalão para incentivar o uso (Abu Abdulla, Al Shobaki, & Abu Naser, 2017). Além disso, o interesse em fornecer materiais, equipamentos, dispositivos e modernas redes de comunicações com servidores interligados, mas principalmente a necessidade dos usuários do sistema participarem do processo de projeto e avaliação de sistemas informatizados de gestão (Abu Abdulla et al., 2017).

A participação dos usuários finais e especialistas na implementação de sistemas informatizados de gestão, além de campanhas direcionadas ao pleno uso do sistema é importante (Abu Abdulla et al., 2017). Pois, gera reflexos consideráveis na área da saúde, principalmente no que diz respeito à qualidade do atendimento ao cidadão, ao uso inteligente das informações disponíveis e à eficiência na gestão dos estabelecimentos de saúde (Barbosa et al., 2014).

O uso potencial das tecnologias em saúde podem ser melhorados através da ampliação e implementação de políticas que acelerem o processo de inclusão de TICs (De Souza Machado & Cattafesta, 2019). Que adaptem e complementem o apoio apropriado ao processo de decisão e principalmente o envolvimento de todas as pessoas, gestores e profissionais, da área da saúde na implantação e utilização (De Souza Machado & Cattafesta, 2019). Mesmo sabendo que em ambientes institucionais, também na área da saúde, existem limites quanto à implementação e avaliação de políticas inovadoras (Santos et al., 2017).

2.3 AMBIENTE INSTITUCIONAL E TEORIA INSTITUCIONAL

As instituições são definidas como “um conjunto de regras formais e normas informais que persistem através do tempo, mas também é sempre um padrão de relações sociais, que pode ser competitiva, oposicionista e caracterizada por relações de poder desiguais” (Jenson & Mérand, 2010, p. 82). As instituições são resultados de lógicas formadas pela constante relação de elementos objetivos e subjetivos: “padrões históricos, socialmente construídos, a partir dos quais os indivíduos: (a) organizam o tempo e o espaço; (b) reproduzem sua substância material; e (c) proveem significado à sua realidade social” (Thornton & Ocasio, 1999, p. 804). As instituições são representações de regras, prêmios e sanções que indivíduos, em contextos específicos, criam e recriam para regular seus comportamentos e perspectivas (Thornton & Ocasio, 2008).

Neste sentido, é possível afirmar que as instituições são fundamentais para compreender uma sociedade, principalmente sob dois elementos centrais: a) comportamento dos atores; b) normas, regras e fundamentos compartilhados (Outeiro, Góes, & Nascimento, 2016). E em se tratando de abordagens institucionais, estudos de DiMaggio e Powell (1983) e March e Olsen (2008), mostram que elas são fundamentais para o entendimento do comportamento humano nas instituições, assim como, suas implicações para os processos de mudanças institucionais. Corroborando a ideia Cechelaine, Silveira, de Oliveira e Moraes (2013) e Fialho e Martins (2016) e Mangi (2009) evidenciam em seus estudos as implicações da abordagem institucional para a compreensão das organizações, principalmente a partir das regras que compõem o ambiente organizacional e das ações dos atores.

Juntas, a sociedade e as organizações contribuem na composição de um campo institucional regido por práticas, valores e estruturas suscetíveis às ações de seus atores (Thornton, 2004). Porém, de acordo com a Teoria Institucional, as organizações devem incorporar procedimentos e práticas delineados por conceitos

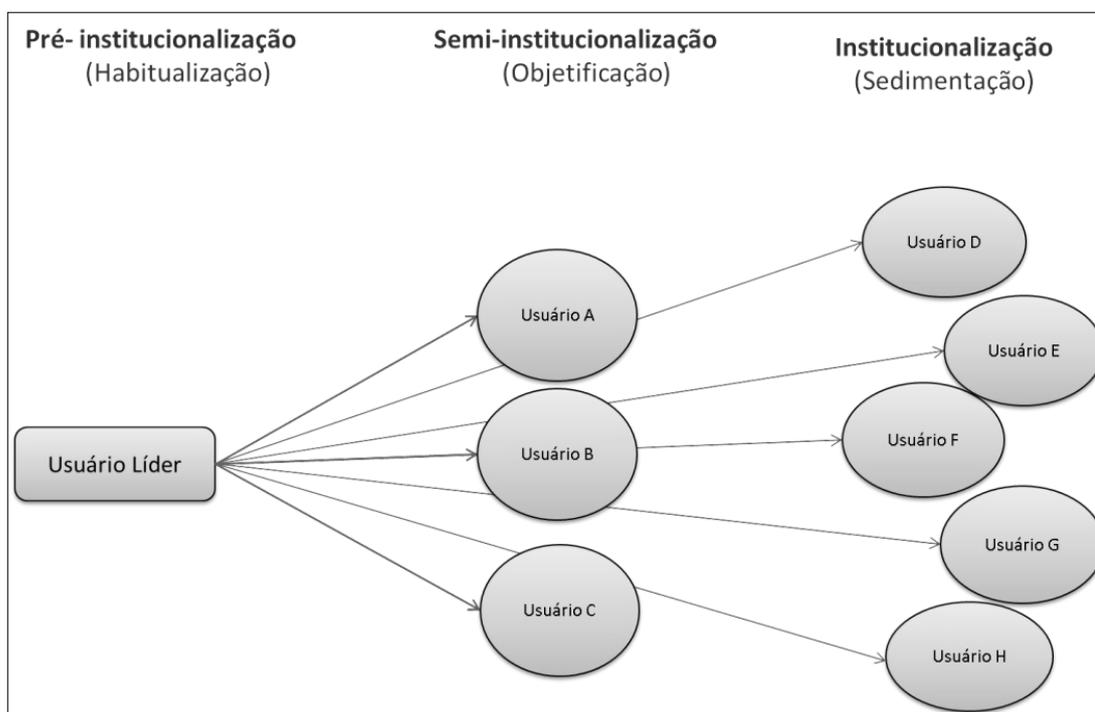
que prevalecem no ambiente organizacional e que estejam institucionalizados na sociedade (Meyer & Rowan, 1977).

Ademais, a Teoria Institucional pode ser um instrumento que auxilia na compreensão da forma como as ações públicas interagem com as ações de atores sociais, levando em consideração a estrutura de poder, análise de valores, cultura e normas sociais (Silva, Pereira, & Alcântara, 2012). Com isso, o institucionalismo pode ser apontado como o caminho para a compreensão da sociedade através de suas instituições, sendo estas determinadoras dos resultados políticos e sociais (Hall & Taylor, 2003).

A institucionalização são ações tipificadas que são tornadas habituais por atores específicos, essas ações representadas pelos comportamentos, são adotadas por indivíduos ou grupos de atores dispostos a resolver conflitos (Tolbert & Zucker, 1996). No momento em que o mínimo de esforço é usado para que esse ciclo funcione, problemas são resolvidos e decisões são tomadas nas organizações (Schutz, 1962). Além de contribuir com a solução de conflitos futuros, pois os envolvidos poderão adotar e guiar-se pelos mesmos procedimentos, classificando e categorizando ações passadas (Schutz, 1962).

Esse processo é importante para o ato de institucionalização, é o momento do desprendimento do significado da ação para o indivíduo, e independe de qual ator realiza a ação a partir daquele momento, a ação é generalizada (Zucker, 1988). Essa ação é chamada de objetificação, a qual é oriunda da habitualização, havendo ainda uma terceira ação que é chamada de sedimentação, na qual os novos atores não conhecem a origem das tipificações (Tolbert & Zucker, 1996). A Figura 2 ilustra essas três ações, as quais podem ser entendidas como estágios ou níveis em um processo de institucionalização.

Figura 2: Estágios de institucionalização



Fonte: Adaptado de (Tolbert & Zucker, 1996)

Conforme os níveis de institucionalização avançam as relações sociais tendem a ficarem mais fortes (Tolbert & Zucker, 1996). As normas e regras são bem mais entendidas e a identidade organizacional é internalizada e difundida entre os funcionários com mais fluidez, conforme se pode verificar no Quadro 4.

Quadro 4: Demonstrativo de estágios de institucionalização

Dimensão	Estágio pré-institucional	Estágio semi-institucional	Estágio de total institucionalização
Processos	Habitualização	Objetificação	Sedimentação
Características dos adotantes	Homogêneos	Heterogêneos	Heterogêneos
Ímpeto para difusão	Imitação	Imitativo/normativo	Normativa
Atividade de teorização	Nenhuma	Alta	Baixa
Variância na implementação	Alta	Moderada	Baixa
Taxa de fracasso estrutural	Alta	Moderada	Baixa

Fonte: Adaptado de (Tolbert & Zucker, 1996)

A teoria pode ser vista tanto por um ambiente técnico, como institucional (DiMaggio & Powell, 1983; Meyer & Scott, 1992). O ambiente técnico é representado

pela troca de bens e serviços, e o ambiente institucional diz respeito ao estabelecimento e à difusão de regras, políticas, procedimentos e normas de atuação, necessárias para o alcance da legitimidade organizacional. Dentro desse ambiente técnico estão contidas as TICs que incluem os sistemas informatizados de gestão.

As organizações, de um modo geral, buscam ter um bom desempenho em todas as áreas. Nas organizações públicas, a busca constante é a qualidade de ofertas de serviço à população, seja através de um aperfeiçoamento do sistema de controle social, ou de serviços de qualidade e transparência (Pereira, 2005).

A implantação de sistemas informatizados é um caminho para melhorar a gestão, porém, a implantação de sistemas informatizados de gestão é um processo longo e requer um tempo de maturação e acultramento (Lapointe & Rivard, 2007). Na prática, as organizações se esforçam muito para concluir e institucionalizar os projetos de tecnologias e sistemas (Purao, Desouza, & Becker, 2012). Um exemplo é um projeto de larga escala no setor público que consumiu mais de US \$ 3 bilhões, mas não conseguiu fornecer os resultados necessários e nem cumprir com o seu papel (Purao et al., 2012).

Esse tempo é necessário para que o sistema se institucionalize, proporcionando importantes contribuições à gestão da organização, através de interações no contexto cultural e político, assim como os processos resultantes da ação dos colaboradores (Fachin & Mendonça, 2003). A adoção de TICs, e nela incluem-se os sistemas informatizados de gestão (King et al., 2011), podem ser compreendidas através dos fatores institucionais. Fatores normativos, regulatórios e cognitivos influenciam a adoção de TICs na administração pública (Scott, 2008). E por isso, a institucionalização dos sistemas informatizados de gestão pode ser influenciada pelo contexto na qual está inserida.

Sistemas informatizados de gestão, em um estágio inicial, chamado de Estágio pré-institucional (Tolbert & Zucker, 1996), tem uma característica de ser imitativo, com um uso opcional, uma alta taxa de fracasso em seu funcionamento e principalmente, gera pouco valor na tomada de decisão. No estágio semi-institucional (Tolbert & Zucker, 1996), o uso do sistema é formalmente ou

informalmente pactuado como regra e a maioria dos grupos reconhece sua importância. Além disso, a taxa de fracasso é média. No entanto, ainda se tem uma baixa adesão por parte dos colaboradores.

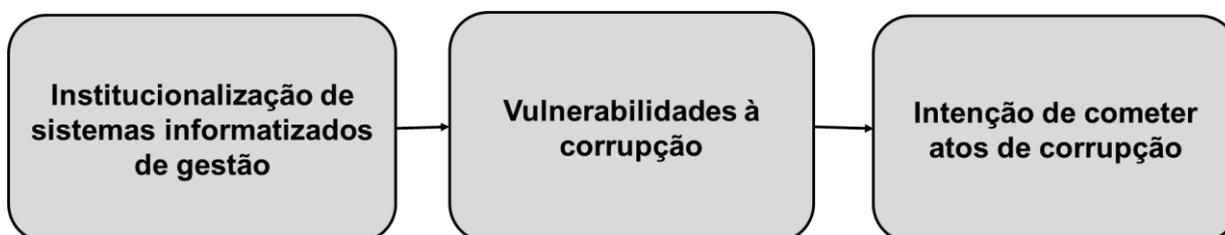
Já no ambiente totalmente institucionalizado (Tolbert & Zucker, 1996), o sistema é reconhecido e possui a totalidade de seus papéis e responsabilidades padronizados, documentados, comunicados, mensurados e avaliados. A taxa de fracasso na utilização é baixa e como fator principal, ele gera alto valor na tomada de decisão.

A partir dos conceitos que irão contribuir com a parte teórica da tese, será apresentado no próximo item o modelo teórico preliminar proposto.

3. MODELO TEÓRICO PRELIMINAR DA PESQUISA

A partir do referencial teórico desta pesquisa definiu-se a visão geral do modelo, que apresenta como pressuposto que a institucionalização de sistemas informatizados de gestão pode reduzir vulnerabilidades à corrupção e quando essas vulnerabilidades são reduzidas, elas podem diminuir a intenção de cometer atos de corrupção, conforme apresentado na Figura 3.

Figura 3: Visão geral do modelo



Fonte: Elaborado pelo autor, 2020

Para a construção do modelo foram utilizados os constructos de institucionalização, fundamentados na Teoria Institucional, vulnerabilidades à corrupção, baseada na literatura e intenção de cometer atos de corrupção, embasada na Teoria do Comportamento Planejado, conforme apresentado no Quadro 5.

Quadro 5: Constructos da Pesquisa

Constructos	Descrição	Referências
Institucionalização de sistemas informatizados de gestão	A perspectiva institucional é adequada para analisar as relações entre tecnologia de informação e comunicação, organizações, e arranjos institucionais e sociais. Sistemas informatizados de gestão que se tornaram institucionais são aqueles considerados, pelos membros de um grupo social, como eficazes e necessários, e geram alto valor na tomada de decisão.	(Tolbert & Zucker, 1996) (Fountain, 2004) (Meyer & Rowan, 1977) (Thornton & Ocasio, 2008) (March & Olsen, 2008) (DiMaggio & Powell, 1983) (Schutz, 1962) (Zucker, 1988)
Vulnerabilidades à Corrupção	A vulnerabilidade, a utilização ou exploração da fraqueza, falha nos processos ou nos controles internos,	(Stoneburner et al., 2002)

Constructos	Descrição	Referências
	no qual pode resultar em eventos não desejados, que podem ser acidentalmente acionados ou intencionalmente explorados. Cada estrutura organizacional é vulnerável à exploração de funcionários, mas as estruturas variam em relação ao local da corrupção. E quando se perde uma fonte de patrocínio, sempre os corruptores procurarão outro setor vulnerável. A análise de práticas administrativas é fundamental para compreender a corrupção de uma forma mais ampla, porém essas práticas não se restringem a tarefas administrativas resultantes da burocracia. Mas envolvem também o conjunto de políticas públicas específicas (punitivas ou não), a reforma do Estado do ponto de vista da gestão, as medidas preventivas de fraudes, a transparência pública e o controle social. Ou seja, uma ampliação da capacidade de gestão, gestão por resultados, eficiência e melhoria institucional da gestão pública, principalmente na busca da inserção da população nas decisões e práticas de gestão governamental.	(Gouvea et al., 2013) (Kaufmann et al., 2006) (Carraro et al., 2011) (Filgueiras & Melo Aranha, 2011) (Srivastava et al., 2016) (Melo et al., 2015) (Dreher & Gassebner, 2013)
Intenção de cometer atos de corrupção	E quando o poder discricionário ou a criação de rendas econômicas ou as instituições fracas ou os sistemas pouco transparentes e burocráticos, associam-se ao comportamento individual mal intencionado, podem influenciar nos processos e procedimentos das organizações públicas gerando a intenção à corrupção. A combinação de atitude para o comportamento, a norma subjetiva e percepção do controle comportamental, conduzem a formação de uma intenção de comportamento (Ajzen, 1991). Os três fatores influenciam na tomada de decisão em relação à corrupção: a atitude do indivíduo em relação à corrupção, a norma subjetiva, e os comportamentos percebidos (Rabl & Kuhlmann, 2008).	(Ajzen, 1991) (Rabl & Kuhlmann, 2008)

Fonte: Elaborado pelo autor, 2020

A partir da visão geral do modelo, foram determinados os constructos e as variáveis, de acordo com a literatura, como pode ser identificado no Quadro 6.

Quadro 6: Constructos e variáveis da pesquisa

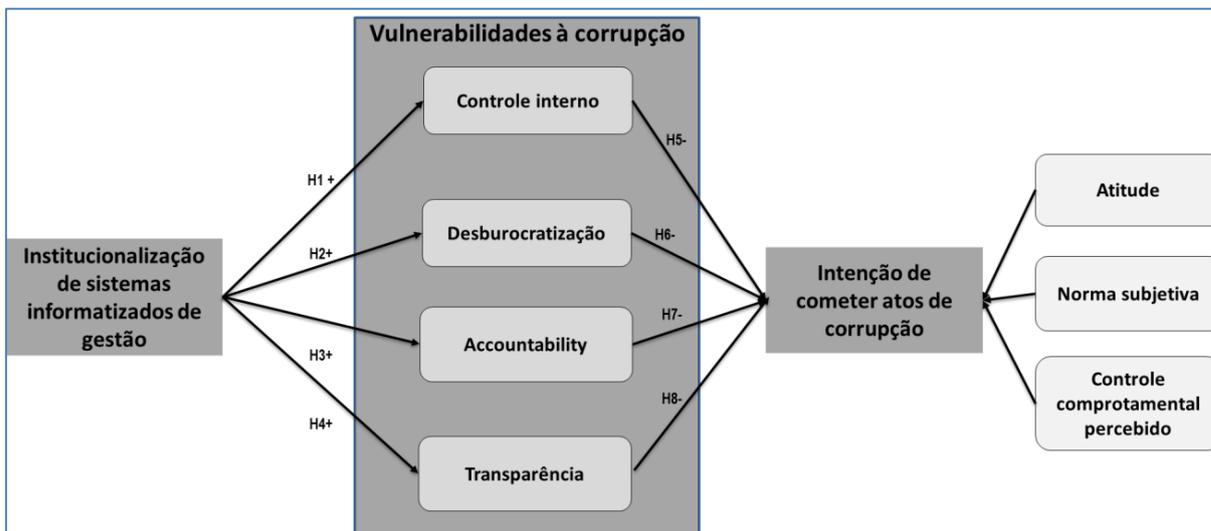
Constructos	Variáveis	Referências
Institucionalização	Institucionalização	(Tolbert & Zucker, 1996)
Vulnerabilidades à corrupção	Accountability	Papéis e responsabilidades (Wang, 2002); (Campos, 1990)
		Transparência (Campos, 1990); (Louzada, Fontes Filho, & Rezende, 2010)
	Desburocratização	Descentralização (Gans-morse, Borges, Makarin, Mannah-blankson, & Nickow, 2018); (Mintzberg, 1979)
		Padronização (Gans-morse et al., 2018); (Puffer, McCarthy, & Jaeger, 2016); (Soares, 2007); (Estrin & Prevezer, 2010);

Constructos		Variáveis	Referências
	Transparência	Participação da sociedade	(Louzada et al., 2010); (Oliveira & Bodart, 2017); (Tondolo, Rosa, Tondolo, Antonio, & Sarquis, 2016); (Mendes et al., 2008); (Galvão, 2016b)
		Transparência na Prestação de Contas	(Wang, 2002); (Campos, 1990); (Costa, Nogueira, & Ribeiro, 2016); (Tondolo et al., 2016); (Correia et al., 2015a)
	Controle interno	Auditoria interna	(Imoniana, Feitas, & Perera, 2016a)
		Canal reclamante	(Imoniana et al., 2016a)
		Gestão de controles internos	(Oliveira, 2006); (Chagas, Siqueira, Sun, & Reinhard, 2016); (Imoniana et al., 2016a); (Galvão, 2016b)
Corrupção	Intenção de cometer atos de corrupção	Atitude	(Rabl & Kuhlmann, 2008)
		Norma subjetiva	(Rabl & Kuhlmann, 2008)
		Controle comportamental percebido	(Rabl & Kuhlmann, 2008)

Fonte: Elaborado pelo autor, 2020

A Figura 4 apresenta o modelo teórico preliminar da pesquisa de forma detalhada.

Figura 4: Modelo teórico preliminar da pesquisa



Fonte: Elaborado pelo autor, 2020

De acordo com Filgueiras e Melo Aranha (2011) normalmente, nas organizações, as normas institucionais não são igualmente aplicadas, ou seja, não

há um universalismo de procedimentos. Para os autores, é fundamental valorizar e assegurar mecanismos de mudança institucional que aprimorem os procedimentos, especialmente no que diz respeito à aplicação de regras institucionais, na relação direta com os cidadãos. Um desses mecanismos são as TICs, e especialmente os sistemas informatizados de gestão, pois o seu avanço é um aspecto importante para a modernização da gestão dos serviços públicos, melhorando o controle interno (Barros & Rodrigues, 2017).

Com base nesse fundamento, estabeleceu-se a seguinte hipótese:

H1 = Quanto maior a institucionalização de sistemas informatizados de gestão, maior é o controle interno.

Ao se tratar de institucionalização, Fountain (2004) destaca que a perspectiva institucional é adequada para analisar as relações entre TICs, organizações, e arranjos institucionais e sociais. No contexto governamental, as TICs foram utilizadas para aumentar a eficiência e reduzir a burocracia nas organizações públicas (Meijer & Bolívar, 2016). Dentre muitas TICs, os sistemas informatizados de gestão têm o potencial de melhorar o gerenciamento das informações, o atendimento ao cidadão, a organização dos processos, a diminuição de filas e a desburocratização (Barbosa et al., 2016)

Assim, baseado nesses conceitos foi estabelecida a seguinte hipótese:

H2 = Quanto maior a institucionalização de sistemas informatizados de gestão, maior é a desburocratização.

Segundo Kluvers e Tippett (2010), a *accountability* é a responsabilidade dos órgãos públicos por uma boa gestão do dinheiro público, com a finalidade de prestar contas. Uma das finalidades da prestação de contas é a participação da sociedade civil nos assuntos públicos (Puppim de Oliveira, 2017) de uma forma mais direta (Barros & Rodrigues, 2017). Essa participação busca melhorar a eficiência dos recursos públicos, através de uma boa gestão. A gestão dos recursos públicos deve ser controlada, e esse controle pode ocorrer através de sistemas informatizados de gestão.

Conforme Amuna et al. (2017), os sistemas informatizados de gestão têm o papel de facilitar as operações dos usuários e o de controlar as tarefas cotidianas, a fim de melhorar a qualidade dos serviços oferecidos. Quando esses sistemas estão institucionalizados a taxa de fracasso é baixa, os processos são documentados e, principalmente, geram valor na tomada de decisão. Os processos bem definidos e documentados levam a uma boa gestão e a uma compreensão clara dos papéis e responsabilidades dos funcionários públicos (Taylor & Buranelli, 2007). Para Nishijima et al. (2017), o funcionário público é, portanto, o responsável direto pelos seus atos, o que leva a uma *accountability* mais direta e a uma melhora no desempenho.

Com base nisso, foi estabelecida a seguinte hipótese:

H3 = Quanto maior a institucionalização de sistemas informatizados de gestão, maior é a *accountability*.

Iniciando como um desejo e se configurando uma pressão por parte dos *stakeholders*, a transparência, quando aplicada à gestão pública, vai muito além de dar a conhecer à população números sobre a atuação da gestão de uma organização pública (Mendes et al., 2008; Galvão, 2016a). A transparência pode proporcionar um melhor gerenciamento organizacional (Jardim, 2008). Conforme Zimmerman (1977) com um gerenciamento eficaz, a administração pública tende a adotar melhores práticas de divulgação.

O gerenciamento eficaz ocorre através de processos e papéis definidos e também por meio de TICs. Uma dessas TICs são os sistemas informatizados de gestão. Quando os sistemas são socialmente difundidos, ou seja, institucionalizados, eles têm a capacidade de produzir novos paradigmas de controle e organização de processo, assim como, o acesso à informação pelo cidadão (Jardim, 2008).

A partir disso, foi estabelecida a seguinte hipótese:

H4 = Quanto maior a institucionalização de sistemas informatizados de gestão, maior é a Transparência.

Embora a TIC possa contribuir para a detecção e a redução dos níveis de corrupção, ela pode não ter efeito, ou pior, pode criar um efeito contrário, quer dizer, pode oferecer novas oportunidades para a corrupção (Heeks, 1998), caso não tenha a devida transparência e controle realizado por órgãos fiscalizadores (Caldas et al., 2016; Srivastava et al., 2016).

Essa inversão de papéis, propiciando novas oportunidades de corrupção como destaca Heeks (1998) ocorre por quatro fatores: a habilidade, a confiança, o acesso e o controle, que podem ser relacionados a sistemas informatizados de gestão. Com isso, o papel e a contribuição dos sistemas informatizados de gestão serão importantes na vulnerabilidade à corrupção.

A contribuição do sistema pode ser evidenciada com um controle, uma vez que, muitas organizações não primam pela competência e pelo controle interno da administração, pois têm práticas ruins de gestão e também possuem recursos humanos pouco qualificados, podendo gerar corrupção e ineficiência no governo (Sodré & Alves, 2010). De acordo com Olivieri et al. (2018) a corrupção irá diminuir, se as oportunidades que levam a ocorrência de corrupção forem minimizadas. E um dos caminhos é a criação de ferramentas de controle interno que proporcionem a melhoria na gestão.

Fundamentado ao conceito, foi estabelecida a seguinte hipótese:

H5 = Quanto maior o controle interno, menor é a intenção de cometer atos de corrupção.

O comportamento individual pode ser afetado por sistemas burocráticos vulneráveis que pode levar à corrupção, mesmo quando esse comportamento se baseia em princípios e crenças éticas (Santos et al., 2013). Ambientes com um número excessivo de procedimentos burocráticos podem estimular atos de corrupção entre empresas e agentes públicos, a fim de reduzir o tempo não razoável para todos os passos burocráticos (Carraro et al., 2011). Assim, deve haver certa desburocratização para evitar atos ilegais de agentes públicos (Graaf, 2007). Segundo Reis (2015) regulamentações e habilitações excessivas, e a alta precariedade de documentos, são práticas comuns que estimulam a corrupção.

Com base nisso, foi estabelecida a seguinte hipótese:

H6 = Quanto maior a desburocratização, menor é a intenção de cometer atos de corrupção.

Segundo Correia et al. (2015a), o aumento da transparência e da *accountability* na gestão pública, pode inibir a corrupção, sobretudo pela pressão exercida pelo cidadão, porém, é necessário o acesso facilitado às informações públicas. A *accountability* influencia a transparência pública e, por consequência, contribui no combate à corrupção (Mendes et al., 2008). Principalmente, quando fica claro quem é responsável pelo que, perante a quem, e quando (Benedicto, Júnior, Pereira, & Andrade, 2013). Mas, o simples ato de disponibilizar informações, especialmente, por razões legais não é necessariamente *accountability*. A *accountability* é um ato mais amplo, que envolve o desejo do gestor de disponibilizar as informações da organização, que tragam uma maior interatividade e utilidade aos demais interessados, na busca de um diálogo aberto (Pinho, Iglesias, & Souza, 2005).

Baseado nisso, foi estabelecida a seguinte hipótese:

H7 = Quanto maior a *accountability*, menor é a intenção de cometer atos de corrupção.

A transparência nos negócios aumenta a probabilidade de descobrir uma ação corrupta (Halter, de Arruda, & Halter, 2009). Para Sacramento e Pinho (2007) em uma organização pública, a transparência é um instrumento que pode ser usado para reduzir a intenção de cometer atos de corrupção e aumentar a democracia entre o Estado e a sociedade. No Brasil, a transparência na administração pública é uma condição fundamental para o avanço no processo de consolidação da democracia e na redução da corrupção (Pereira, 2005).

Fundamentado nesses conceitos, foi estabelecida a seguinte hipótese:

H8 = Quanto maior a transparência, menor é a intenção de cometer atos de corrupção.

Nesta Seção foi apresentada a hipótese geral e o modelo teórico juntamente com as suas hipóteses, na Seção a seguir serão descritos os procedimentos metodológicos utilizados para a realização da pesquisa.

4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O estudo possui natureza exploratória. Segundo Malhotra (2019) o estudo exploratório pode ter como um dos objetivos possibilitar uma maior aproximação e entendimento do problema ao pesquisador, para que se consiga tornar um problema complexo mais usual. A lente teórica utilizada é a teoria institucional de acordo com o que Tolbert e Zucker (1996) descrevem, de que a institucionalização são ações tipificadas que são tornadas habituais por atores específicos e conforme os níveis de institucionalização avançam, as relações sociais tendem a ficarem mais fortes. Além da teoria institucional, a tese também utilizou a Teoria do Comportamento Planejado – TPB (Ajzen, 1991) adaptada ao modelo chamado “ação corrupta” (Rabl & Kuhlmann, 2008). Com isso, o autor adota um posicionamento epistemológico funcionalista (Burrell & Morgan, 1979). O Quadro 7 apresenta um resumo da relação dos objetivos do estudo com os procedimentos metodológicos adotados.

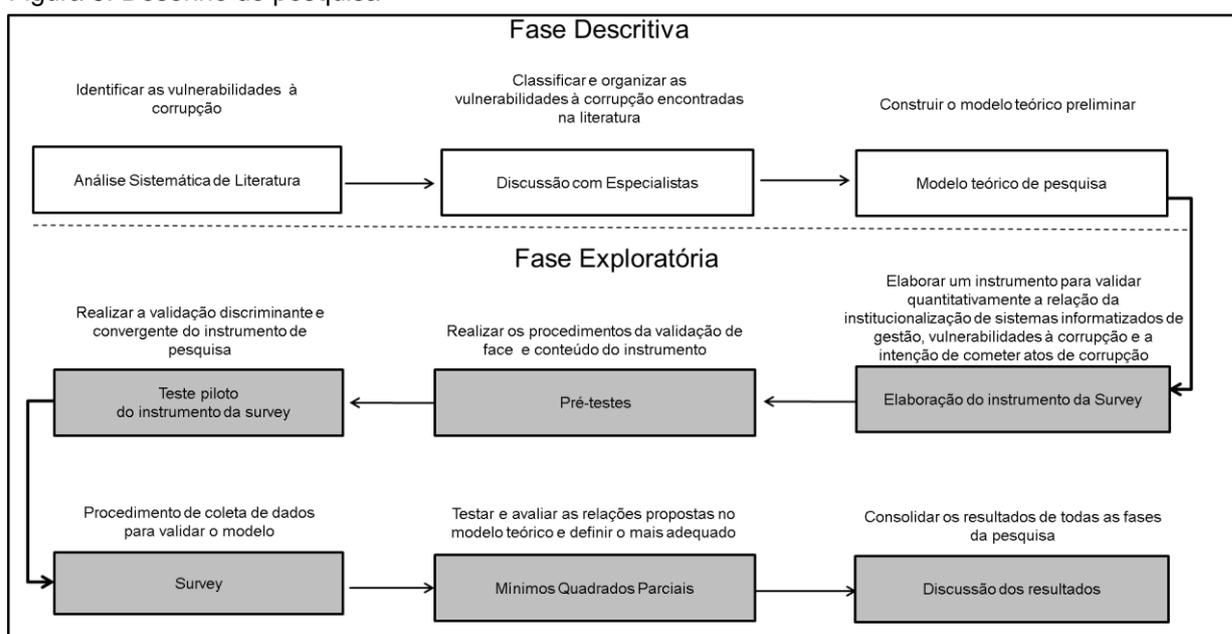
Quadro 7: Delineamento metodológico e o atendimento dos objetivos

	Objetivos	Estratégia de Pesquisa	Fonte de dados	Técnicas de Análise de dados	Tipos de Dados
Fase Descritiva	Identificar e categorizar as vulnerabilidades da corrupção em organizações públicas brasileiras	Revisão Sistemática de Literatura	Literatura Vulnerabilidades identificadas na revisão sistemática	Análise de Conteúdo Categorical	Qualitativo
Fase Exploratória	Identificar a relação da institucionalização de sistemas informatizados de gestão na intenção de cometer atos de corrupção em Organizações Públicas	Survey (dados primários)	Instrumento estruturado Secretarias de saúde municipais	Mínimos Quadrados Parciais	Quantitativo
Fase Exploratória	Avaliar o nível de adoção de sistemas informatizados de gestão na administração pública brasileira	Survey (dados primários)	Instrumento estruturado Secretarias de saúde municipais	Média, mediana e desvio padrão	Quantitativo
Fase Exploratória	Propor um modelo de relações entre sistemas informatizados de gestão, vulnerabilidades da corrupção e intenção de cometer atos de corrupção	Survey (dados primários)	Instrumento estruturado Secretarias de saúde municipais	Análise Fatorial Mínimos Quadrados Parciais	Quantitativo

Fonte: Elaborado pelo autor, 2020

O estudo possui um enfoque qualitativo e quantitativo, em virtude das diferentes técnicas de coleta e análise de dados. Esse estudo foi dividido em duas fases (Fase 1 - Descritiva; Fase 2 - Exploratória) para facilitar o andamento. A Figura 5 apresenta o desenho de pesquisa, o qual traz a sequência de procedimentos e técnicas que foram utilizados.

Figura 5: Desenho de pesquisa



Fonte: Elaborado pelo autor, 2020

Os próximos itens estão concentrados na descrição e detalhamentos dos procedimentos de cada uma das etapas.

4.1 FASE 1 – DESCRITIVA

As etapas dessa fase são de revisão sistemática da literatura, análise aprofundada e discutida com especialistas e a construção do modelo preliminar de pesquisa. A seguir estão detalhadas as etapas, iniciando-se pela revisão sistemática da literatura.

4.1.1 Revisão Sistemática da Literatura

A revisão sistemática foi utilizada para identificar as vulnerabilidades à corrupção ligadas ao setor público brasileiro. A busca envolveu diversas atividades ou etapas, divididas em três fases, quais sejam, planejamento, realização da revisão e o relato da revisão (Brereton, Kitchenham, Budgen, Turner, & Khalil, 2007). Todas as etapas metodológicas utilizadas podem ser observadas a seguir, no Quadro 8.

Quadro 8: Procedimentos para revisão sistemática da literatura

Fase – Etapa - Passo	Procedimento - Vulnerabilidades
1 - 1 - Especificação da pergunta de pesquisa	Quais são as vulnerabilidades da corrupção no setor público brasileiro?
1 - 2 - Protocolo de pesquisa	Busca de artigos científicos publicados em periódicos revisados por pares e indexados nas bases de dados: <i>Scielo, Ebsco, Sage, Wiley, Springer, Emerald, ProQuest, Spell, Scopus e Web ofscience</i> . Termos utilizados: corrupção e Brasil ou <i>Corruption and Brazil</i> (publicação em português ou inglês). Período estipulado = Todos os anos (até janeiro de 2019)
1 - 3 - Validação do protocolo de pesquisa	A revisão do protocolo foi realizada por outros três pesquisadores
2 - 4 - Identificação das pesquisas relevantes	Retorno inicial de 525 artigos
2 - 5 - Seleção dos estudos primários	Foram retirados os artigos duplicados dentro de cada base de dados e posteriormente entre as bases. Exclusão de artigos em duplicidade por terem entradas em diferentes idiomas (127). Retirada dos artigos que claramente não tratavam sobre o Brasil, corrupção ou setor público (131), restando 267 artigos.
2 - 6 - Avaliação da qualidade do estudo	Seleção de somente artigos acadêmicos, descartando 40 artigos referentes a artigos não acadêmicos ou de conferências, capítulos de livros, artigos em duplicidade ou com abordagens superficiais, ficando 227 artigos para a análise.
2 - 7 - Extração dos dados necessários	Os artigos foram importados para o software Mendeley®, onde foram realizados todos os preenchimentos necessários. Depois foram exportados e organizados em uma planilha, dispostos com os principais dados como: autor, revista, ano, etc.
2 - 8 - Síntese dos dados	Leitura detalhada de todos os artigos, utilizando como ferramenta o <i>software Nvivo®</i> . Neste momento foi realizada a análise de conteúdo categorial com categorias de causas da corrupção identificadas <i>a posteriori</i> .
3 - 9 - Escrever o relatório	Seção 2.3 de vulnerabilidade e na discussão da tese, Seção 5.
3 - 10 - Validação do relatório	A validação foi realizada por outros quatro pesquisadores, revisando todas as etapas do modelo proposto.

Fonte: Dados da Pesquisa com base em (Brereton et al., 2007)

O passo 1 da revisão consistiu na elaboração da pergunta de pesquisa específica da revisão sistemática da literatura, pela qual pretendia-se identificar quais eram as vulnerabilidades à corrupção no Brasil. A elaboração deste primeiro passo foi importante para determinar as palavras-chaves e todos os filtros de pesquisa. Essas características são descritas no protocolo de pesquisa, o qual faz parte do segundo passo do estudo. O protocolo (passo 2) foi criado para contemplar os artigos científicos publicados em periódicos indexados nas bases mais importantes na área de Ciências Sociais e Sociais Aplicadas.

As bases de dados da área foram contempladas para atender a busca por “corrupção e Brasil” e também “*Corruption and Brazil*”, devido à possibilidade de publicações a respeito do assunto na língua inglesa. Neste passo foram determinadas as seguintes bases de dados da pesquisa: *Scielo, Ebsco, Sage, Wiley, Springer, Emerald, ProQuest, Spell, Scopus e Web of Science*. Foram considerados artigos científicos escritos em português e inglês, publicados em periódicos revisados por pares e publicados a partir de qualquer ano de publicação inicial e até o ano de 2019. Posteriormente, foi realizada a revisão do protocolo (passo 3) por outros três pesquisadores, com a intenção de validar os critérios de seleção dos artigos.

Com a finalização dos três passos do primeiro estágio, que se refere ao planejamento da revisão, teve início o estágio dois, que diz respeito à condução da revisão. O passo 4 iniciou-se com a identificação das pesquisas relevantes. O resultado da pesquisa retornou inicialmente 525 artigos. Estes artigos foram então, analisados (passo 5) para verificar se estavam adequados aos critérios e objetivos do estudo. Na primeira seleção foram retirados os artigos duplicados dentro de cada base de dados, a partir da leitura dos títulos dos artigos. Com a exclusão da duplicidade em cada base de dados realizada, restaram 398 artigos. Na sequência, os artigos duplicados entre as bases de dados foram retirados, baseando-se novamente na leitura dos títulos dos mesmos, mantendo em uma planilha a informação das bases nas quais eles foram localizados. Além disso, foi realizada a exclusão de duplicidade por idioma, isto é, títulos de artigos escritos em português e inglês. Com isso restaram 297 artigos.

Ainda no passo 5, mas no estágio dois, foram executados mais alguns filtros. Para isso foi realizada uma redução gradativa. A primeira redução foi realizada com

base na leitura dos títulos dos 297 artigos visando identificar se todos tratavam de fato sobre corrupção ou sobre o Brasil, mesmo tendo passado nos critérios de busca. Em 30 artigos, não foi possível identificar claramente o seu foco e tema, para estes procedeu-se a leitura resumos/abstracts. Naqueles em que isso não foi suficiente, foi realizada a leitura do artigo. Após as exclusões necessárias terem sido feitas – de artigos não relacionados ou minimamente relacionados à corrupção e ao Brasil, restaram 267 artigos. O número significativo de exclusões se deve ao fato de diversos artigos citarem o Brasil em seu texto sem terem de fato pesquisado o Brasil.

A avaliação da qualidade dos estudos (passo 6) foi realizada através da conferência do atendimento dos critérios: artigos científicos publicados em periódicos e diretamente relacionados ao tema e foco desta pesquisa. Assim, 40 dos 267 artigos foram descartados por serem artigos não acadêmicos ou de conferência, capítulos de livros, leis ou por estarem repetidos ou muito superficiais. Assim, restaram 227 artigos para a análise (dispostos no Apêndice B).

Os passos 7, 8, 9 e 10 estão descritos e detalhados na Seção de resultados da tese, Seção 5.

Com o resultado das vulnerabilidades à corrupção, foi proposto um modelo teórico preliminar conforme descrito na Seção 3. As vulnerabilidades à corrupção selecionadas para o modelo foram de acordo com o número de evidências na qual constavam nos artigos pesquisados. As cinco primeiras vulnerabilidades foram selecionadas, primeiro, porque elas representam mais de 56% do total e o mais importante, é que as quatro vulnerabilidades (controle não efetivo, burocracia excessiva, falta de *accountability* e auditoria adequadas e transparência ineficaz ou ausente) referem-se à gestão, que estão interligadas ou associadas aos sistemas informatizados. A vulnerabilidade “comportamento corrupto de agentes públicos e políticos”, não aparece de forma direta no modelo, mas a mesma está diretamente ligada ao constructo “intenção de cometer atos de corrupção”.

Após a identificação dos constructos e a construção do modelo preliminar, iniciou-se a fase exploratória.

4.2 FASE 2 – FASE EXPLORATÓRIA

4.2.1 Criação do Instrumento

Primeiramente, nesta fase, foi criado o instrumento para a coleta de dados, o qual foi desenvolvido com base no modelo proposto. O questionário foi composto de duas partes. A primeira parte foi um conjunto de questões para confirmação das relações identificadas no modelo teórico proposto, e a segunda parte do questionário contemplou um conjunto de questões sociodemográficas. As questões, pertencentes ao questionário e que têm o objetivo de medir as variáveis, são do tipo fechadas e utilizam uma escala de concordância do tipo *likert* de cinco pontos (Hair, Black, Babin, Anderson, & Tatham, 2006). O questionário inicial contou com um total de 63 questões, mais 07 questões sociodemográficas.

4.2.2 Pré-teste do Instrumento

Após a criação do instrumento, foi realizado um pré-teste, considerando os seguintes itens (Converse & Presser, 1986; Gil, 2009; Krosnick, 2018):

- **Clareza e precisão dos termos:** O instrumento deve estar adequado ao conhecimento dos respondentes, o vocabulário utilizado não deve causar dificuldade ou dupla interpretação, não deve haver erros ortográficos;
- **Quantidade de perguntas:** O tempo necessário para o preenchimento do instrumento não deve deixar os respondentes impacientes ou cansados;
- **Forma das perguntas:** Fazer uma mesma pergunta de formas distintas, com o objetivo de sondar a reação dos pesquisados a cada uma delas, pode ser importante.

- **Instruções para o preenchimento:** As instruções para o preenchimento do instrumento devem ser suficientes e claras, deve-se ponderar sobre a possibilidade de erro devido às instruções de desvio de questões;
- **Ordem das perguntas:** A ordem das questões deve considerar a possibilidade de influência de uma pergunta sobre outra;
- **Formato do instrumento:** O tipo e o tamanho da letra, e a disposição das perguntas devem facilitar a leitura;
- **Conteúdo das questões:** As perguntas precisam atender de forma apropriada o objeto da pesquisa, sem causar constrangimento ao respondente.

Oito especialistas participaram do pré-teste. As características dos participantes do pré-teste estão apresentadas no Quadro 9. As principais sugestões dadas foram referentes às descrições de algumas perguntas, para melhor entendimento. Também foi sugerida a troca da ordem de algumas perguntas e ainda, a eliminação de duas perguntas, pois estavam muito semelhantes a outras duas perguntas.

Quadro 9: características dos participantes do pré-teste.

Área de formação	Atuação	Tempo de experiência	Titulação	Expertise
Letras/Administração	Professor	20 anos	Mestre	Legislação em saúde
Educação	Professor	23 anos	Doutor	Métodos de pesquisa
Administração	Professor	10 anos	Doutor	Métodos de pesquisa
Letras/Pedagogia	Consultor	35 anos	Mestre	Ortografia/Linguística
Administração/Medicina	Administrador	32 anos	Mestre	Saúde
Administração	Professor	17 anos	Doutor	Corrupção
Ciência da Computação	Professor	15 anos	Doutor	Sistemas
Administração	Professor	22 anos	Doutor	Corrupção

Fonte: Elaborado pelo autor, 2020

O pré-teste teve a finalidade de realizar as validações de face e conteúdo. Após as adequações, o questionário ficou com 61 perguntas, além das perguntas sociodemográficas (Apêndice C) e seguiu-se para o teste piloto.

4.2.3 Teste Piloto

O teste piloto foi aplicado por meio de um formulário impresso e distribuído aos colaboradores da secretaria de saúde da cidade de Cascavel-PR, por ter uma

estrutura completa de serviços. Os respondentes foram os servidores diretos da secretaria. E como todos os servidores utilizam sistemas informatizados de gestão de alguma maneira, independente do cargo, função ou setor, todos poderiam contribuir. Participaram 93 pessoas, contudo, 6 respondentes não completaram as respostas e por isso restaram 87 respostas válidas. As características dos respondentes estão listadas na Tabela 3.

Tabela 3: Características dos respondentes do teste piloto

Área	Cargo	Gênero	Idade	Formação	Tempo do setor
Administrativo (25)	Administrador Hospitalar (2) Auxiliar administrativo (4) Coordenação (3) Enfermeira auditora (9) Faturamento (4) Fiscal (3)	Mas (2) Fem (23)	18 a 25 (2) 26 a 35 (3) 36 a 45 (11) 46 a 55 (6) Acima 56 (3)	Não graduado (4) Graduação (6) Especialista (6) Mestrado (6) Doutorado (3)	m= 9
Controladoria e avaliação (13)	Coordenação (3) Enfermeiro (5) Gerente de divisão (2) Psicóloga (3)	Mas (5) Fem (8)	36 a 45 (8) 46 a 55 (5)	Graduação (3) Especialista (7) Mestrado (3)	m= 10,5
Financeiro (2)	Auxiliar Administrativo (1) Faturamento (1)	Fem (2)	18 a 25 (2)	Não graduado (2)	m= 1,3
Fiscalização (6)	Auditor (3) Fiscal (3)	Mas (3) Fem (3)	46 a 55 (3) Acima 56 (3)	Especialista (2) Graduação (2) Mestrado (2)	m= 14,4
Laboratório Municipal (9)	Analista Clínico (3) Bioquímica (3) Coordenação (3)	Fem (9)	36 a 45 (6) Acima 56 (3)	Graduação (4) Especialista (3) Mestrado (2)	m= 7,8
Saúde da Família (15)	Atendente de serviço de saúde (3) Auditor (3) Auxiliar Administrativo (6) Dentista (3)	Mas (6) Fem (9)	26 a 35 (6) 36 a 45 (6) 46 a 55 (3)	Não graduado (6) Graduação (3) Especialista (6)	m= 7,6
Tecnologia da Informação (7)	Analista de Sistemas (1) Técnico em Informática (5) Gerente de divisão (1)	Mas (7)	18 a 25 (2) 26 a 35 (4) 36 a 45 (1)	Não graduado (4) Graduação (1) Doutorado (1)	m= 6,8
Vigilância sanitária (10)	Auxiliar Administrativo (2) Enfermeira (3) Fiscal (5)	Fem (10)	26 a 35 (2) 36 a 45 (3) 46 a 55 (5)	Não graduado (2) Graduação (6) Especialista (2)	m= 14,1

Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

O número de participantes do teste piloto foi definido com o auxílio do software livre G*Power 3.1.9 (Faul, Erdfelder, Buchner, & Lang, 2009). A Tabela 4 mostra o resultado obtido pelo *software*. Os valores de parâmetros recomendados para o cálculo foram: Power (1- β errprob) de 0,80 e tamanho de efeito (f^2) de 0,15 (Cohen, 1988; Hair, Hult, Ringle, & Sarstedt, 2014). O tamanho da amostra recomentado, de acordo com os cálculos, foi de 85. Esse resultado mostra que o número de 87 respostas válidas foi adequado para a realização do teste piloto.

Tabela 4: Teste de amostra para o teste piloto

	Analysis:	A priori: Compute required sample size
Input:	Effect size f^2	0,15
	α err prob	0,05
	Power (1- β err prob)	0,80
	Number of predictors	4
Output:	Non centrality parameter λ	12,7500000
	Critical F	2,4858849
	Numerator df	4
	Denominator df	80
	Total sample size	85
	Actual power	0,8030923

Fonte: Elaborado pelo autor com base no resultado do G*Power 3.1.9 (Faul et al., 2009)

Para fins de aprimoramento do instrumento de coleta de dados foram realizados procedimentos de validação. Conforme Hair et al. (2006), deve-se realizar testes em um conjunto de respondentes para as validações prévias, necessárias quando é utilizado um instrumento de medida adaptado de outras pesquisas. Os testes de Kaiser-Meyer-Olkin (KMO), Alfa de Cronbach e análise dos componentes principais foram realizados no software SPSS®.

O primeiro procedimento foi um teste para verificar se a matriz de correlação estava adequada para uma análise fatorial, através do teste de Kaiser-Meyer-Olkin (KMO). O KMO foi aceitável, pois, ficou com um valor de 0,829. Os valores de KMO aceitáveis devem estar entre 0,5 a 1,0 (Hair, Anderson, & Tatham, 1987).

Para a validação da confiabilidade do instrumento de pesquisa, foi utilizado o Alfa de Cronbach, que apresentou um resultado de 0,937. Para Hair et al. (2006) o Alfa de Cronbach é um dos testes mais usados para verificar a coerência interna de

um conjunto de variáveis, determinando assim, a confiabilidade de uma medida. Para um instrumento ser confiável o Alfa de Cronbach deve ser maior que 0,70 (Hair et al., 2014) e de acordo com o resultado, o instrumento é confiável, pois apresentou um valor de 0,937.

A análise dos componentes principais foi realizada através do método de rotação *varimax*, sem definir o número de fatores a serem extraídos (Hair et al., 2014). O valor apresentado mostra que 14 fatores correspondem a 89,68% da variância total explicada. Os resultados do pré-teste realizado no SPSS estão elencados no Apêndice D.

O software SmartPLS® foi utilizado para realizar a modelagem de equações estruturais com estimação por mínimos quadrados parciais (PLS-SEM). O PLS foi criado para maximizar a acurácia preditiva dos modelos, oferecendo flexibilidade para a modelagem de equações estruturais (Hair et al., 2014). Conforme Bido e Da Silva (2019) a utilização do (PLS-SEM) na área da ciência social tem se mostrado como uma excelente possibilidade para a avaliação de relações entre construtos. A opção de uso do PLS na tese ocorreu porque ele é recomendado quando se tem modelos com suportes teóricos menos consagrados ou ainda pouco explorados (Ringle, Silva, & Bido, 2014), ou seja, onde as relações causais ainda não tem grande “sedimentação” e podem ser usadas de forma mais “exploratórias” (Bido & Da Silva, 2019).

No SmartPLS® foram analisadas as relações entre os construtos, e seus indicadores, tendo em vista os preceitos de Hair et al. (2006) de Confiança Composta, Análise de Variância Extraída e Validade Discriminante. Para o ajuste do modelo foi necessário eliminar 10 perguntas do questionário criado, por apresentarem cargas fatoriais muito baixas. Do total de 61 perguntas originais, restaram 51 perguntas que compuseram o questionário final para a aplicação (Apêndice E).

As perguntas eliminadas estão detalhadas no Quadro 10.

Quadro 10: Perguntas eliminadas após teste piloto

Nível de institucionalização (Constructo)	Variáveis	Perguntas eliminadas
Institucionalização	Institucionalização	-
<i>Accountability</i>	Papéis e responsabilidades	-
	Transparência	-
Desburocratização	Descentralização	-
	Padronização	- Acredito que poderiam ter mais tarefas padronizadas.
Transparência	Participação da sociedade	- A minha organização tem por prática prestar contas de recursos e ações realizadas, mesmo que não seja uma exigência. - A minha organização apresenta uma central de Ouvidoria para atendimento de beneficiários, partes interessadas e comunidade em geral.
	Transparência na prestação de contas	- Eu acredito que para o cumprimento dos requisitos legais, a informação que disponibilizo é relevante. - A minha organização disponibiliza um espaço para receber críticas e sugestões das partes interessadas e comunidade em geral.
Controle interno	Auditoria interna	- Há uma auditora interna atuante no meu local de trabalho. - A auditoria interna é importante e por isso gosto da participação dos auditores. - Acredito que poucos itens são questionados pela auditoria interna.
	Canal reclamante	-
	Gestão de controles internos	- As regras são claras, contudo, alguns colegas não cumprem, por não compreenderem. - Existe um conselho fiscal que contribui com a gestão do controle interno.
Intenção de cometer atos de corrupção	Atitude	-
	Norma subjetiva	-
	Controle comportamental percebido	-

Fonte: Elaborado pelo autor, 2020

A variável “Auditoria interna” do constructo “Controle interno”, foi descartada, pois todas as perguntas tiveram uma baixa carga fatorial. Com a eliminação necessária para o ajuste do modelo, foi realizado um novo cálculo, que apresentou um valor de Variância Média Extraída (AVE) satisfatória, em cada constructo: “Institucionalização” (0,515); “*Accountability*” (0,670); “Desburocratização” (0,501); “Transparência” (0,508); “Controle interno” (0,519). O constructo: “Intenção de cometer atos de corrupção” (0,479), apresentou uma AVE um pouco abaixo do valor considerado satisfatório (0,50), contudo, optou-se em manter todas as variáveis, por se tratar de um modelo já testado (Rabl & Kuhlmann, 2008). De acordo com Fornell

e Larcker (1981) quando as AVEs são maiores que 0,50, admite-se que o modelo converge a um resultado satisfatório.

A análise de validade discriminante também foi verificada, ou seja, à medida que os constructos ou variáveis latentes são independentes uns dos outros (Hair et al., 2014). A validade foi realizada considerando dois critérios (Ringle et al., 2014).

O primeiro critério é o de Fornell e Larcker (1981), no qual se compara as raízes quadradas dos valores das Variâncias Médias Extraídas (AVE) de cada um dos constructos com correlação de Pearson entre os constructos. E as raízes quadradas AVEs devem ser maiores que as correlações entre os constructos. Todas foram aceitas, pois apresentaram o maior valor quando cruzadas, conforme demonstra a Tabela 5.

Tabela 5: Validade Discriminante do teste piloto

	Controle interno	Corrupção	Institucionalização	Transparência	Accountability	Desburocratização
Controle interno	0,720					
Corrupção	0,526	0,692				
Institucionalização	0,567	0,187	0,718			
Transparência	0,680	0,536	0,595	0,713		
Accountability	0,583	0,222	0,637	0,659	0,819	
Desburocratização	0,545	0,394	0,461	0,644	0,492	0,708

Fonte: Resultado da análise SmartPLS®, 2020

O segundo critério foi observar as cargas cruzadas (*Cross Loading*). Conforme Chin (1998) é recomendável que os indicadores devem ter cargas fatoriais mais altas nos seus respectivos constructos (variável latente) do que em outras. Esse critério também foi atendido, pois cada uma das perguntas apresentou uma carga fatorial maior no seu respectivo constructo, conforme mostra a Tabela 6.

Tabela 6: Validade Discriminante – Análise de *Cross Loading* do teste piloto

	Controle interno	Corrupção	Institucionalização	Transparência	Accountability	Desburocratização
Q1_instuc	0,479	0,201	0,773	0,430	0,464	0,396
Q2_instuc	0,331	0,311	0,790	0,481	0,605	0,257
Q3_instuc	0,215	-0,121	0,598	0,486	0,437	0,364
Q4_instuc	0,602	0,109	0,694	0,305	0,303	0,306
Q5_acc_papeis	0,396	0,276	0,634	0,546	0,869	0,476
Q6_acc_papeis	0,463	0,201	0,688	0,440	0,860	0,367
Q7_acc_papeis	0,574	0,116	0,573	0,586	0,882	0,506
Q8_acc_papeis	0,416	0,243	0,358	0,524	0,668	0,305

	Controle interno	Corrupção	Institucionalização	Transparência	Accountability	Desburocratização
Q9_acc_transp	0,533	0,194	0,260	0,523	0,760	0,330
Q10_acc_transp	0,452	0,179	0,480	0,637	0,880	0,388
Q11_acc_transp	0,598	0,039	0,450	0,598	0,788	0,416
Q12_desb_descent	0,372	0,144	0,377	0,501	0,524	0,763
Q13_desb_descent	0,187	0,071	0,005	0,407	0,434	0,563
Q14_desb_descent	0,414	0,351	0,289	0,554	0,587	0,647
Q15_desb_padron	0,416	0,319	0,508	0,409	0,389	0,762
Q16_desb_padron	0,550	0,409	0,108	0,537	0,306	0,744
Q18_desb_padron	0,300	0,293	0,227	0,268	0,028	0,592
Q19_desb_padron	0,353	0,225	0,414	0,545	0,250	0,842
Q20_transp_partc	0,636	0,265	0,317	0,690	0,531	0,464
Q21_transp_partc	0,357	0,386	0,419	0,735	0,354	0,423
Q22_transp_partc	0,345	0,577	0,234	0,656	0,239	0,433
Q24_transp_partc	0,510	0,330	0,558	0,817	0,600	0,633
Q25_transp_partc	0,274	0,461	0,136	0,674	0,342	0,368
Q27_transp_partc	0,358	0,180	0,423	0,645	0,437	0,451
Q28_transp_prest_cont	0,624	0,328	0,517	0,629	0,398	0,525
Q29_transp_prest_cont	0,560	0,383	0,510	0,714	0,561	0,373
Q31_transp_prest_cont	0,403	0,276	0,360	0,727	0,564	0,484
Q33_transp_prest_cont	0,650	0,536	0,580	0,814	0,616	0,438
Q37_contr_int_canal_rec	0,719	0,268	0,316	0,445	0,313	0,279
Q38_contr_int_canal_rec	0,762	0,272	0,436	0,489	0,418	0,456
Q39_contr_int_canal_rec	0,624	0,419	0,335	0,454	0,349	0,613
Q40_contr_int_gest_cont	0,741	0,321	0,426	0,554	0,508	0,439
Q41_contr_int_gest_cont	0,729	0,388	0,515	0,675	0,540	0,370
Q42_contr_int_gest_cont	0,695	0,361	0,352	0,420	0,455	0,476
Q44_contr_int_gest_cont	0,760	0,403	0,482	0,328	0,303	0,288
Q45_contr_int_gest_cont	0,722	0,536	0,356	0,521	0,441	0,216
Q47_1_corrup_atitude	0,335	0,835	-0,033	0,255	0,073	0,246
Q47_2_corrup_atitude	0,332	0,746	-0,129	0,259	0,020	0,293
Q47_3_corrup_atitude	0,218	0,832	-0,178	0,246	0,046	0,214
Q47_4_corrup_atitude	0,278	0,863	-0,139	0,297	0,079	0,274
Q47_5_corrup_atitude	0,300	0,873	-0,110	0,315	0,091	0,287
Q47_6_corrup_atitude	0,231	0,822	-0,161	0,279	0,055	0,228
Q47_7_corrup_atitude	0,251	0,856	-0,132	0,251	0,060	0,264
Q47_8_corrup_atitude	0,282	0,862	-0,141	0,297	0,076	0,265
Q47_9_corrup_atitude	0,268	0,857	-0,155	0,283	0,059	0,250
Q56_corrup_nor_subj	-0,290	-0,249	-0,289	-0,437	-0,229	-0,142
Q57_corrup_nor_subj	-0,271	0,000	-0,559	-0,252	-0,169	-0,268
Q58_corrup_nor_subj	0,250	0,275	-0,010	0,057	0,058	0,113
Q59_corrup_comp_perc	0,230	0,135	-0,036	-0,117	-0,050	0,083
Q60_corrup_comp_perc	-0,484	-0,599	-0,500	-0,549	-0,242	-0,278
Q61_corrup_comp_perc	-0,592	-0,577	-0,622	-0,604	-0,391	-0,337

Fonte: Resultado da análise SmartPLS®, 2020

Como se pode observar, o constructo “Intenção de cometer atos de corrupção”, não teve todos os seus itens validados, ou seja, nem todas as perguntas do constructo tiveram as maiores cargas, quando cruzadas. Porém, os itens não foram descartados, pois as questões já haviam sido testadas por Rabl e Kuhlmann (2008), e também por se tratar de um teste piloto.

Após todas as validações do teste piloto e adequação do questionário de pesquisa, foram realizados os passos seguintes, iniciando pela coleta de dados.

4.2.4 Coleta de Dados

O primeiro passo foi à caracterização do perfil do respondente, para se determinar a amostra mais adequada levando em consideração a unidade de análise da pesquisa. A unidade de análise é definida de acordo com o objetivo e a questão de pesquisa. Assim define-se como unidade de análise o indivíduo, pois a intenção de se cometer atos de corrupção parte dele.

Para analisar os dados com o viés da unidade de análise adotado, a amostra foi composta por servidores da administração pública, que são lotados na secretaria de saúde do município, que atuem na administração pública direta (concursados e cargos de confiança) e que utilizem sistemas informatizados de gestão. Mas, é importante salientar que os sistemas informatizados de gestão não são necessariamente os mesmos. Cada município pode ter o seu próprio sistema ou um sistema de mercado. Contudo, as características de funcionalidades são semelhantes, como por exemplo, gerenciamento de processo, administração de recursos financeiros e um controle efetivo dos fluxos de trabalho.

Em relação ao tamanho da amostra, foi realizado um cálculo, através do Software Livre G*Power® 3.1.9 (Faul et al., 2009), considerando-se a utilização da ferramenta SmartPLS® para realizar a técnica de dados *Partial Least Squares* (PLS). Primeiro foi verificado qual é o constructo que recebe o maior número de setas. O constructo “Intenção de cometer atos de corrupção” recebeu quatro setas, e

por isso ele foi o constructo utilizado para determinar a amostra mínima do estudo, que neste caso foi de 85 respondentes, conforme evidencia a Tabela 7.

Tabela 7: Cálculo do tamanho da amostra

Analysis:		A priori: Compute required sample size
Input:	Effect size f^2	0,15
	α err prob	0,05
	Power (1- β err prob)	0,8
	Number of predictors	4
Output:	Non centrality parameter λ	12,7500000
	Critical F	2,4858849
	Numerator df	4
	Denominator df	80
	Total sample size	85
	Actual power	0,8030923

Fonte: Elaborado pelo autor com base no resultado do G*Power 3.1.9 (Faul et al., 2009)

De acordo com Faul et al. (2009), além de considerar o número de quatro relações, conforme demonstrado na Tabela 7, também é preciso levar em consideração o número de variáveis observadas, que no caso do questionário da tese é de 51. Deve haver entre cinco (5) e dez (10) respondentes para cada uma das variáveis observadas (Hair et al., 2014). Com base nesses critérios a quantidade de respostas válidas deve estar entre 255 e 510.

A *survey* foi realizada com respondentes que atuam em secretarias de saúde de municípios do Estado do Paraná e se alinham ao perfil necessário para o estudo, pois, lidam com estruturas que envolvem o orçamento da saúde, além de trabalharem utilizando sistemas informatizados de gestão.

A pesquisa *survey* é a obtenção de dados ou informações sobre características, ações ou opiniões de um determinado grupo de pessoas, representando uma população alvo, por meio de um instrumento, normalmente um questionário. Como principais características do método de pesquisa *survey* podem ser citadas: a) O interesse em produzir descrições quantitativas de uma população; b) Utilização de um instrumento pré-definido (Pinsonneault & Kraemer, 1993).

A aplicação foi realizada por meio de um questionário impresso, entre os períodos de agosto a dezembro de 2019 e foram distribuídos em sete secretarias de saúde do Estado do Paraná, sendo elas: Curitiba, Londrina, Maringá, Ponta Grossa, Cascavel, São José dos Pinhais e Foz do Iguaçu. Os respondentes foram exclusivamente os colaboradores da administração direta das secretarias de saúde

municipais. Um total de 700 questionários foi distribuído, conforme demonstrado na Tabela 8.

Tabela 8: Distribuição dos Questionários de pesquisa

Cidade	Questionários enviados	Questionários devolvidos	População
Curitiba	100	48	1.933.105
Londrina	100	40	569.733
Maringá	100	52	423.666
Ponta Grossa	100	41	351.736
Cascavel	100	84	328.454
São José dos Pinhais	100	55	323.340
Foz do Iguaçu	100	62	258.532
Total	700	382	4.188.566

Fontes: Elaborado pelo autor com base no (IBGE, 2019)

Retornaram 382 questionários respondidos, e para facilitar a tabulação, foi utilizado o *software Qualtrics®* para a digitação e depois exportado para o Excel®.

A purificação dos dados ocorreu no Excel, para que se pudesse deixar uma rastreabilidade dos formulários, pois, se não atendessem aos requisitos, os mesmos nem precisariam ser tabulados. A purificação ocorreu seguindo os preceitos de Hair et al. (2014), primeiro, com a exclusão dos casos com respostas incompletas, casos em duplicidade, ou quantidade igual ou superior a 75% de respostas padronizadas. A exclusão foi realizada e restaram 355 casos válidos, conforme as características resumidas apresentadas na Tabela 9.

Tabela 9: Características dos respondentes

Área	Gênero	Idade	Formação	Tempo do setor
Administrativo (169)	M=84 F= 85	18 a 25 (18) 26 a 35 (67) 36 a 45 (41) 46 a 55 (29) Acima de 56 (14)	Não graduado (46) Graduação (58) Especialista (55) Mestrado (7) Doutorado (3)	M=10
Assistência à saúde (120)	M=44 F= 76	18 a 25 (5) 26 a 35 (12) 36 a 45 (35) 46 a 55 (48) Acima de 56 (20)	Não graduado (19) Graduação (45) Especialista (43) Mestrado (12) Doutorado (1)	M=15
Controle, Avaliação e Auditoria (66)	M=19 F= 47	26 a 35 (6) 36 a 45 (21) 46 a 55 (24) Acima de 56 (15)	Não graduado (15) Graduação (21) Especialista (24) Mestrado (5) Doutorado (1)	M=16

Fonte: Dados da Pesquisa, 2020

Para realizar a caracterização dos respondentes foi necessário realizar alguns ajustes para não ficar muito pulverizado e prejudicar a análise. Cada secretaria tem uma nomenclatura diferenciada de departamento ou setor (área de trabalho), e por isso foi realizado um agrupamento por característica, ficando: Administrativo, Assistência à Saúde e Controle, Avaliação e Auditoria, de acordo com cada cargo. As descrições dos cargos de forma detalhada estão apresentadas no Apêndice F.

O próximo item apresenta a descrição dos passos referentes à análise dos dados.

4.2.5 Análise de Dados

Após a elaboração do instrumento, pré-teste, teste piloto e coleta de dados, foram realizadas as análises dos dados quantitativos seguindo as orientações de Ringle et al. (2014) e Hair et al. (2014) para o uso de *Partial Least Squares* (PLS), com o auxílio dos softwares, Qualtrics®, SmartPLS®, SPSS®. e Excel®.

Dentro do SmartPLS® foi realizada a validade convergente, para saber se os valores da Variância Média Extraída (AVE) é maior que 0,50 (Henseler, Ringle, & Sinkovics, 2009). Também foi realizada a validade discriminante, que é a média em que os constructos são independentes um dos outros (Hair et al., 2014), utilizando o *Cross Loading* (Ringle et al., 2014), ou seja, observando se as cargas fatoriais são mais altas nos seus constructos, quando cruzados (Chin, 1998). Utilizou-se ainda, os preceitos de Fornell e Larcker (1981), que comparou as cargas ao quadrado dos valores das Variâncias Médias Extraídas (AVE), para cada fator.

A análise do modelo estrutural foi realizada. Primeiramente, foram observados os coeficientes de determinação de Pearson (R^2), que verificam a porção das variáveis endógenas, indicando a qualidade do modelo ajustado, explicada através do modelo estrutural (Ringle et al., 2014). Na área de Ciências Sociais o $R^2 > 0,02$ tem um efeito pequeno, $R^2 > 0,13$ tem efeito médio e o $R^2 > 0,26$ tem um efeito grande. Outra análise realizada, foi a validade convergente através das AVEs, através do

critério de Fornell e Larcker (1981), onde os valores devem ser maiores que 0,50, para que se possa admitir um resultado satisfatório do modelo.

O passo seguinte foi à verificação dos valores de consistência interna (Alfa de Cronbach) e a Confiabilidade Composta (CC). Os valores de Alfa de Cronbach (AC) acima 0,70 são adequados para pesquisas exploratórias e os valores de Confiabilidade Composta (CC) de 0,70 e 0,90 são considerados satisfatórios (Hair et al., 2014). O AC é o indicador mais tradicional, mas o CC é o mais adequado ao PLS-PM, uma vez que prioriza as variáveis de acordo com as suas confiabilidades, contudo, tanto o AC como o CC deve ser utilizado, para verificar se as respostas, em seu conjunto, são confiáveis e se a amostra está livre de vieses (Ringle et al., 2014).

Também foi testado através do SmartPLS®, o teste *t de Student*, entre os valores dos dados e os valores obtidos pela técnica de reamostragem, para cada relação de correlação entre as variáveis latentes e observadas, através do módulo de *Bootstrapping*, que apresenta os valores teste *t* ao invés dos valores de *p-valores*. Valores acima de 1,96 têm graus de liberdade elevados (Ringle et al., 2014).

A última análise foi à verificação do indicador de Stone-Geisser ou a validade preditiva (Q^2), que avaliou a qualidade da predição do modelo ou acurácia do modelo ajustado, devendo apresentar um valor maior que zero (Hair et al., 2014). Um modelo que reflete a realidade, ou seja, sem erros teria que apresentar um $Q^2 = 1$ (Ringle et al., 2014). Outro item analisado, segundo os mesmos autores é o indicador de Cohen que representa o tamanho do efeito (f^2), que é obtido pela inclusão e exclusão de constructos no modelo, ou seja, quanto cada constructo é importante para o ajuste do modelo. O tamanho do efeito de $f^2 > 0,02$ é considerado pequeno, $f^2 > 0,15$ é médio e $f^2 > 0,35$ é grande. Por fim, foi realizada a análise dos caminhos, definindo-os como os valores de beta das regressões lineares simples ou ordinárias (Braga Junior, Satolo, Gabriel, & Silva, 2014). Todos os detalhes das análises e seus respectivos resultados são apresentados na próxima Seção.

5. ANÁLISE DOS DADOS

Neste item serão apresentados os resultados obtidos, separados por fases do estudo.

5.1 ANÁLISE DA FASE DESCRITIVA

Os artigos encontrados na revisão sistemática da literatura e que atenderam os requisitos do protocolo da revisão foram inseridos no *software* Nvivo®, para a leitura e para a análise dos dados qualitativos. Segundo Gibbs (2009), o uso de *softwares* para a análise de dados qualitativos aumenta a qualidade da pesquisa qualitativa, pois, permite uma melhor organização e principalmente a rastreabilidade do processo de codificação. Neste momento foi realizada a análise de conteúdo categorial com categorias de vulnerabilidades à corrupção identificadas posteriormente. Os resultados dos artigos analisados no Nvivo® foram organizados em uma planilha, dispostos em colunas contemplando as informações, somente para um melhor controle do pesquisador.

As vulnerabilidades da corrupção foram identificadas por meio da leitura detalhada de cada um dos 227 artigos e identificando as categorias de vulnerabilidades como em uma análise de conteúdo, seguindo especialmente as recomendações de Bardin (2015). Segundo o autor, a codificação é o processo que os dados brutos são organizados sistematicamente e agregados em unidades (categorias) que permitam o entendimento e identificação de um conteúdo.

As categorias foram identificadas *a posteriori*, ou seja, conforme iam surgindo na análise de cada artigo. A cada inclusão de nova categoria, os artigos anteriores eram analisados novamente, para verificar se não citavam a categoria incluída recentemente. A categorização envolveu o registro e a identificação de partes do texto que explicam a mesma ideia teórica, isto é, várias passagens foram selecionadas, identificadas e relacionadas com um nome e todos os textos que se referiam a mesma ideia foram transformados em um único código (categoria) (Gibbs,

2009). Ao final da análise de conteúdo, 33 vulnerabilidades foram identificadas (Quadro 11).

Na sequência, uma discussão entre quatro pesquisadores foi realizada para revisar os nomes das categorias de vulnerabilidades e agrupar categorias similares, retornando ao resumo ou mesmo ao artigo completo sempre que necessário para decidir pelo agrupamento, ou não, de categorias. Assim, foram identificados e organizados os dados.

O resultado preliminar da fase foi realizado com a descrição dos resultados e a validação foi realizada com outros três pesquisadores, que revisaram todos os passos do método de revisão sistemática de literatura proposto.

Quadro 11: Vulnerabilidades iniciais encontradas na literatura

Vulnerabilidade	Número de artigos	Número de evidências
Falta de controle da máquina pública	32	50
Gestão da máquina pública fraca	36	43
Complexidade do <i>modus operandi</i>	6	6
E-GOV ineficaz	2	3
Falta de planejamento	3	4
Políticos corruptos	44	47
Comportamento corrupto do agente público	25	26
Dificuldade de acesso ao ambiente burocrático	37	45
Administração pública muito centralizada	8	11
Tamanho do Estado	9	9
Ausência de <i>accountability</i>	24	28
Falta de fiscalização	16	20
Falta de auditoria Governamental	10	13
Ausência de transparência efetiva	40	60
Impunidade ou punição mais severa	28	34
Falta ou má aplicação de leis	14	15
Falta de igualdade perante leis e deveres	4	4
Indicações de cargos políticos ou tráfico de influência	25	30
Financiamento de campanha política	14	15
Compra de votos	4	7
Participação efetiva da sociedade	28	35
Falta de efetividade na governança pública	23	27
<i>Compliance</i> Insuficiente ou ausente	4	5
Cultura de levar vantagem – Jeitinho	15	15
Falta de Moral e ética	9	12

Vulnerabilidade	Número de artigos	Número de evidências
Sentimento de corrupção generalizada	16	16
Baixa confiança nas instituições governamentais	6	8
Negação da corrupção	2	2
Empoderamento do agente público ou político	14	16
Discricionariedade do agente público	6	10
Tolerância com as condutas erradas dos políticos	15	22
Baixo nível de educação do brasileiro	6	7
Desigualdade de Riqueza	5	6

Fonte: Achados iniciais da revisão sistemática da literatura, 2020

Após ter encontrado 33 possíveis vulnerabilidades que estão mais bem detalhadas no Apêndice G, foi realizada uma primeira discussão, contando com quatro estudiosos da área, sendo um pós-doutor, um doutor, e dois mestres. Por meio das discussões, foi realizada uma análise, que resultou em um agrupamento, de acordo com a evidência e justificativa de cada uma das vulnerabilidades. O novo agrupamento é apresentado no Quadro 12, que está ordenado pela vulnerabilidade com o maior número de artigos que o descreve.

Quadro 12: Agrupamento final das vulnerabilidades à corrupção

Vulnerabilidade Final	Número de artigos	Número de evidências	Vulnerabilidades iniciais
Controle não efetivo	67	106	Falta de controle da máquina pública
			Gestão da máquina pública fraca
			Complexidade do <i>modus operandi</i>
			E-GOV ineficaz
			Falta de planejamento
Comportamento corrupto de agentes públicos e políticos	67	73	Políticos corruptos
			Comportamento corrupto do agente público
Burocracia excessiva	51	65	Dificuldade de acesso ao ambiente burocrático
			Administração pública muito centralizada
			Tamanho do Estado
Falta de <i>accountability</i> e auditoria adequadas	46	61	Ausência de <i>accountability</i>
			Falta de fiscalização
			Falta de auditoria Governamental
Transparência ineficaz ou ausente	40	60	Ausência de transparência efetiva
Impunidade	36	53	Impunidade ou punição mais severa

Vulnerabilidade Final	Número de artigos	Número de evidências	Vulnerabilidades iniciais
			Falta ou má aplicação de leis
			Falta de igualdade perante leis e deveres
Sistema Político eleitoral frágil	35	52	Indicações de cargos políticos ou tráfico de influência
			Financiamento de campanha política
			Compra de votos
Baixa participação do cidadão	28	35	Participação efetiva da sociedade
Governança pública não efetiva	26	32	Falta de efetividade na governança pública
			Compliance Insuficiente ou ausente
“Jeitinho Brasileiro”	24	27	Cultura de levar vantagem - Jeitinho
			Falta de Moral e ética
Percepção generalizada de corrupção em relação às instituições governamentais	22	26	Sentimento de corrupção generalizada
			Baixa confiança nas instituições governamentais
			Negação da corrupção
Uso indevido do poder discricionário dos agentes públicos	20	26	Empoderamento do agente público ou político
			Discricionariedade do agente público
Alta tolerância ao comportamento ilegal	15	22	Tolerância com as condutas erradas dos políticos
Fraca relação cidadão-governo	6	7	Baixo nível de educação do brasileiro
Desigualdades	5	6	Desigualdade de Riqueza

Fonte: Elaborado pelo autor, 2020

Uma segunda discussão com base na literatura, com os mesmos especialistas da primeira discussão, ocorreu com a finalidade de fazer a validação ou adaptação das vulnerabilidades à corrupção agrupadas na primeira discussão. Esta primeira etapa de análise apresentou a fase descritiva, na sequência será apresentada a análise da fase exploratória.

5.2 ANÁLISE DA FASE EXPLORATÓRIA

As análises foram realizadas por meio de *Partial Least Squares* (PLS), utilizando o *software* SmartPLS® conforme a recomendação de Ringle et al. (2014). A Tabela 10 apresenta o resumo dos procedimentos metodológicos realizados na

fase de análise com as suas finalidades e com os valores de referência que a literatura apresenta.

Tabela 10: Valores de referência para os Testes Quantitativos

Finalidade	Critério – Procedimento – indicador	Referência
Validade Convergente	AVE > 0,50	(Henseler et al., 2009)
Validade Discriminante	Cargas maiores nas Variáveis Latentes originais do que em outras	(Chin, 1998)
	Raízes Quadradas dos valores de AVE > nas correlações de Pearson, entre os constructos	(Fornell & Larcker, 1981)
Confiabilidade do modelo	Alfa de Cronbach > 0,70 e Confiabilidade Composta > 0,70	(Hair et al., 2014)
Avaliação das significâncias das correlações e regressões	Teste t de Student > 1,96	(Hair et al., 2014)
Avalia a porção da variância das variáveis endógenas, explicada pelo modelo estrutural	R ² > 0,02 efeito pequeno R ² > 0,13 efeito médio R ² > 0,26 efeito grande	(Cohen, 1988)
Avaliação da utilidade de cada constructo no ajuste do modelo	Tamanho do efeito f ² > 0,02 efeito pequeno f ² > 0,15 efeito médio f ² > 0,35 efeito grande	(Hair et al., 2014)
Avalia a acurácia do modelo ajustado	Validade Preditiva Q ² ou indicador de Stone-Geisser > 0	(Hair et al., 2014)
Avaliação das relações causais	Interpretação dos valores à luz da teoria (Coeficiente de Caminho)	(Hair et al., 2014)

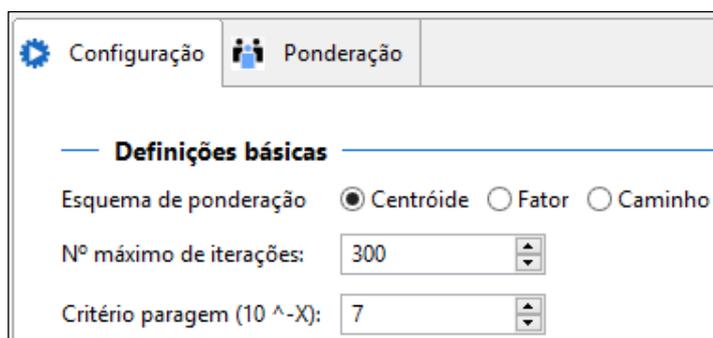
Fonte: Adaptado de (Ringle et al., 2014)

A finalidade da Tabela 10 foi destacar os valores de referência apresentados na literatura, conforme cada autor preconiza. Esses valores foram utilizados para fazer a análise dos resultados encontrados na tese. As descrições detalhadas de cada um deles, assim como a comparação dos achados na tese estão descritas na Seção 4.

5.2.1 Análise do Modelo de Mensuração

A primeira análise do modelo realizada no SmartPLS® utilizou como parâmetros, o esquema de ponderação como centróide e o número máximo de interações de 300, conforme é apresentado na Figura 6.

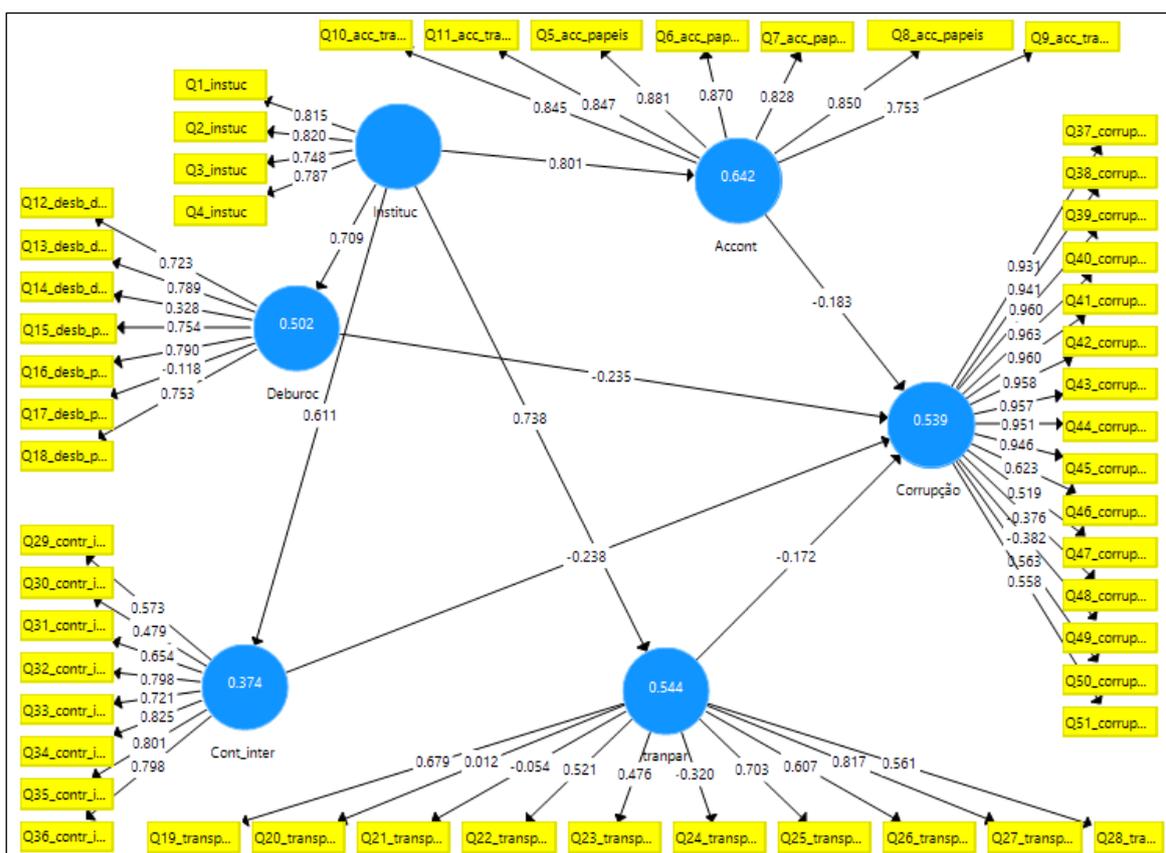
Figura 6: Parâmetros utilizados no SmartPLS®



Fonte: Software SmartPLS®, 2020

O resultado do modelo calculado no SmartPLS® é apresentado na Figura 7.

Figura 7: 1ª Análise do modelo



Fonte: Modelo criado no SmartPLS®, 2020

A Figura 7 mostra o resultado do modelo em sua primeira análise. Em paralelo foi realizada uma análise de segunda ordem, contudo, os valores ficaram iguais, e por isso optou-se em fazer somente a análise de primeira ordem. Para determinar a validade do modelo foram realizados os testes quantitativos.

O primeiro teste foi a verificação da validade convergente. Os constructos “Desburocratização” e “Transparência” tiveram um valor de Variância Média Extraída (AVE) abaixo do esperado, 0,432 e 0,291 respectivamente. O valor esperado da AVE deve ser maior que 0,50 (Henseler et al., 2009). Para ajustar o modelo foram eliminadas as variáveis observadas de menor valor, quais sejam, Q17, Q21 e Q24. Foi realizado um novo cálculo e o constructo “Desburocratização” se ajustou, porém, a “Transparência” apresentou uma AVE de 0,370. Para ajustar o valor de AVE do constructo “Transparência” foi necessário eliminar outras variáveis observadas. As variáveis observadas que precisaram ser eliminadas e o valor de AVE foram: Q20 (0,422), Q23 (0,454), Q22 (0,496) e Q28 (0,555) destacando que, a cada eliminação um novo cálculo era realizado.

A Tabela 11 apresenta além dos valores de (AVE), os valores de Alfa de Cronbach (AC) e os valores da Confiabilidade Composta (CC) extraídos do modelo. Estes procedimentos determinam a confiabilidade do modelo. Para um modelo confiável a AVE deve apresentar um valor maior que 0,5 (Henseler et al., 2009), e tanto o AC como o CC um valor maior que 0,7 (Hair et al., 2014). De acordo com os valores apresentados na Tabela 11 o modelo proposto é confiável, pois apresentou valores acima dos preconizados.

Tabela 11: Confiabilidade na 1ª análise do modelo

	Alfa de Cronbach (AC)	Confiabilidade Composta (CC)	Variância Média Extraída (AVE)
Account	0,930	0,944	0,705
Cont_inter	0,862	0,891	0,513
Corrupção	0,923	0,951	0,649
Desburoc	0,787	0,852	0,504
Instituc	0,803	0,871	0,629
Transpar	0,732	0,832	0,555

Fonte: Análise do SmartPLS®, 2020

A segunda análise foi a validade discriminante, onde cada constructo apresenta uma maior carga nela mesmo, quando cruzadas. Os constructos, “Desburocratização”, “Institucionalização” e “Transparência” não atenderam o requisito quando cruzado com ele mesmo, ou seja, a maior carga ficou em outro

constructo e não em si mesmo. As diferenças das cargas foram bem pequenas, mas optou-se por eliminar as questões Q3, Q14 e Q26, para atender aos critérios de Fornell e Larcker (1981). Com a eliminação, todos os constructos tiveram a sua validade convergente satisfatória, conforme apresentado na Tabela 12.

Tabela 12: Validade convergente na 2ª análise do modelo

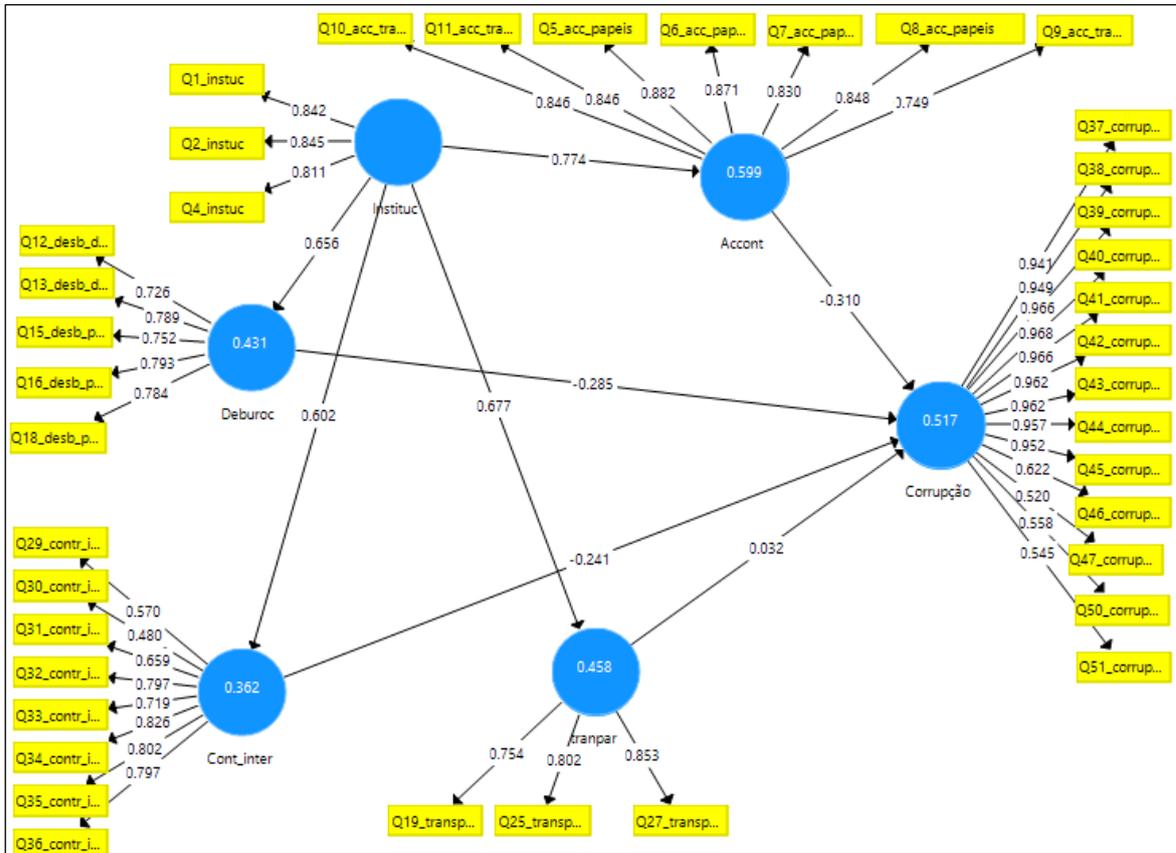
	Account	Cont_inter	Corrupção	Desburoc	Instituc	Transpar
Account	0,840					
Cont_inter	0,661	0,716				
Corrupção	-0,651	-0,638	0,805			
Desburoc	0,714	0,674	-0,660	0,769		
Instituc	0,774	0,602	-0,622	0,656	0,833	
Transpar	0,784	0,605	-0,562	0,705	0,677	0,804

Fonte: Análise do SmartPLS®, 2020

A análise seguinte foi a de cargas cruzadas, ou seja, verificar se cada uma das variáveis observadas está com a maior carga fatorial no seu respectivo constructo. Segundo Chin (1998) é recomendável que os indicadores tenham cargas fatoriais mais altas nos seus respectivos constructos (variável latente) do que em outras. Nessa fase, duas questões não apresentaram uma carga fatorial maior no seu constructo, e por isso foram eliminadas. As questões eliminadas foram a Q48 e a Q49 do constructo “Intenção de cometer atos de corrupção”.

Após o ajuste do modelo, foram refeitos os cálculos para verificar se todos os valores estavam adequados. O modelo ajustado é apresentado na Figura 8.

Figura 8: Modelo ajustado final



Fonte: Modelo criado no SmartPLS®, 2020

A confiabilidade do modelo foi novamente verificada e todos os critérios foram atendidos AC e CC maiores que 0,7 e AVE maior que 0,5. Os critérios da validade convergente também foram atendidos, pois os constructos, quando cruzados apresentam a maior carga em si mesmo. Todos os valores da confiabilidade do modelo e da validade convergente são apresentados na Tabela 13.

Tabela 13: Confiabilidade e Validade convergente

	AC	CC	AVE	Account	Cont_inter	Corrupção	Desburoc	Instituc	Transpar
Account	0,930	0,944	0,705	0,840					
Cont_inter	0,862	0,891	0,513	0,661	0,716				
Corrupção	0,964	0,971	0,733	-0,648	-0,619	0,856			
Desburoc	0,827	0,879	0,592	0,713	0,674	-0,647	0,769		
Instituc	0,779	0,872	0,693	0,774	0,602	-0,625	0,656	0,833	
Transpar	0,731	0,846	0,647	0,784	0,605	-0,558	0,706	0,677	0,804

Fonte: Análise do SmartPLS®, 2020

A validade discriminante foi realizada através da carga cruzada e os critérios foram atendidos, pois cada uma das variáveis observadas apresentou a maior carga em seu respectivo constructo, conforme demonstra a Tabela 14.

Tabela 14: Validade discriminante final

	Account	Cont_inter	Corrupção	Desburoc	Instituc	Transpar
Q1_instuc	0,616	0,399	-0,456	0,527	0,842	0,523
Q2_instuc	0,684	0,581	-0,507	0,555	0,845	0,518
Q4_instuc	0,629	0,510	-0,590	0,555	0,811	0,645
Q5_acc_papeis	0,882	0,558	-0,499	0,587	0,746	0,639
Q6_acc_papeis	0,871	0,585	-0,613	0,620	0,752	0,627
Q7_acc_papeis	0,830	0,621	-0,558	0,567	0,600	0,600
Q8_acc_papeis	0,848	0,542	-0,568	0,661	0,615	0,701
Q9_acc_transp	0,749	0,385	-0,488	0,519	0,460	0,632
Q10_acc_transp	0,846	0,527	-0,544	0,624	0,732	0,691
Q11_acc_transp	0,846	0,650	-0,530	0,609	0,591	0,735
Q12_desb_descent	0,536	0,490	-0,428	0,726	0,454	0,454
Q13_desb_descent	0,547	0,459	-0,555	0,789	0,475	0,503
Q15_desb_padron	0,565	0,547	-0,454	0,752	0,561	0,567
Q16_desb_padron	0,610	0,663	-0,567	0,793	0,519	0,644
Q18_desb_padron	0,480	0,420	-0,471	0,784	0,510	0,530
Q19_transp_partc	0,520	0,436	-0,287	0,438	0,456	0,754
Q25_transp_prest_cont	0,611	0,481	-0,402	0,597	0,592	0,802
Q27_transp_prest_cont	0,730	0,533	-0,600	0,636	0,570	0,853
Q29_contr_int_canal_rec	0,301	0,570	-0,311	0,328	0,289	0,415
Q30_contr_int_canal_rec	0,244	0,480	-0,169	0,231	0,254	0,271
Q31_contr_int_canal_rec	0,434	0,659	-0,340	0,545	0,412	0,457
Q32_contr_int_gest_cont	0,477	0,797	-0,455	0,474	0,404	0,470
Q33_contr_int_gest_cont	0,504	0,719	-0,404	0,432	0,423	0,465
Q34_contr_int_gest_cont	0,657	0,826	-0,529	0,692	0,546	0,569
Q35_contr_int_gest_cont	0,489	0,802	-0,543	0,512	0,543	0,376
Q36_contr_int_gest_cont	0,547	0,797	-0,612	0,519	0,470	0,437
Q37_corrup_atitude	-0,589	-0,469	0,941	-0,609	-0,551	-0,496
Q38_corrup_atitude	-0,595	-0,483	0,949	-0,603	-0,545	-0,496
Q39_corrup_atitude	-0,604	-0,526	0,966	-0,616	-0,579	-0,490
Q40_corrup_atitude	-0,580	-0,516	0,968	-0,598	-0,558	-0,472
Q41_corrup_atitude	-0,590	-0,508	0,966	-0,606	-0,569	-0,481
Q42_corrup_atitude	-0,592	-0,524	0,962	-0,593	-0,557	-0,489
Q43_corrup_atitude	-0,577	-0,537	0,962	-0,612	-0,558	-0,498
Q44_corrup_atitude	-0,569	-0,505	0,957	-0,598	-0,560	-0,471
Q45_corrup_atitude	-0,596	-0,496	0,952	-0,604	-0,574	-0,495
Q46_corrup_nor_subj	-0,461	-0,508	0,622	-0,414	-0,375	-0,455
Q47_corrup_nor_subj	-0,377	-0,468	0,520	-0,328	-0,413	-0,340
Q50_corrup_comp_perc	-0,481	-0,701	0,558	-0,471	-0,523	-0,456
Q51_corrup_comp_perc	-0,469	-0,595	0,545	-0,382	-0,477	-0,488

Fonte: Análise do SmartPLS®, 2020

Os resultados mostrados até este ponto da análise, ou seja, as validades discriminantes e convergentes foram atendidas, e mostraram que os constructos foram significativos, determinando a sua validade. Além das validades discriminante e convergente foram calculadas as estatísticas, no software SPSS®, em relação ao constructo “Institucionalização”. A figura 9 traz a média, mediana, moda e o desvio padrão das perguntas 1 a 4 do questionário.

Figura 9: Resultado do nível de institucionalização dos sistemas informatizados de gestão

		Q1_instuc	Q2_instuc	Q3_instuc	Q4_instuc
N	Valid	355	355	355	355
	Missing	0	0	0	0
Mean		4,74	4,63	3,92	4,50
Median		5,00	5,00	4,00	5,00
Mode		5	5	4	5
Std. Deviation		,684	,825	1,198	,981

Fonte: Análise do SPSS®, 2020

A Figura 9 mostra que os sistemas informatizados de gestão dos órgãos pesquisados são institucionalizados. O próximo passo foi a análise do modelo estrutural.

5.2.2 Análise do Modelo Estrutural

Na análise estrutural do modelo, o primeiro valor a ser observado é o R^2 , que avalia a porção da variância das variáveis endógenas, que é explicada pelo modelo estrutural, indicando a qualidade do modelo. Na área de Ciências Sociais o $R^2 > 0,02$ tem um efeito pequeno, $R^2 > 0,13$ tem efeito médio e o $R^2 > 0,26$ tem um efeito grande (Cohen, 1988). Os valores dos coeficientes de Pearson (Ringle et al., 2014), após o ajuste do modelo se apresentaram satisfatórios e com um grande efeito, já que todos eles foram maiores que 0,26, conforme demonstrados na Tabela 15.

Tabela 15: coeficientes de Pearson (R^2) do modelo ajustado

Constructo	R^2
Account	0,599
Cont_inter	0,362
Corrupção	0,517
Desburoc	0,431
Transpar	0,458

Fonte: Análise do SmartPLS®, 2020

A recomendação de Ringle et al. (2014) é que se avalie também a validade preditiva, por meio do indicador de Stone-Geisser (Q^2) e o tamanho do efeito através do indicador de Cohen (f^2). A Tabela 16 apresenta os valores do indicador de Stone-Geisser (Q^2).

Tabela 16: Validade preditiva do modelo

Constructo	Q^2
Account	0,389
Cont_inter	0,170
Corrupção	0,341
Desburoc	0,239
Instituc	0,371
Transpar	0,276

Fonte: Análise do SmartPLS®, 2020

A acurácia do modelo ajustado é confirmada, pois de acordo com Hair et al. (2014) os valores de (Q^2) devem ser maiores que zero. Já o tamanho do efeito de Cohen (f^2) avalia quanto cada um dos constructos contribui para o modelo, e ainda conforme os autores, os efeitos maiores que 0,02 são pequenos, os efeitos maiores que 0,15 são médios e os efeitos maiores que 0,35 são grandes. De acordo com a análise realizada, apenas o constructo “Transparência” não teve um efeito significativo (0,001). Os demais constructos são importantes para o modelo, apesar de apresentar um efeito pequeno no caso da “Corrupção”. Os tamanhos dos efeitos dos constructos da pesquisa são apresentados na Tabela 17.

Tabela 17: Efeitos dos constructos

	Account	Cont_inter	Corrupção	Desburoc	Instituc	Transpar
Account			0,062			
Cont_inter			0,058			
Corrupção						
Desburoc			0,065			
Instituc	1,495	0,567		0,757		0,846
Transpar			0,001			

Fonte: Análise do SmartPLS®, 2020

As hipóteses foram verificadas através dos *valores t de student*, calculados entre os valores originais dos dados e os valores obtidos pela técnica de reamostragem no *software* SmartPLS®, utilizando o módulo de *Bootstrapping*, que apresenta os valores *teste t* ao invés dos valores de *p-valores*. Valores de *t de student* acima de 1,96 têm graus de liberdade elevados (Ringle et al., 2014). A Tabela 18 apresenta o tamanho dos efeitos e a significância das relações de institucionalização e vulnerabilidades da corrupção, assim como, os constructos de vulnerabilidade com a intenção de cometer atos de corrupção.

Tabela 18: Tamanho dos efeitos e teste de significância entre os constructos

	Amostra original (O)	Média da amostra (M)	Desvio Padrão (STDEV)	Estatística T (O/STDEV)	Valores de P
Account -> Corrupção	-0,310	-0,301	0,091	3,415	0,000
Cont_inter -> Corrupção	-0,241	-0,245	0,061	3,949	0,000
Desburoc -> Corrupção	-0,285	-0,292	0,076	3,778	0,000
Instituc ->Account	0,774	0,777	0,026	29,933	0,000
Instituc ->Cont_inter	0,602	0,605	0,052	11,674	0,000
Instituc ->Desburoc	0,656	0,659	0,048	13,815	0,000
Instituc ->Transpar	0,677	0,680	0,047	14,314	0,000
Transpar -> Corrupção	0,032	0,081	0,062	0,511	0,305

Fonte: Análise do SmartPLS®, 2020

O que se pode observar, é que apenas uma hipótese não foi confirmada, que é a relação da vulnerabilidade, “Transparência”, com a “Intenção de cometer atos de corrupção”. Pois, ao interpretar o valor da coluna “Estatística T” da Tabela 18,

observa-se que essa relação tem um valor de 0,511, isto é, abaixo do valor recomendado de 1,96 (Ringle et al., 2014).

Já as demais hipóteses foram todas confirmadas e serão discutidas na próxima Seção.

6. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Para iniciar a discussão dos resultados, é importante destacar que somente o setor de saúde foi analisado nesta pesquisa. Esse setor foi selecionado porque é a área que mais recebe verbas do governo federal. Em média, o valor federal representa cerca de 3,8% do PIB do país, valor que chegou a 147,43 bilhões de reais repassados em 2019, de acordo com o portal da transparência (“Portal da Transparência,” 2020). Conforme a Constituição Federal, cada município deve investir 15%, e cada estado 12%, do seu orçamento em saúde.

Os valores repassados aos estados e aos municípios devem ser por estes administrados. O município é a esfera que oferece o atendimento inicial através dos postos de saúde, UPA (Unidade de Pronto Atendimento) e hospitais de atenção primária. Muitos brasileiros necessitam de atendimento do SUS e por isso, os recursos devem ser muito bem aproveitados e destinados ao atendimento do cidadão. Mas, infelizmente isso nem sempre acontece, basta ver as investigações e operações do CGU relacionadas à saúde (Apêndice A). Em mais de um quarto do total das operações havia dinheiro destinado ao setor de saúde envolvido, e isso pode ser explicado exatamente pelo grande valor destinado no orçamento anual.

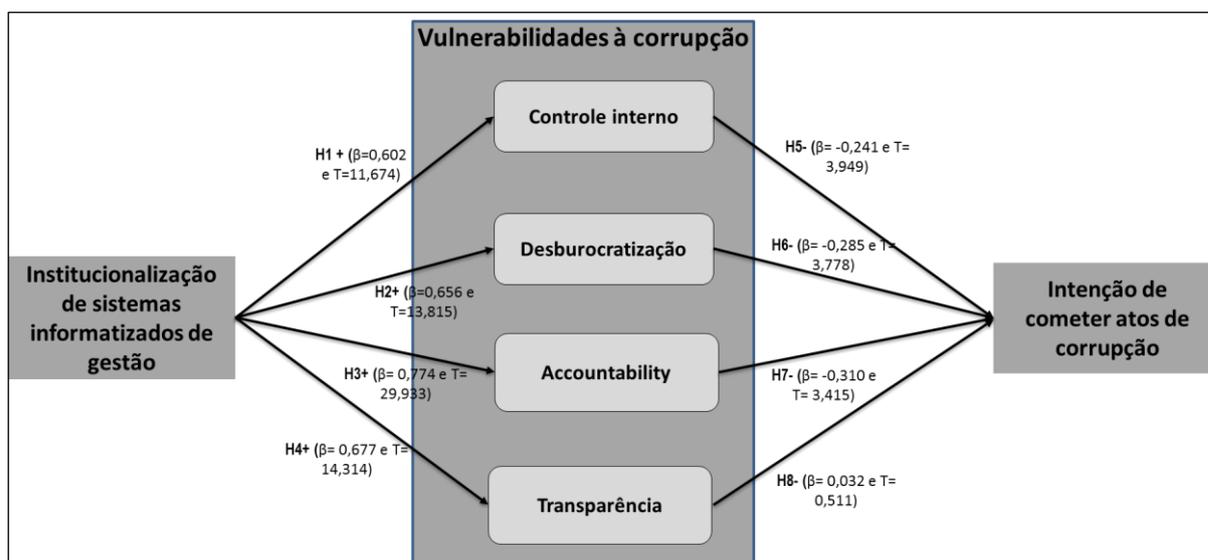
Administrar todos os recursos exige da organização pública uma boa gestão, isto é, uma gestão eficaz, com a finalidade de administrar os recursos financeiros, atendendo a população de uma forma adequada. Ademais, a gestão deve possuir mecanismos para evitar desvios de recursos, através de atos de corrupção, que podem ser: desvios, propinas, favorecimentos impróprios, subornos, entre outros. Um desses mecanismos podem ser os sistemas informatizados de gestão, que como consequência do aumento de controle interno, da desburocratização, da *accountability* e da transparência, diminuem a intenção do funcionário público de cometer algum ato de corrupção.

O modelo teórico proposto por esta tese buscou medir uma parte dessa relação, ou seja, se sistemas informatizados de gestão, quando institucionalizados, em uma secretaria de saúde aumentam o controle interno, a desburocratização, a

accountability e também a transparência e, como consequência, diminuem a intenção de cometer atos de corrupção.

A relação do modelo é apresentada na Figura 10, na qual, mostra o valor de Beta (β), que é o valor de regressão linear simples ou ordinária entre as variáveis (Braga Junior et al., 2014), e o valor do teste de *t de Student* (Ringle et al., 2014).

Figura 10: Valores entre variáveis e teste de hipóteses



Fonte: Dados da pesquisa, 2020

A hipótese H1, qual seja, quanto maior a institucionalização de sistemas informatizados de gestão, maior é o controle interno, foi confirmada. Isso mostra que quanto mais institucionalizado um sistema informatizado de gestão, maior é o controle interno dentro da secretaria de saúde. Segundo Barros e Rodrigues (2017) um sistema informatizado de gestão institucionalizado contribui com a tomada de decisão, ou seja, as informações geradas pelo sistema são utilizadas para decisões rápidas, afetando positivamente o controle interno. Sistemas informatizados de gestão também podem ser um dos mecanismos de mudança institucional que aprimorem os procedimentos na aplicação de regras institucionais (Filgueiras & Melo Aranha, 2011).

Também foi confirmada a hipótese H2, a qual, quanto maior a institucionalização de sistemas informatizados de gestão, maior é a

desburocratização. Uma das maneiras de desburocratizar é substituir serviços em papéis por serviços eletrônicos, através da eficiência e da inteligência dos sistemas informatizados de gestão, ou seja, é necessário criar meios de desburocratizar os processos e não apenas deixar que a burocracia se torne digitalizada. Essa desburocratização, segundo Oliveira (2010) é um processo bem amplo, pois a palavra burocracia normalmente é utilizada de forma pejorativa, representando lentidão e gargalos nos processos, devido ao extremo formalismo, comprometendo a eficiência da gestão.

É evidente que certo nível de burocratização é necessário, pois a burocracia busca a imparcialidade, proporcionando maior rigidez com o intuito de trazer maior eficiência ao setor público (Campelo, 2010). O fato de sistemas informatizados de gestão estarem institucionalizados faz com que o processo melhore, pois são uma regra na instituição e também estão documentados. Um processo documentado é muito importante, principalmente em órgãos públicos, pelo fato de trocas de comando a cada quatro anos, nas eleições. O fortalecimento desses processos contribui também para a relação dos sistemas informatizados de gestão e a *accountability*.

De acordo com os testes no modelo, a H3, quanto maior a institucionalização de sistemas informatizados de gestão, maior é a *accountability*, também foi confirmada, e com um destaque, pois a relação teve o maior valor de Beta (β), apresentando um índice de 0,774 e o maior valor de *t de student* (29,933). Com isso, foi à hipótese mais forte do modelo e isso indica que há uma prestação de contas, não somente para os órgãos legais, mas também para a população. De acordo com Bresser-Pereira e Grau (2006, p. 47) “a *accountability* é um instrumento eficiente para aprimorar os serviços públicos e desenvolver a capacidade do Estado em responder as demandas dos cidadãos”, e os sistemas informatizados de gestão têm o papel de facilitar as operações dos usuários e o de controlar as tarefas cotidianas (Amuna et al., 2017), a fim de melhorar a qualidade dos serviços oferecidos e prestar contas com qualidade. A boa relação encontrada entre sistemas informatizados de gestão e *accountability* mostra que a prestação de contas ocorre, uma parte pelo acesso das informações pela população e outra pela clareza nos papéis e responsabilidades dos funcionários públicos (Nakagawa, 1998).

A última hipótese da primeira parte do modelo, H4, qual seja, quanto maior a institucionalização de sistemas informatizados de gestão, maior é a transparência, também foi confirmada. A relação mostra que melhora a transparência se um sistema informatizado de gestão está institucionalizado. Mas, praticamente apenas em relação à prestação de contas, mostrando que os respondentes acreditam que seja importante ter um modelo definido. Essa relação é relevante, pois os sistemas podem mostrar ou reproduzir os relatórios com as informações prontas para a sua prestação de contas, facilitando o trabalho dos colaboradores. Os sistemas também podem processar, emitir alertas de problemas através do gerenciamento, distribuir informações de forma coordenada, com o objetivo de facilitar o controle, por exemplo, através do bloqueio de algum processo que não está como o esperado, o planejamento e a coordenação (De Souza Machado & Cattafesta, 2019).

Os quatro constructos que representam a vulnerabilidade à corrupção no modelo (Controle interno, Desburocratização, *Accountability* e Transparência) tiveram uma relação positiva com a institucionalização do sistema informatizado de gestão, confirmando assim as hipóteses H1, H2, H3 e H4. As relações das vulnerabilidades com a intenção de cometer atos de corrupção serão descritas a seguir.

O esperado para o modelo era uma relação negativa entre os constructos que representam a vulnerabilidade à corrupção e a Intenção de cometer atos de corrupção, ou seja, quanto maior o Controle Interno, a Desburocratização, a *Accountability* e a Transparência, menor a intenção de cometer atos de corrupção. A hipótese H5, quanto maior o Controle interno, menor é a Intenção de cometer atos de corrupção, teve essa relação negativa, e por isso foi confirmada.

Uma explicação para essa hipótese é exatamente o fato de que com o maior controle dos processos, principalmente através da utilização de sistemas informatizados de gestões institucionalizadas, maior também é a chance de ser flagrado cometendo um ato de corrupção. Na pesquisa de Ribeiro, Alves, Martins, Lenzi e Perc (2018) eles observaram que as pessoas envolvidas em escândalos de corrupção agiam individualmente ou em pequenos grupos, concluindo que a corrupção em grande escala não é fácil de administrar e de ser executada de forma clandestina. E essa intenção de cometer atos de corrupção, pode ser diminuída, de

acordo com o resultado do modelo, pelo aumento do Controle interno, através dos sistemas informatizados de gestão institucionalizados na organização. A utilização de sistemas informatizados de gestão contribui para a Segurança da Informação e como consequência, a intenção de cometer atos de corrupção, devido aos requisitos apresentados no Quadro 13.

Quadro 13: Requisitos da Segurança da Informação

Requisitos	Contextualização
Confidencialidade	A informação deve ser protegida contra a sua divulgação não autorizada de acordo com o grau de sigilo do seu conteúdo
Integridade	É a validade da informação de acordo com os valores de negócios e expectativas, bem como a exatidão e a completude dos ativos de informações
Disponibilidade	É a garantia da disponibilidade da informação no momento em que se faz necessário
Autenticidade	É o dever de assegurar que a informação é autêntica
Confiabilidade	É a garantia da autoria dos dados
Conformidade	A informação deve ser mantida em conformidade com o ato regulatório da qual foi criada, por exemplo, a política de Segurança da Informação
Irrefutabilidade	É a garantia da impossibilidade de negar a autoria da informação

Fonte: Elaborado a partir de Luciano e Klein (2014)

Outra questão é o fato de deixar menos brechas devido aos monitoramentos de atividades e controle do comportamento dos funcionários do governo (Shim & Eom, 2008), melhor gestão dos processos e a atuação de um canal reclamante atuante. Os sistemas informatizados de gestão também contribuem quando é obrigatória a autenticação por parte de todos os colaboradores, quando os perfis de acesso são definidos somente com as informações pertinentes a ele, inclusive com registros de *logs* de acesso e alterações realizadas no sistema. Os registros de *logs* garantem saber quem fez determinada ação no sistema, dificultando ações individuais de corrupção.

A hipótese H6, a qual, quanto maior a desburocratização, menor é a intenção de cometer atos de corrupção, também foi confirmada. A descentralização dos processos é uma das causas para essa relação negativa, a automação e simplificação dos processos, deixando mais ágil e mais resolutivo a transação.

A corrupção quando estudada do ponto de vista da burocracia, envolve um agente privado e um agente público, e uma das vertentes refere-se a trâmites burocráticos e muitas vezes demorados. Para Melo et al. (2015) essas duas características faz com que a corrupção torne-se uma alternativa à excessiva regulamentação. Filgueiras e Melo Aranha (2011) colocam que pouca atenção tem sido dada, no caso do Brasil, ao papel dos burocratas, principalmente àqueles que têm contato com o público externo, os que os autores chamam de linha de frente.

A relação da *accountability* com a intenção de cometer atos de corrupção também teve relevância e por isso a hipótese, H7, qual seja, quanto maior a *accountability*, menor é a intenção de cometer atos de corrupção, foi confirmada. A *accountability* na gestão pública pode inibir a corrupção, principalmente pela pressão exercida pelo cidadão, contudo, é necessário o acesso facilitado às informações públicas (Correia et al., 2015a). A intenção de cometer atos de corrupção proposto neste estudo está fortemente relacionada com a gestão, em virtude das regras e procedimentos administrativos desempenhados por servidores de maneira a seguir ou a ignorar ou passar por cima destas regras. Entretanto, a *accountability* contribui exatamente nesse ponto, uma vez que ela influencia a transparência pública e, por consequência, contribui no combate à corrupção (Mendes et al., 2008), além de deixar claro quem é responsável por determinada tarefa, perante a quem o funcionário público precisa responder, e quando ele precisa ser responsabilizado (Benedicto et al., 2013).

E por fim, foi realizada a análise da hipótese H8, quanto maior a transparência, menor é a intenção de cometer atos de corrupção. Essa hipótese não foi confirmada. Apesar de a Transparência ser de extrema importância, ela não apresentou uma relação negativa com a intenção de cometer atos de corrupção. Um fator muito importante aqui, é que para o ajuste do modelo, praticamente todas as perguntas relacionadas à participação do cidadão tiveram que ser excluídas, ou seja, os respondentes não consideram que haja participação da sociedade em seus locais de trabalho e conseqüentemente nas suas atividades.

No contexto da tese, ou seja, a área da saúde, o problema da falta da transparência, pode afetar de forma direta as pessoas que mais necessitam, o paciente. Um exemplo que pode prejudicar um paciente é a falta de transparência

nas filas existentes para exames e procedimentos. Sem a transparência necessária podem ocorrer “encaixes” por parte de pessoas influentes na sociedade, como políticos, ou até mesmo através da propina a algum funcionário público que tenha acesso ao sistema. Outro exemplo é o fato de se fazer procedimentos e principalmente utilizar materiais que não são adequados ou não são necessários, apenas para ganhar uma comissão dos fabricantes ou representantes do produto. Em muitos desses casos, há somente a confiança, não tendo nenhum tipo de controle, prestação de contas e a transparência necessária para se evitar uma fraude ou desvio de conduta.

A transparência pode não ocorrer por dois motivos. Primeiro pela questão de tecnologia, no sentido de ter investimentos necessários. O segundo motivo pode ser a falta de vontade dos governantes, pois nesse caso mostrariam ou deixariam expostos os problemas, e principalmente as atitudes erradas de seu governo. A falta de informação nesse caso faz com que a população que precise da saúde pública fique a mercê da boa vontade dos executores, principalmente porque são pessoas que dependem do SUS e muitas vezes são pessoas humildes e com um baixo grau de instrução.

O sistema informatizado de gestão melhora a transparência, como confirmado no modelo, mas, por outro lado, não reflete na participação do cidadão, e conseqüentemente não reduz a intenção de cometer atos de corrupção. Isso pode ocorrer devido à falha das ferramentas tecnológicas que possam dar suporte às atividades, pois a falta ou a limitação dessas ferramentas dificultam o processo da melhoria da gestão pública (Galvão, 2016a), assim como o relacionamento entre o governo e os cidadãos.

A busca por participação tem sido incentivada no Brasil, um exemplo é o portal e-cidadania. Através dele é possível enviar sugestões de propostas legislativas, participar virtualmente com perguntas em audiências públicas, sabatinas e outros eventos, além de opinar sobre matérias que tramitam no Senado Federal. O programa foi criado em 2012 e já teve 70.686 ideias recebidas, sendo 44.761 autores diferentes, com mais de 7.424.286 de apoio. Só como exemplo, 23 ideias populares foram convertidas em projeto de lei, como por exemplo: Fim da

Aposentadoria Especial para Governadores e Presidentes e o fim do auxílio moradia para deputados, juízes senadores (*Portal e-cidadania do Senado Federal, 2020*).

O maior problema em relação à corrupção é a forma de controle, pois muitos municípios têm práticas ruins de gestão e também possuem recursos humanos pouco qualificados, podendo gerar corrupção e ineficiência no governo (Sodré & Alves, 2010). Ademais, o controle também pode ser falho devido ao tamanho do governo, pois é provável que a demanda por corrupção seja reduzida em um país com governo pequeno (Ray & Das, 2015).

Por outro lado, há uma dificuldade de controle em cidades de menor porte, pela escassez de recursos financeiros e também pela complexidade do controle. Os municípios pequenos muitas vezes não possuem recursos disponíveis para criar e/ou aperfeiçoar mecanismos sistematizados de controle interno (Galvão, 2016a), bem como, criar ferramentas de controle que, preventivas, concomitante e posteriormente, estabeleçam um ambiente hostil “às fraudes e à corrupção” (Ramos, 2010). Contudo, essa é uma discussão que deve ser trazida à tona, pois, ao observar as descrições das operações do CGU (Apêndice A), percebe-se que muitos dos atos de corrupção ocorrem em pequenas cidades, mas com um grande valor de recursos. Para exemplificar, um pequeno município do Estado de Rondônia teve um desvio de aproximadamente R\$ 18 milhões entre 2011 a 2015, enquanto a arrecadação anual era de R\$ 20 milhões (CGU, 2020).

Assim, a corrupção em nível local no Brasil, como em muitos outros países, tornou-se uma preocupação geral (Rose-Ackerman, 1999). Apesar de ser uma afirmação bastante antiga, ela não deixou de ser verdadeira, e infelizmente no Brasil, essa realidade é bem atual.

A corrupção diminuirá à medida que diminuirmos as oportunidades que levam a sua ocorrência. Essa afirmativa, embora simplória, tem o condão de indicar o caminho a seguir: criar ferramentas de controle que, preventiva, concomitante e posteriormente, estabeleçam um ambiente hostil às fraudes e à corrupção (Ramos, 2010, p. 21).

Na pesquisa de Rabl e Kuhlmann (2008), três fatores principais foram identificados como importantes fatores de influência no processo de tomada de

decisão: a atitude do indivíduo em relação à corrupção, a norma subjetiva, e os comportamentos percebidos. Na sua pesquisa, o modelo cognitivo atitude dos componentes e norma subjetiva explicam quase metade da variação no desejo de agir de forma corrupta. Já neste estudo, a atitude teve o maior índice, explicando praticamente sozinha, pelo seu alto índice.

O indivíduo favorece o comportamento que acredita ter consequências desejáveis e desfavorece os comportamentos que têm ligação com consequências indesejáveis (Ajzen, 1991). A tomada de decisão tem uma relação direta com as atitudes comportamentais, uma vez que o julgamento do que é favorável ou desfavorável se dará por decisões tomadas pela própria pessoa. E aqui está o problema, pois uma pessoa, e no contexto dessa tese, um funcionário público, executa a sua intenção de comportamento de acordo com a oportunidade apresentada. De acordo com Sobral e Islam (2013), mesmo que a pessoa esteja disposta a agir com ética, ao perceber uma oportunidade que lhe trará vantagem, tende a praticar, mesmo que seja eticamente questionável.

Para diminuir as oportunidades de corrupção é importante estabelecer mecanismos de controle eficazes. Para maximizar o risco para atores corruptos e propor possibilidades para se conseguir uma alta transparência e uma alta probabilidade de detecção. Através de responsabilidades claramente definidas, funções separadas, com princípios mais claros em decisões importantes, uma documentação eficaz e um gerenciamento de registros, complementadas por um controle institucional e ferramentas de apoio que auxiliam na identificação de conflitos de corrupção no local de trabalho (Rabl & Kuhlmann, 2008).

As ferramentas de apoio podem ser os sistemas informatizados de gestão. Sistemas informatizados de gestão, em um estágio inicial, chamado de Estágio pré-institucional (Tolbert & Zucker, 1996), tem uma característica de ser imitativo, com um uso opcional, uma alta taxa de fracasso em seu funcionamento e principalmente, gera pouco valor na tomada de decisão. No estágio semi-institucional (Tolbert & Zucker, 1996), o uso do sistema é formalmente ou informalmente pactuado como regra e a maioria dos grupos reconhece sua importância. Além disso, a taxa de fracasso é média. No entanto, ainda se tem uma baixa adesão por parte dos colaboradores.

De acordo com os respondentes, é possível concluir que, nos principais municípios do Estado do Paraná, o sistema informatizado de gestão utilizado está praticamente institucionalizado, pois apresentou um valor de 4,6 de média de respostas em 5 possíveis. No ambiente institucionalizado o sistema é reconhecido e possui a totalidade de seus papéis e responsabilidades padronizados, documentados, comunicados, mensurados e avaliados. A taxa de fracasso na utilização é baixa e como fator principal, ele gera alto valor na tomada de decisão (Tolbert & Zucker, 1996).

A institucionalização dos sistemas informatizados de gestão resulta em normas e regras compreendidas e identidade organizacional internalizada e difundida entre os funcionários com mais fluidez, fazendo com que as pessoas trabalhem em conjunto, e principalmente busquem constantemente a institucionalização dos processos dentro da organização pública. Conforme os níveis de institucionalização avançam as relações sociais tendem a ficarem mais fortes (Tolbert & Zucker, 1996).

Os achados na tese corroboram com os resultados de Rabl e Kuhlmann (2008), ou seja, que um sistema informatizado de gestão pode contribuir com a diminuição da intenção de cometer atos de corrupção, que é a hipótese geral dessa tese, e que foi confirmada.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com relação à hipótese geral da pesquisa, a mesma foi confirmada, ou seja, os sistemas informatizados de gestão, quando totalmente institucionalizados reduzem a intenção de cometer atos de corrupção. Somente uma das oito hipóteses não foi confirmada, o constructo “Transparência” não teve uma relação satisfatória com a “Intenção de cometer atos de corrupção”.

O principal objetivo da tese era propor um modelo de relações entre sistemas informatizados de gestão, vulnerabilidades à corrupção e intenção de cometer atos de corrupção. Partes de duas teorias foram utilizadas para elaborar o embasamento do modelo construído e testado. A teoria institucional (Tolbert & Zucker, 1996) e a teoria do comportamento planejado TBP (Ajzen, 1991), que foi utilizada como base no modelo chamado “ação corrupta” (Rabl & Kuhlmann, 2008). O modelo proposto inicialmente passou pelo teste piloto e pela aplicação empírica e foi validado, sofrendo uma pequena alteração em virtude de uma hipótese não ter sido confirmada.

No que tange aos objetivos específicos propostos, os três foram atendidos. O primeiro objetivo era identificar e categorizar as vulnerabilidades da corrupção em organizações públicas brasileiras. Esse objetivo foi cumprido, categorizando quinze vulnerabilidades à corrupção, quais sejam: Controle não efetivo, Comportamento corrupto de agentes públicos e políticos, Burocracia excessiva, Falta de *accountability* e Auditorias adequadas, Transparência ineficaz ou ausente, Impunidade, Sistema Político eleitoral frágil, Baixa participação do cidadão, Governança pública não efetiva, “Jeitinho Brasileiro”, Percepção generalizada de corrupção em relação às instituições governamentais, Uso indevido do poder discricionário dos agentes públicos, Alta tolerância ao comportamento ilegal, Fraca relação cidadão-governo e Desigualdades. As vulnerabilidades à corrupção foram identificadas através de uma revisão sistemática da literatura.

O que se pode observar é que muitas das vulnerabilidades à corrupção encontradas na literatura dizem respeito à gestão, ou melhor, a falta de gestão, tais

como: Controle não efetivo, Burocracia excessiva, Falta de *accountability*, Transparência ineficaz ou ausente, entre outros.

O segundo objetivo específico proposto foi identificar o nível de institucionalização de sistemas informatizados de gestão na área da saúde, tendo como escopo secretarias de saúde de municípios paranaenses. As secretarias de saúde das cidades pesquisadas foram: Curitiba, Londrina, Maringá, Ponta Grossa, Cascavel, São José dos Pinhais e Foz do Iguaçu. Com a pesquisa foi possível evidenciar que os sistemas informatizados de gestão estão altamente institucionalizados, pois, de uma escala de 5, as respostas tiveram uma média 4,6. O fato de ter uma média alta na escala (4,6 de 5), pode ser pelas características dos municípios, uma vez que, são os sete maiores municípios do Estado do Paraná, ou seja, são municípios organizados e com um bom volume orçamentário.

O terceiro objetivo específico era identificar a relação da institucionalização de sistemas informatizados de gestão na intenção de cometer atos de corrupção em Organizações Públicas. Os testes realizados mostraram que existe essa relação, ou seja, os sistemas informatizados de gestão, quando institucionalizados, diminuem a intenção do indivíduo de cometer atos de corrupção.

Assim, essa relação foi comprovada, uma vez que, o sistema afeta positivamente as vulnerabilidades testadas (Controle interno, Desburocratização, *Accountability* e Transparência) e as vulnerabilidades de Controle interno, Desburocratização e *Accountability* diminuem a intenção de cometer atos de corrupção.

7.1 CONTRIBUIÇÕES DA PESQUISA

Esta pesquisa afirma que há uma relação entre a institucionalização de sistemas informatizados de gestão com a intenção de cometer atos de corrupção. Os resultados deste estudo fornecem contribuições teóricas para estudiosos e práticas para administradores públicos.

Nesse sentido, a primeira contribuição teórica e para o campo de pesquisa foi a identificação dos constructos de vulnerabilidade à corrupção, quais sejam,

Controle interno, Desburocratização, *Accountability* e Transparência. Também como contribuição acadêmica, a relação positiva dos sistemas informatizados de gestão com cada uma das vulnerabilidades à corrupção, comprovando que os sistemas institucionalizados diminuem a vulnerabilidade a corrupção, através do aumento do Controle interno, Desburocratização, *Accountability* e Transparência. A terceira contribuição acadêmica foi a demonstração da existência de uma relação de que quanto mais aumenta o Controle interno, a Desburocratização e a *Accountability* menor é intenção de cometer atos de corrupção.

A quarta contribuição teórica foi o achado da relação não significativa da relação “Transparência” com a “Intenção de cometer atos de corrupção”, mostrando que, ao menos nas secretarias de saúde de municípios paranaenses, a transparência não é executada em sua plenitude. A falta de relação entre a “transparência” e a “intenção de cometer atos de corrupção”, contradiz a opinião de Odriozola, Sánchez e Etxeberria (2012) de que a transparência é uma ferramenta contra a corrupção.

Uma quinta contribuição teórica é uma lista das vulnerabilidades à corrupção encontradas na literatura, que pode ser entendida como os principais pontos fracos do Brasil em relação à corrupção. Também como contribuição, a tese destaca a relação dos artigos que discorrem sobre vulnerabilidade à corrupção em órgãos públicos no Brasil, publicados nas principais bases de dados, como por exemplo: *Scielo, Ebsco, Sage, Wiley, Springer, Emerald, ProQuest, Spell, Scopus e Web of Science*.

Como contribuição prática é possível fazer a verificação do nível de institucionalização do sistema informatizado utilizado, com o intuito de realizar uma boa gestão da organização. Como confirmado na tese, sistemas informatizados de gestão institucionalizados têm uma relação direta positiva com o Controle interno, com a *Accountability* e a Desburocratização.

Também como contribuição prática a tese mostra a importância de uma aproximação das secretarias de saúde com a sociedade, principalmente no sentido de se evitar um prejuízo social à população para beneficiar somente alguns, por exemplo, a seleção de casos para tratamento sem ter uma metodologia adequada. Além de contribuir ainda mais com a desigualdade social, pois ela é aprofundada

pela corrupção quando são desviados recursos que seriam alocados pelo Estado para a mitigação das causas e efeitos por ela produzidos (Bastos, 2014).

Outra contribuição é a lista de vulnerabilidades encontradas, elas podem ser úteis ao poder público para melhorar os seus processos para redução da corrupção.

Contudo, a principal contribuição prática é mostrar a importância de se investir e buscar o fortalecimento (em outras palavras, a institucionalização) de um sistema informatizado de gestão, tanto para o setor público quanto para o privado. De acordo com os resultados da pesquisa, os sistemas informatizados de gestão tem uma forte relação com a diminuição da intenção de cometer atos de corrupção por parte do indivíduo, pois aumenta o controle, a prestação de contas e também afeta os processos burocráticos.

O resultado da tese, pode de fato impactar diretamente as organizações públicas, por exemplo, o fato de ter um sistema informatizado de gestão institucionalizado melhora o controle da gestão pública, podendo evitar o direcionamento de contratos de prestação de serviços, pagamentos indevidos à funcionários corruptos e desperdício de insumos médico-hospitalares. Ou seja, diminuindo as oportunidades de corrupção através do aumento do controle, prestação de contas e desburocratização e conseqüentemente a redução de intenção de cometer atos de corrupção no setor público.

7.2 LIMITAÇÕES DA PESQUISA

Com relação às limitações do estudo, é importante destacar que além das inerentes à coleta de dados, há outras limitações.

A primeira delas diz respeito à capacidade preditiva do modelo proposto, sendo necessário realizar outros testes exploratórios e também testes confirmatórios, para aprimorar as relações do modelo. As relações encontradas no modelo foram bastante significativas e validaram a hipótese geral, contudo, é importante a realização de outros testes para confirmar e reforçar as relações do modelo.

Outra limitação apresentada foi que o modelo considerou somente as vulnerabilidades mais citadas na revisão sistemática da literatura, descartando as demais, que foram menos citadas. Além de não ter uma validação prática das vulnerabilidades utilizadas no modelo.

Neste sentido, o estudo limitou-se apenas às secretarias de saúde das sete maiores cidades do estado do Paraná, desconsiderando outras secretarias de governo, além de cidades de menor porte e outros Estados da Federação.

7.3 SUGESTÕES DE PESQUISAS FUTURAS

Estudos futuros podem ser realizados em outros contextos. Um desses contextos é o setor de educação, pois é o segundo ministério que mais recebe verbas do governo federal, ficando atrás somente do Ministério da Saúde. Os resultados de um estudo na área da educação poderiam ser comparados com os resultados da área da saúde, a fim de verificar se o contexto altera o resultado. Outro contexto proposto é a realização do estudo na área da saúde em outros estados, mas principalmente, em cidades de menor porte, para verificar se a relação também apresenta o mesmo resultado. As cidades de pequeno porte têm maior dificuldade de gestão, pelos recursos financeiros limitados e também pela mão de obra muitas vezes menos qualificada. Um fator interessante, que justificaria um estudo nas cidades de menor porte é a quantidade de operações do CGU em relação à corrupção na área da saúde, o que pressupõe a falta de controle interno, falta de prestação de contas e a falta de transparência.

Além de fazer um estudo em cidades pequenas, outra sugestão de estudos futuros seria realizar uma análise em sistemas que tenham baixa institucionalização, para fazer uma comparação com o resultado desse estudo.

Outro estudo que poderia ser realizado seria o teste empírico da lista de vulnerabilidades à corrupção de acordo com a percepção da população em geral e também a percepção de funcionários públicos. O objetivo da pesquisa seria fortalecer as relações encontradas na literatura. Uma possibilidade seria fazer uma comparação através de uma entrevista e outra possibilidade através de uma escala de concordância para cada uma das vulnerabilidades encontradas na literatura.

A vulnerabilidade “Transparência” poderia ser isolada do modelo proposto nesta tese, a fim de esclarecer o motivo da relação não ser significativa com a “Intenção de cometer atos de corrupção”. A pesquisa poderia iniciar com um Estudo de Caso de profundidade em um órgão público e posteriormente testar as relações entre “sistemas informatizados de gestão”, a vulnerabilidade “Transparência” e a “Intenção de cometer atos de corrupção”, inclusive testando o efeito moderador e/ou mediador da variável “Transparência”.

Um possível estudo futuro também seria fazer uma análise entre os achados das operações da CGU em relação aos constructos e a lista de vulnerabilidades. Esse cruzamento poderia mostrar na prática, quais os principais caminhos são utilizados pelos corruptos em relação à saúde pública brasileira.

Por fim, uma proposta de pesquisa seria o teste do modelo em organizações privadas, observando o tamanho, e, principalmente, o nível de gestão, para testar as relações e fazer uma comparação com os resultados do estudo realizado em organizações públicas.

REFERÊNCIAS

- Abdulla, A. A. M. A., Shobaki, M. J. Al, & Naser, S. S. A. (2017). The Reality of Integrating the Dimensions of Computerized Health Information Systems in Dar Al- Shifa Medical Complex. *International Journal of Engineering and Information Systems (IJEAIS)*, 1(9), 80–104.
- Abramo, C. W. (2005). Percepções pantanosas: A dificuldade de medir a corrupção. *Novos Estudos*, 73, 33–37.
- Abramson, M. A., & Means, G. E. (2001). *E-Government 2001 (IBM Center for the Business of Government)*. Rowman & Littlefield Publishers.
- Abu Abdulla, A. A. M., Al Shobaki, M. J., & Abu Naser, S. S. (2017, December 8). The Reality of Integrating the Dimensions of Computerized Health Information Systems in Dar Al-Shifa Medical Complex.
- Abu Naser, S. S., & Al Shobaki, M. J. (2016). Enhancing the Use of Decision Support Systems for Re-Engineering of Operations and Business-Applied Study on the Palestinian Universities. *SSRN Electronic Journal*. <https://doi.org/10.2139/ssrn.2814456>
- Abu Naser, S. S., Shobaki, M. J. Al, & Abu Amuna, Y. M. (2016). Measuring knowledge management maturity at HEI to enhance performance-an empirical study at Al-Azhar University in Palestine. *International Journal of Commerce and Management Research*, 2(5), 55–62. <https://doi.org/10.6084/M9.FIGSHARE.3504803.V1>
- Aidt, T. S. (2003). Economic Analysis of Corruption: A Survey. *The Economic Journal*, 113(491), F632–F652. <https://doi.org/10.1046/j.0013-0133.2003.00171.x>
- Ajzen, I. (1985). From Intentions to Actions: A Theory of Planned Behavior. In *Action Control* (pp. 11–39). Springer Berlin Heidelberg. https://doi.org/10.1007/978-3-642-69746-3_2
- Ajzen, I. (1991). The theory of planned behavior. *Organizational Behavior and Human Decision Processes*, 50(2), 179–211. [https://doi.org/10.1016/0749-5978\(91\)90020-T](https://doi.org/10.1016/0749-5978(91)90020-T)
- Ajzen, I., & Madden, T. J. (1986). Prediction of goal-directed behavior: Attitudes, intentions, and perceived behavioral control. *Journal of Experimental Social Psychology*, 22(5), 453–474. Retrieved from <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/0022103186900454>
- Aklin, M., Bayer, P., Harish, S. P., & Urpelainen, J. (2014). Who blames corruption for the poor enforcement of environmental laws? Survey evidence from Brazil. *Environmental Economics and Policy Studies*, 16(3), 241–262. <https://doi.org/10.1007/s10018-014-0076-z>
- Akutsu, L., & Guimarães, T. de A. (2012). Dimensões da governança judicial e sua aplicação ao sistema judicial brasileiro. *Revista Direito GV*, 8(1), 183–202. <https://doi.org/10.1590/S1808-24322012000100008>
- Al Shobaki, M. (2017). The Impact of the Dimensions of the Administrative Decision

- Support Systems on the Re-engineering of the Systems of the Palestinian universities in Gaza Strip from the Employees' Perspective. *The Arab Journal for Quality Assurance and Higher Education*, 10(4), 155–175. <https://doi.org/10.20428/ajqahe.10.4.7>
- Alencar, C. H. R. de, & Gico Jr., I. (2011). Corrupção e judiciário: a (in)eficácia do sistema judicial no combate à corrupção. *Revista Direito GV*, 7(1), 75–98. <https://doi.org/10.1590/S1808-24322011000100005>
- Almeida, M. A. de. (2012). Managing Public Perceptions: New Wealth and Corruption in Brazil. *Fletcher F. World Aff*, 36(2), 51–55.
- Aloise de Seabra, A., Khosrovyan, A., Del Valls, T. A., & Polette, M. (2015). Management of pre-salt oil royalties: Wealth or poverty for Brazilian coastal zones as a result? *Resources Policy*, 45, 1–8. <https://doi.org/10.1016/j.resourpol.2015.03.006>
- Alston, L. J., Melo, M. A., Mueller, B., & Pereira, C. (2016). Why Countries Transition? The Case of Brazil, 1964–2016. *Atlantic Economic Journal*, 44(2), 197–224. <https://doi.org/10.1007/s11293-016-9498-2>
- Amuna, Y. M. A., Al Shobaki, M. J., Naser, S. S. A., & Abu, S. S. (2017). *The Role of Knowledge-Based Computerized Management Information Systems in the Administrative Decision-Making Process. Journal of Information Technology and Electrical Engineering* (Vol. 6). Retrieved from <https://hal.archives-ouvertes.fr/hal-01522412>
- Andersen, T. B., Bentzen, J., Dalgaard, C.-J., & Selaya, P. (2011). Does the Internet Reduce Corruption? Evidence from U.S. States and across Countries. *The World Bank Economic Review*, 25(3), 387–417. <https://doi.org/10.1093/wber/lhr025>
- Andrews, C. W. (2008). Legitimacy and context: implications for public sector reform in developing countries. *Public Administration and Development*, 28(3), 171–180. <https://doi.org/10.1002/pad.495>
- Andrews, C. W. (2011). The Evil and Its Cure: Clientelism, Corruption, and Their Institutional Remedies in Latin America. In *Value and Virtue in Public Administration* (pp. 208–227). London: Palgrave Macmillan UK. https://doi.org/10.1057/9780230353886_11
- Andrews, C. W., & de Vries, M. S. (2007). High expectations, varying outcomes: decentralization and participation in Brazil, Japan, Russia and Sweden. *International Review of Administrative Sciences*, 73(3), 424–451. <https://doi.org/10.1177/0020852307081151>
- Andvig, J. C., Andvig, J. C., Fjeldstad, O., Amundsen, I., Sissener, T., & Søreide, T. (2000). 1 Research on Corruption. Retrieved from <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/summary?doi=10.1.1.610.2042>
- Anechiarico, F., & Jacobs, J. B. (1994). Visions of Corruption Control and the Evolution of American Public Administration. *Public Administration Review*, 54(5), 465. <https://doi.org/10.2307/976432>
- Ansell, A. (2018). Impeaching Dilma Rousseff: the double life of corruption allegations on Brazil's political right. *Culture, Theory and Critique*, 59(4), 312–331. <https://doi.org/10.1080/14735784.2018.1499432>

- Antunes, R., Santana, M. A., & Praun, L. (2019). Chronicle of a Defeat Foretold: The PT Administrations from Compromise to the Coup. *Latin American Perspectives*, 46(1), 85–104. <https://doi.org/10.1177/0094582X18807210>
- Aquino, M. M. F. de, De Sousa, R. G., Cavalcante, G. M., Duarte, F. M., & Aquino, F. C. D. O. B. (2018). Mecanismos de controle nos processos licitatórios: A percepção dos pregoeiros. *Revista Ambiente Contábil*, 10(2), 303. <https://doi.org/10.21680/2176-9036.2018v10n2ID12969>
- Armijo, L. E., & Rhodes, S. D. (2017). Explaining infrastructure underperformance in Brazil: cash, political institutions, corruption, and policy Gestalts. *Policy Studies*, 38(3), 231–247. <https://doi.org/10.1080/01442872.2017.1290227>
- Arndt, C., & Oman, C. (2006). *Uses and Abuses of Governance Indicators*. Paris - France. Retrieved from <https://www.la.utexas.edu/users/chenry/polec/2006/oecd/AE795835C8392A8111572211048C64BBAF3DA2573E.pdf>
- Arruda, M. C. (1997). Business Ethics in Latin America. *Journal of Business Ethics*, 16, 1597–1603. <https://doi.org/https://doi.org/10.1023/A:1005823317019>
- Arvate, P., & Mittlaender, S. (2017). Condemning corruption while condoning inefficiency: an experimental investigation into voting behavior. *Public Choice*, 172(3–4), 399–419. <https://doi.org/10.1007/s11127-017-0452-x>
- Avelino, G., Barberia, L. G., & Biderman, C. (2014). Governance in managing public health resources in Brazilian municipalities. *Health Policy and Planning*, 29(6), 694–702. <https://doi.org/10.1093/heapol/czt003>
- Avgerou, C. (2010). Discourses on ICT and Development. *Information Technologies & International Development*, 6(3), 1–18. Retrieved from <https://www.itidjournal.org/index.php/itid/article/view/560>
- Avis, E., Ferraz, C., & Finan, F. (2018). Do Government Audits Reduce Corruption? Estimating the Impacts of Exposing Corrupt Politicians. *Journal of Political Economy*, 126(5), 1912–1964. <https://doi.org/10.1086/699209>
- Avritzer, L. (2017). Participation in democratic Brazil: from popular hegemony and innovation to middle-class protest. *Opinião Pública*, 23(1), 43–59. <https://doi.org/10.1590/1807-0191201723143>
- Awasthi, R., & Bayraktar, N. (2015). Can tax simplification help lower tax corruption? *Eurasian Economic Review*, 5(2), 297–330. <https://doi.org/10.1007/s40822-015-0014-9>
- Balán, M. (2014). Assessing Progress in Transparency and Anticorruption. *Latin American Research Review*, 49(2), 262–272. <https://doi.org/10.1353/lar.2014.0026>
- Bandura, A. (1982). Self-efficacy mechanism in human agency. *American Psychologist*, 37(2), 122–147. <https://doi.org/10.1037/0003-066X.37.2.122>
- Bannister, & Connolly. (2012). Defining e-Governance. *E-Service Journal*, 8(2), 3–25. <https://doi.org/10.2979/eservicej.8.2.3>
- Barbosa, A., Bittencourt, Alisson Garroux, C., Santos, E., Gomes, E., Isabela, S., Coelho, F., ... Oyadomari, W. (2014). *Panorama setorial da Internet - IC no setor de Saúde: disponibilidade e uso das tecnologias de informação e comunicação*

em estabelecimentos de saúde brasileiros. *Tecnologia e Saúde*.

- Barbosa, G., Márcio, D., & Martins, S. (2016). Os impactos da implantação de um sistema integrado de gestão no sistema único de saúde (SUS). *Caderno de Estudos Em Sistemas de Informação*, 3(2).
- Barcellos, A. P. De. (2015). Acesso à informação: os princípios da Lei nº 12.527/2011. *Revista Quaestio Iuris*, 8(3), 1741–1759. <https://doi.org/10.12957/rqi.2015.18818>
- Bardin, L. (2015). Análise de conteúdo (Edição revista e actualizada). Lisboa: *Edições 70*. <https://doi.org/10.1017/CBO9781107415324.004>
- Barros, D. S., & Rodrigues, G. M. (2017). Lei de Acesso à Informação: Entre vozes e silêncios na divulgação pelo jornal O Estado do Maranhão. *Informação & Sociedade*, 27(2), 291–302. <https://doi.org/10.22478/ufpb.1809-4783.2017v27n2.32698>
- Basilio, A. (2015). Os maiores escândalos de corrupção do Brasil. Retrieved January 5, 2020, from <https://epocanegocios.globo.com/Informacao/Dilemas/noticia/2015/03/os-maiores-escandalos-de-corrupcao-do-brasil.html>
- Bastos, M. P., & Theme Filha, M. M. (2013). O uso de sistemas de informações em saúde no gerenciamento dos Programas de Hipertensão Arterial e Diabetes Mellitus: estudo de caso do Sistema Remédio em Casa em uma unidade de saúde na cidade do Rio de Janeiro-RJ, Brasil, 2009. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, 22(1), 141–150. <https://doi.org/10.5123/s1679-49742013000100015>
- Bastos, M. T. (2014). Um modelo de política de combate à corrupção. *Revista Do Advogado*, 34(125), 68–75. Retrieved from <https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:redes.virtual.bibliotecas:artigo.revista:2014;1001032564>
- Benedicto, S. C. De, Júnior, E. de S. G., Pereira, J. R., & Andrade, G. H. N. de. (2013). Governança corporativa: uma análise da aplicabilidade dos seus conceitos na administração pública. *Organizações Rurais & Agroindustriais*, 15(2), 286–300.
- Bersch, K. (2016). The Merits of Problem-Solving over Powering: Governance Reforms in Brazil and Argentina. *Comparative Politics*, 48(2), 205–225. <https://doi.org/10.5129/001041516817037727>
- Bersch, K., Praça, S., & Taylor, M. M. (2017). State Capacity, Bureaucratic Politicization, and Corruption in the Brazilian State. *Governance*, 30(1), 105–124. <https://doi.org/10.1111/gove.12196>
- Bertot, J. C., Jaeger, P. T., & Grimes, J. M. (2010). Using ICTs to create a culture of transparency: E-government and social media as openness and anti-corruption tools for societies. *Government Information Quarterly*, 27(3), 264–271. <https://doi.org/10.1016/j.giq.2010.03.001>
- Bido, D. D. S., & Da Silva, D. (2019). SmartPLS 3: especificação, estimação, avaliação e relato. *Administração: Ensino e Pesquisa*, 20(2). <https://doi.org/10.13058/raep.2019.v20n2.1545>
- Bittar, O. J. N., Biczuk, M., Serinolli, M. I., Novaretti, M. C. Z., & Moura, M. M. N. de.

- (2018). Sistemas de informação em saúde e sua complexidade. *Revista de Administração Em Saúde*, 18(70). <https://doi.org/10.23973/ras.70.77>
- Bizzarro, F., & Coppedge, M. (2017). Variedades da Democracia no Brasil. *Opinião Pública*, 23(1), 1–42. <https://doi.org/10.1590/1807-019120172311>
- Boas, T. C., Hidalgo, F. D., & Melo, M. A. (2018). Norms versus Action: Why Voters Fail to Sanction Malfeasance in Brazil. *American Journal of Political Science*, 1–16. <https://doi.org/10.1111/ajps.12413>
- Boas, T. C., Hidalgo, F. D., & Richardson, N. P. (2014). The Spoils of Victory: Campaign Donations and Government Contracts in Brazil. *The Journal of Politics*, 76(2), 415–429. <https://doi.org/10.1017/S002238161300145X>
- Bohn, S. (2013). Justifying corrupt exchanges: rational-choice corruptors. *Zeitschrift Für Vergleichende Politikwissenschaft*, 7(S1), 159–182. <https://doi.org/10.1007/s12286-013-0166-5>
- Bologna, J. (2016). The effect of informal employment and corruption on income levels in Brazil. *Journal of Comparative Economics*, 44(3), 657–695. <https://doi.org/10.1016/j.jce.2015.12.001>
- Bologna, J., & Ross, A. (2015). Corruption and entrepreneurship: evidence from Brazilian municipalities. *Public Choice*, 165(1–2), 59–77. <https://doi.org/10.1007/s11127-015-0292-5>
- Bonifácio, R. (2013). A Afeição dos cidadãos pelos políticos mal-afamados: identificando os perfis associados à aceitação do “rouba, mas faz” no Brasil. *Opinião Pública*, 19(2), 320–345. <https://doi.org/10.1590/S0104-62762013000200004>
- Bonifácio, R., & Ribeiro, E. (2016). Corrupção e participação política no Brasil: diagnósticos e consequências. *Revista Brasileira de Ciência Política*, (20), 7–42. <https://doi.org/10.1590/0103-335220162001>
- Bonsón, E., Torres, L., Royo, S., & Flores, F. (2012). Local e-government 2.0: Social media and corporate transparency in municipalities. *Government Information Quarterly*, 29(2), 123–132. <https://doi.org/10.1016/j.giq.2011.10.001>
- Borini, F. M., & Grisi, F. C. (2009). A corrupção no ambiente de negócios: survey com as micro e pequenas empresas da cidade de São Paulo. *Revista de Administração*, 44(2), 102–117.
- Borja, P. C. (2014). Política pública de saneamento básico: uma análise da recente experiência brasileira. *Saúde e Sociedade*, 23(2), 432–447. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902014000200007>
- Braga Junior, S. S., Satolo, E. G., Gabriel, M. L. D. da S., & Silva, D. da. (2014). *The Relationship between Environmental Concern and Declared Retail Purchase of Green Products*. *International Journal of Business and Social Science* (Vol. 5). Retrieved from www.ijbssnet.com
- Brei, Z. A. (1996). Corrupção: dificuldades para definição e para um consenso. *Revista de Administração Pública*, 30(1), 64–77.
- Brereton, P., Kitchenham, B. A., Budgen, D., Turner, M., & Khalil, M. (2007). Lessons from applying the systematic literature review process within the software engineering domain. *The Journal of Systems and Software*, 80(4), 571–583.

<https://doi.org/10.1016/j.jss.2006.07.009>

- Bresser-Pereira, L., & Grau, N. (2006). *Responsabilização na administração pública*. (E. FUNDAP, Ed.) (Nuria Cuni). Edições FUNDAP.
- Brito, S. M. (2018). “Estados imaginados” e novas virtudes: notas sobre a construção das políticas de transparência e combate à corrupção. *Horizontes Antropológicos*, 24(50), 25–52. <https://doi.org/10.1590/s0104-71832018000100002>
- Brol, M. (2016). Institutional Determinants of Corruption. *Ekonomia i Prawo*, 15(1), 21. <https://doi.org/10.12775/EiP.2016.002>
- Brollo, F., & Troiano, U. (2016). What happens when a woman wins an election? Evidence from close races in Brazil. *Journal of Development Economics*, 122, 28–45. <https://doi.org/10.1016/j.jdeveco.2016.04.003>
- Brown, E., & Cloke, J. (2004). Neoliberal Reform, Governance and Corruption in the South: Assessing the International Anti-Corruption Crusade. *Antipode*, 36(2), 272–294. <https://doi.org/10.1111/j.1467-8330.2004.00406.x>
- Bugarin, M. S., & Bugarin, T. T. S. (2017). Ética & incentivos: devemos recompensar quem denuncia corrupção? *Revista Direito GV*, 13(2), 390–427. <https://doi.org/10.1590/2317-6172201716>
- Bugarin, M. S., & Meneguim, F. B. (2016). Incentivos à corrupção e à inação no serviço público: Uma análise de desenho de mecanismos. *Estudos Econômicos (São Paulo)*, 46(1), 43–89. <https://doi.org/10.1590/0101-416146142mbf>
- Burrell, G., & Morgan, G. (1979). *Sociological Paradigms and Organizational Analysis*. London: Heinemann Educational Books.
- Caldas, O. V., Costa, C. M., & Pagliarussi, M. S. (2016). Corrupção e composição dos gastos governamentais: Evidências a partir do Programa de Fiscalização por Sorteios Públicos da Controladoria-Geral da União. *Revista de Administração Pública*, 50(2), 237–264. <https://doi.org/10.1590/0034-7612140185>
- Campelo, G. S. B. (2010). Administração pública no Brasil: ciclos entre patrimonialismo, burocracia e gerencialismo, uma simbiose de modelos. *Ciência & Trópico*, 34(2), 297–324. Retrieved from <https://fundaj.emnuvens.com.br/CIC/article/view/871/592>
- Campos, A. M. (1990). Accountability: quando poderemos traduzi-la para o português? *Revista de Administração Pública*, 24(2), 30–50. Retrieved from <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/9049>
- Campos, F. de A. O., & Pereira, R. A. D. C. (2016). Corrupção e ineficiência no Brasil: Uma análise de equilíbrio geral. *Estudos Econômicos (São Paulo)*, 46(2), 373–408. <https://doi.org/10.1590/0101-416146244rpf>
- Carneiro, T. L., Torres, C. V., & Ekman, J. (2016). Participação Política no Brasil e na Suécia: o papel dos estereótipos e do contágio. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 32(spe), 1–11. <https://doi.org/10.1590/0102-3772e32ne223>
- Carr, S. C., Taef, H., De M.S. Ribeiro, R., & Maclachlan, M. (1998). Attributions for “Third World” Poverty: Contextual Factors in Australia and Brazil. *Psychology and Developing Societies*, 10(2), 103–114.

<https://doi.org/10.1177/097133369801000201>

- Carraro, A., & Damé, O. (2007). Educação e corrupção: A busca de uma evidência empírica. In *Latin American and Caribbean Law and Economics Association (ALACDE) Annual Papers*. Retrieved from <https://escholarship.org/uc/item/42v1j573>
- Carraro, A., Machado, I. B., Canever, M. D., & Boll, J. L. S. (2016). Proposta para a estimação da corrupção regional no Brasil. *Política & Sociedade*, 14(31), 326–352. <https://doi.org/10.5007/2175-7984.2015v14n31p326>
- Carraro, A., Menezes, G., Canever, M. D., & Fernandes, R. (2011). Formação de empresas e corrupção: uma análise para os estados brasileiros. In *Encontro de Economia da Região Sul-ANPEC/SUL*.
- Carrasco, E., & Williams, S. (2012). Emerging Economies After the Global Financial Crisis: the Case of Brazil. *Northwestern Journal of International Law & Business* 33:81, 33(81), 80–119.
- Carson, L. D., & Prado, M. M. (2016). Using institutional multiplicity to address corruption as a collective action problem: Lessons from the Brazilian case. *The Quarterly Review of Economics and Finance*, 62, 56–65. <https://doi.org/10.1016/j.qref.2016.07.009>
- Castro, A., & Ansari, S. (2017). Contextual “ Readiness ” for Institutional Work . A Study of the Fight Against Corruption in Brazil. *Journal of Management Inquiry*, 26(4), 351–365. <https://doi.org/https://doi.org/10.1177/1056492617696887>
- Cavalcanti, F., Daniele, G., & Galletta, S. (2018). Popularity shocks and political selection. *Journal of Public Economics*, 165, 201–216. <https://doi.org/10.1016/j.jpubeco.2018.07.011>
- Cavalcanti, R. P. (2017). Armed Violence and the Politics of Gun Control in Brazil: An Analysis of the 2005 Referendum. *Bulletin of Latin American Research*, 36(1), 36–51. <https://doi.org/10.1111/blar.12476>
- Cechelaine, C. H. O., Silveira, M. C., de Oliveira, K. P., & Moraes, C. E. S. (2013). A influência dos Processos de Institucionalização na Utilização dos Resultados de Avaliações de Políticas Públicas: O Caso Mineiro das Avaliações Executivas de Projetos. *Contabilidade, Gestão e Governança*; v. 16, n. 1 (2013).
- CGU. (2015). Convenção da OCDE sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais — Ministério da Economia Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Retrieved January 15, 2019, from http://www.planejamento.gov.br/assuntos/assuntos-internacionais/publicacoes/cartilha_ocde.pdf/view
- CGU. (2020). Controladoria Geral da União. Retrieved January 15, 2020, from <http://www.cgu.gov.br/>
- Chadwick, A. (2003). Bringing E-Democracy Back In. *Social Science Computer Review*, 21(4), 443–455. <https://doi.org/10.1177/0894439303256372>
- Chagas, V., Siqueira, E. S., Sun, V., & Reinhard, N. (2016). Evolution of information technology spendings level in São Paulo state government. *Revista Eletrônica de Sistemas de Informação*, 15(3), 1–21. <https://doi.org/10.5329/resi.2016.1503004>

- Chin, W. (1998). The Partial Least Squares Approach to SEM chapter. *Modern Methods for Business Research*. <https://doi.org/10.1063/1.4860849>
- Cohen, J. (1988). Statistical power for the social sciences. *Hillsdale, NJ: Laurence Erlbaum and Associates*.
- Comparato, F. K. (2017). Resta ainda, porventura, alguma esperança? *Estudos Avançados*, 32(92), 31–46. <https://doi.org/10.5935/0103-4014.20180004>
- Converse, J. M., & Presser, S. (1986). *Survey questions: Handcrafting the standardized questionnaire*. Sage.
- Corbari, E. C. (2011). Accountability: prática de governança pública e mecanismo de controle social. *Revista Do TCM: Rio de Janeiro*, 28(46), 12–17.
- Correia, J. A. de A. e V., Arelaro, L. R. G., & Freitas, L. C. de. (2015a). A Lei de Acesso à Informação como instrumento de controle social: diagnóstico dos municípios do sul do Brasil à luz do artigo 8º da lei 12527/2011. *Educação e Pesquisa*, 41(spe), 1275–1281. <https://doi.org/10.1590/S1517-9702201508148846>
- Correia, J. A. de A. e V., Arelaro, L. R. G., & Freitas, L. C. De. (2015b). Para onde caminham as atuais avaliações educacionais? *Educação e Pesquisa*, 41(spe), 1275–1281. <https://doi.org/10.1590/S1517-9702201508148846>
- Costa, C. D., Nogueira, S. P. da S., & Ribeiro, N. A. B. (2016). MECANISMOS DE ACCOUNTABILITY NOS GOVERNOS LOCAIS. In *XXVI Jornadas Lusas-Espanholas "Competitividade das regiões transfronteiriças"*.
- Costa, K. S., & do Nascimento, J. M. (2012). Hórus: Inovação tecnológica na Assistência Farmacêutica no Sistema único de Saúde. *Revista de Saude Publica*, 46(SUPPL.1), 91–99. <https://doi.org/10.1590/S0034-89102012005000063>
- Costa Vargas, J. H. (2004). Hyperconsciousness of Race and Its Negation: The Dialectic of White Supremacy in Brazil. *Identities*, 11(4), 443–470. <https://doi.org/10.1080/10702890490883803>
- Cunha, M. A. V. C. da, & Miranda, P. R. de M. (2013). O uso de TIC pelos governos: uma proposta de agenda de pesquisa a partir da produção acadêmica e da prática nacional. *Organizações & Sociedade*, 20(66), 543–566. <https://doi.org/10.1590/s1984-92302013000300010>
- Cunha, I. (2018). News on corruption and sociability networks: an exploratory study about Portugal, Brazil and Angola. *Observatorio (OBS*)*, 2018, 90–107. <https://doi.org/10.15847/obsOBS12220181151>
- D'Souza, M. F., Aragão, I. R. B. N., & Luca, M. M. M. De. (2018). Analysis of the Occurrence of Machiavellian and Narcissistic Discourse in the Management Reports of Firms Involved in Financial Scandals. *Revista de Educação e Pesquisa Em Contabilidade (REPeC)*, 12(3), 402–420. <https://doi.org/10.17524/repec.v12i3.1899>
- da Silva, G. F., Aidar, T., & Mathias, T. A. de F. (2011). Quality of the live birth information system in the state of paraná, from 2000 to 2005. *Revista Da Escola de Enfermagem*, 45(1), 77–84. <https://doi.org/10.1590/S0080-62342011000100011>

- Dantas de Araujo, F. (2012). Uma Análise temática da estratégia nacional contra a corrupção e a lavagem de dinheiro (ENCCLA) por suas diretrizes. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, 2(1). <https://doi.org/10.5102/rbpp.v2i1.1649>
- Davis, K. E. (2012). The Prospects for Anti-corruption Law: Optimists versus Skeptics. *Hague Journal on the Rule of Law*, 4(02), 319–336. <https://doi.org/10.1017/S1876404512000188>
- Dawes, S. S. (2008). The Evolution and Continuing Challenges of E-Governance. *Public Administration Review*, 68, S86–S102. <https://doi.org/10.1111/j.1540-6210.2008.00981.x>
- Dawes, S. S. (2010). Stewardship and usefulness: Policy principles for information-based transparency. *Government Information Quarterly*, 27(4), 377–383. <https://doi.org/10.1016/j.giq.2010.07.001>
- de Albuquerque, A. (2017). Protecting democracy or conspiring against it? Media and politics in Latin America: A glimpse from Brazil. *Journalism: Theory, Practice & Criticism*, 1–18. <https://doi.org/10.1177/1464884917738376>
- de Andrade Filho, L. (2008). The dynamics of drug-related organised crime and corruption in Brazil from a development perspective. *Journal of Financial Crime*, 15(1), 49–59. <https://doi.org/10.1108/13590790810841699>
- De Freitas Júnior, L. R., & Rodrigues, C. de O. M. (2018). Estratégias de Racionalização da Corrupção nas Organizações: Uma Análise das Declarações de Acusados em Casos de Corrupção no Brasil. *Revista de Ciências Da Administração*, 20(50), 8–23. <https://doi.org/10.5007/2175-8077.2018v20n50p8>
- de Haes, S., & van Grembergen, W. (2009). An Exploratory Study into IT Governance Implementations and its Impact on Business/IT Alignment. *Information Systems Management*, 26(2), 123–137. <https://doi.org/10.1080/10580530902794786>
- De Souza Machado, C., & Cattafesta, M. (2019). Benefícios, dificuldades e desafios dos sistemas de informações para a gestão no Sistema Único de Saúde. *Revista Brasileira de Pesquisa Em Saúde/Brazilian Journal of Health Research*, 21(1), 124–134. <https://doi.org/10.21722/rbps.v21i1.26476>
- de Vries, P. (2016). Participatory slum upgrading as a disjunctive process in Recife, Brazil: Urban coproduction and the absent ground of the city. *Singapore Journal of Tropical Geography*, 37(3), 295–309. <https://doi.org/10.1111/sjtg.12156>
- Del Monte, A., & Papagni, E. (2001). Public expenditure, corruption, and economic growth: the case of Italy. *European Journal of Political Economy*, 17(1), 1–16. [https://doi.org/10.1016/S0176-2680\(00\)00025-2](https://doi.org/10.1016/S0176-2680(00)00025-2)
- Delcourt, L. (2016). Um TeaParty tropical: a ascensão de uma “nova direita” no Brasil. *Lutas Sociais*, 20(36), 126–140.
- Dell’Anno, R., & Teobaldelli, D. (2015). Keeping both corruption and the shadow economy in check: the role of decentralization. *International Tax and Public Finance*, 22(1), 1–40. <https://doi.org/10.1007/s10797-013-9298-4>
- Dias, J., & Bento, F. (2011). Corrupção e teoria econômica. *Revista Economia & Tecnologia*, 7(3). <https://doi.org/10.5380/ret.v7i3.26615>
- DiMaggio, P. J., & Powell, W. W. (1983). The Iron Cage Revisited: Institutional

- Isomorphism and Collective Rationality in Organizational Fields. *American Sociological Review*, 48(2), 147. <https://doi.org/10.2307/2095101>
- Domingues, G. S. (2015). A Inserção da Comunidade Batista no processo mobilizador contra a corrupção. *Revista Batista Pioneira*, 4(2), 425–437.
- dos Santos, A. de F., Sobrinho, D. F., Araujo, L. L., Procópio, C. da S. D., Lopes, É. A. S., de Lima, A. M. de L. D., ... Matta-Machado, A. T. (2017). Incorporação de Tecnologias de Informação e Comunicação e qualidade na atenção básica em saúde no Brasil. *Cadernos de Saude Publica*, 33(5). <https://doi.org/10.1590/0102-311X00172815>
- dos Santos, L. A., & da Costa, P. M. T. (2014). The contribution of lobby regulation initiatives in addressing political corruption in Latin America. *Journal of Public Affairs*, 14(3–4), 379–391. <https://doi.org/10.1002/pa.432>
- Doval, G. P., & Actis, E. (2016). The Political and Economic Instability of Dilma Rousseff's Second Government in Brazil: Between Impeachment and the Pragmatic Turn. *India Quarterly: A Journal of International Affairs*, 72(2), 120–131. <https://doi.org/10.1177/0974928416637926>
- Dreher, A., & Gassebner, M. (2013). Greasing the wheels? The impact of regulations and corruption on firm entry. *Public Choice*, 155(3–4), 413–432. <https://doi.org/10.1007/s11127-011-9871-2>
- Dreher, A., Kotsogiannis, C., & McCorriston, S. (2009). How do institutions affect corruption and the shadow economy? *International Tax and Public Finance*, 16(6), 773–796. <https://doi.org/10.1007/s10797-008-9089-5>
- Drybread, K. (2018). When corruption is not a crime: 'innocent' white politicians and the racialisation of criminality in Brazil. *Culture, Theory and Critique*, 59(4), 332–353. <https://doi.org/10.1080/14735784.2018.1527706>
- Duarte, J., & Souza, B. M. (2015). Os valores democráticos no Brasil: revisitando a bibliografia e analisando o cenário atual. *Diálogo*, (30), 73–91. <https://doi.org/10.18316/2238-9024.15.1>
- Eiró, F. (2016). Environment, Violence, Politics, and Corruption in Recent Books about Brazil. *Latin American Perspectives*, XX(Xxx), 0094582X1664510. <https://doi.org/10.1177/0094582X16645101>
- Estache, A., Guasch, J.-L., Iimi, A., & Trujillo, L. (2009). Multidimensionality and Renegotiation: Evidence from Transport-Sector Public-Private-Partnership Transactions in Latin America. *Review of Industrial Organization*, 35(1–2), 41–71. <https://doi.org/10.1007/s11151-009-9225-0>
- Estevez, E., & Janowski, T. (2013). Electronic Governance for Sustainable Development - Conceptual framework and state of research. *Government Information Quarterly*, 30(SUPPL. 1). <https://doi.org/10.1016/j.giq.2012.11.001>
- Estrin, S., & Prevezer, M. (2010). A survey on institutions and new firm entry: How and why do entry rates differ in emerging markets? *Economic Systems*, 34(3), 289–308. <https://doi.org/10.1016/j.ecosys.2010.01.003>
- Fachin, R. C., & Mendonça, J. R. C. (2003). Selznick: uma visão da vida e da obra dos percursos da perspectiva institucional na teoria organizacional. In F. Editora (Ed.), *Organizações, instituições e poder no Brasil*. Rio de Janeiro.

- Faul, F., Erdfelder, E., Buchner, A., & Lang, A.-G. (2009). Statistical power analyses using G*Power 3.1: Tests for correlation and regression analyses. *Behavior Research Methods*, 41(4), 1149–1160. <https://doi.org/10.3758/BRM.41.4.1149>
- Federici, T., Braccini, A. M., & Saebo, O. (2015). “Gentlemen, all aboard!” ICT and party politics: Reflections from a Mass-eParticipation experience. *Government Information Quarterly*, 32(3), 287–298. <https://doi.org/10.1016/j.giq.2015.04.009>
- Feliú, P. (2018). Sobrevivendo a reformas, impopularidad y casos de corrupción: el presidencialismo de coalición del Brasil de Temer. *Revista de Ciencia Política (Santiago)*, 38(2), 181–206. <https://doi.org/10.4067/s0718-090x2018000200181>
- Feres Júnior, J., & de Oliveira Sassara, L. (2016). Corrupção, escândalos e a cobertura midiática da política. *Novos Estudos - CEBRAP*, 35(02), 204–225. <https://doi.org/10.25091/S0101-3300201600020011>
- Ferraz, C., & Finan, F. (2008). Exposing Corrupt Politicians: The Effects of Brazil's Publicly Released Audits on Electoral Outcomes *. *Quarterly Journal of Economics*, 123(2), 703–745. <https://doi.org/10.1162/qjec.2008.123.2.703>
- Ferraz, C., & Finan, F. (2011). Electoral Accountability and Corruption: Evidence from the Audits of Local Governments. *American Economic Review*, 101(4), 1274–1311. <https://doi.org/10.1257/aer.101.4.1274>
- Ferraz, C., Finan, F., & Moreira, D. B. (2012). Corrupting learning. *Journal of Public Economics*, 96(9–10), 712–726. <https://doi.org/10.1016/j.jpubeco.2012.05.012>
- Ferreira de Mendonça, H., & Martins Esteves, D. (2014). Income inequality in Brazil: What has changed in recent years? *CEPAL Review*, 2014(112), 107–123. <https://doi.org/10.18356/8be4e79e-en>
- Ferreira, M. C., Fischer, R., Porto, J. B., Pilati, R., & Milfont, T. L. (2012). Unraveling the Mystery of Brazilian Jeitinho. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 38(3), 331–344. <https://doi.org/10.1177/0146167211427148>
- Fialho, R. C. N., & Martins, R. S. (2016). Elementos institucionais e desempenho da logística de uma rede pública de assistência farmacêutica. *Revista de Administracao Publica*, 50(5), 819–841. <https://doi.org/10.1590/0034-7612146817>
- Filgueiras, F. (2009). A tolerância à corrupção no Brasil: uma antinomia entre normas morais e prática social. *Opinião Pública*, 15(2), 386–421. <https://doi.org/10.1590/S0104-62762009000200005>
- Filgueiras, F., & Melo Aranha, A. (2011). Controle da corrupção e burocracia da linha de frente: regras, discricionariedade e reformas no Brasil. *Dados -Revista de Ciências Sociais*, 54(2), 349–387. Retrieved from <http://www.redalyc.org/html/218/21821071005/>
- Fischer, R., Ferreira, M. C., Milfont, T., & Pilati, R. (2014). Culture of Corruption? The Effects of Priming Corruption Images in a High Corruption Context. *Journal of Cross-Cultural Psychology*, 45(10), 1594–1605. <https://doi.org/10.1177/0022022114548874>
- Fishbein, M., & Ajzen, I. (1975). *Belief, Attitude, Intention and Behavior: An Introduction to Theory and Research*. (R. Massachusetts, Ed.). Addison Wesley.
- Fleischer, D. (1997). Political corruption in Brazil: The delicate connection with

- campaign finance. *Crime, Law & Social Change*, 25, 297–321.
- Flynn, P. (2005). Brazil and Lula, 2005: crisis, corruption and change in political perspective. *Third World Quarterly*, 26(8), 1221–1267. <https://doi.org/10.1080/01436590500400025>
- Fornasier, M. D. O., & Ferreira, L. V. (2015). Agências anticorrupção e administração pública: uma perspectiva comparada entre o Brasil e outros países. *Revista Quaestio Iuris*, 8(3), 1583–1601. <https://doi.org/10.12957/rqi.2015.18809>
- Fornell, C., & Larcker, D. F. (1981). Structural Equation Models with Unobservable Variables and Measurement Error: Algebra and Statistics. *Journal of Marketing Research*. <https://doi.org/10.2307/3150980>
- Fountain, J. E. (2004). *Building the virtual state: Information technology and institutional change*. Brookings Institution Press.
- Fraudorfer, M. (2017). The Open Government Partnership: Mere Smokescreen or New Paradigm? *Globalizations*, 14(4), 611–626. <https://doi.org/10.1080/14747731.2016.1236463>
- Fressa, L. G., Rufino, G. L. B., & Darido, S. C. (2014). Vantagens e desvantagens da Copa do Mundo no Brasil: Análise a partir do discurso do Jornal Folha.com. *Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte*, 11(1), 107–124.
- Gabardo, E., & Castella, G. M. e. (2015). A nova lei anticorrupção e a importância do compliance para as empresas que se relacionam com a Administração Pública. *A&C - Revista de Direito Administrativo & Constitucional*, 15(60), 129–147. <https://doi.org/10.21056/aec.v15i60.55>
- Gadelha, S. R. de B., & Divino, J. A. (2013). Uma análise da ciclicidade da política fiscal brasileira. *Estudos Econômicos (São Paulo)*, 43(4), 711–743. <https://doi.org/10.1590/S0101-41612013000400004>
- Galtung, F. (2006). Measuring the immeasurable: Boundaries and functions of (macro) corruption indices. In C. Sampford, A. Shacklock, C. Connors, & F. Galtung (Eds.), *Measuring corruption*.
- Galvão, N. M. dos S. (2016). Percepção dos Estudantes do Ensino Médio Acerca do Profissional Contábil. *Revista Evidenciação Contábil & Finanças*, 4(2), 40–53. <https://doi.org/10.18405/RECFIN20160203>
- Galvão, P. R. (2016a). A implantação do sistema de controle interno em órgãos públicos como tecnologia de redução do Conflito de Agência Pública/Governamental. *Revista de Tecnologia Aplicada*, 5(2), 39–53. <https://doi.org/10.21714/2237-3713rta2016v5n2p39>
- Galvão, P. R. (2016b). A implantação do sistema de controle interno em órgãos públicos como tecnologia de redução do Conflito de Agência Pública Governamental. *Revista de Tecnologia Aplicada*, 5(2), 39–53. <https://doi.org/10.21714/2237-3713rta2016v5n2p39>
- Gans-morse, J., Borges, M., Makarin, A., Mannah-blankson, T., & Nickow, A. (2018). Reducing bureaucratic corruption: Interdisciplinary perspectives on what works. *World Development*, 105, 171–188. <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2017.12.015>
- Garcia, R. L. (2003). *A economia da corrupção: teoria e evidências: uma aplicação*

ao setor de obras rodoviárias no Rio Grande do Sul. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

- Geddes, B., & Neto, A. R. (1992). Institutional sources of corruption in Brazil. *Third World Quarterly*, 13(4), 641–661.
- Gehrke, G., Borba, J. A., & Ferreira, D. D. M. (2017). A repercussão da corrupção brasileira na mídia: uma análise comparada das revistas Der Spiegel, L'Obs, The Economist, Time e Veja. *Revista de Administração Pública*, 51(1), 157–167. <https://doi.org/10.1590/0034-7612158681>
- Giaccaglia, C. (2018). Brazil: ladders and snakes. *JANUS.NET, e-Journal of International Relation*, 9(1), 155–169. <https://doi.org/10.26619/1647-7251.9.1.10>
- Gibbs, G. (2009). *Análise de dados Qualitativos*. (B. Editora, Ed.).
- Gil, A. C. (2009). *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas (Vol. 6).
- Gingerich, D. W. (2013). Governance Indicators and the Level of Analysis Problem: Empirical Findings from South America. *British Journal of Political Science*, 43(03), 505–540. <https://doi.org/10.1017/S0007123412000403>
- Goldstein, A. (2017). La Prensa Brasileña y sus “Cruzadas Morales”: Un Análisis de los Casos del Segundo Gobierno de Getúlio Vargas y el Primer Gobierno de Lula da Silva. *Dados*, 60(2), 395–435. <https://doi.org/10.1590/001152582017124>
- Goldstein, D. M. (2018). Already innocent: radioactive bribes, white-collar corruption and nuclear expertise in Brazil. *Culture, Theory and Critique*, 59(4), 354–379. <https://doi.org/10.1080/14735784.2018.1514642>
- Gondim, I. J. C., Morandier, N., Dias, I. R. R., Couto, C. A. P., & Charotta, T. C. A. (2017). Analysis of Domestic Factors Affecting Outward Foreign Direct Investment in Brazil. *Latin American Business Review*, 18(1), 1–18. <https://doi.org/10.1080/10978526.2016.1251821>
- Gondim, L. M. P. (2016). Movimentos sociais contemporâneos no Brasil: a face invisível das Jornadas de Junho de 2013. *Revista Latinoamericana*, 15(44), 357–379.
- Gouvea, R., Montoya, M., & Walsh, S. (2013). How the Corruption Quadruple Helix Affects BRIC: A Case Study of Corruption in Big Emerging Economies. *Journal of Politics and Law*, 6(2). <https://doi.org/10.5539/jpl.v6n2p1>
- Graaf, G. de. (2007). Causes of Corruption: Towards a Contextual Theory of Corruption. *Public Administration Quarterly*, 31(1), 39–86. <https://doi.org/10.2307/41288282>
- Hair, J. F., Anderson, R. E., & Tatham, R. L. (1987). *Multivariate Statistical Analysis*.
- Hair, J. F., Black, W., Babin, B., Anderson, R., & Tatham, R. (2006). *Multivariate data analysis* (6 th Editi). Uppersaddle River: Pearson Prentice Hal.
- Hair, J. F., Hult, G. T. M., Ringle, C., & Sarstedt, M. (2014). *A Primer on Partial Least Squares Structural Equation Modeling (PLS-SEM)*. Sage Publications.
- Hall, P. A., & Taylor, R. C. R. (2003). As três versões do neo-institucionalismo. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, (58), 193–223. <https://doi.org/10.1590/s0102-64452003000100010>

- Halter, M. V., de Arruda, M. C. C., & Halter, R. B. (2009). Transparency to Reduce Corruption? *Journal of Business Ethics*, 84(S3), 373–385. <https://doi.org/10.1007/s10551-009-0198-6>
- Hanlon, J. (2012). Governance as ‘Kicking Away the Ladder’.’ *New Political Economy*, 17(5), 691–698. <https://doi.org/10.1080/13563467.2012.732272>
- Heeks, R. (1998). Information Systems for Public Sector Management. *Institute for Development Policy and Management*, (6), 1–23.
- Heeks, R. (1999). *Information Systems for Public Sector Management Land Evaluation View project*. Retrieved from <http://www.man.ac.uk/idpm>
- Henseler, J., Ringle, C. M., & Sinkovics, R. R. (2009). The use of partial least squares path modeling in international marketing. In *Advances in International Marketing* (Vol. 20, pp. 277–319). Emerald Group Publishing Ltd. [https://doi.org/10.1108/S1474-7979\(2009\)0000020014](https://doi.org/10.1108/S1474-7979(2009)0000020014)
- Herzfeld, T., & Weiss, C. (2003). Corruption and legal (in)effectiveness: An empirical investigation. *European Journal of Political Economy*, 19(3), 621–632. [https://doi.org/10.1016/S0176-2680\(03\)00018-1](https://doi.org/10.1016/S0176-2680(03)00018-1)
- Hidalgo, F. D., Canello, J., & Lima-de-Oliveira, R. (2016). Can Politicians Police Themselves? Natural Experimental Evidence From Brazil’s Audit Courts. *Comparative Political Studies*, 49(13), 1739–1773. <https://doi.org/10.1177/0010414015626436>
- Hoppe, A., Barcellos, M. D. de, Vieira, L. M., & Matos, C. A. de. (2012). Comportamento do consumidor de produtos orgânicos: uma aplicação da teoria do comportamento planejado. *BASE - Revista de Administração e Contabilidade Da Unisinos*, 9(2). <https://doi.org/10.4013/base.2012.92.06>
- Huberts, L. W. J. C. (2010). *www.ssoar.info A multi approach in corruption research: towards a more comprehensive multi-level framework to study corruption and its causes Zur Verfügung gestellt in Kooperation mit / provided in cooperation with*. Retrieved from <https://nbn-resolving.org/urn:nbn:de:0168-ssoar-368896>
- Hummel, C. (2018). Do Poor Citizens Benefit from Mega-Events? São Paulo’s Street Vendors and the 2014 FIFA World Cup. *Latin American Politics and Society*, 60(4), 26–48. <https://doi.org/10.1017/lap.2018.40>
- Hunter, W. (2007). The Normalization of an Anomaly: The Workers’ Party in Brazil. *World Politics*, 59(03), 440–475. <https://doi.org/10.1017/S0043887100020888>
- Husted, B. W. (2002). Culture and International Anti-Corruption Agreements in Latin America. *Journal of Business Ethics*, 37(4), 413–422. <https://doi.org/https://doi.org/10.1023/A:1015248921716>
- Husted, S. (1994). Seasonal Variation in Methane Emission from Stored Slurry and Solid Manures. *Journal of Environmental Quality*, 23(3), 585–592. <https://doi.org/10.2134/jeq1994.00472425002300030026x>
- IBGE. (2019). Instituto brasileiro de geografia e estatística. Retrieved May 3, 2019, from <https://ibge.gov.br/>
- Imoniana, J. O., Feitas, E. C. De, & Perera, L. C. J. (2016a). Assessment of internal control systems to curb corporate fraud - evidence from Brazil. *African J. of Accounting, Auditing and Finance*, 5(1), 1–21.

<https://doi.org/10.1504/AJAAF.2016.077592>

- Imoniana, J. O., Feitas, E. C. De, & Perera, L. C. J. (2016b). Assessment of internal control systems to curb corporate fraud - evidence from Brazil. *African J. of Accounting, Auditing and Finance*, 5(1), 1–21. <https://doi.org/10.1504/AJAAF.2016.077592>
- Ionescu, L. (2016). E-GOVERNMENT AND SOCIAL MEDIA AS EFFECTIVE TOOLS IN CONTROLLING CORRUPTION IN PUBLIC ADMINISTRATION. *Economics, Management and Financial Markets*, 11(1), 66–72.
- Jadhav, P., & Katti, V. (2012). Institutional and Political Determinants of Foreign Direct Investment: Evidence From BRICS Economies. *Poverty & Public Policy*, 4(3), 49–57. <https://doi.org/10.1002/pop4.5>
- Jain, A. K. (2001). Corruption: A Review. *Journal of Economic Surveys*, 15(1), 71–121. <https://doi.org/10.1111/1467-6419.00133>
- Janssen, M., Rana, N. P., Slade, E. L., & Dwivedi, Y. K. (2017). Trustworthiness of digital government services: deriving a comprehensive theory through interpretive structural modelling. *Public Management Review*, 1–25. <https://doi.org/10.1080/14719037.2017.1305689>
- Jardim, J. M. (2008). A face oculta do Leviatã:gestão da informação e transparência administrativa. *Revista Do Serviço Público Brasília*, 59(1), 81–92.
- Jenson, J., & Mérand, F. (2010). Sociology, institutionalism and the European Union. *Comparative European Politics*, 8(1), 74–92. <https://doi.org/10.1057/cep.2010.5>
- Johnston, M. (1982). *Political corruption and public policy in America*. Brooks/Cole Pub. Co.
- Joly, M. (2017). Corruption: The shortcut to disaster. *Sustainable Production and Consumption*, 10(December 2016), 133–156. <https://doi.org/10.1016/j.spc.2016.09.005>
- Jucá, I., Melo, M. A., & Rennó, L. (2016). The Political Cost of Corruption: Scandals, Campaign Finance, and Reelection in the Brazilian Chamber of Deputies. *Journal of Politics in Latin America*, 8(2), 3–36. <https://doi.org/10.1177/1866802X1600800201>
- Júnior, T. M. O., & Mendes, A. P. (2016). The fundamentals of corruption- fighting within the accountability program of the Brazilian Federal Government. *Revista Do Serviço Público*, 67(3), 291–318. <https://doi.org/https://doi.org/10.21874/rsp.v67i3.641>
- Kalsi, N. S., & Kiran, R. (2015). A strategic framework for good governance through e-governance optimization: A case study of Punjab in India. *Program*, 49(2), 170–204. <https://doi.org/10.1108/PROG-12-2013-0067>
- Kaufmann, D., Kraay, A., & Mastruzzi, M. (2006). *Governance Matters V: Aggregate And Individual Governance Indicators For 1996 - 2005*. The World Bank. <https://doi.org/10.1596/1813-9450-4012>
- Kaymak, T., & Bektas, E. (2015). Corruption in Emerging Markets: A Multidimensional Study. *Social Indicators Research*, 124(3), 785–805. <https://doi.org/10.1007/s11205-014-0814-4>

- King, G., Heaney, D. J., Boddy, D., O'Donnell, C. A., Clark, J. S., & Mair, F. S. (2011). Exploring public perspectives on e-health: findings from two citizen juries. *Health Expectations*, 14(4), 351–360. <https://doi.org/10.1111/j.1369-7625.2010.00637.x>
- Klašnja, M., Little, A. T., & Tucker, J. A. (2018). Political Corruption Traps. *Political Science Research and Methods*, 6(03), 413–428. <https://doi.org/10.1017/psrm.2016.45>
- Klitgaard, R. E. (1988). *Controlling corruption*. University of California Press. Retrieved from [https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=ak8xdW1sY4sC&oi=fnd&pg=PR9&dq=Controlling+corruption&ots=rY0YDq7ZQK&sig=hEmBFInVDODNaOnXEMlv8FcA-W8#v=onepage&q=Controlling corruption&f=false](https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=ak8xdW1sY4sC&oi=fnd&pg=PR9&dq=Controlling+corruption&ots=rY0YDq7ZQK&sig=hEmBFInVDODNaOnXEMlv8FcA-W8#v=onepage&q=Controlling%20corruption&f=false)
- Kluvers, R., & Tippett, J. (2010). Mechanisms of Accountability in Local Government: An Exploratory Study. *International Journal of Business and Management*, 5(7). <https://doi.org/10.5539/ijbm.v5n7p46>
- Kohler, J. C., Mitsakakis, N., Saadat, F., Byng, D., & Martinez, M. G. (2015). Does Pharmaceutical Pricing Transparency Matter? Examining Brazil's Public Procurement System. *Globalization and Health*, 11(1), 34. <https://doi.org/10.1186/s12992-015-0118-8>
- Králiková, K. (2014). BRICS: Can a marriage of convenience last? *European View*, 13(2), 243–250. <https://doi.org/10.1007/s12290-014-0326-2>
- Krishnan, S., Teo, T. S. H., & Lim, V. K. G. (2013). Examining the relationships among e-government maturity, corruption, economic prosperity and environmental degradation: A cross-country analysis. *Information & Management*, 50(8), 638–649. <https://doi.org/10.1016/J.IM.2013.07.003>
- Krosnick, J. A. (2018). Questionnaire Design. In *The Palgrave Handbook of Survey Research* (pp. 439–455). Cham: Springer International Publishing. https://doi.org/10.1007/978-3-319-54395-6_53
- Kühl Teles, V. (2007). Institutional quality and endogenous economic growth. *Journal of Economic Studies*, 34(1), 29–41. <https://doi.org/10.1108/01443580710717200>
- Kurakin, A., & Sukharenko, A. (2018). Anti-Corruption in the BRICS Countries. *BRICS Law Journal*, 5(1), 56–77. <https://doi.org/10.21684/2412-2343-2017-5-1-56-77>
- Lambsdorff, J. G. (2002). Corruption and Rent-Seeking. *Public Choice*, 113(1/2), 97–125. <https://doi.org/10.1023/A:1020320327526>
- Landim, L. (1997). NGOs and philanthropy in Latin America: The Brazilian case. *Voluntas*, 8(4), 351–370. <https://doi.org/10.1007/BF02354208>
- Lapointe, L., & Rivard, S. (2007). A Triple Take on Information System Implementation. *Organization Science*, 18(1), 89–107. <https://doi.org/10.1287/orsc.1060.0225>
- Leal, R. G., & Silva, C. L. da. (2017). Corrupção, urbanismo e improbidade administrativa: um estudo de caso. *Revista de Direito Da Cidade*, 9(3), 1393–1415. <https://doi.org/10.12957/rdc.2017.29011>
- Lee Park, C., Fracarolli Nunes, M., Muratbekova-Touron, M., & Moatti, V. (2018). The

- duality of the Brazilian jeitinho. *Critical Perspectives on International Business*, 14(4), 404–425. <https://doi.org/10.1108/cpoib-04-2017-0022>
- Levy, P. (1999). *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34.
- Lima, C. (2018). Os maiores escândalos de corrupção do Brasil. Retrieved January 5, 2020, from <https://super.abril.com.br/mundo-estranho/os-maiores-escandalos-de-corrupcao-do-brasil/>
- Linczuk, L. M. W., & Oliveira, A. G. de. (2012). A governança como instrumento para a sustentabilidade da (res) pública: da aplicação no mundo corporativo à Administração Pública. *Revista Mineira de Contabilidade*, 13(48), 25–30.
- Lopes Júnior, E. (2010). As gramáticas morais da corrupção: aportes para uma sociologia do escândalo. *Mediações - Revista de Ciências Sociais*, 15(2), 126–147. <https://doi.org/10.5433/2176-6665.2010v15n2p126>
- Lopez, F. G. (2008). Política e burocracia nos estados da Índia e do Brasil. *Revista de Sociologia e Política*, 16(suppl), 69–92. <https://doi.org/10.1590/S0104-44782008000300006>
- Lora, E., & Panizza, U. (2003). The Future of Structural Reform. *Journal of Democracy*, 14(2), 123–137. <https://doi.org/10.1353/jod.2003.0039>
- Lorente, M. (2016). Corrupção no Brasil e estratégias de Combate. *R. Bras. de Est. Da Função Públ. – RBEF*, 5(1991), 203–257.
- Louzada, S. V., Fontes Filho, J. R., & Rezende, J. F. (2010). O uso da internet para promoção da accountability pelas empresas estatais federais brasileiras. In *In: ENCONTRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNANÇA DA ANPAD — Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração*. Vitória-ES: Anais eletrônicos.
- Luz, R. D., & Spagnolo, G. (2017). Leniency, collusion, corruption, and whistleblowing. *Journal of Competition Law & Economics*, 13(4), 729–766. <https://doi.org/10.1093/joclec/nhx025>
- Machado, M. R., & Paschoal, B. (2016). Monitorar, investigar, responsabilizar e sancionar. *Novos Estudos*, 4, 10–37.
- Macrae, J. (1982). Underdevelopment and the economics of corruption: A game theory approach. *World Development*, 10(8), 677–687. [https://doi.org/10.1016/0305-750X\(82\)90093-6](https://doi.org/10.1016/0305-750X(82)90093-6)
- Magnagnagno, O. A., Luciano, E. M., & Wiedenhöft, G. C. (2017). Redução dos Níveis de Corrupção no Brasil: Qual o Papel da Tecnologia da Informação e Comunicação? *Gestão.Org*, 15(Special), 157–170. <https://doi.org/10.21714/1679-18272017v15Ed.p157-170>
- Malhotra, N. K. (2019). *Pesquisa de Marketing - Uma Orientação Aplicada* (7 ed.). Bookman.
- Mangi, L. C. (2009). Neoinstitutionalism and the appropriation of Bourdieu's work: A critical assessment. *RAE Revista de Administração de Empresas*, 49(3), 323–336. <https://doi.org/10.1590/S0034-75902009000300007>
- Mansur, A. V., Brondizio, E. S., Roy, S., de Miranda Araújo Soares, P. P., & Newton, A. (2018). Adapting to urban challenges in the Amazon: flood risk and

- infrastructure deficiencies in Belém, Brazil. *Regional Environmental Change*, 18(5), 1411–1426. <https://doi.org/10.1007/s10113-017-1269-3>
- Manzetti, L. (1997). Controlling Corruption in a Global Economy? *Trends in Organized Crime*, 3(1), 111–115. <https://doi.org/10.1007/s12117-997-1156-2>
- Manzetti, L., & Blake, C. H. (1996). Market reforms and corruption in Latin America: New means for old ways. *Review of International Political Economy*, 3(4), 662–697. <https://doi.org/10.1080/09692299608434376>
- Marani, S. C. Z., Brito, M. J. de, Souza, G. C. de, & Brito, V. da G. P. (2018). Os sentidos da pesquisa sobre corrupção. *Revista de Administração Pública*, 52(4), 712–730. <https://doi.org/10.1590/0034-7612175197>
- March, J. G., & Olsen, J. P. (2008). Neo-institucionalismo: Fatores organizacionais na vida política. *Revista de Sociologia e Política*, 16(31), 121–142. <https://doi.org/10.1590/S0104-44782008000200010>
- Martinez, A. (2014). Associação dos Advogados de São Paulo (AASP). --, Desafios do acordo de leniência da Lei nº 12.846-2013, Artigo de revista. *Revista Do Advogado*, 34(125), 25–30. Retrieved from <https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:redes.virtual.bibliotecas:artigo.revista:2014;1001032535>
- Martins, E. C. B., Serralvo, F. A., & João, B. do N. (2014). TEORIA DO COMPORTAMENTO PLANEJADO: UMA APLICAÇÃO NO MERCADO EDUCACIONAL. *Gestão & Regionalidade*, 30(88), 107–122. Retrieved from http://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_gestao/article/view/2292
- Matos, T. C. C., & Ferreira, M. D. M. (2016). Luta anticorrupção como exercício de cidadania ativa. *Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis*, 13(3), 23–42. <https://doi.org/10.5007/1807-1384.2016v13n3p23>
- Medeiros, C. R. de O., & Silveira, R. A. da. (2018). A Petrobrás nas teias da corrupção: mecanismos discursivos da mídia brasileira na cobertura da Operação Lava Jato. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 11(31), 11–20. <https://doi.org/10.11606/rco.v11i31.134817>
- Meijer, A., & Bolívar, M. P. R. (2016). Governing the smart city: a review of the literature on smart urban governance. *International Review of Administrative Sciences*, 82(2), 392–408. <https://doi.org/10.1177/0020852314564308>
- Melitski, J., Carrizales, T. J., Manoharan, A., & Holze, M. (2011). Digital Governance Success Factors and Barriers to Success in Prague. *International Journal of Organization Theory and Behavior*, 14(4), 451–472. <https://doi.org/10.1108/IJOTB-14-04-2011-B001>
- Mello, E., & Spektor, M. (2018). Brazil: The Costs of Multiparty Presidentialism. *Journal of Democracy*, 29(2), 113–127. <https://doi.org/10.1353/jod.2018.0031>
- Melo, F. L. N. B. de, Sampaio, L. M. B., & Oliveira, R. L. de. (2015). Corrupção Burocrática e Empreendedorismo: Uma Análise Empírica dos Estados Brasileiros. *Revista de Administração Contemporânea*, 19(3), 374–397. <https://doi.org/10.1590/1982-7849rac20151611>
- Melo, M. A., Pereira, C., & Figueiredo, C. M. (2009). Political and Institutional Checks on Corruption. *Comparative Political Studies*, 42(9), 1217–1244.

<https://doi.org/10.1177/0010414009331732>

- Mendes, C. M., & Junior, S. P. (2012). Deforestation, economic growth and corruption: a nonparametric analysis on the case of Amazon forest. *Applied Economics Letters*, 19(13), 1285–1291. <https://doi.org/10.1080/13504851.2011.619487>
- Mendes, C., & Oliveira, J. (2012). Money laundering and corrupt officials: a dynamic model. *Journal of Money Laundering Control*, 16(1), 55–61. <https://doi.org/10.1108/13685201311286850>
- Mendes, R. da C., Oleiro, W. N., & Quintana, A. C. (2008). A Contribuição da Contabilidade e Auditoria Governamental para uma melhor Transparência na Gestão Pública em busca do combate contra a corrupção. *Sinergia*, 12(2), 37–48.
- Meyer, J., & Scott, W. (1992). *Organizational environments: Ritual and rationality*. Sage Publications.
- Meyer, J. W., & Rowan, B. (1977). Institutionalized Organizations: Formal Structure as Myth and Ceremony. *American Journal of Sociology*, 83(2), 340–363. <https://doi.org/10.1086/226550>
- Mezzomo, F. A., Pátaro, C. S. de O., Serafim, T., & Paula, A. (2015). Jovens evangélicos e representações Político-Religiosas na campanha eleitoral de 2012 em Campo Mourão, Paraná. *Debates Do NER*, 1(27), 233. <https://doi.org/10.22456/1982-8136.56481>
- Michener, Gregory; Pereira, C. (2016). A Great Leap Forward for Democracy and the Rule of Law ? Brazil ' s Mensalão Trial. *Journal of Latin American Studies*, 48(3), 477–507. <https://doi.org/https://doi.org/10.1017/S0022216X16000377>
- Minerbo, M. (2007). A lógica da corrupção: um olhar psicanalítico. *Novos Estudos - CEBRAP*, (79), 139–149. <https://doi.org/10.1590/S0101-33002007000300007>
- Mintzberg, H. (1979). *THE STRUCTURING OF ORGANIZATIONS*. Englewood Cliffs, NJ: Prentive Hall.
- Misse, M. (2007). Mercados ilegais, redes de proteção e organização local do crime no Rio de Janeiro. *Estudos Avançados*, 21(61), 139–157. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142007000300010>
- Mondo, B. V. (2016). Measuring Political Corruption from Audit Results: A New Panel of Brazilian Municipalities. *European Journal on Criminal Policy and Research*, 22(3), 477–498. <https://doi.org/10.1007/s10610-016-9306-1>
- Montes, G. C., de Oliveira, D. S. P., & de Mendonça, H. F. (2016). Sovereign Credit Ratings in Developing Economies: New Empirical Assessment. *International Journal of Finance & Economics*, 21(4), 382–397. <https://doi.org/10.1002/ijfe.1551>
- Moraes, G. H. S. M., Cappellozza, A., & Meirelles, F. de S. (2017). Information technology and Social Movements: A study in the free pass movement. *Gestão & Regionalidade*, 33(97). <https://doi.org/10.13037/gr.vol33n97.3983>
- Moraes, P. T. (2018). Um olho no peixe , outro no gato : associação cognitiva dos internautas brasileiros entre corrupção , políticos , partidos e empresas privadas (2004 – 2016). *Austral Comunicacion*, 7(1), 5–25.

- Moraes, R. L., & Andion, C. (2018). Civil Society and Social Innovation in Public Arenas in Brazil: Trajectory and Experience of the Movement Against Electoral Corruption (MCCE). *VOLUNTAS: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations*, 29(4), 801–818. <https://doi.org/10.1007/s11266-017-9867-8>
- Moraes, R. L., Andion, C., & Pinho, J. L. (2017). Cartografia das controvérsias na arena pública da corrupção eleitoral no Brasil. *Cadernos EBAPE.BR*, 15(4), 846–876. <https://doi.org/10.1590/1679-395154831>
- Moro, S. F. (2018). Preventing Systemic Corruption in Brazil. *Daedalus*, 147(3), 157–168. https://doi.org/10.1162/daed_a_00508
- Mota, F. R. L., & de Oliveira, M. (2009). *DIFICULDADES DO REGISTRO INFORMACIONAL NOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO EM SAÚDE: um estudo das bases de dados SINASC, SIAB e SIM no Estado de Alagoas*. <https://doi.org/http://hdl.handle.net/123456789/63>
- MPF. (2020). 10 Medidas Contra a Corrupção. Retrieved January 5, 2020, from <http://www.dezmedidas.mpf.mp.br/>
- MUNDIAL, B. (2000). World Bank Group - International Development, Poverty, & Sustainability. Retrieved January 14, 2019, from <http://www.worldbank.org/>
- Nakagawa, M. (1998). *Introdução à controladoria: conceitos, sistemas, implementação*. São Paulo: Atlas.
- Nakamura, A. L. dos S. (2018). A infraestrutura e a corrupção no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, (117), 97–126.
- Nishijima, M., Postali, F. A. S., & Rocha, F. F. (2017). Efeitos da descentralização da saúde básica no Brasil sobre o nível de corrupção em municípios investigados pelo governo central. *Nova Economia*, 27(1), 117–141. <https://doi.org/10.1590/0103-6351/2883>
- Nunkoo, R., Ribeiro, M. A., Sunnassee, V., & Gursoy, D. (2018). Public trust in mega event planning institutions: The role of knowledge, transparency and corruption. *Tourism Management*, 66, 155–166. <https://doi.org/10.1016/j.tourman.2017.11.010>
- Nye, J. S. (1967). Corruption and Political Development: A Cost-Benefit Analysis. *American Political Science Review*, 61(02), 417–427. <https://doi.org/10.2307/1953254>
- Odriozola, M. A., Sánchez, J. A. C., & Etxeberria, I. Á. (2012). Corruption reporting disclosure: IBEX 35 companies. *Revista de Contabilidad-Spanish Accounting Review*, 15(1), 59–90. [https://doi.org/10.1016/S1138-4891\(12\)70038-9](https://doi.org/10.1016/S1138-4891(12)70038-9)
- Oliveira, G. J. de. (2010). Modelos Teóricos de Administração Pública. *IESDE Brasil*, 1–10. Retrieved from <https://nepmaranhao.jimdo.com/app/download/7306507468/Adm+Pública+-+Modelos+Teóricos.pdf?t=1387205708>
- Oliveira, W. E. de, & Coelho, C. U. F. (2017). Transparência das Informações e seu Impacto no Valor Econômico: um Estudo em Organizações do Terceiro Setor. *Pensar Contábil*, 19(69), 44–51.

- Oliveira, E., & Bodart, C. (2017). Accountability na administração pública de Vila Velha: uma análise em torno do Orçamento Participativo. *Revista Espaço Transdisciplinar*, 1(1), 76–91. Retrieved from <http://revistas.novomilenio.br/index.php/RET/article/view/56>
- Oliveira, F. L. (2017). Judiciário e Política no Brasil Contemporâneo: Um Retrato do Supremo Tribunal Federal a partir da Cobertura do Jornal Folha de S. Paulo. *Dados*, 60(4), 937–975. <https://doi.org/10.1590/001152582017139>
- Oliveira, H., Ramos, M., Silva, M. V., & Santos, L. (2018). A Contabilidade do Crime no Brasil: Avanços e Desafios. *Revista Evidenciação Contábil & Finanças*, 6(2), 81–94. <https://doi.org/10.18405/RECFIN20180205>
- Oliveira Lima, M. E., Da Silva, P., Carvalho, N. C., & Monteiro Farias, L. C. (2018). Identidade nacional e confiança nas instituições em contexto de crise no Brasil. *Psicologia e Saber Social*, 6(2), 205–222. <https://doi.org/10.12957/psi.saber.soc.2017.33557>
- Oliveira, R. R. (2006). Contabilidade, controle interno e controle externo: Trinômio necessário para combater a corrupção. *Pensar Contábil*, 8(31), 1–9.
- Olivieri, C., Martinelli, B., Massucatto, P., & Silva, C. B. (2018). Gestão municipal e corrupção na implementação de programas educacionais federais. *Revista de Administração Pública*, 52(1), 169–179. <https://doi.org/10.1590/0034-7612171081>
- Outeiro, G. M. de, Góes, D. S., & Nascimento, D. M. (2016). Neoinstitucionalismo, regularização fundiária urbana e o Programa Terra Legal. *Novos Cadernos NAEA*, 19(2), 115–137. <https://doi.org/10.5801/ncn.v19i2.2598>
- Padula, A. J. A., & Albuquerque, P. H. M. (2018). Corrupção governamental no mercado de capitais: Um estudo acerca da Operação Lava Jato. *Revista de Administração de Empresas*, 58(4), 405–417. <https://doi.org/10.1590/s0034-759020180406>
- Pahnke, A. (2018). The contradictions of neo-extractivism and social policy: the role of raw material exports in the Brazilian political crisis. *Third World Quarterly*, 39(8), 1656–1674. <https://doi.org/10.1080/01436597.2018.1428088>
- Paiva, A. L. de, Garcia, A. S., & Alcântara, V. de C. (2017). Disputas Discursivas sobre Corrupção no Brasil: Uma Análise Discursivo-Crítica no Twitter. *Revista de Administração Contemporânea*, 21(5), 627–647. <https://doi.org/10.1590/1982-7849rac2017160163>
- Pascarelli Filho, M. (2011). *A nova administração pública: profissionalização, eficiência e governança*. (D. Editora, Ed.). São Paulo.
- Pavão, N. (2018). Corruption as the Only Option: The Limits to Electoral Accountability. *The Journal of Politics*, 80(3), 996–1010. <https://doi.org/10.1086/697954>
- Peixoto, S. G. D., Rocha, F. F., Nishijima, M., & Postali, F. A. S. (2012). Decentralization and corruption: evidence from primary health-care programmes. *Applied Economics Letters*, 19(18), 1885–1888. <https://doi.org/10.1080/13504851.2012.671918>
- Peixoto, V., & Rennó, L. (2011). Mobilidade social ascendente e voto : as eleições

- presidenciais de 2010 no Brasil. *Opinião Pública*, 17(2), 304–332.
- Pereira, C., & Melo, M. A. (2015). Reelecting Corrupt Incumbents in Exchange for Public Goods: Rouba mas faz in Brazil. *Latin American Research Review*, 50(4), 88–115. <https://doi.org/10.1353/lar.2015.0054>
- Pereira, C., Melo, M. A., & Figueiredo, C. M. (2009). The Corruption-Enhancing Role of Re-Election Incentives? *Political Research Quarterly*, 62(4), 731–744. <https://doi.org/10.1177/1065912908320664>
- Pereira, J. M. (2005). Reforma do estado e controle da corrupção no Brasil. *Caderno de Pesquisas Em Administração*, 12(2), 1–17.
- Pinheiro, A. L. S., Andrade, K. T. S., Silva, D. de O., Zacharias, F. C. M., Gomide, M. F. S., & Pinto, I. C. (2016). Gestão da saúde: O uso dos sistemas de informação e o compartilhamento de conhecimento para a tomada de decisão. *Texto e Contexto Enfermagem*, 25(3). <https://doi.org/10.1590/0104-07072016003440015>
- Pinho, J. A. G. de, Iglesias, D. M., & Souza, A. C. P. (2005). Governo Eletrônico, Transparência, Accountability e Participação: o que Portais de Governos Estaduais no Brasil Mostram. In *ANPAD*. Retrieved from http://www.anpad.org.br/diversos/down_zips/9/enanpad2005-apsa-1691.pdf
- Pinho, J. A. G. de, & Sacramento, A. R. S. (2015). Brazil: between the modern bureaucracy of Weber and resilient patrimonialism. *Management Research: Journal of the Iberoamerican Academy of Management*, 13(2), 140–159. <https://doi.org/10.1108/MRJIAM-04-2014-0548>
- Pinho, J. A. G. (2008). Investigando portais de governo eletrônico de estados no Brasil: Muita tecnologia, pouca democracia. *Revista de Administração Pública*, 42(3), 471–493. <https://doi.org/10.1590/s0034-76122008000300003>
- Pinsonneault, A., & Kraemer, K. L. (1993). Survey research methodology in management information systems: An assessment. *Journal of Management Information Systems*, 10(2), 75–105. <https://doi.org/10.1080/07421222.1993.11518001>
- Pinto, L. F. (2012). De Tucuruí a Belo Monte: a história avança mesmo? *Boletim Do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 7(3), 777–782. <https://doi.org/10.1590/S1981-81222012000300010>
- Poberschnigg, T. F. da S., & Medeiros, C. R. de O. (2017). Crime e corrupção: interpretações de internautas sobre o esquema de corrupção da odebrecht. *Reuna*, 22(2), 88–109. <https://doi.org/10.21714/2179-8834/2017v22n2p88-109>
- Portal da Transparência. (2020). Retrieved January 10, 2020, from <http://www.portaltransparencia.gov.br/>
- Portal e-cidadania do Senado Federal. (2020). Retrieved from <http://www.senado.gov.br/bi-arqs/Arquimedes/ecidadania/relatorio-simplificado-pdf.pdf>
- Portulhak, H., & Barilli, R. F. (2016). Motivações para a expulsão de contabilistas do Serviço Público Federal Brasileiro. *RACE - Revista de Administração, Contabilidade e Economia*, 15(2), 685–704. <https://doi.org/10.18593/race.v15i2.9929>
- Power, T. J. ., & Gonzalez, J. (2003). Cultura política, capital social e percepções

- sobre corrupção: uma investigação quantitativa em nível mundial. *Revista de Sociologia e Política*, 21, 51–69. Retrieved from <https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/3645>
- Praça, S. (2011). Corrupção e reforma institucional no Brasil, 1988-2008. *Opinião Pública*, 17(1), 137–162. <https://doi.org/10.1590/S0104-62762011000100005>
- Praça, S., Freitas, A., & Hoepers, B. (2012). A rotatividade dos servidores de confiança no governo federal brasileiro, 2010-2011. *Novos Estudos - CEBRAP*, (94), 91–107. <https://doi.org/10.1590/S0101-33002012000300004>
- Puffer, S. M., McCarthy, D. J., & Jaeger, A. M. (2016). Institution building and institutional voids. *International Journal of Emerging Markets*, 11(1), 18–41. <https://doi.org/10.1108/IJoEM-02-2015-0027>
- Puppim de Oliveira, J. A. (2017). Brazilian Public Administration: Shaping and Being Shaped by Governance and Development. *Chinese Political Science Review*, 2(1), 7–21. <https://doi.org/10.1007/s41111-017-0052-4>
- Purao, Desouza, & Becker. (2012). Investigating Failures in Large-scale Public Sector Projects with Sentiment Analysis. *E-Service Journal*, 8(2), 84. <https://doi.org/10.2979/eservicej.8.2.84>
- Rabl, T. (2011). The Impact of Situational Influences on Corruption in Organizations, 85–101. <https://doi.org/10.1007/s10551-011-0768-2>
- Rabl, T., & Kuhlmann, T. M. (2008). Understanding Corruption in Organizations – Development and Empirical Assessment of an Action Model. *Journal of Business Ethics*, 82(2), 477–495. <https://doi.org/http://10.1007/s10551-008-9898-6>
- Ramos, P. R. de A. (2010). Corrupção na Administração Pública e crimes de ‘lavagem’ ou ocultação de bens, direitos e valores. *Revista Mineira de Contabilidade*, 4(40), 14–22.
- Ray, K., & Das, R. C. (2015). Are performances in Governance Indicators Complementary to Corruption Abatement?: A Cross-Country Analysis. *International Journal of Research in Business and Social Science*, 4(3), 1–10.
- Reis, C., Mattos, M. M., Lenzi, F. C., & Santos, T. (2015). Tecnologias de Informação em Saúde: Desafios e Perspectivas a Partir da Avaliação dos Usuários da Rede Pública de Blumenau (SC). *Revista de Gestão Em Sistemas de Saúde*, 04(01), 71–82. <https://doi.org/10.5585/rgss.v4i1.115>
- Reis, A. F. dos, Dacorso, A. L. R., & Tenório, F. A. G. (2015). Influência do uso de tecnologias de informação e comunicação na prestação de contas públicas municipais - um estudo de caso no Tribunal de Contas dos Municípios do estado da Bahia. *Revista de Administração Pública*, 49(1), 231–251. <https://doi.org/10.1590/0034-76121664>
- Reis, F. W., Giannotti, J. A., Almeida, M. H. T. de, & Silva, C. E. L. da. (2001). Corrupção: Debate com Fábio Wanderley Reis, José Arthur Giannotti, Maria Hermínia Tavares De Almeida e Carlos Eduardo Lins da Silva. *Novos Estudos*, (60), 3–26.
- Reis, J. F. (2015). Breves notas sobre a Lei Anticorrupção Brasileira. *En Letra*, II(4), 123–151.
- Renno, L. (2006). Notes on the Brazilian 2006 presidential elections: The Winding

- Road to Democratic Consolidation. *Colombia Internacional*, (64), 154–165. <https://doi.org/10.7440/colombiaint64.2006.07>
- Ribeiro, H. V., Alves, L. G. A., Martins, A. F., Lenzi, E. K., & Perc, M. (2018). The dynamical structure of political corruption networks. *Journal of Complex Networks*, 6(6), 989–1003. <https://doi.org/10.1093/comnet/cny002>
- Ringle, C. M., Silva, D. da, & Bido, D. D. S. (2014). Structural Equation Modeling with the Smartpls. *Revista Brasileira de Marketing*, 13(02), 56–73. <https://doi.org/10.5585/remark.v13i2.2717>
- Rios-Figueroa, J. (2012). Justice System Institutions and Corruption Control: Evidence from Latin America. *Justice System Journal*, 33(2), 195–214. <https://doi.org/https://doi.org/10.1080/0098261x.2012.10768011>
- Robinson, M. (2007). The Politics of Successful Governance Reforms: Lessons of Design and Implementation. *Commonwealth & Comparative Politics*, 45(4), 521–548. <https://doi.org/10.1080/14662040701659944>
- Rodrigues, D. S., Santos, N. D. A., & Faroni, W. (2018). Programa de Aceleração do Crescimento (PAC): um estudo descritivo sobre os desperdícios ativos e passivos. *Revista Catarinense Da Ciência Contábil*, 17(50), 89–105. <https://doi.org/10.16930/2237-7662/rccc.v17n50.2488>
- Rodrigues da Silva, M. (2017). A colaboração premiada como terceira via do direito penal no enfrentamento à corrupção administrativa organizada. *Revista Brasileira de Direito Processual Penal*, 3(1), 285. <https://doi.org/10.22197/rbdpp.v3i1.50>
- Rodriguez, A. (2018). Defining Governance in Latin America. *Public Organization Review*, 1–15. <https://doi.org/10.1007/s11115-018-0427-5>
- Rodriguez, P., Uhlenbruck, K., & Eden, L. (2005). Government Corruption and the Entry Strategies of Multinationals. *Academy of Management Review*, 30(2), 383–396. <https://doi.org/10.5465/amr.2005.16387894>
- Rodrik, D., Subramanian, A., & Trebbi, F. (2004). Institutions rule: The primacy of institutions over geography and integration in economic development. *Journal of Economic Growth*, 9(2), 131–165. <https://doi.org/10.1023/B:JOEG.0000031425.72248.85>
- Rose-Ackerman, S. (1978). *Corruption: A study in political economy*. Nova York: Academic Press.
- Rose-Ackerman, S. (1999). *Corruption and government: causes, consequences, and reform* (1st ed.). New York.
- Rosenthal, B., & Cardoso, F. (2015). “There will not be a World Cup”: The Kratophanous Power of the FIFA 2014 World Cup in Brazil. *Research in Consumer Behavior*, 17, 367–399. <https://doi.org/10.1108/S0885-211120150000017018>
- Rossel, P., & Finger, M. (2007). Conceptualizing e-governance. In *ACM International Conference Proceeding Series* (Vol. 232, pp. 399–407). <https://doi.org/10.1145/1328057.1328141>
- Saad-Filho, A. (2013). Mass Protests under ‘Left Neoliberalism’: Brazil, June-July 2013. *Critical Sociology*, 39(5), 657–669.

<https://doi.org/10.1177/0896920513501906>

- Saad-Filho, A. (2017). The Implosion of Brazilian Democracy – And Why It Matters. *Critical Sociology*, 43(7–8), 979–983. <https://doi.org/10.1177/0896920517731751>
- Sacramento, A. R. S., & Pinho, J. A. G. (2007). Transparência na administração pública: o que mudou depois da lei de responsabilidade fiscal? Um estudo exploratório em seis municípios da região metropolitana de Salvador. *Revista de Contabilidade Da UFBA*, 1(1), 48–61.
- Sacramento, A. R. S., & Pinho, J. A. G. (2018). Combate à Corrupção no Brasil: Identificando Entraves à Luz da Versão Revisitada da Teoria da modernização. *Revista Interdisciplinar de Gestão Social*, 7(1), 113–134. <https://doi.org/http://dx.doi.org/10.9771/23172428rigs.v7i1.24496>
- Sampaio, R. C. (2009). Governança Eletrônica no Brasil: Limites e Possibilidades Introduzidos pelo Orçamento Participativo na Internet. *Planejamento e Políticas Públicas*, (33), 123–144. Retrieved from <http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/156>
- Sampath, V. S., & Rahman, N. (2018). Bribery in MNEs: The Dynamics of Corruption Culture Distance and Organizational Distance to Core Values. *Journal of Business Ethics*, 1–19. <https://doi.org/10.1007/s10551-018-3827-0>
- Samuels, D. (2006). Sources of Mass Partisanship in Brazil. *Latin American Politics and Society*, 48(02), 1–27. <https://doi.org/10.1111/j.1548-2456.2006.tb00345.x>
- Sanders, M. C., & Sanders, C. E. (2019). A world's dilemma 'upon which the sun never sets': The nuclear waste management strategy (part II): Russia, Asia and the Southern Hemisphere. *Progress in Nuclear Energy*, 110(April 2018), 148–169. <https://doi.org/10.1016/j.pnucene.2018.09.009>
- Sandholtz, W., & Koetzle, W. (2000). Accounting for Corruption: Economic Structure, Democracy, and Trade. *International Studies Quarterly*, 44(1), 31–50. <https://doi.org/10.1111/0020-8833.00147>
- Santin, J. R., & Pandolfo, B. P. (2017). Princípio da participação e instrumentos de democracia participativa em âmbito local. *Revista Direito e Liberdade*, 19(1), 85–129.
- Santos, R. A. dos, Guevara, A. J. de H., & Amorim, M. C. S. (2013). Corrupção nas organizações privadas: análise da percepção moral segundo gênero, idade e grau de instrução. *Revista de Administração*, 48(1), 53–66. <https://doi.org/10.5700/rausp1073>
- Santos, R. A. dos, Guevara, A. J. de H., Amorim, M. C. S., & Ferraz-Neto, B.-H. (2012). Compliance and leadership: the susceptibility of leaders to the risk of corruption in organizations. *Einstein (São Paulo)*, 10(1), 1–10. <https://doi.org/10.1590/S1679-45082012000100003>
- Santos, R. C. dos, Orso, L. E., Lizote, S. A., & Marcon, R. (2018). Board of directors: The perspective of independents in the performance of private organizations? Evidences in Brazil. *RAM - Revista de Administração Mackenzie*, 19(4). <https://doi.org/10.1590/1678-6971/eramf180003>
- Santos, T. O., Passos Pereira, L., & Tolfo Silveira, D. (2017). Implantação de

- sistemas informatizados na saúde: uma revisão sistemática. *Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação Em Saúde*, 11(3). <https://doi.org/10.29397/reciis.v11i3.1064>
- Saxena, K. B. C. (2005). Towards excellence in e-governance. *International Journal of Public Sector Management*, 18(6), 498–513. <https://doi.org/10.1108/09513550510616733>
- Schutz, A. (1962). Common-Sense and Scientific Interpretation of Human Action. In *Collected Papers I* (pp. 3–47). Dordrecht: Springer. https://doi.org/10.1007/978-94-010-2851-6_1
- Scott, W. R. (2008). Approaching adulthood: The maturing of institutional theory. *Theory and Society*, 37(5), 427–442. <https://doi.org/10.1007/s11186-008-9067-z>
- Sêmola, M. (2003). Gestão da segurança da informação: uma visão executiva. Rio de Janeiro: Ed. Retrieved from https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=seguranca+da+informação+semola+2003&btnG=&oq=s emola+2003
- Shim, D. C., & Eom, T. H. (2008). E-Government and Anti-Corruption: Empirical Analysis of International Data. *International Journal of Public Administration*, 31(3), 298–316. <https://doi.org/10.1080/01900690701590553>
- Signor, R., Love, P. E. D., & Olatunji, O. (2016). Determining Overpricing in Brazilian Infrastructure Projects: A Forensic Approach. *Journal of Construction Engineering and Management*, 142(9), 06016001. [https://doi.org/10.1061/\(ASCE\)CO.1943-7862.0001156](https://doi.org/10.1061/(ASCE)CO.1943-7862.0001156)
- Signor, R., Love, P. E. D., Olatunji, O., Marchiori, F. F., & Gripp, W. G. (2016). A probabilistic method for forensic cost estimating of infrastructure projects. *Applied Mathematical Modelling*, 40(21–22), 9197–9211. <https://doi.org/10.1016/j.apm.2016.05.025>
- Signor, R., Love, P. E. D., Olatunji, O., Vallim, J. J. C. B., & Raupp, A. B. (2017). Collusive bidding in Brazilian infrastructure projects. *Proceedings of the Institution of Civil Engineers - Forensic Engineering*, 170(3), 113–123. <https://doi.org/10.1680/jfoen.17.00013>
- Silva, A. S. L., & Filho, J. R. (2007). *Cartão Nacional de Saúde e o prontuário eletrônico do Paciente no Brasil: Uma visão do estado atual*.
- Silva, C. V. S. (2011). Detecção de cartéis em licitações públicas com agentes de mineração de dados. *Revista Eletrônica de Sistemas de Informação*, 10(1), 1–19. <https://doi.org/10.5329/RESI.2011.1001008>
- Silva, M. F. da. (1999). The political economy of corruption in Brazil. *Revista de Administração de Empresas*, 39(3), 26–41. <https://doi.org/10.1590/S0034-75901999000300004>
- Silva, E. A., Pereira, J. R., & Alcântara, V. de C. (2012). Interfaces epistemológicas sobre administração pública, institucionalismo e capital social. *Cadernos EBAPE.BR*, 10(1), 20–39. <https://doi.org/10.1590/s1679-39512012000100004>
- Silva, M. (1994). Corrupção: tentativa de uma definição funcional. *Revista de Administração Pública*, 28(1), 18–23.
- Silvestre, H. C., Gomes, R. C., Lamba, J. R., & Correia, A. M. (2018). Implementation

- of Brazil's energy policy through the national oil company: From institutional chaos to strategic order. *Energy Policy*, 119(April), 87–96. <https://doi.org/10.1016/j.enpol.2018.04.028>
- Silvestre, H. C., Gomes, R. C., & Miorin Gomes, R. (2018). The Institutional Settings for the Development of Public Services through State-Owned Enterprises in Brazil. *International Journal of Public Administration*, 41(1), 59–71. <https://doi.org/10.1080/01900692.2016.1247368>
- Soares, L. E. (2007). The National Public Security Policy: Background, dilemmas and perspectives. *Estudos Avançados*, 21(61), 77–97. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142007000300006>
- Sobral, F., & Islam, G. (2013). Ethically Questionable Negotiating: The Interactive Effects of Trust, Competitiveness, and Situation Favorability on Ethical Decision Making. *Journal of Business Ethics*, 117(2), 281–296. <https://doi.org/10.1007/s10551-012-1520-2>
- Sodré, A. C. de A., & Alves, M. F. C. (2010). Relação entre emendas parlamentares e corrupção municipal no Brasil: estudo dos relatórios do programa de fiscalização da Controladoria-Geral da União. *Revista de Administração Contemporânea*, 14(3), 414–433. <https://doi.org/10.1590/S1415-6552010000300003>
- Song, X., & Cheng, W. (2012). Perception of Corruption in 36 Major Chinese Cities: Based on Survey of 1,642 Experts. *Social Indicators Research*, 109(2), 211–221. <https://doi.org/10.1007/s11205-011-9896-4>
- Sousa-Mast, F. R., Reis, A. C., Gurgel, L. A., & Duarte, A. F. P. L. A. (2013). Are cariocas getting ready for the Games? Sport participation and the Rio de Janeiro 2016 Olympic Games. *Managing Leisure*, 18(4), 331–335. <https://doi.org/10.1080/13606719.2013.809187>
- Sparkman, T. E. (2015). The factors and conditions for national human resource development in Brazil. *European Journal of Training and Development*, 39(8), 666–680. <https://doi.org/10.1108/EJTD-03-2015-0016>
- Speck, B. W. (2003). A compra de votos: uma aproximação empírica. *Opinião Pública*, 9(1), 148–169. <https://doi.org/10.1590/S0104-62762003000100006>
- Speck, B. W. (2004). *Campaign finance reform: is Latin America on the road to transparency?* Retrieved from www.transparency.org/tilac/trabajo_en_red/financiamiento/diagnostico-comperativo.html
- Srivastava, S. C., Teo, T. S. H., & Devaraj, S. (2016). *SOCIETAL CHALLENGE OF CORRUPTION THROUGH ICT Appendix A E-Government and Open Government. MIS Quarterly* (Vol. 40). Retrieved from <http://www.unpan.org/egovernment3.asp>
- Stanfill, B. A., Villarreal, A. D., Medina, M. R., Esquivel, E. P., Rosa, E. de la, & Duncan, P. A. (2016). Beyond the Culture of Corruption: Staying ethical while doing business in Latin America. *Journal of Organizational Culture, Communications and Conflict*, 20(1), 56–81. <https://doi.org/10.1023/a:1015248921716>
- Stoneburner, G., Goguen, A., & Feringa, A. (2002). Risk Management Guide for

- Information Technology Systems Recommendations of the National Institute of Standards and Technology. *Nist Special Publication*, 800(30), 1–55. Retrieved from <http://www.icsdefender.ir/files/scadadefender-ir/paygahdanesh/standards/NIST - 800-30R0 - Risk Management Guide for IT Systems.pdf>
- Tanzi, V., & Davoodi, H. (1998). Corruption, Public Investment, and Growth. In *The Welfare State, Public Investment, and Growth* (pp. 41–60). Tokyo: Springer Japan. https://doi.org/10.1007/978-4-431-67939-4_4
- Taylor, M. M. (2018). Getting to Accountability: A Framework for Planning & Implementing Anticorruption Strategies. *Daedalus*, 147(3), 63–82. https://doi.org/10.1162/daed_a_00503
- Taylor, M. M., & Buranelli, V. C. (2007). Ending Up in Pizza: Accountability as a Problem of Institutional Arrangement in Brazil. *Latin American Politics and Society*, 49(01), 59–87. <https://doi.org/10.1111/j.1548-2456.2007.tb00374.x>
- Terry, D. J., & O’Leary, J. E. (1995). The theory of planned behaviour: The effects of perceived behavioural control and self-efficacy. *British Journal of Social Psychology*, 34(2), 199–220. <https://doi.org/10.1111/j.2044-8309.1995.tb01058.x>
- The World Health Organization (WHO). (2019). Retrieved December 12, 2019, from <http://www.emro.who.int/index.html>
- Thornton, P. H. (2004). *Markets from culture: Institutional logics and organizational decisions in higher education publishing*. Stanford University Press.
- Thornton, P. H., & Ocasio, W. (1999). Institutional logics and the historical contingency of power in organizations: Executive succession in the higher education publishing industry, 1958-1990. *American Journal of Sociology*, 105(3), 801–843. <https://doi.org/10.1086/210361>
- Thornton, P. H., & Ocasio, W. (2008). Institutional logics. In *The Sage handbook of organizational institutionalism* (pp. 99–128).
- TI. (2020). Corruption Perceptions Index 2019. Retrieved from <https://www.transparency.org/>
- Timmons, J. F., & Garfias, F. (2015). Revealed Corruption, Taxation, and Fiscal Accountability: Evidence from Brazil. *World Development*, 70, 13–27. <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2014.12.011>
- Tolbert, P. S., & Zucker, L. G. (1996). The Institutionalization of Institutional Theory. *Handbook of Organization Studies*, 175–190. Retrieved from <https://digitalcommons.ilr.cornell.edu/articles>
- Tondolo, P., Rosa, R., Tondolo, G., Antonio, V., & Sarquis, B. (2016). Transparência no Terceiro Setor: Uma proposta de construto e mensuração Third Sector Transparency: A construct and measurement proposal Vilmar Antonio Gonçalves Tondolo Maria Emilia Camargo. *Espacios Públicos ISSN:*, 19(47), 7–25.
- Torres, C. V., Alfinito, S., Galvão, C. A. D. S. P., & Tse, B. C. Y. (2015). Brazilian jeitinho versus Chinese Guanxi: investigating their informal influence on International Business. *RAM. Revista de Administração Mackenzie*, 16(4), 77–99. <https://doi.org/10.1590/1678-69712015/administracao.v16n4p77-99>

- Tourinho, M. (2018). Brazil in the global anticorruption regime. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 61(1), 1–18. <https://doi.org/10.1590/0034-7329201800104>
- Triandis, H. (1979). Values, attitudes, and interpersonal behavior. *Nebraska Symposium on Motivation*, 27, 195–259.
- Trigueiro, Charles de Sousa Neto, M. R. da S. (2017). Corrupção e transparência no Brasil. *Cadernos de Direito Actual*, (8), 285–291.
- Unidos Contra a Corrupção. (2020). Retrieved January 15, 2020, from <http://unidoscontraacorrupcao.org.br/>
- UNODC. (2004). *The global programme against corruption un anti-corruption toolkit 2nd Edition*, Vienna. Retrieved from https://www.unodc.org/documents/corruption/Toolkit_ed2.pdf
- UNODC. (2014). United Nations Office on Drugs and Crime. Retrieved January 10, 2020, from <http://www.unodc.org/>
- Valadares, J. L., Da Costa, K. G. dos S., Silva, E. A., & Luquini, R. D. A. (2013). Brasil e Angola: convergências e divergências epistemológicas sobre os modelos de administração pública. *Revista de Ciências Da Administração*, 15(36), 131–142. <https://doi.org/10.5007/2175-8077.2013v15n36p131>
- van Dijk, T. A. (2017). How Globo media manipulated the impeachment of Brazilian President Dilma Rousseff. *Discourse & Communication*, 11(2), 199–229. <https://doi.org/10.1177/1750481317691838>
- Vaz, J. C. (2005). Governança eletrônica: para onde é possível caminhar? *Pólis Publicações (Instituto Polís)*. Retrieved from <http://pro.poli.usp.br/artigos/governanca-eletronica-para-onde-e-possivel-caminhar/>
- Verdenicci, S., & Hough, D. (2015). People power and anti-corruption; demystifying citizen-centred approaches. *Crime, Law and Social Change*, 64(1), 23–35. <https://doi.org/10.1007/s10611-015-9585-3>
- Verona, L., Oliveira, J., da Cunha Hisse, J. V., & Machado Campos, M. L. (2018). Metrics for network power based on Castells' Network Theory of Power: a case study on Brazilian elections. *Journal of Internet Services and Applications*, 9(1), 1–16. <https://doi.org/10.1186/s13174-018-0092-5>
- Viale Pereira, G., Luciano, E. M., Macadar, M. A., & Marques Daniel, V. (2013). Information Technology Governance practices adoption through an institutional perspective: The perception of Brazilian and American CIOs. In *Proceedings of the Annual Hawaii International Conference on System Sciences*. <https://doi.org/10.1109/HICSS.2013.276>
- Wang, X. (2002). Assessing Administrative Accountability. *The American Review of Public Administration*, 32(3), 350–370. <https://doi.org/10.1177/0275074002032003005>
- Warschauer, M. (2003). Social capital and access. *Universal Access in the Information Society*, 2(4), 315–330. <https://doi.org/10.1007/s10209-002-0040-8>
- Weitz-Shapiro, R., & Winters, M. S. (2017). Can Citizens Discern? Information Credibility, Political Sophistication, and the Punishment of Corruption in Brazil. *The Journal of Politics*, 79(1), 60–74. <https://doi.org/10.1086/687287>

- Weyland, K. G. (1998). The Politics of Corruption in Latin America. *Journal of Democracy*, 9(2), 108–121. <https://doi.org/10.1353/jod.1998.0034>
- Winter, B. (2017). Brazil's Never-Ending Corruption Crisis: Why Radical Transparency Is the Only Fix. *Foreign Aff*, 96(Mai/June), 87–95. <https://doi.org/10.1111/hisr.v90.248/issuetoc>
- Winters, M. S., & Weitz-shapiro, R. (2013). Lacking Information or Condoning Corruption: When Do Voters Support Corrupt Politicians? *Comparative Politics*, 45(4), 418–436.
- Winters, M. S., & Weitz-shapiro, R. (2015). Political Corruption and Partisan Engagement: Evidence from Brazil. *Journal of Politics in Latin America*, 1, 45–81.
- Winters, M. S., & Weitz-Shapiro, R. (2016). Who's in Charge Here? Direct and Indirect Accusations and Voter Punishment of Corruption. *Political Research Quarterly*, 69(2), 207–219. <https://doi.org/10.1177/1065912916634897>
- Wright, R. (1997). Democracy: Challenges and innovations in the 1990s. *The Washington Quarterly*, 20(3), 23–36. <https://doi.org/10.1080/01636609709550253>
- Wu, R. (2016). Why do firms bribe? An empirical study in BRICS economies from 2002 to 2012. *Economics and Business Letters*, 5(3), 72. <https://doi.org/10.17811/eb1.5.3.2016.72-79>
- Yildiz, M. (2007). E-government research: Reviewing the literature, limitations, and ways forward. *Government Information Quarterly*, 24(3), 646–665. <https://doi.org/10.1016/j.giq.2007.01.002>
- Zamboni, Y., & Litschig, S. (2018). Audit risk and rent extraction: Evidence from a randomized evaluation in Brazil. *Journal of Development Economics*, 134(July 2016), 133–149. <https://doi.org/10.1016/j.jdeveco.2018.03.008>
- Zheng, Y. (2016). The impact of E-participation on corruption: a cross-country analysis. *International Review of Public Administration*, 21(2), 91–103. <https://doi.org/10.1080/12294659.2016.1186457>
- Zimmerman, J. L. (1977). The municipal accounting maze: an analysis of political incentives. *Journal of Accounting Research*, 15, 107–144.
- Zucker, L. G. (1988). Where do institutional patterns come from? Organizations as actors in social systems. *Institutional Patterns and Organizations: Culture and Environment*, 20(3), 23–49.

APÊNDICE A – OPERAÇÕES DO CGU ENVOLVENDO ÁREA DA SAÚDE

Ano	Nome da operação	Total
2003 a 2006	Operação Vampiro (MS)	2
	Operação Sanguessuga	
2007	Operação no município de Jacaraú (PB)	3
	Operação Metástase (RR)	
	Operação Antídoto (AP)	
2008	Operação Telhado de Vidro (RJ)	4
	Operação João de Barro (MG, RJ, TO e ES)	
	Operação Nêmesis (MA)	
	Operação Aliança (RN)	
2009	Operação Fumaça (CE)	3
	Operação Transparência (PB)	
	Operação Gárgula (CE)	
2010	Operação Borduna (RO)	8
	Operação Gárgula II (CE)	
	Operação Mãos Limpas (AP)	
	Operação Parceria (PR)	
	Operação Sanare (PA)	
	Operação Simulacro (RO)	
	Operação Uragano (MS)	
	Operação Vide Bula (PA)	
2011	Operação Deja Vu II (PR)	9
	Operação Iceberg I (PI)	
	Operação Olho Clínico (PA)	
	Operação Pantilha (PA)	
	Operação Questor (MS)	
	Operação Saúde (RS)	
	Operação Tapiri (AC)	
	Operação Termópilas (RO)	
	Operação Usura (MA)	
2012	Operação em Clínicas Radiológicas (RO)	11
	Operação Gabarito (PB)	
	Operação Gangrena (PI)	
	Operação Insônia (AM)	
	Operação Nosferatu (PI)	
	Operação Pão e Circo II (PB)	
	Operação Resgate (PE)	
	Operação Saneamento (TO)	
	Operação Boca de Lobo – Tucumã (PA)	
	Operação Fonte Seca (PA)	
	Operação Endemia (RO)	
2013	Operação Sangue Frio (MS)	7

Ano	Nome da operação	Total
	Operação Pronto-Socorro (PE)	
	Operação Martelo (AM)	
	Operação 8.666 (RO)	
	Operação Cabipe (AL)	
	Operação Cheque Branco (MA)	
	Operação USURA II (MA)	
2014	Operação Fidare (MT)	2
	Operação Platéias (RO)	
2015	Operação Desumanidade (PB)	7
	Operação Sermão aos Peixes (MA)	
	Operação Infecto (BA)	
	Operação Andaime (PB)	
	Operação Cerberus (RO)	
	Operação São Lucas (PR)	
	Operação Fidúcia (PR)	
2016	Operação Manipulação (BA)	16
	Operação Maturu (PA)	
	Operação Puma (PA)	
	Operação Manobra de Osler (SC)	
	Operação Full House (TO)	
	Operação Voadores (MA)	
	Operação Abscôndito (MA)	
	Operação Maus Caminhos (AM)	
	Operação Veiculação (PB)	
	Operação Miserere Nobis (MG)	
	Operação Copérnico (BA)	
	Operação Cardeiro (PB)	
	Operação Mato Cerrado (BA)	
	Operação Tarja Preta (MS)	
Operação Cartas Chilenas (AM)		
Operação Pecúlio (PR)		
2017	Operação Estado de Emergência (AM)	14
	Operação Bons Princípios (PI)	
	Operação Tapauara (AM)	
	Operação Pegadores (MA)	
	Operação Titânio (PB)	
	Operação Samidarish (PE)	
	Operação Asfixia (AC)	
	Operação Abaçai (AC)	
	Operação Pastor (PI)	
	Operação Rêmora (MA)	
	Operação Tarja Preta II (MS)	
	Operação Couraça (PE)	

Ano	Nome da operação	Total
	Operação Cosa Nostra (PE)	
	Operação Manobra de Osler - 2ª Fase (SC)	
2018	Operação Again (MS)	12
	Operação Amphibia (MG)	
	Operação Torniquete 2 (SP)	
	Operação Desconstrução (BA)	
	Operação Diagnosis (AP e PA)	
	Operação Patriarcado (SC)	
	Operação Hospitator (PA)	
	Operação Cashback (AM)	
	Operação Recidiva (PB)	
	Operação Pityocampa (BA)	
	Operação Deadline (PE)	
	Operação Graham Bell (CE)	
2019	Operação Dejà Vu (TO)	20
	Operação Tapiraguaia (MT)	
	Operação Pescaria (PE)	
	Operação Onipresente (MT)	
	Operação Kepler (BA)	
	Operação Desvia (MG)	
	Operação Desvia - 2ª Fase (MG)	
	Operação Kitsune (MT)	
	Operação Dose para Leão (TO)	
	Operação Desvia - 3ª Fase (MG)	
	Operação Cidadela (PA)	
	Operação Tapiraguaia - 2ª Fase (MT)	
	Operação Arritmia (SC)	
	Operação Xeque-Mate - 5ª Fase (PB)	
	Operação Autoclave (RS)	
	Operação Mosqueteiros (SE)	
	Operação Nessun Dorma Adsumus (MS)	
	Operação Recidiva - 4ª Fase (PB)	
Operação Florence Dama da Lâmpada (AL)		
Operação Calvário - Juízo Final (PB)		
TOTAL		118

Fonte: Adaptado de (CGU, 2020)

Anos de 2003 a 2006

Operação Vampiro - Auditoria Especial no Ministério da Saúde em parceria com a Polícia Federal, realizada nos procedimentos licitatórios, pagamentos e demais

etapas dos processos de aquisição centralizada de medicamentos. Constatou-se o prejuízo de R\$ 21 milhões referentes a superfaturamento na aquisição de insulina humana, perda de medicamentos e aquisição sem cobertura contratual.

Operação Sanguessuga - Fraudes nos convênios para aquisição de ambulâncias foram inicialmente apresentados pela CGU. As principais constatações foram: superfaturamento, inexecução total ou parcial dos objetos contratados e/ou recebimento de veículos sucateados, em precárias condições de conservação e inadequados para a utilização como Unidade Móvel de Saúde, totalizando R\$ 27 milhões de prejuízo.

Ano de 2007

Operação no município de Jacaraú (PB) - Análise de documentação apreendida referente a recursos transferidos para as áreas de educação e saúde. O prejuízo potencial estimado é de R\$ 364.853,81.

Operação Metástase (RR) – Análise referente a recursos transferidos para a área da saúde. O prejuízo potencial estimado é de R\$ 3.905.670,82.

Operação Antídoto (AP) - Análise referente a recursos transferidos para a área da saúde.

Ano de 2008

Operação Telhado de Vidro (RJ) - Ocorrência de licitações irregulares e contratações fraudulentas de funcionários municipais terceirizados, inclusive para execução do Programa de Saúde da Família e do Programa de Agentes Comunitários de Saúde.

Operação João de Barro (MG, RJ, TO e ES) - Envolveu a avaliação da aplicação de recursos federais oriundos dos Ministérios das Cidades, Integração Nacional, Saúde, Turismo e Esporte.

Operação Nêmesis (MA) - Visou coibir a ação de quadrilha de funcionários do Núcleo Estadual do Ministério da Saúde (NEMS), envolvidos em desviar valores decorrentes de Suprimentos de Fundos obtidos mediante fraude ao Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI.

Operação Aliança (RN) - Análise de documentações apreendidas da Prefeitura de Goianinha referentes à utilização de recursos federais das áreas da saúde e educação.

Ano de 2009

Operação Fumaça – Fiscalização de obras de saneamento com recursos oriundos do Ministério da Saúde. A partir das verificações *in loco*, a CGU constatou dentre outras falhas: fraudes em licitações, superfaturamento em obras, pagamentos por serviços não executados, conluio entre empresas participantes de licitações, entre outras. O prejuízo potencial aos cofres públicos chegou a R\$ 25,9 milhões, de um total de recursos da ordem de 86,6 milhões.

Operação Transparência – Realizada para desarticular uma organização criminosa, especializada em burlar a competitividade das licitações no ramo da construção civil, que tinha como foco obter recursos provenientes de convênios federais firmados com o Ministério da Saúde, através da Fundação Nacional de Saúde- FUNASA/PB.

Operação Gárgula – Identificou o desvio de recursos públicos federais oriundos de convênios e contratos de repasse firmados com os ministérios das Cidades, Saúde e Educação. O trabalho de investigação detectou fraudes em licitações, obras inacabadas, serviços pagos e não executados, sobrepreço e superfaturamento, envolvendo um prejuízo estimado de R\$ 6 milhões, de um total fiscalizado de R\$ 15 milhões.

Ano de 2010

Operação Borduna (RO) – Objetivo foi desarticular uma organização criminosa acusada de desviar recursos públicos que eram repassados pelo Ministério da Saúde, por meio de convênio, para municípios do estado com população indígena. As irregularidades foram: direcionamento de licitações, simulação dos processos licitatórios, simulação da prestação dos serviços, sobre preço na aquisição de medicamentos, locação irregular de veículos e inconsistências em notas fiscais. O prejuízo estimado aos cofres públicos foi no valor de R\$ 2,1 milhões.

Operação Gárgula II (CE) – As investigações visaram desarticular quadrilhas especializadas em desvio de verbas públicas, corrupção ativa e passiva e lavagem de dinheiro. Essas investigações constataram o envolvimento de empresas e escritórios em esquemas de desvio de verbas públicas federais. As principais irregularidades dizem respeito a fraudes em licitações, obras inacabadas, serviços pagos e não executados, sobre preço e superfaturamento. Investigações preliminares indicaram diversas irregularidades na execução de convênios entre as prefeituras e a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) e o Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (Dnocs).

Operação Mãos Limpas (AP) - O objetivo era prender uma organização criminosa composta por servidores públicos, agentes políticos e empresários, que praticava desvio de recursos públicos. Foram realizados trabalhos de auditoria e fiscalização em processos licitatórios, contratos e pagamentos a fornecedores envolvendo recursos federais aplicados na área de Agricultura, Justiça e Segurança Pública e Saúde.

Operação Parceria (PR) – O objetivo era desarticular um esquema criminoso de desvio de recursos públicos federais praticados por meio da entidade privada Centro Integrado de Apoio Profissional (Ciap), estabelecida no Paraná. A entidade, que é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), vinha agindo em parceria com prefeituras em áreas como saúde, educação e ação social. Estima-se que cerca de R\$ 300 milhões tenham sido desviados para pessoas e empresas ligadas à entidade.

Operação Sanare (PA) – Operação indiciou criminalmente dois empresários e três servidores da Secretaria Municipal de Saúde (Sesma). Todos foram acusados de crimes como formação de quadrilha, fraude em licitações, peculato e falsidade ideológica. O esquema fraudou duas licitações que somavam R\$ 10,3 milhões em recursos federais.

Operação Simulacro (RO) – Ação foi realizada para dismantelar uma quadrilha formada por empresários do ramo de locação de veículos e de servidores públicos do Ministério da Saúde, que vinham causando um dano aos cofres públicos, estimado em mais de R\$ 1.500.000,00. Constataram-se vícios desde o início das

contratações, superfaturamento nos preços dos serviços de locação prestados e também de fiscais do órgão, em que os controles de roteiros percorridos e quilometragem rodada eram alterados.

Operação Uragano (MS) – Essa ação visou a combater práticas de fraude à licitação, corrupção ativa e formação de quadrilha. Segundo os dados levantados pela PF, o esquema seria chefiado pelo prefeito da cidade que estaria direcionando licitações por meio de corrupção de servidores públicos e agentes políticos, em troca de comissões entre 10 e 25% dos valores dos contratos firmados entre a Prefeitura e diversas empresas contratadas por meio de licitações direcionadas. Os recursos federais são oriundos da Educação (PNAE, PNATE e FUNDEB), Saúde (Fundo Nacional de Saúde) e do Contrato de Financiamento com recursos do FGTS nº 293.537-09.

Operação Vide Bula (PA) – A operação buscou interromper a ação de um grupo de empresas fornecedoras de medicamentos que, em conluio com a administração de alguns municípios do Estado do Pará, negociavam medicamentos sem qualquer procedimento licitatório, utilizando-se, inclusive, de quatro empresas “fantasmas” do município de Castanhal/PA. As apurações indicaram um prejuízo potencial superior a R\$ 3,5 milhões e revelaram, entre outras irregularidades, a prática de sobre preço e superfaturamento, pagamento por medicamentos não fornecidos, uso de notas fiscais inidôneas e o conluio entre empresas licitantes, além de outras fraudes em licitações.

Ano de 2011

Operação Deja Vu II (PR) – Visou coibir a ação de um grupo criminoso composto por duas OSCIPS (Adesobras e Ibidec) e várias empresas de fachada, que prestavam supostos serviços às OSCIPS supramencionadas. Entre as irregularidades, a cobrança de elevadas taxas de administração para a execução de programas de saúde; e desvio de recursos do Pronasci para despesas e aquisição de material permanente para a sede da Adesobras em Curitiba.

Operação Iceberg I (PI) - Irregularidades na aplicação de recursos repassados pelos ministérios da Saúde e da Educação ao Município de Pavussu/PI. As investigações evidenciaram a apropriação de recursos vinculados ao FUNDEB;

utilização de “notas fiscais frias” para justificar saques irregulares na conta da Saúde; indícios de direcionamento ilegal de recursos públicos, fraude em licitações e nas prestações de contas. As condutas supostamente ilícitas foram cometidas mediante a colaboração/participação de vários funcionários do núcleo de gestão municipal, em especial os secretários de saúde, administração, finanças.

Operação Olho Clínico (PA) – Objetivou desarticular a ação de uma organização criminosa estabelecida no Departamento de Regulação da Secretaria de Saúde do Município de Belém/PA (SESMA), voltada a fraudar os valores repassados pelo Ministério da Saúde referentes a Autorizações de Internação Hospitalar (AIH). A fraude era realizada da seguinte maneira. As informações de produção encaminhadas pelas Unidades Prestadoras de Serviços do SUS eram manipuladas (“aumentadas”) por uma equipe do Departamento de Regulação da SESMA, sendo, então, enviadas ao DATASUS. Dessa forma, o montante de recursos repassados pelo Ministério da Saúde para pagamento aos prestadores de serviços do SUS teria sido superior ao quantitativo decorrente dos procedimentos efetivamente executados.

Operação Pantilha (PA) – A operação visava desarticular uma organização que vinha desviando recursos públicos federais, praticando fraudes em licitações, utilizando empresas fantasmas em nomes de “laranjas”, superfaturando bens e serviços, e efetuando pagamentos por serviços não executados. Envolveu recursos federais transferidos a Vitória do Xingu para aplicação em programas nas áreas da Saúde, Educação e Assistência Social, com um prejuízo potencial da ordem de R\$ 5,5 milhões, do total de R\$ 17 milhões fiscalizados.

Operação Questor (MS) – A Operação desarticulou uma organização criminosa especializada em fraudar licitações e desviar recursos públicos federais, relativos às obras e programas das áreas de saúde e educação.

Operação Saúde (RS) – O objetivo foi investigar a existência de uma organização criminosa destinada a lesar o erário público através da manipulação de processos licitatórios relativos à área da saúde, especialmente o Programa Farmácia Básica. Com o auxílio de servidores públicos, beneficiavam-se de contratações com a administração pública - obtidas mediante processos licitatórios simulados e viciados

- e deixavam de executar o objeto contratual ou superfaturavam o valor aplicado ao fornecimento de mercadorias/medicamentos, causando assim prejuízos aos cofres públicos.

Operação Tapiri (AC) – A Operação teve por objetivo averiguar possíveis desvios de recursos públicos do Programa de Saúde Indígena.

Operação Termópilas (RO) – A ação objetivou desarticular a ação de uma organização especializada em desviar verbas públicas da área de saúde no Estado de Rondônia. A investigação demonstrou que os tentáculos do grupo criminoso atuava na Secretaria do Estado da Saúde, Secretaria do Estado de Justiça, o DETRAN.

Operação Usura (MA) – As investigações apontaram para desvios de recursos públicos federais repassados à prefeitura municipal de São João do Paraíso, notadamente nas áreas da Educação (Fundeb), Saúde (Piso de Atenção Básica e Assistência Farmacêutica Básica), contratos de repasse e convênios.

Ano de 2012

Operação em Clínicas Radiológicas (RO) – Foram realizados mandados de busca e apreensão na Secretaria de Estado de Saúde de Rondônia, na Gerência de Regulação e Controle de Serviços de Saúde e em residências de servidores públicos do Estado. Objetivo das Buscas foi o recolhimento de documentos e/ou processos referente a pagamentos executados no ano de 2010, visando comprovar possível desvio de verbas do SUS.

Operação Gabarito (PB) – O objetivo foi desarticular um esquema criminoso que vinha fraudando licitações, dispensas e inexigibilidades de licitação no Município de Caldas Brandão-PB, bem como concursos públicos destinados à contratação de Médicos, Enfermeiros, Odontólogos e Agentes Comunitários de Saúde para o Programa de Saúde da Família (PSF), Profissionais para os Programas Federais (PETI, Bolsa Família, CRAS/PAIF e PROJovem) e outros cargos dos quadros dos municípios.

Operação Gangrena (PI) – Apreendeu documentos ligados a irregularidades no fornecimento de medicamentos adquiridos com recursos federais do Sistema Único

de Saúde (SUS), realizadas por meio do Sistema de Registro de Preços da Coordenadoria de Controle das Licitações (CCEL/PI). Foi verificada a falta de controle de estoque dos medicamentos e ainda, o reajuste de preços gerando superfaturamentos nos processos de aquisição de medicamentos, bem como falhas no fluxo de fornecimento de medicamentos.

Operação Insônia (AM) – A operação visou apurar possíveis irregularidades na aplicação de recursos federais por parte de uma clínica privada, que tinha contrato com o Governo do Estado do Amazonas, para a realização de exames do Sistema Único de Saúde – SUS/AM, de forma complementar, em razão da incapacidade de absorção total destas demandas pelas redes Públicas Estadual e Municipal de Saúde. Investigações demonstraram que os proprietários/gestores da referida clínica estariam falsificando nomes de pacientes para enviar uma listagem fraudulenta à Secretaria de Saúde do Amazonas - SUSAM, contendo nomes de pacientes que efetivamente realizaram exames entremeados a nomes de pacientes inexistentes (inventados), para aumentar o montante do valor da produção mensal, e consequentemente o valor recebido do Fundo Nacional de Saúde.

Operação Nosferatu (PI) – Operação realizada com o objetivo de combater ação de grupo de empresas ligadas a um servidor estadual, que estaria usando as prerrogativas de seu cargo para inserir indevidamente pagamentos a empresas que não haviam sido contratadas. Os pagamentos somaram R\$ 11 milhões e dizem respeito ao Bloco de Financiamento da Média e Alta Complexidade (MAC), do Ministério da Saúde.

Operação Pão e Circo II (PB) – Denúncias de desvio de recursos públicos que deveriam ser utilizados na área da educação e da saúde.

Operação Resgate (PE) – O objetivo foi desarticular uma quadrilha formada por engenheiros que representavam, muitas vezes e ao mesmo tempo, empresas de engenharia ou construção civil e Órgãos Públicos. Os investigados participavam de diversas fases da execução de obras públicas de pequeno e médio porte em municípios do interior pernambucano, exercendo influência junto a órgãos como a Fundação Nacional de Saúde - FUNASA e Caixa Econômica Federal. O desfalque

total aos cofres públicos provocado pela quadrilha ultrapassou a quantia de R\$ 20 milhões.

Operação Saneamento (TO) – A operação Saneamento teve como objetivo reprimir o desvio de verbas públicas repassadas pelo Ministério da Saúde (MS). Os valores são da ordem de R\$ 420 mil e visavam a construção de rede de esgoto.

Operação Boca de Lobo – Tucumã (PA) - O suposto "esquema" de desvio de verbas públicas funcionava por meio da contratação de serviços de construção, reforma e ampliação de escolas municipais e creches, contratação de obras de pavimentação, contratação de locação de máquinas pesadas, entre outros, por meio de convênios com o Ministério da Educação e Ministério da Saúde, por meio de empresas ligadas diretamente ao Prefeito, com participação societária de parentes de servidores ocupantes de cargos estratégicos no governo municipal, assim como com a utilização de "laranjas".

Operação Fonte Seca (PA) - Esquema fraudulento na realização de processos licitatórios, com a utilização de "laranjas" e empresas de fachada ligadas a ocupantes de cargos estratégicos no governo municipal, cujo prejuízo aos cofres públicos chegou a R\$ 50 milhões. Foi constatado que algumas obras não foram executadas pelas empresas contratadas, mas pela própria prefeitura, tendo sido comprovado o fornecimento de maquinário e mão de obra municipais. Envolveu recursos federais do Ministério da Saúde e da Educação.

Operação Endemia (RO) – As ações investigadas envolveram R\$ 15 milhões em recursos públicos, desviados por meio de fraudes em licitações. Os recursos Federais eram oriundos do Ministério da Saúde (Funasa).

Ano de 2013

Operação Sangue Frio (MS) – Operação que visou desarticular a ação de uma organização criminosa que atuava em três hospitais públicos. As irregularidades verificadas foram: o direcionamento de licitação, a montagem de processos licitatórios, a subcontratação de serviços para empresas ligadas ao Diretor do HU, o superfaturamento e a emissão de empenho anterior à adesão em ata de registro de preços, dentre outras.

Operação Pronto-Socorro (PE) – A operação teve por objetivo combater uma organização especializada em vários crimes contra o erário, causando desvios de recursos públicos que atingiram não só a saúde pública local, como também interesses e recursos da União, em especial verbas do SUS aplicadas no Hospital Dom Moura em Garanhuns.

Operação Martelo (AM) – O objetivo foi de desarticular a ação de organizações que atuavam no desvio de erário em vários órgãos/entidades ligados a Saúde e Educação, dentre os quais podem ser citados a FUNASA(MS), o IFAM(MEC), a UFAM (MEC) e o IFRO(MEC), em contratos públicos que superam o montante de R\$ 40 Milhões.

Operação 8.666 (RO) - O objetivo foi de desarticular um suposto esquema de fraude em procedimentos licitatórios na Prefeitura de Guajará-Mirim/RO, especialmente em relação às reformas do Posto de Saúde Carlos Chagas e da Creche Municipal, financiadas com recursos do Projeto PROINFÂNCIA, do Governo Federal.

Operação Cabipe (AL) – Desvio de recursos públicos transferidos por intermédio do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE), Piso de Atenção Básica da Saúde e convênios federais. Dentre as irregularidades praticadas estava a montagem e simulação de processos licitatórios, o superfaturamento de despesas e a montagem de processos de pagamento e de prestação de contas para dissimular fraudes e desvios de recursos.

Operação Cheque Branco (MA) – A operação é fruto de investigações que apontaram a existência de um esquema de agiotagem no Estado, por meio do desvio de recursos públicos federais, notadamente daqueles destinados à educação e à saúde.

Operação USURA II (MA) – Recursos públicos, destinados aos Fundos Municipais de Saúde e ao FUNDEB, foram desviados de contas públicas para contas particulares sem comprovação de despesas ou com comprovação irregular. Para a consecução dos desvios foram fraudados processos licitatórios, com o fito de direcionar contratações para empresas fantasmas e de fachada, constituídas em nome de laranjas, e utilizadas para dar aparência de legalidade aos desvios.

Seguidamente, foram emitidas notas fiscais frias (inidôneas), com valores superfaturados e/ou sem que serviços fossem prestados, nem produtos fossem fornecidos. Em outros casos, os gestores sacaram valores das contas públicas, mas não comprovaram os gastos com nenhum documento. O montante estimado dos desvios é da ordem de 7,5 milhões na área da Saúde de Bacabal (MA), e 4,5 milhões na área da Saúde e Educação (FUNDEB) do município de Zé Doca (MA).

Ano de 2014

Operação Fidare (MT) – Operação com objetivo de desarticular organização criminosa especializada em desviar recursos públicos destinados à aquisição de medicamentos pela Prefeitura Municipal de Cáceres. O grupo era suspeito de desviar R\$ 2,5 milhões da Secretaria Municipal de Saúde de Cáceres/MT. A organização criminosa atuava por meio de loteamento de itens licitados, conluio, superfaturamento de produtos, sobre preço, fraude de licitações, pagamentos inidôneos por produtos não entregues, assunção de dívidas irregulares e o pagamento de propinas para pessoas situadas em postos-chave da Prefeitura Municipal de Cáceres/MT.

Operação Platéias (RO) – O objetivo era desarticular uma organização criminosa formada por lobistas, empresários e agentes públicos que fraudavam e direcionavam licitações. Os contratos analisados pela CGU envolviam a construção de uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA), aquisição de medicamentos de alto custo, fornecimento de alimentação em hospitais e presídios, aluguel de viaturas, e a execução de serviços de vigilância em escolas e hospitais, dentre outros. As contratações analisadas totalizaram 290 milhões de reais, onde foram apontados indícios de desvios de aproximadamente 57 milhões de reais.

Ano de 2015

Operação Desumanidade (PB) – O objetivo foi de apurar irregularidades na contratação de empresas de construção que atuavam em prefeituras do sertão da Paraíba, com participação de agentes públicos, políticos e empresários, para fraudar contratos milionários de engenharia, custeados com recursos públicos federais. As licitações eram direcionadas a uma empresa que, após assinar os contratos, funcionava apenas como uma fachada para encobrir a ilegalidade na execução das

obras, as quais ficavam a cargo de amigos, familiares e agentes públicos da própria Prefeitura Municipal de Patos ou até de outra prefeitura. O esquema ocorreu em 11 unidades básicas de saúde, uma academia de saúde e uma quadra poliesportiva coberta. Foi identificado prejuízo na ordem de R\$ 807.660,13.

Operação Sermão aos Peixes (MA) – O objetivo foi reprimir o desvio de recursos públicos federais do Fundo Nacional de Saúde, destinados ao Sistema de Saúde do estado do Maranhão. As irregularidades foram: direcionamento da contratação de entidades para gestão de hospitais e unidades de saúde; contratos de gestão e termos de parceria sem programa de trabalho; não comprovação de aplicação dos recursos provenientes da cobrança da taxa de administração; transferência de parte dessas taxas de administração para as contas pessoais dos dirigentes das organizações envolvidas; fraude contábil; pagamento sem cobertura contratual; e notas fiscais inidôneas.

Operação Infecto (BA) – O objetivo foi combater a organização criminosa suspeita de praticar desvio de recursos públicos, sonegação de tributos e lavagem de dinheiro, utilizando-se de entidades supostamente sem fins lucrativos, qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP). Ocorria através do superfaturamento dos valores cobrados e o consequente desvio de recursos das áreas da Saúde e Educação, além da falta de recolhimento das verbas previdenciárias nos referidos municípios.

Operação Andaime (PB) - Objetivo foi de apurar irregularidades em licitações e contratos públicos, em especial a montagem de procedimentos licitatórios e a venda de notas fiscais em razão de obras e serviços de engenharia realizados diretamente por 16 Prefeituras Paraibanas, envolvendo recursos federais no montante de R\$ 18.337.000,00 de recursos do Ministério da Saúde e Educação.

Operação Cerberus (RO) - O objetivo foi de desarticular a organização criminosa especializada em desviar recursos públicos de convênios e programas sociais. Estima-se que o desvio tenha alcançado uma média mensal de R\$ 320 mil, totalizando R\$ 18 milhões entre 2011 e 2015, enquanto a arrecadação total da prefeitura é por volta de R\$ 20 milhões ao ano. Os recursos desviados eram, sobretudo, de áreas de educação, saúde e combate à fome.

Operação São Lucas (PR) – O objetivo foi investigar médicos do Hospital de Clínicas da UFPR por receberem há anos sem exercer suas funções. Vencimentos do Governo Federal que variavam de R\$ 4 mil a R\$ 20 mil mensais. Levantamentos preliminares foram realizados considerando a frequência dos médicos lotados naquele Hospital, a partir do confronto da folha de ponto com os registros das catracas de acesso às unidades do órgão e os dados do Sistema de Informações Hospitalares – SIH, sistema informatizado que registra, entre outras informações, a produção dos médicos.

Operação Fidúcia (PR) - O objetivo foi apurar desvios de recursos públicos na execução das ações vinculadas à Saúde situada em Curitiba. O esquema era operado em vários municípios, consistindo, essencialmente, no uso de entidades sem fins lucrativos para firmar parcerias e contratações com municípios na área de prestação de serviços de saúde em que os excedentes financeiros gerados eram repassados aos integrantes de um grupo, na forma de distribuição de lucros, por intermédio das empresas vinculadas ao grupo. Foram desviados aproximadamente R\$ 14 milhões em recursos federais, no período 2010 – 2013.

Ano de 2016

Operação Manipulação (BA) - O objetivo da operação foi desarticular um esquema de desvio de verbas da Saúde por meio de fraudes a licitações. Foi identificada a participação de empresa contratada para fornecer material e equipamento para Postos de Saúde da Família, após licitação fraudada. Outras constatações encontradas foram o fracionamento de despesas de materiais hospitalares e sobre preço na aquisição de produtos odontológicos.

Operação Maturu (PA) - A operação teve o objetivo de apurar irregularidades na aplicação dos recursos federais das áreas de saúde e educação Porto de Moz, Pará. Constataram-se, na área da saúde, movimentação de recursos fora das contas específicas; indícios de desvio de finalidade na aplicação dos recursos; e pagamento de combustível com indícios de desvio de finalidade. Diante dos levantamentos investigativos, considerando apenas as informações parciais os desvios chegaram a R\$11.136.246,51.

Operação Puma (PA) - O objetivo foi apurar o desvio de verbas públicas federais destinadas às áreas da saúde e educação no município de Ourilândia do Norte, no sudeste do Pará. A investigação identificou a existência de uma organização criminosa formada por servidores públicos e empresários. Na área da saúde, verificaram-se indícios de fraude em procedimentos licitatórios, contratação sem licitação, montagem de processos e pagamentos por serviços médicos não realizados. A CGU apurou prejuízo efetivado de R\$235.924,57 e prejuízo potencial de R\$3.450.804,58, devido à contratação de bens e serviços com sobre preço.

Operação Manobra de Osler (SC) – A operação teve o objetivo de apurar desvios de recursos federais oriundos do SUS envolvendo instituições privadas, a Prefeitura de Chapecó e o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Santa Catarina (CIS-AMOSC). Há fortes indícios de superfaturamento de sessões de oxigenoterapia hiperbárica pagas em 2014 pelo CIS-AMOSC.

Operação Full House (TO) - Operação com o objetivo de desarticular organização criminosa que fraudava licitações e contratos de construção de Creches, Postos de Saúde e Casa de Cultura no Município de Araguatins, no Tocantins.

Operação Voadores (MA) - O objetivo da operação era apurar o desvio de cerca de R\$ 36 milhões de reais através do desconto de cheques e posterior depósito nas contas de pessoas físicas e jurídicas vinculadas aos envolvidos, incluindo o saque de contas de Hospitais.

Operação Abscôndito (MA) – O objetivo era combater um grupo criminoso que agia no sentido de destruir e ocultar provas, incluindo a venda suspeita de uma aeronave, objeto de decisão judicial, após o possível vazamento da Operação Sermão aos Peixe, que investigava o desvio de verbas da saúde.

Operação Maus Caminhos (AM) – A operação teve o objetivo de investigar irregularidades na aplicação de recursos do SUS repassados ao INSTITUTO NOVOS CAMINHOS – INC, pessoa jurídica sem fins lucrativos (ONG), contratado para gerência e administração de serviços de saúde em unidades de saúde pertencentes ao Estado do Amazonas. O trabalho foi demandado inicialmente pela Procuradoria da República no Amazonas, que trata da contratação direta irregular pela Secretaria Estadual de Saúde do Amazonas (SUSAM) do Hospital Santa Júlia

para realização de cirurgias cardíacas infantis com recursos federais repassados por meio das Ações de Média e Alta Complexidade do Ministério da Saúde, de 2010 a 2015. Até o momento, a CGU constatou que a soma dos desvios que ocorriam mediante pagamentos indevidos e superfaturamento, tanto nos serviços médicos especializados quanto nos auxiliares, totalizam cerca de 110 milhões de reais.

Operação Veiculação (PB) - Operação com objetivo de apurar irregularidades em licitações e contratos públicos, em especial ao direcionamento de procedimentos licitatórios e superfaturamento de contratos, em razão de serviços de locação de veículos, realizados pelas Prefeituras de Patos, Emas e São José de Espinharas, envolvendo recursos da ordem de onze milhões de reais, aplicados em ações dos Programas de Transporte Escolar (PNATE), Fundeb, Pró-Jovem Trabalhador e Bloco de Média e Alta Complexidade (Saúde).

Operação Miserere Nobis (MG) - Operação com o objetivo de apurar irregularidades nas compras de equipamentos utilizados em procedimentos de média e alta complexidade ocorridas na Santa Casa de Misericórdia de São Sebastião do Paraíso em Minas Gerais. Foram fiscalizados três convênios firmados entre o Ministério da Saúde e a Santa Casa. Do montante fiscalizado de R\$7.711.234,94, foi identificado um potencial prejuízo de R\$ 1.319.804,17. Dentre as irregularidades identificadas, destacam-se superfaturamento, realização de processo licitatório em desacordo com normativos legais e com o Plano de Trabalho e simulação de procedimentos licitatórios.

Operação Copérnico (BA) – A operação teve o objetivo de desarticular uma organização criminosa que cometia irregularidades na aplicação de recursos públicos para administração e operacionalização de serviços de saúde em municípios do Estado da Bahia. Foi constatado irregularidades ligadas ao direcionamento dos processos de dispensa de licitação, com vistas ao favorecimento da contratação do IMCBA e falta de comprovação da aplicação dos valores pagos ao Instituto, resultando no montante de R\$ 31 milhões não comprovados.

Operação Cardeiro (PB) – A operação teve o objetivo de desarticular um esquema de corrupção na aplicação de recursos públicos federais repassados pelo Fundo Nacional de Saúde ao Município de Princesa Isabel/PB para construção de

Unidades Básicas de Saúde (UBS) e Centros Especializados de Reabilitação (CER). Constatou-se a existência de uma série de irregularidades, como indícios de fraudes à licitação, irregularidades na contratação de mão-de-obra, superfaturamento dos contratos, inexecução de serviços e baixa qualidade de materiais empregados nas obras das unidades de Saúde. Conforme os levantamentos da Controladoria, as irregularidades representaram um prejuízo potencial da ordem de R\$ 980 mil.

Operação Mato Cerrado (BA) - O objetivo era desarticular uma organização que desviava recursos públicos da prefeitura de Caatiba (BA). A investigação apontou irregularidades nos procedimentos licitatórios para contratação de cooperativas nas áreas de transporte escolar, saúde e logística.

Operação Tarja Preta (MS) - Operação em referência a procedimentos utilizados pela Gerência de Saúde da Prefeitura Municipal de Naviraí/MS, no desvio de medicamentos e ao uso político da farmácia municipal, deflagrada, com o objetivo de dismantelar grupo especializado em desvios de medicamentos e uso político da farmácia municipal em favor de apadrinhados dos atuais detentores do poder local. Foi verificado um prejuízo de R\$ 530.519,41 em decorrência de perdas registradas no estoque de medicamentos de um montante analisado de R\$ 1.399.344,47, bem como a existência de pessoas beneficiadas pela distribuição direcionada de medicamentos e o uso político da farmácia municipal, que, por meio de servidores públicos mediante a prática de corrupção e fraudes, ocasionando desvio de medicamentos.

Operação Cartas Chilenas (AM) - Operação com o objetivo de combater organização criminosa suspeita de desvios na aplicação de recursos públicos federais, repassados ao Município de Pauini/AM, nas áreas de saúde e educação. Entre os anos de 2010 e 2014, o esquema investigado desviou mais de R\$ 14 milhões de programas da área da Saúde e do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Na área da saúde, foi apurado que medicamentos adquiridos de uma drogaria de fachada vinculada ao então secretário de Finanças não foram entregues ao município e que houve desvio de recursos do Programa Saúde na Família pelo genro da prefeita, que é falso médico e que cooptou mais cinco falsos médicos que atuavam sob um único registro profissional.

Operação Pecúlio (PR) - Operação com o objetivo de desarticular grupo que praticava irregularidades em processos licitatórios no município de Foz do Iguaçu, no Paraná. De acordo com as investigações, o esquema envolveu o uso de verbas públicas federais, com a finalidade de obtenção de vantagens indevidas. As investigações constataram a existência de indícios de ingerências dos gestores do município, de forma direta e indireta, em empresas contratadas para prestação de serviços e para realização de obras junto à Administração Municipal. As empresas receberam quantias milionárias de recursos públicos federais (Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, Programa de Resposta aos Desastres e Reconstrução e Programa de Fortalecimento das Instituições de Segurança Pública), bem como de empresas contratadas para prestar serviços ao Sistema Único de Saúde (SUS).

Ano de 2017

Operação Estado de Emergência (AM) – O objetivo era desarticular o núcleo político de organização criminosa que desviava recursos públicos da saúde no Amazonas. Na 1ª fase da operação, foi descoberta organização que desviava recursos da saúde, por meio de contratos da Secretaria de Saúde (Susam) com o Instituto Novos Caminhos (INC) para gestão de unidades de saúde. As fraudes, que somavam mais de R\$ 110 milhões, contavam com envolvimento de agentes públicos e privados. Em seguida, foi deflagrada a 2ª fase da ação, que apurou o envolvimento de novos agentes públicos nas irregularidades, incluindo ex-secretários do estado. Os investigados utilizavam prerrogativas para dar prioridade e agilidade nas liberações de recursos para a organização social INC, mediante atos de ofício e em troca de vantagens indevidas.

Operação Bons Princípios (PI) - Apurou fraudes em concurso público promovido pela Prefeitura Municipal de Bom Princípio (PI), em 2017, bem como desvios de recursos para pagamentos a empresa de fachada contratada para realização do certame. Os cargos eram para a área de educação e na área de saúde do referido município cujos vencimentos são custeados com recursos do Fundeb e do Fundo Municipal de Saúde, respectivamente, os quais compreendem recursos federais.

Operação Tapauara (AM) - Desarticulou a ocorrência de crimes em licitações, peculato, corrupção e lavagem de capitais, praticados por agentes. As irregularidades foram observadas na aplicação de recursos da educação e saúde no município de Tapauá-AM. Em 2017 foram movimentados recursos pela organização criminosa da ordem de R\$ 62 milhões de reais.

Operação Pegadores (MA) - Foi uma investigação destinada a apurar o desvio de verbas federais. Provenientes do Fundo Nacional de Saúde, que estariam ocorrendo por meio de fraudes na contratação e pagamento de pessoal no curso dos Contratos de Gestão e Termos de Parceria, firmados com entidades do denominado terceiro setor, no período de 2013 a 2017. O desvio de verbas públicas por meio do pagamento de pessoal estaria ocorrendo por, pelo menos, três modalidades: (a) pessoas que possuíam um salário formal, pelo qual recebiam pela função contratada, contudo recebiam um salário extra, pago por fora do contracheque, em desvio direto de verbas públicas na denominada "folha complementar"; (b) pessoas que eram indicadas para serem contratadas e recebiam sem realizar qualquer trabalho (funcionários fantasmas); (c) desvio de verbas através do pagamento a empresas de fachada, supostamente especializadas na gestão de serviços médicos.

Operação Titânio (PB) - Apurou irregularidades na contratação e execução de serviços de implantes dentários. Ação pertencente ao Programa Brasil Sorridente, que é custeado com recursos do Sistema Único de Saúde (SUS). Além dos vínculos entre o sócio da empresa contratada e gestores do Município de Sumé/PB, chamou a atenção a quantidade de procedimentos de implantes osteointegrados e respectivas próteses sobre implantes registrados no Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA - Datasus), que atingiram, no período de março de 2015 a junho de 2017, os montantes de 20.033 implantes e 12.577 próteses sobre implantes, o que representa, a preços do SUS, a quantia de R\$ 8.983.683,30.

Operação Samidarish (PE) - Desarticulou uma organização criminosa que estaria fraudando licitações em municípios do estado de Pernambuco, envolvendo a contratação de algumas empresas que, aparentemente, eram de fachada, em ações governamentais da área de Educação, Saúde e Assistência social.

Operação Asfixia (AC) - A operação ASFIXIA foi uma investigação destinada a apurar denúncias de irregularidades envolvendo licitações e contratos firmados pela Secretaria de Estado de Saúde do Acre (Sesacre) para contratação de serviços de fornecimento e manutenção de cilindros de oxigênio medicinal utilizados em unidades da rede de saúde pública estadual.

Operação Abaçáí (AC) – O objetivo era desarticular a organização criminosa responsável por desviar verbas federais da saúde indígena no Acre. As apurações da CGU identificaram fraudes em contratos de transporte aéreo de pacientes até a capital do Estado; de fornecimento de alimentação aos pacientes acomodados na Casa de Saúde Indígena (Casai); de serviços de lavagem de roupas de cama e banho da hospedagem; e de manutenção de veículos utilizados em serviço.

Operação Pastor (PI) - O objetivo foi desarticular a organização criminosa responsável pelo desvio de recursos públicos federais em montante superior a R\$ 5 milhões, envolvendo verbas do Ministério da Educação (MEC), da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) e da Fundação Nacional de Saúde (Funasa).

Operação Rêmora (MA) – O objetivo era desbaratar uma organização criminosa acusada de desvios de verbas federais destinadas ao sistema de saúde público do Estado. O prejuízo ao erário é da ordem de R\$ 18 milhões. As investigações apontaram que os recursos destinados ao Instituto de Desenvolvimento e Apoio à Cidadania (Idac), organização social sem fins lucrativos, que firmou contratos de gestão com a Secretaria de Saúde do Maranhão (SES/MA) para a administração de diversas unidades hospitalares estaduais, foram desviados por meio de vultosos saques em espécie, realizados por um funcionário da entidade. As retiradas eram da ordem de R\$ 200 mil.

Operação Tarja Preta II (MS) - O objetivo foi aprofundar as investigações que desarticularam um esquema, na Gerência de Saúde da Prefeitura Municipal, de desvio de medicamentos adquiridos com recursos federais. Foram cumpridos mandados de busca e apreensão em uma farmácia e uma residência de indivíduo suspeito de participação direta na organização criminosa.

Operação Couraça (PE) – O objetivo foi desarticular a organização criminosa envolvida em desvio de recursos públicos federais aplicados. O esquema criminoso consistia na utilização de empresas de fachada, que sequer existiam nos endereços informados como suas sedes e/ou possuíam empregados registrados. As empresas eram contratadas por meio de certames licitatórios fraudulentos. Direcionados para a execução de obras com recursos federais provenientes das áreas de educação, saúde e infraestrutura urbana.

Operação Cosa Nostra (PE) - Apurou diversas irregularidades envolvendo a contratação de empresas e a execução de obras, que apontaram para a ocorrência de favorecimento a determinado cartel de empresas compostas de "sócios-laranjas" que, de forma reiterada, vinham se sagrando vencedoras em licitações, especialmente nas áreas de saúde e educação.

Operação Manobra de Osler - 2ª Fase (SC) - Visava desarticular um esquema de desvios de recursos do Sistema Único de Saúde (SUS), destinados a serviços de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar. A segunda fase da Operação apontou para a prática de desvios de recursos por empresas prestadoras de serviços médicos de média e alta complexidade. As suspeitas eram de pagamentos por exames e procedimentos desnecessários.

Ano 2018

Operação Again (MS) - De acordo com as investigações, o esquema fraudava licitações causando sobre preço nos produtos adquiridos. A apuração constatou ainda o recebimento de produtos com prazo de validade e qualidade inferiores ao previsto nos contratos. Além disso, houve indícios de que os integrantes da organização criminosa desviavam os materiais hospitalares - comprados com a finalidade pública de atender à população - para serem utilizados em clínicas particulares. Até o momento, os desvios ocasionaram um prejuízo de aproximadamente R\$ 3,2 milhões, num universo de R\$ 6 milhões em contratos analisados. O esquema contava com o envolvimento de servidores públicos que recebiam vantagens ilícitas das empresas envolvidas nas fraudes a licitações, com ênfase no setor de hemodinâmica (método diagnóstico e terapêutico que usa técnicas invasivas, como o cateterismo, para obtenção de dados acerca de

cardiopatias). As propinas pagas eram dissimuladas de diversas formas, tais como pagamentos de viagens e transferências de veículos de alto valor.

Operação Amphibia (MG) - Verificou a aplicação de recursos públicos federais transferidos aos 26 Estados e Distrito Federal. Em Minas Gerais, um dos focos da auditoria foi analisar a execução dos recursos destinados pelo Ministério da Saúde, mais especificamente para as ações de combate ao mosquito *Aedes aegypti*.

Operação Torniquete 2 (SP) - Na segunda fase, o foco era irregularidades na clínica de prestação de serviços médicos e no laboratório de diagnósticos, principais contratados e destinatários dos recursos do HCSS. No caso da clínica, foi constatada subcontratação, sobreposição ou incompatibilidade de jornadas dos médicos. Já no laboratório, há obstrução ao controle ou fiscalização do conselho municipal, bem como situação de conflito de interesses.

Operação Desconstrução (BA) - A ação visou desarticular um esquema criminoso de fraudes a licitações e desvio de recursos públicos federais destinados a obras das áreas de educação e saúde no município de Anagé, no sudoeste da Bahia. De acordo com as análises, a cadeia de eventos arquitetada para fraudar os procedimentos licitatórios era: direcionamento para uma das três empresas integrantes do esquema; sucessivas prorrogações por conta do descumprimento do cronograma previsto; rescisão contratual por inexecução do objeto; e realização de nova licitação para contratação de outra empresa ligada à organização criminosa, com vistas à realização dos mesmos serviços já pagos. Em muitos casos, serviços pagos em duplicidade sequer chegaram a ser executados por qualquer das contratadas.

Operação Diagnosis (AP e PA) - A ação visou apurar irregularidades relacionadas a desvios de recursos públicos da área de Vigilância em Saúde, mantida pelo Sistema Único de Saúde (SUS). De acordo com as investigações, o esquema se utilizava de nomes de empresas, que detinham contratos com o Estado, para simular a legalidade de pagamentos. Havia a emissão de ordens bancárias para as empresas, porém os CNPJs e os domicílios bancários, para onde se destinavam os pagamentos, eram de empresas distintas das que constavam nominalmente nas ordens bancárias. No aprofundamento das investigações, a CGU detectou um

desvio efetivo de cerca de R\$ 1 milhão.

Operação Patriarcado (SC) - Visou desarticular um esquema de desvios de recursos do Sistema Único de Saúde (SUS), destinados ao Hospital Regional do Oeste (HRO), em Chapecó (SC). Desdobramento da Operação Manobra de Osler, a ação foi realizada em parceria com a Polícia Federal (PF), Ministério Público Federal (MPF) e o Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (GAECO) do Ministério Público Estadual de Santa Catarina. Segundo investigações, entre 2014 e 2016, o HRO, hospital público administrado pela Associação Hospitalar Lenoir Vargas, recebeu cerca de 188 milhões de reais oriundos do SUS. Deste valor, aproximadamente R\$ 16 milhões foram destinados a empresas de familiares e de pessoas direta ou indiretamente ligadas ao dirigente da Associação. Dentre essas empresas, um laboratório de análises clínicas recebeu o maior volume de recursos oriundos do hospital no referido período, cerca de R\$ 12 milhões.

Operação Hospitator (PA) - Apurou fraudes em licitações e desvios de recursos públicos das áreas de educação, saúde e assistência social.

Operação Cashback (AM) - O objetivo foi aprofundar as investigações de fraudes que desviaram mais de R\$ 140 milhões do Sistema Único de Saúde (SUS) no Amazonas.

Operação Recidiva (PB) - Visou combater um esquema criminoso de fraudes em licitações e desvios de recursos públicos em municípios do interior da Paraíba. O montante investigado, entre 2015 e 2018, somou mais de R\$ 20 milhões. De acordo com as apurações, a organização criminosa atuava para fraudar licitações públicas em municípios paraibanos, bem como de outros estados do Nordeste, para desviar recursos destinados a obras de infraestrutura, de educação e de saúde. A operacionalização era feita mediante a utilização de empresas de “fachada” e pagamento de propina a funcionários públicos, com posterior lavagem desse capital.

Operação Pityocampa (BA) - A ação se destinou a desarticular um esquema criminoso de fraude a licitações e superfaturamento de recursos públicos na área de Saúde. Provocados pela atuação de cooperativa no fornecimento e gestão de terceirizados do município de Feira de Santana (BA). A CGU verificou que a

cooperativa vinha sendo contratada pela prefeitura municipal desde 2009, sendo constatadas diversas irregularidades nos processos de licitação, como: ausência de projeto básico ou termo de referência, vícios nas cotações de preços para definição do orçamento de referência, cláusulas restritivas no edital e irregularidades na própria condução dos certames, com direcionamento para a cooperativa investigada.

Operação Deadline (PE) - A ação visou apurar irregularidades na aquisição e fornecimento de medicamentos - custados com recursos federais - em três prefeituras do Estado de Pernambuco. O órgão de controle constatou fraudes em processos licitatórios, além de irregularidades como superfaturamento, pagamentos por medicamentos entregues fora das condições pactuadas, ausência de justificativa para os quantitativos contratados, prorrogações irregulares de contratos, ausência de controle de estoques, entre outras.

Operação Graham Bell (CE) - O trabalho objetivou desarticular um organização criminosa, de pessoas físicas e empresas, responsável por desvios de recursos federais da saúde, para financiar campanha eleitoral no município de Juazeiro do Norte (CE). Conforme as investigações, o desvio de recursos públicos se concretizava mediante pagamentos a empresas contratadas pela Prefeitura de Juazeiro do Norte. Também foi matéria de apuração o possível uso de pessoas interpostas em quadro societário de diversas empresas que possuíam contratos com a prefeitura ou de empresas que possuíam contratos outras empresas subcontratadas, numa triangulação nas relações comerciais.

Ano de 2019

Operação Dejà Vu (TO) - A ação visou combater um esquema de desvios de recursos federais repassados pelo Fundo Nacional de Saúde (FNS) ao município de Araguaína (TO), em serviços prestados de forma terceirizada pela organização social Instituto Brasileiro de Gestão Hospitalar (IBGH). A apuração identificou diversas irregularidades na execução e prestação de contas, que iam desde o superfaturamento na aquisição de produtos e serviços, até a “maquiagem contábil”, operacionalizada por meio de registros de gastos genéricos, sem a demonstração objetiva da aplicação dos recursos, contabilizados como despesas administrativas e

operacionais. O prejuízo estimado aos cofres públicos foi da ordem de R\$ 7 milhões, relativos aos valores desviados pelo Instituto no município.

Operação Tapiraquaia (MT) - A ação visou desarticular um esquema de fraudes e desvios de recursos públicos federais destinados à merenda escolar no município de Confresa (MT), entre 2015 e 2016. A apuração também apontou para irregularidades nas áreas da saúde e infraestrutura. Os desvios ocasionaram um prejuízo potencial de cerca de R\$ 4,5 milhões, num total de R\$ 12 milhões em despesas analisadas, superfaturamento de aproximadamente 37%.

Operação Pescaria (PE) - O objetivo foi combater fraudes na aplicação de recursos federais repassado pelo Fundo Nacional de Saúde (FNS) para a execução de obras no município de Agrestina (PE). As investigações apontaram supostas irregularidades na condução dos processos licitatórios e no acompanhamento e fiscalização dos serviços executados por parte da prefeitura municipal. Os auditores verificaram a contratação de empresa supostamente “de fachada” para realização de obras, que eram executadas por terceiros.

Operação Onipresente (MT) - O objetivo da ação foi desarticular um esquema de desvio de recursos públicos repassados pelo Fundo Nacional de Saúde (FNS), no âmbito do Programa Saúde da Família, para a Prefeitura Municipal de Salto do Céu (MT). A investigação identificou diversas irregularidades, entre as quais: direcionamento de contratação; aditivos contratuais com indícios de fraude; e acúmulo indevido de cargos por médico.

Operação Kepler (BA) - O objetivo foi combater um esquema de desvio de recursos da Saúde em Salvador (BA). Foram constatadas irregularidades na contratação do Instituto Médico de Gestão Integrada (IMEGI) para prestação de serviços na Unidade de Pronto Atendimento (UPA). Os serviços foram contratados em valor superior ao custo efetivo de manutenção das unidades de saúde, chegando a 34% para os Multicentros e 16% para a UPA. Segundo as apurações, o IMEGI, que formalmente se define como organização sem fins lucrativos, recebeu, em função dos três contratos firmados com a SMS, um total de R\$ 30.671.289,90, sendo R\$ 8.099.345,01 em valores superfaturados.

Operação Desvia (MG) - O trabalho teve por objetivo desarticular um organização criminosa responsável por fraudar licitações e desviar recursos públicos no município de Barbacena (MG). As investigações detectaram um superfaturamento de cerca de R\$1,4 milhão na aquisição de equipamentos hospitalares, do total de R\$3,5 milhões executados. De acordo com a apuração, o superfaturamento indicou que os preços dos equipamentos adquiridos pela prefeitura superaram em 40% o maior valor praticado pelo mercado, para a mesma aquisição, no mesmo período. O trabalho também detectou que dos 126 equipamentos hospitalares que constavam da proposta aprovada pelo Ministério da Saúde, e que originalmente deveriam ter sido destinados ao Hospital Geral de Barbacena, apenas 46 foram adquiridos (cerca de 35% do total previsto). Desses equipamentos, alguns estão sem utilização, outros foram entregues em diferentes estabelecimentos de saúde e alguns não foram encontrados, como é o caso de um cromatógrafo (HPLC).

Operação Desvia - 2ª Fase (MG) - O trabalho teve por objetivo desarticular uma organização criminosa responsável por fraudar licitações e desviar recursos públicos aplicados em obras no município. O trabalho identificou problemas em obras referentes ao Programa “Academia da Saúde”, uma estratégia de promoção e produção do cuidado com a saúde, sendo componente da Atenção Básica realizado a partir da implantação de espaços públicos.

Operação Kitsune (MT) - O objetivo foi desarticular um esquema criminoso que ocasionou fraudes e desvios de recursos públicos no âmbito do Distrito Sanitário. As investigações, iniciadas pela CGU, identificaram: fraude na licitação promovida para aquisição de refeições para os indígenas; pagamentos sem cobertura contratual; superfaturamento nas quantidades e adulteração nos controles das refeições servidas; condições precárias de armazenamento dos alimentos; cozinhas inadequadas e falta de refeitório para atender os pacientes acomodados nas CASAs dos municípios de Colíder (MT) e de Peixoto de Azevedo (MT). Até o momento, os desvios ocasionaram prejuízo potencial de aproximadamente R\$ 2,5 milhões de um montante de R\$ 5 milhões em despesas fiscalizadas.

Operação Dose para Leão (TO) - O trabalho teve como objetivo, apurar ocorrências de superfaturamento e desperdício de insumos médico-hospitalares e odontológicos na Secretaria de Saúde de Araguaína (TO), adquiridos com recursos repassados

pelo SUS. A investigação mostraram o descontrole nas compras de insumos e medicamentos, o que gerou perdas por vencimento dos prazos de validade de diversos produtos, bem como a aquisição desnecessária de diversos itens com baixa rotatividade. Também foi constatado o superfaturamento em diversos itens adquiridos pela Secretaria de Saúde, chegando a 400% em alguns casos. Assim como a existência de produtos adquiridos por preços inexequíveis, ou seja, abaixo do preço de custo, o que gera suspeitas sobre a utilização do artifício denominado “jogo de planilha”. Os valores dos contratos firmados pela prefeitura com as empresas envolvidas na investigação somaram cerca de R\$ 12,5 milhões.

Operação Desvia - 3ª Fase (MG) - O objetivo foi combater a prática de crimes de fraude em licitação, de corrupção e de desvio de recursos públicos federais na contratação de obras para a construção de Unidades Básicas de Saúde. A investigação identificou indícios de irregularidades na execução de cinco obras referentes ao Programa de Requalificação (construção, ampliação e reforma) de Unidades Básicas de Saúde (UBS), e foram seguidas de apuração conjunta com a CGU e a RFB.

Operação Cidadela (PA) - Teve como foco investigar a atuação de empresa de medicamentos e produtos hospitalares. Evidências mostraram que houve direcionamento das licitações desde a sua fase interna, por meio da utilização de estratégias que afastaram a ampla competitividade do certame, beneficiando um pequeno grupo de empresas, entre as quais a investigada. Também houve indícios de que os preços contratados estavam acima dos de mercado. Medidas como essas impactam diretamente na qualidade dos serviços de saúde prestados pelos municípios, uma vez que a administração deixa de adquirir os produtos a preços mais vantajosos.

Operação Tapiraguaia - 2ª Fase (MT) - O objetivo foi desarticular um esquema de fraudes e desvio de recursos em contratos de infraestrutura. Favorecimento ilícito em licitações e na execução de obras de pontes, Unidade de Pronto Atendimento (UPA) e escola. O desvio de recursos públicos, no caso da UPA, gera consequências para os cidadãos, que deixam de obter tratamentos de saúde mínimos, aumentando os riscos de vida.

Operação Arritmia (SC) - O objetivo foi dismantelar um esquema criminoso de desvio de recursos repassados pelo SUS para aquisição de órteses e próteses cardíacas pelo Hospital Regional São Paulo (HRSP), da cidade de Xanxerê (SC). O esquema consistia na realização de pagamentos indevidos por parte de fornecedores de OPMEs (órteses, próteses e materiais especiais) a um médico do HRSP. O cirurgião cardíaco auferia vantagens das empresas em função do material que utilizava em seus procedimentos e pela realização de cirurgias indevidamente classificadas como emergenciais.

Operação Xequete-Mate - 5ª Fase (PB) - O objetivo foi investigar a ocorrência de ilícitos na utilização de verbas públicas federais na área da Saúde em Cabedelo (PB). Ficou evidenciado que os processos licitatórios na Prefeitura Municipal foram monopolizados por empresas pertencentes a um mesmo grupo familiar, notadamente nas contratações relativas à aquisição de medicamentos e materiais médico hospitalares.

Operação Autoclave (RS) - O objetivo foi investigar um suposto esquema de desvios de recursos do SUS. As investigações constataram diversas irregularidades cometidas pela Organização Social (OS) contratada para a gestão e operacionalização da UPA. Entre os ilícitos estavam: prorrogação irregular do contrato emergencial; falhas na fiscalização dos contratos pelo ente municipal; descumprimento de obrigações contratuais pela OS; ausência de prestação de contas por parte da contratada; inobservância das metas quantitativas e qualitativas previstas no contrato; inexecução parcial do contrato, com a oferta de quantitativos de profissionais inferiores aos contratados; e pagamento integral pelo ente municipal, apesar do descumprimento das cláusulas contratuais.

Operação Mosqueteiros (SE) - O objetivo foi desarticular a atuação fraudulenta de um grupo de empresas, cujos sócios possuem vínculos familiares, em processos licitatórios realizados em diversos municípios no Estado. As licitações envolviam uma variedade de objetos: acessórios para enxoval, fardamento, fraldas descartáveis, produtos médicos, materiais de limpeza, aparelhos de ar condicionado, mobiliário em geral e equipamentos de informática – muitos dos quais não se enquadram nos ramos principais de atividades das empresas.

Operação Nessun Dorma Adsumus (MS) - O objetivo foi desarticular uma organização, envolvendo servidores e empresários, voltados à prática de crimes na Secretaria Municipal de Saúde de Dourados (MS). As apurações tiveram início a partir de denúncias de fraudes em licitações, com direcionamento a empresas vinculadas a agentes públicos da Secretária de Saúde. Em trabalhos de fiscalização, os auditores da CGU detectaram irregularidades em contratações com recursos do SUS na área de alimentação hospitalar, de transporte de pacientes e de uso de *software* de gestão.

Operação Recidiva - 4ª Fase (PB) - O objetivo foi investigar esquemas de desvios de recursos públicos federais envolvendo pessoas já investigadas em fases anteriores da Operação Recidiva e em outras ações de combate à corrupção. Tais iniciativas foram custeadas com recursos provenientes de convênios celebrados entre a Fundação Nacional de Saúde (Funasa).

Operação Florence Dama da Lâmpada (AL) - Buscou desarticular uma organização criminosa que atuava em serviços de órtese, prótese e materiais especiais (OPME) no estado. As investigações apontaram monopolização dos serviços de OPME na capital, Maceió, e no agreste alagoano, celebração de Termo de Colaboração injustificadamente direcionada para entidade comandada por servidor público estadual e pagamentos sem comprovação dos correspondentes serviços prestados. Também houve indícios de confusão patrimonial entre a entidade sem fins lucrativos e seus dirigentes, além de transferências injustificadas de recursos financeiros a servidores responsáveis pela avaliação e monitoramento dos serviços previstos no Termo de Colaboração.

Operação Calvário - Juízo Final (PB) - A ação teve como objetivo investigar a atuação de organização criminosa por meio da contratação fraudulenta de Organizações Sociais (OS) para gerir os serviços essenciais da saúde e da educação no Estado da Paraíba. O aprofundamento das investigações demonstrou que os recursos públicos repassados às Organizações Sociais contratadas pelo Governo da Paraíba para gerir as unidades estaduais de saúde e de educação eram, em parte, desviados em favor dos integrantes da Organização Criminosa. Levantamentos apontaram que, no período de 2011 a 2019, somente em favor das OS contratadas para gerir esses serviços, o Governo da Paraíba

empenhou R\$ 2,4 bilhões, tendo pagado mais de R\$ 2,1 bilhões, sendo que destes, R\$ 70 milhões teriam sido desviados para o pagamento de propina aos integrantes da Organização Criminosa. Na área da saúde, as irregularidades eram executadas notadamente por meio de direcionamento de contratos de prestação de serviços, aquisição de materiais e equipamentos para as unidades hospitalares junto a empresas integrantes do esquema e indicação de profissionais para trabalharem nas unidades de saúde.

APÊNDICE B- ARTIGOS ANALISADOS NA RSL DE VULNERABILIDADE À CORRUPÇÃO

Artigo	Revista	Autor
"Estados imaginados" e novas virtudes: notas sobre a construção das políticas de transparência e combate à corrupção	Horizontes Antropológicos	(Brito, 2018)
"There will not be a World Cup": The Kratophanous Power of the FIFA 2014 World Cup in Brazil	Research in Consumer Behavior	(Rosenthal & Cardoso, 2015)
A Afeição dos cidadãos pelos políticos mal-afamados: identificando os perfis associados à aceitação do "rouba, mas faz" no Brasil	Opinião Pública	(Bonifácio, 2013)
A colaboração premiada como terceira via do direito penal no enfrentamento à corrupção administrativa organizada	Revista Brasileira de Direito Processual Penal	(Rodrigues da Silva, 2017)
A compra de votos: uma aproximação empírica	Opinião Pública	(Speck, 2003)
A Contabilidade do Crime no Brasil: Avanços e Desafios	Revista Evidenciação Contábil & Finanças	(Oliveira, Ramos, Silva, & Santos, 2018)
A Contribuição da Contabilidade e Auditoria Governamental para uma melhor Transparência na Gestão Pública em busca do combate contra a corrupção	Sinergia	(Mendes et al., 2008)
A governança como instrumento para a sustentabilidade da (res) pública: da aplicação no mundo corporativo à Administração Pública	Revista Mineira de Contabilidade	(Linczuk & Oliveira, 2012)
A Great Leap Forward for Democracy and the Rule of Law? Brazil's Mensalão Trial	Journal of Latin American Studies	(Michener, Gregory; Pereira, 2016)
A implantação do sistema de controle interno em órgãos públicos como tecnologia de redução do Conflito de Agência Pública/Governamental	Revista de Tecnologia Aplicada	(Galvão, 2016a)
A infraestrutura e a corrupção no Brasil	Revista Brasileira de Estudos Políticos	(Nakamura, 2018)
A Inserção da Comunidade Batista no processo mobilizador contra a corrupção	Revista Batista Pioneira	(Domingues, 2015)
A Lei de Acesso à Informação como instrumento de controle social: diagnóstico dos municípios do sul do Brasil à luz do artigo 8º da lei 12527/2011	Educação e Pesquisa	(Correia et al., 2015a)
A lógica da corrupção: um olhar psicanalítico	Novos Estudos - CEBRAP	(Minerbo, 2007)
A nova lei anticorrupção e a importância do <i>compliance</i> para as empresas que se relacionam com a Administração Pública	A&C - Revista de Direito Administrativo & Constitucional	(Gabardo & Castella, 2015)
A Petrobrás nas teias da corrupção: mecanismos discursivos da mídia brasileira na cobertura da Operação Lava Jato	Revista de Contabilidade e Organizações	(Medeiros & Silveira, 2018)
A probabilistic method for forensic cost estimating of infrastructure projects	Applied Mathematical Modelling	(Signor, Love, Olatunji, Marchiori, & Gripp, 2016)
A repercussão da corrupção brasileira na mídia: uma análise comparada das revistas Der Spiegel, L'Obs, The Economist, Time e Veja	Revista de Administração Pública	(Gehrke et al., 2017)

Artigo	Revista	Autor
A rotatividade dos servidores de confiança no governo federal brasileiro, 2010-2011	Novos Estudos - CEBRAP	(Praça, Freitas, & Hoepers, 2012)
A survey on institutions and new firm entry: How and why do entry rates differ in emerging markets?	Economic Systems	(Estrin & Prevezer, 2010)
A tolerância à corrupção no Brasil: uma antinomia entre normas morais e prática social	Opinião Pública	(Filgueiras, 2009)
A world's dilemma 'upon which the sun never sets': The nuclear waste management strategy (part II): Russia, Asia and the Southern Hemisphere	Progress in Nuclear Energy	(Sanders & Sanders, 2019)
Acesso à informação: os princípios da Lei nº 12.527/2011	Revista Quaestio Iuris	(Barcellos, 2015)
Adapting to urban challenges in the Amazon: flood risk and infrastructure deficiencies in Belém, Brazil	Regional Environmental Change	(Mansur, Brondizio, Roy, de Miranda Araújo Soares, & Newton, 2018)
Agências anticorrupção e administração pública: uma perspectiva comparada entre o Brasil e outros países	Revista Quaestio Iuris	(Fornasier & Ferreira, 2015)
Already innocent: radioactive bribes, white-collar corruption and nuclear expertise in Brazil	Culture, Theory and Critique	(Goldstein, 2018)
Analysis of Domestic Factors Affecting Outward Foreign Direct Investment in Brazil	Latin American Business Review	(Gondim, Morandier, Dias, Couto, & Charotta, 2017)
Analysis of the Occurrence of Machiavellian and Narcissistic Discourse in the Management Reports of Firms Involved in Financial Scandals	Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)	(D'Souza et al., 2018)
Anti-Corruption in the BRICS Countries	BRICS Law Journal	(Kurakin & Sukharenko, 2018)
Are cariocas getting ready for the Games? Sport participation and the Rio de Janeiro 2016 Olympic Games	Managing Leisure	(Sousa-Mast, Reis, Gurgel, & Duarte, 2013)
Are performances in Governance Indicators Complementary to Corruption Abatement?: A Cross-Country Analysis	International Journal of Research in Business and Social Science	(Ray & Das, 2015)
Armed Violence and the Politics of Gun Control in Brazil: An Analysis of the 2005 Referendum	Bulletin of Latin American Research	(Cavalcanti, 2017)
As gramáticas morais da corrupção: aportes para uma sociologia do escândalo	Mediações - Revista de Ciências Sociais	(Lopes Júnior, 2010)
Assessing Progress in Transparency and Anticorruption	Latin American Research Review	(Balán, 2014)
Assessment of internal control systems to curb corporate fraud - evidence from Brazil	African J. of Accounting, Auditing and Finance	(Imoniana, Feitas, & Perera, 2016b)
Attributions for "Third World" Poverty: Contextual Factors in Australia and Brazil	Psychology and Developing Societies	(Carr, Taef, De M.S. Ribeiro, & Maclachlan, 1998)
Audit risk and rent extraction: Evidence from a randomized evaluation in Brazil	Journal of Development Economics	(Zamboni & Litschig, 2018)
Beyond the Culture of Corruption : Staying ethical while doing business in Latin America	Journal of Organizational Culture, Communications and Conflict	(Stanfill et al., 2016)

Artigo	Revista	Autor
Board of directors: The perspective of independents in the performance of private organizations? Evidences in Brazil	RAM - Revista de Administração Mackenzie	(Santos, Orso, Lizote, & Marcon, 2018)
Brasil e Angola: convergências e divergências epistemológicas sobre os modelos de administração pública	Revista de Ciências da Administração	(Valadares, Da Costa, Silva, & Luquini, 2013)
Brazil and Lula, 2005: crisis, corruption and change in political perspective	Third World Quarterly	(Flynn, 2005)
Brazil in the global anticorruption regime	Revista Brasileira de Política Internacional	(Tourinho, 2018)
Brazil: between the modern bureaucracy of Weber and resilient patrimonialism	Management Research: Journal of the Iberoamerican Academy of Management	(Pinho & Sacramento, 2015)
Brazil: ladders and snakes	JANUS.NET, e-journal of International Relation	(Giaccaglia, 2018)
Brazil: The Costs of Multiparty Presidentialism	Journal of Democracy	(Mello & Spektor, 2018)
Brazil's Never-Ending Corruption Crisis: Why Radical Transparency Is the Only Fix	Foreign Aff	(Winter, 2017)
Brazilian jeitinho versus Chinese Guanxi: investigating their informal influence on International Business	RAM. Revista de Administração Mackenzie	(Torres, Alfinito, Galvão, & Tse, 2015)
Brazilian Public Administration: Shaping and Being Shaped by Governance and Development	Chinese Political Science Review	(Puppim de Oliveira, 2017)
Breves notas sobre a Lei Anticorrupção Brasileira	En Letra	(Reis, 2015)
Bribery in MNEs: The Dynamics of Corruption Culture Distance and Organizational Distance to Core Values	Journal of Business Ethics	(Sampath & Rahman, 2018)
BRICS: Can a marriage of convenience last?	European View	(Králiková, 2014)
Business Ethics in Latin America	Journal of Business Ethics	(Arruda, 1997)
Can Citizens Discern? Information Credibility, Political Sophistication, and the Punishment of Corruption in Brazil	The Journal of Politics	(Weitz-Shapiro & Winters, 2017)
Can Politicians Police Themselves? Natural Experimental Evidence From Brazil's Audit Courts	Comparative Political Studies	(Hidalgo, Canello, & Lima-de-Oliveira, 2016)
Can tax simplification help lower tax corruption?	Eurasian Economic Review	(Awasthi & Bayraktar, 2015)
Cartografia das controvérsias na arena pública da corrupção eleitoral no Brasil	Cadernos EBAPE.BR	(Moraes et al., 2017)
Chronicle of a Defeat Foretold: The PT Administrations from Compromise to the Coup	Latin American Perspectives	(Antunes, Santana, & Praun, 2019)
Civil Society and Social Innovation in Public Arenas in Brazil: Trajectory and Experience of the Movement Against Electoral Corruption (MCCE)	VOLUNTAS: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations	(Moraes & Andion, 2018)
Collusive bidding in Brazilian infrastructure projects	Proceedings of the Institution of Civil Engineers - Forensic Engineering	(Signor, Love, Olatunji, Vallim, & Raupp, 2017)

Artigo	Revista	Autor
Combate à Corrupção no Brasil: Identificando Entraves à Luz da Versão Revisitada da Teoria da Modernização	Revista Interdisciplinar de Gestão Social	(Ana Rita Silva Sacramento & Pinho, 2018)
Condemning corruption while condoning inefficiency: an experimental investigation into voting behavior	Public Choice	(Arvate & Mittlaender, 2017)
Contabilidade, controle interno e controle externo: Trinômio necessário para combater a corrupção	Pensar Contábil	(Oliveira, 2006)
Contextual "Readiness" for Institutional Work. A Study of the Fight Against Corruption in Brazil	Journal of Management Inquiry	(Castro & Ansari, 2017)
Controle da corrupção e burocracia da linha de frente: regras, discricionariedade e reformas no Brasil	Dados	(Filgueiras & Melo Aranha, 2011)
Controlling Corruption in a Global Economy?	Trends in Organized Crime	(Manzetti, 1997)
Corrupção Burocrática e Empreendedorismo: Uma Análise Empírica dos Estados Brasileiros	Revista de Administração Contemporânea	(Melo et al., 2015)
Corrupção e ineficiência no Brasil: Uma análise de equilíbrio geral	Estudos Econômicos (São Paulo)	(Campos & Pereira, 2016)
Corrupção e judiciário: a (in)eficácia do sistema judicial no combate à corrupção	Revista Direito GV	(Alencar & Gico Jr., 2011)
Corrupção e participação política no Brasil: diagnósticos e consequências	Revista Brasileira de Ciência Política	(Bonifácio & Ribeiro, 2016)
Corrupção e reforma institucional no Brasil, 1988-2008	Opinião Pública	(Praça, 2011)
Corrupção e transparência no Brasil	Cadernos de Direito Actual	(Trigueiro, Charles de Sousa Neto, 2017)
Corrupção governamental no mercado de capitais: Um estudo acerca da Operação Lava Jato	Revista de Administração de Empresas	(Padula & Albuquerque, 2018)
Corrupção na Administração Pública e crimes de 'lavagem' ou ocultação de bens, direitos e valores	Revista Mineira de Contabilidade	(Ramos, 2010)
Corrupção, escândalos e a cobertura midiática da política	Novos Estudos - CEBRAP	(Feres Júnior & de Oliveira Sassara, 2016)
Corrupção, urbanismo e improbidade administrativa: um estudo de caso	Revista de Direito da Cidade	(Leal & Silva, 2017)
Corrupção: Debate com Fábio Wanderley Reis, José Arthur Giannotti, Maria Hermínia Tavares De Almeida e Carlos Eduardo Lins da Silva	Novos Estudos	(Reis, Giannotti, Almeida, & Silva, 2001)
Corrupting learning	Journal of Public Economics	(Bologna & Ross, 2015)
Corruption and entrepreneurship: evidence from Brazilian municipalities	Public Choice	(Bologna & Ross, 2015)
Corruption as the Only Option: The Limits to Electoral Accountability	The Journal of Politics	(Pavão, 2018)
Corruption in Emerging Markets: A Multidimensional Study	Social Indicators Research	(Kaymak & Bektas, 2015)
Corruption: The shortcut to disaster	Sustainable Production and Consumption	(Joly, 2017)
Crime e corrupção: interpretações de internautas sobre o esquema de corrupção da	Reuna	(Poberschnigg & Medeiros, 2017)

Artigo	Revista	Autor
Odebrecht		
Culture and International Anti-Corruption Agreements in Latin America	Journal of Business Ethics	(Husted, 2002)
Culture of Corruption? The Effects of Priming Corruption Images in a High Corruption Context	Journal of Cross-Cultural Psychology	(Fischer, Ferreira, Milfont, & Pilati, 2014)
De Tucuruí a Belo Monte: a história avança mesmo?	Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas	(Pinto, 2012)
Decentralization and corruption: evidence from primary health-care programmes	Applied Economics Letters	(Peixoto, Rocha, Nishijima, & Postali, 2012)
Defining Governance in Latin America	Public Organization Review	(Rodriguez, 2018)
Deforestation, economic growth and corruption: a nonparametric analysis on the case of Amazon forest	Applied Economics Letters	(Mendes & Junior, 2012)
Democracy: Challenges and innovations in the 1990s	The Washington Quarterly	(Wright, 1997)
Detecção de cartéis em licitações públicas com agentes de mineração de dados	Revista Eletrônica de Sistemas de Informação	(Silva, 2011)
Determining Overpricing in Brazilian Infrastructure Projects: A Forensic Approach	Journal of Construction Engineering and Management	(Signor, Love, & Olatunji, 2016)
Dimensões da governança judicial e sua aplicação ao sistema judicial brasileiro	Revista Direito GV	(Akutsu & Guimarães, 2012)
Disputas Discursivas sobre Corrupção no Brasil: Uma Análise Discursivo-Crítica no Twitter	Revista de Administração Contemporânea	(Paiva, Garcia, & Alcântara, 2017)
Do Government Audits Reduce Corruption? Estimating the Impacts of Exposing Corrupt Politicians	Journal of Political Economy	(Avis, Ferraz, & Finan, 2018)
Do Poor Citizens Benefit from Mega-Events? São Paulo's Street Vendors and the 2014 FIFA World Cup	Latin American Politics and Society	(Hummel, 2018)
Does Pharmaceutical Pricing Transparency Matter? Examining Brazil's Public Procurement System	Globalization and Health	(Kohler, Mitsakakis, Saadat, Byng, & Martinez, 2015)
Efeitos da descentralização da saúde básica no Brasil sobre o nível de corrupção em municípios investigados pelo governo central	Nova Economia	(Nishijima et al., 2017)
Electoral Accountability and Corruption: Evidence from the Audits of Local Governments	American Economic Review	(Ferraz & Finan, 2011)
Emerging Economies After the Global Financial Crisis: the Case of Brazil	Northwestern Journal of International Law & Business 33:81	(Carrasco & Williams, 2012)
Ending Up in Pizza: Accountability as a Problem of Institutional Arrangement in Brazil	Latin American Politics and Society	(Taylor & Buranelli, 2007)
Environment, Violence, Politics, and Corruption in Recent Books about Brazil	Latin American Perspectives	(Eiró, 2016)
Estratégias de Racionalização da Corrupção nas Organizações: Uma Análise das Declarações de Acusados em Casos de Corrupção no Brasil	Revista de Ciências da Administração	(De Freitas Júnior & Rodrigues, 2018)

Artigo	Revista	Autor
Ética & incentivos: devemos recompensar quem denuncia corrupção?	Revista Direito GV	(Bugarin & Bugarin, 2017)
Evolution of information technology spendings level in São Paulo state government	Revista Eletrônica de Sistemas de Informação	(Chagas et al., 2016)
Explaining infrastructure underperformance in Brazil: cash, political institutions, corruption, and policy Gestalts	Policy Studies	(Armijo & Rhodes, 2017)
Exposing Corrupt Politicians: The Effects of Brazil's Publicly Released Audits on Electoral Outcomes	Quarterly Journal of Economics	(Ferraz & Finan, 2008)
Gestão municipal e corrupção na implementação de programas educacionais federais	Revista de Administração Pública	(Olivieri et al., 2018)
Getting to Accountability: A Framework for Planning & Implementing Anticorruption Strategies	Daedalus	(Taylor, 2018)
Governança corporativa: uma análise da aplicabilidade dos seus conceitos na administração pública	Organizações Rurais & Agroindustriais	(Benedicto et al., 2013)
Governance as 'Kicking Away the Ladder'	New Political Economy	(Hanlon, 2012)
Governance in managing public health resources in Brazilian municipalities	Health Policy and Planning	(Avelino, Barberia, & Biderman, 2014)
Governance Indicators and the Level of Analysis Problem: Empirical Findings from South America	British Journal of Political Science	(Gingerich, 2013)
Greasing the wheels? The impact of regulations and corruption on firm entry	Public Choice	(Dreher & Gassebner, 2013)
High expectations, varying outcomes: decentralization and participation in Brazil, Japan, Russia and Sweden	International Review of Administrative Sciences	(Andrews & de Vries, 2007)
How do institutions affect corruption and the shadow economy?	International Tax and Public Finance	(Dreher, Kotsogiannis, & McCorrison, 2009)
How Globo media manipulated the impeachment of Brazilian President Dilma Rousseff	Discourse & Communication	(van Dijk, 2017)
How the Corruption Quadruple Helix Affects BRIC: A Case Study of Corruption in Big Emerging Economies	Journal of Politics and Law	(Gouvea et al., 2013)
Hyperconsciousness of Race and Its Negation: The Dialectic of White Supremacy in Brazil	Identities	(Costa Vargas, 2004)
Identidade nacional e confiança nas instituições em contexto de crise no Brasil	Psicologia e Saber Social	(Oliveira Lima, Da Silva, Carvalho, & Monteiro Farias, 2018)
Impeaching Dilma Rousseff: the double life of corruption allegations on Brazil's political right	Culture, Theory and Critique	(Ansell, 2018)
Implementation of Brazil's energy policy through the national oil company: From institutional chaos to strategic order	Energy Policy	(Silvestre, Gomes, Lamba, & Correia, 2018)
Incentivos à corrupção e à inação no serviço público: Uma análise de desenho de mecanismos	Estudos Econômicos (São Paulo)	(Bugarin & Meneguim, 2016)
Income inequality in Brazil: What has changed in recent years?	CEPAL Review	(Ferreira de Mendonça & Martins Esteves, 2014)
Information technology and Social Movements: A study in the free pass movement	Gestão & Regionalidade	(Moraes, Cappellozza, & Meirelles, 2017)

Artigo	Revista	Autor
Institution building and institutional voids	International Journal of Emerging Markets	(Puffer et al., 2016)
Institutional and Political Determinants of Foreign Direct Investment: Evidence From BRICS Economies	Poverty & Public Policy	(Jadhav & Katti, 2012)
Institutional quality and endogenous economic growth	Journal of Economic Studies	(Kühl Teles, 2007)
Institutional sources of corruption in Brazil	Third World Quarterly	(Geddes & Neto, 1992)
Jovens evangélicos e representações Político-Religiosas na campanha eleitoral de 2012 em Campo Mourão, Paraná	Debates do NER	(Mezzomo, Pátaro, Serafim, & Paula, 2015)
Judiciário e Política no Brasil Contemporâneo: Um Retrato do Supremo Tribunal Federal a partir da Cobertura do Jornal Folha de S. Paulo	Dados	(Oliveira, 2017)
Justice System Institutions and Corruption Control : Evidence from Latin America	Justice System Journal	(Rios-Figueroa, 2012)
Justifying corrupt exchanges: rational-choice corruptors	Zeitschrift für Vergleichende Politikwissenschaft	(Bohn, 2013)
Keeping both corruption and the shadow economy in check: the role of decentralization	International Tax and Public Finance	(Dell'Anno & Teobaldelli, 2015)
La Prensa Brasileña y sus "Cruzadas Morales": Un Análisis de los Casos del Segundo Gobierno de Getúlio Vargas y el Primer Gobierno de Lula da Silva	Dados	(Goldstein, 2017)
Lacking Information or Condoning Corruption: When Do Voters Support Corrupt Politicians?	Comparative Politics	(Winters & Weitz-shapiro, 2013)
Legitimacy and context: implications for public sector reform in developing countries	Public Administration and Development	(Andrews, 2008)
Lei de Acesso à Informação: Entre vozes e silêncios na divulgação pelo jornal O Estado do Maranhão	Informação & Sociedade	(Barros & Rodrigues, 2017)
Leniency, collusion, corruption, and whistleblowing	Journal of Competition Law & Economics	(Luz & Spagnolo, 2017)
Luta anticorrupção como exercício de cidadania ativa	Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis	(Matos & Ferreira, 2016)
Management of pre-salt oil royalties: Wealth or poverty for Brazilian coastal zones as a result?	Resources Policy	(Aloise de Seabra, Khosrovyan, Del Valls, & Polette, 2015)
Managing Public Perceptions: New Wealth and Corruption in Brazil	Fletcher F. World Aff	(Almeida, 2012)
Market reforms and corruption in Latin America: New means for old ways	Review of International Political Economy	(Manzetti & Blake, 1996)
Mass Protests under 'Left Neoliberalism': Brazil, June-July 2013	Critical Sociology	(Saad-Filho, 2013)
Measuring Political Corruption from Audit Results: A New Panel of Brazilian Municipalities	European Journal on Criminal Policy and Research	(Mondo, 2016)
Mecanismos de controle nos processos licitatórios: A percepção dos pregoeiros	Revista Ambiente Contábil	(Aquino, De Sousa, Cavalcante, Duarte, & Aquino, 2018)
Mercados ilegais, redes de proteção e organização local do crime no Rio de Janeiro	Estudos Avançados	(Misse, 2007)

Artigo	Revista	Autor
Metrics for network power based on Castells' Network Theory of Power: a case study on Brazilian elections	Journal of Internet Services and Applications	(Verona, Oliveira, da Cunha Hisse, & Machado Campos, 2018)
Mobilidade social ascendente e voto: as eleições presidenciais de 2010 no Brasil	Opinião Pública	(Peixoto & Rennó, 2011)
Money laundering and corrupt officials: a dynamic model	Journal of Money Laundering Control	(Mendes & Oliveira, 2012)
Monitorar, investigar, responsabilizar e sancionar	Novos Estudos	(Machado & Paschoal, 2016)
Motivações para a expulsão de contabilistas do Serviço Público Federal Brasileiro	RACE - Revista de Administração, Contabilidade e Economia	(Portulhak & Barilli, 2016)
Movimentos sociais contemporâneos no Brasil: a face invisível das Jornadas de Junho de 2013	Revista Latinoamericana	(Gondim, 2016)
Multidimensionality and Renegotiation: Evidence from Transport-Sector Public-Private-Partnership Transactions in Latin America	Review of Industrial Organization	(Estache, Guasch, Iimi, & Trujillo, 2009)
News on corruption and sociability networks: an exploratory study about Portugal, Brazil and Angola	Observatorio (OBS*)	(Cunha, 2018)
NGOs and philanthropy in Latin America: The Brazilian case	Voluntas	(Landim, 1997)
Norms versus Action: Why Voters Fail to Sanction Malfeasance in Brazil	American Journal of Political Science	(Boas, Hidalgo, & Melo, 2018)
Notes on the Brazilian 2006 presidential elections: The Winding Road to Democratic Consolidation	Colombia Internacional	(Renno, 2006)
Os sentidos da pesquisa sobre corrupção	Revista de Administração Pública	(Marani, Brito, Souza, & Brito, 2018)
Os valores democráticos no Brasil: revisitando a bibliografia e analisando o cenário atual	Diálogo	(Duarte & Souza, 2015)
Para onde caminham as atuais avaliações educacionais?	Educação e Pesquisa	(Correia, Arelaro, & Freitas, 2015b)
Participação Política no Brasil e na Suécia: o papel dos estereótipos e do contágio	Psicologia: Teoria e Pesquisa	(Carneiro, Torres, & Ekman, 2016)
Participation in democratic Brazil: from popular hegemony and innovation to middle-class protest	Opinião Pública	(Avritzer, 2017)
Participatory slum upgrading as a disjunctive process in Recife, Brazil: Urban coproduction and the absent ground of the city	Singapore Journal of Tropical Geography	(de Vries, 2016)
People power and anti-corruption; demystifying citizen-centred approaches	Crime, Law and Social Change	(Verdenicci & Hough, 2015)
Percepção dos Estudantes do Ensino Médio Acerca do Profissional Contábil	Revista Evidenciação Contábil & Finanças	(Galvão, 2016)
Percepções pantanosas: A dificuldade de medir a corrupção	Novos Estudos	(Abramo, 2005)
Política e burocracia nos estados da Índia e do Brasil	Revista de Sociologia e Política	(Lopez, 2008)
Política pública de saneamento básico: uma análise da recente experiência brasileira	Saúde e Sociedade	(Borja, 2014)
Political and Institutional Checks on Corruption	Comparative Political	(Melo, Pereira, &

Artigo	Revista	Autor
	Studies	Figueiredo, 2009)
Political Corruption and Partisan Engagement: Evidence from Brazil	Journal of Politics in Latin America	(Winters & Weitz-shapiro, 2015)
Political corruption in Brazil: The delicate connection with campaign finance	Crime, Law & Social Change	(Fleischer, 1997)
Political Corruption Traps	Political Science Research and Methods	(Klašnja, Little, & Tucker, 2018)
Popularity shocks and political selection	Journal of Public Economics	(Cavalcanti, Daniele, & Galletta, 2018)
Preventing Systemic Corruption in Brazil	Daedalus	(Moro, 2018)
Princípio da participação e instrumentos de democracia participativa em âmbito local	Revista Direito e Liberdade	(Santin & Pandolfo, 2017)
Programa de Aceleração do Crescimento (PAC): um estudo descritivo sobre os desperdícios ativos e passivos	Revista Catarinense da Ciência Contábil	(Rodrigues et al., 2018)
Proposta para a estimação da corrupção regional no Brasil	Política & Sociedade	(Carraro et al., 2016)
Protecting democracy or conspiring against it? Media and politics in Latin America: A glimpse from Brazil	Journalism: Theory, Practice & Criticism	(de Albuquerque, 2017)
Public trust in mega event planning institutions: The role of knowledge, transparency and corruption	Tourism Management	(Nunkoo, Ribeiro, Sunnassee, & Gursoy, 2018)
Redução dos Níveis de Corrupção no Brasil: Qual o Papel da Tecnologia da Informação e Comunicação?	Gestão.Org	(Magnagnagno et al., 2017)
Reelecting Corrupt Incumbents in Exchange for Public Goods: Rouba mas faz in Brazil	Latin American Research Review	(Pereira & Melo, 2015)
Reforma do estado e controle da corrupção no Brasil	Caderno de Pesquisas em Administração	(Pereira, 2005)
Relação entre emendas parlamentares e corrupção municipal no Brasil: estudo dos relatórios do programa de fiscalização da Controladoria-Geral da União	Revista de Administração Contemporânea	(Sodré & Alves, 2010)
Resta ainda, porventura, alguma esperança?	Estudos Avançados	(Comparato, 2017)
Revealed Corruption, Taxation, and Fiscal Accountability: Evidence from Brazil	World Development	(Timmons & Garfias, 2015)
Sobrevivendo a reformas, impopularidad y casos de corrupción: el presidencialismo de coalición del Brasil de Temer	Revista de ciência política (Santiago)	(Feliú, 2018)
Social capital and access	Universal Access in the Information Society	(Warschauer, 2003)
Sources of Mass Partisanship in Brazil	Latin American Politics and Society	(Samuels, 2006)
Sovereign Credit Ratings in Developing Economies: New Empirical Assessment	International Journal of Finance & Economics	(Montes, de Oliveira, & de Mendonça, 2016)
State Capacity, Bureaucratic Politicization, and Corruption in the Brazilian State	Governance	(Bersch, Praça, & Taylor, 2017)
The contradictions of neo-extractivism and social policy: the role of raw material exports in the Brazilian political crisis	Third World Quarterly	(Pahnke, 2018)
The contribution of lobby regulation initiatives in addressing political corruption in Latin	Journal of Public Affairs	(Santos & da Costa, 2014)

Artigo	Revista	Autor
America		
The Corruption-Enhancing Role of Re-Election Incentives?	Political Research Quarterly	(Pereira, Melo, & Figueiredo, 2009)
The duality of the Brazilian jeitinho	Critical perspectives on international business	(Lee Park et al., 2018)
The dynamical structure of political corruption networks	Journal of Complex Networks	(Ribeiro et al., 2018)
The dynamics of drug-related organized crime and corruption in Brazil from a development perspective	Journal of Financial Crime	(de Andrade Filho, 2008)
The effect of informal employment and corruption on income levels in Brazil	Journal of Comparative Economics	(Bologna, 2016)
The Evil and Its Cure: Clientelism, Corruption, and Their Institutional Remedies in Latin America	Value and Virtue in Public Administration	(Andrews, 2011)
The factors and conditions for national human resource development in Brazil	European Journal of Training and Development	(Sparkman, 2015)
The fundamentals of corruption- fighting within the accountability program of the Brazilian Federal Government	Revista do Serviço Público	(Júnior & Mendes, 2016)
The Future of Structural Reform	Journal of Democracy	(Lora & Panizza, 2003)
The Implosion of Brazilian Democracy – And Why It Matters	Critical Sociology	(Saad-Filho, 2017)
The Institutional Settings for the Development of Public Services through State-Owned Enterprises in Brazil	International Journal of Public Administration	(Silvestre, Gomes, & Miorin Gomes, 2018)
The Merits of Problem-Solving over Powering: Governance Reforms in Brazil and Argentina	Comparative Politics	(Bersch, 2016)
The National Public Security Policy: Background, dilemmas and perspectives	Estudos Avançados	(Soares, 2007)
The Normalization of an Anomaly: The Workers' Party in Brazil	World Politics	(Hunter, 2007)
The Open Government Partnership: Mere Smokescreen or New Paradigm?	Globalizations	(Fraundorfer, 2017)
The Political and Economic Instability of Dilma Rousseff's Second Government in Brazil: Between Impeachment and the Pragmatic Turn	India Quarterly: A Journal of International Affairs	(Doval & Actis, 2016)
The Political Cost of Corruption: Scandals, Campaign Finance, and Reelection in the Brazilian Chamber of Deputies	Journal of Politics in Latin America	(Jucá, Melo, & Rennó, 2016)
The political economy of corruption in Brazil	Revista de Administração de Empresas	(Silva, 1999)
The Politics of Successful Governance Reforms: Lessons of Design and Implementation	Commonwealth & Comparative Politics	(Robinson, 2007)
The Prospects for Anti-corruption Law: Optimists versus Skeptics	Hague Journal on the Rule of Law	(Davis, 2012)
Transparência das Informações e seu Impacto no Valor Econômico: um Estudo em Organizações do Terceiro Setor	Pensar Contábil	(Oliveira & Coelho, 2017)
Um olho no peixe, outro no gato: associação	Austral	(Moraes, 2018)

Artigo	Revista	Autor
cognitiva dos internautas brasileiros entre corrupção, políticos, partidos e empresas privadas (2004 – 2016)	Comunicacion	
Um TeaParty tropical: a ascensão de uma “nova direita” no Brasil	Lutas Sociais	(Delcourt, 2016)
Uma análise da ciclicidade da política fiscal brasileira	Estudos Econômicos (São Paulo)	(Gadelha & Divino, 2013)
Uma Análise temática da estratégia nacional contra a corrupção e a lavagem de dinheiro (ENCCLA) por suas diretrizes	Revista Brasileira de Políticas Públicas	(Dantas de Araujo, 2012)
Unraveling the Mystery of Brazilian Jeitinho	Personality and Social Psychology Bulletin	(Ferreira, Fischer, Porto, Pilati, & Milfont, 2012)
Using institutional multiplicity to address corruption as a collective action problem: Lessons from the Brazilian case	The Quarterly Review of Economics and Finance	(Carson & Prado, 2016)
Vantagens e desvantagens da Copa do Mundo no Brasil: Análise a partir do discurso do Jornal Folha.com	Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte	(Fressa, Rufino, & Darido, 2014)
Variedades da Democracia no Brasil	Opinião Pública	(Bizzarro & Coppedge, 2017)
What happens when a woman wins an election? Evidence from close races in Brazil	Journal of Development Economics	(Brollo & Troiano, 2016)
When corruption is not a crime: ‘innocent’ white politicians and the racialisation of criminality in Brazil	Culture, Theory and Critique	(Drybread, 2018)
Who blames corruption for the poor enforcement of environmental laws? Survey evidence from Brazil	Environmental Economics and Policy Studies	(Aklin, Bayer, Harish, & Urpelainen, 2014)
Who’s in Charge Here? Direct and Indirect Accusations and Voter Punishment of Corruption	Political Research Quarterly	(Winters & Weitz-Shapiro, 2016)
Why Countries Transition? The Case of Brazil, 1964–2016	Atlantic Economic Journal	(Alston, Melo, Mueller, & Pereira, 2016)
Why do firms bribe? An empirical study in BRICS economies from 2002 to 2012	Economics and Business Letters	(Wu, 2016)

Fonte: Elaborado pelo autor com base na RSL, 2020

APÊNDICE C – PERGUNTAS COM OS CONSTRUCTOS E VARIÁVEIS

Nível de institucionalização (Constructo)		Variáveis	Perguntas	Origem das perguntas	Referências
	Institucionalização	Institucionalização ¹	1) A utilização de sistema informatizado de gestão é uma regra no meu local de trabalho. 2) O sistema informatizado de gestão que utilizo gera valor à tomada de decisão. 3) Os processos ligados aos sistemas informatizados de gestão estão documentados. 4) Todos os meus colegas aderem ao sistema informatizado de gestão do meu local de trabalho.	Literatura Literatura Literatura Literatura	(Tolbert & Zucker, 1996)
Vulnerabilidades à corrupção	Accountability	Papéis e responsabilidades ²	5) Meus colegas são muito responsáveis por suas ações no trabalho. 6) O diretor/gerente do meu local de trabalho mantém meus colegas responsáveis por todas as suas decisões. 7) Os relatórios diretos de meus colegas os responsabilizam por todas as suas decisões. 8) O meu local de trabalho analisa sistematicamente o desempenho do pessoal, considerando realizações, habilidades e comportamentos?	Literatura Literatura Literatura Literatura	(Wang, 2002) (Campos, 1990)
			Transparência ³	9) A população consegue ter acesso às informações de prestação de contas do meu local de trabalho. 10) O meu local de trabalho presta contas para cumprimento legal dentro dos prazos. 11) O meu local de trabalho presta contas para ser mais transparente para os potenciais interessados.	Quest.Qual Literatura Quest.Qual

¹ Existe evidência que serviços digitais são reconhecidos, isto é, os papéis e as responsabilidades são vistos como importantes, por algum grupo relevante da organização. Existe evidência que o serviço é executado por algum grupo relevante da organização. Serviços digitais são formalmente ou informalmente tratados como regra. Adicionalmente, a maioria dos grupos reconhece sua importância. Serviços digitais são reconhecidos e possuem a totalidade de seus papéis e responsabilidades padronizados, documentados, comunicados, mensurados e avaliados.

² Os envolvidos devem identificar quem é responsável por que, perante quem, e quando. É necessário também uma compreensão clara e apreciação dos papéis e responsabilidades dos participantes (Taylor & Buranelli, 2007). O agente é, portanto, o responsável direto pelos seus atos, o que leva a uma accountability mais direta e a uma melhora no desempenho (Nishijima et al., 2017).

³ Disponibilizar informações de maneira superficial ou por razões políticas não significa transparência (Levy, 1999). O simples ato de disponibilizar informações por razões legais não é necessariamente *accountability*. A *accountability* é um ato mais amplo, que envolve o desejo do gestor de disponibilizar as informações da organização (Pinho et al., 2005).

	Desburocratização	Descentralização ⁴	<p>12) Considero descentralizados os processos de trabalho dos meus colegas.</p> <p>13) Considero que as tomadas de decisões no meu local de trabalho são descentralizadas.</p> <p>14) Se as coisas não saírem como deveriam, meus colegas ouvirão sobre isso do diretor/gerente.</p>	Literatura Literatura Literatura	(Gans-morse et al., 2018) (Mintzberg, 1979)
		Padronização ⁵	<p>15) Meus colegas se sentem seguros em tomar decisões, pois têm o apoio de seus superiores.</p> <p>16) Quando necessário os meus colegas têm certo tipo de flexibilização em suas tarefas.</p> <p>17) Acredito que poderiam ter mais processos padronizados no meu local de trabalho.</p> <p>18) Muitos dos meus colegas consideram o meu local de trabalho pouco padronizado.</p> <p>19) A simplificação de muitos processos com alta padronização ajudaria no meu local de trabalho.</p>	Literatura Literatura Literatura Literatura	(Gans-morse et al., 2018) (Puffer et al., 2016) (Soares, 2007) (Estrin & Prevezer, 2010) (Balán, 2014) (Mintzberg, 1979)
	Transparência	Participação da sociedade ⁶	<p>20) O meu local de trabalho tem um procedimento de tratamento de reclamações documentado?</p> <p>21) Quanto às políticas públicas que o seu local de trabalho faz parte, há a participação da população na criação destas?</p> <p>22) Existe algum meio de participação disponível à sociedade no meu local de trabalho</p> <p>23) Meu local de trabalho tem por prática prestar contas de recursos e ações realizadas, mesmo que não seja uma exigência.</p> <p>24) Meu local de trabalho disponibiliza um e-mail, ou alguma forma eletrônica para atendimento da comunidade.</p>	Literatura Quest.Qual Quest.Qual Literatura Literatura	(Louzada et al., 2010) (Oliveira & Bodart, 2017) (Tondolo et al., 2016) (Mendes et al., 2008)

⁴ As reformas destinadas a melhorar as capacidades das burocracias locais podem ajudar a reduzir as ineficiências na utilização dos fundos públicos (Ferraz, Finan, & Moreira, 2012). Em teoria, a descentralização pode reduzir a corrupção, criando concorrência inter jurisdicional: se os cidadãos estão insatisfeitos com os serviços prestados por burocratas corruptos em um local, eles podem se mudar para outro. Também pode ser mais viável responsabilizar os funcionários públicos locais, e não os nacionais, por suas ações (Gans-morse et al., 2018).

⁵ Os benefícios da padronização permitem utilizar adequadamente os recursos, uniformizar a produção, facilitar o treinamento da mão de obra, melhorando seu nível técnico, além de reduzir o desperdício e padronizar componentes, ajudando na qualidade e controlando os processos.

⁶ Um dos mecanismos da *accountability* é o papel da sociedade civil, principalmente na promoção de controle social (Corbari, 2011; Moraes et al., 2017). Mesmo que haja uma crescente influência da sociedade civil nos assuntos públicos, a prestação de contas ainda é baixa (Puppim de Oliveira, 2017).

			<p>25) O meu local de trabalho disponibiliza informação de fácil compreensão ao cidadão.</p> <p>26) Meu local de trabalho apresenta uma central de Ouvidoria para atendimento de beneficiários, partes interessadas e comunidade em geral.</p> <p>27) Você percebe uma participação do cidadão no seu local de trabalho, principalmente pelas informações disponibilizadas na prestação de contas.</p>	<p>Literatura</p> <p>Quest.Quanti</p> <p>Literatura</p>	<p>(Galvão, 2016b)</p>
		Transparência na Prestação de Contas ⁷	<p>28) Acho importante que o meu local de trabalho tenha um modelo escrito de prestação de contas à órgãos fiscalizadores.</p> <p>29) A informação preparada pelo meu local de trabalho, tendo como base os requisitos legais, é suficiente.</p> <p>30) A informação preparada pelo meu local de trabalho, tendo como base os requisitos legais, é relevante.</p> <p>31) Meu local de trabalho tem por prática prestar contas dos recursos (financeiro, físicos e humanos), bem como das práticas realizadas pela organização às partes interessadas e a comunidade em geral.</p> <p>32) Meu local de trabalho disponibiliza um espaço para receber críticas e sugestões das partes interessadas e comunidade em geral.</p> <p>33) Meu local de trabalho tem como prática realizar o monitoramento das atividades realizadas pelos seus colaboradores e voluntários no atendimento de seus objetivos organizacionais.</p>	<p>Quest.Quanti</p> <p>Quest.Quanti</p> <p>Quest.Quanti</p> <p>Quest.Quanti</p> <p>Quest.Quanti</p> <p>Quest.Quanti</p>	<p>(Wang, 2002)</p> <p>(Campos, 1990)</p> <p>(Costa et al., 2016)</p> <p>(Tondolo et al., 2016)</p> <p>(Correia et al., 2015a)</p>
	Controle interno	Auditoria interna ⁸	<p>34) No meu local de trabalho há uma auditoria interna atuante.</p> <p>35) A auditoria interna é importante para o meu local de trabalho e por isso gosto da participação dos auditores.</p> <p>36) Normalmente o meu local de trabalho têm poucos itens questionários pela auditoria interna</p>	<p>Literatura</p> <p>Literatura</p> <p>Literatura</p>	<p>(Imoniana et al., 2016a)</p>
		Canal reclamante ⁹	<p>37) Existe um ou mais canais para que outras pessoas façam reclamações do meu local de trabalho.</p> <p>38) As reclamações recebidas são analisadas ou repassadas à um setor responsável?</p>	<p>Literatura</p> <p>Literatura</p>	<p>(Imoniana et al., 2016a)</p>

⁷ Aos responsáveis pela gestão das entidades públicas é, cada vez mais, exigido um comportamento responsável na aplicação dos recursos que lhes são confiados, devendo, estes, prestar contas aos diferentes destinatários sobre a gestão efetuada através da disponibilização de informação financeira e não financeira, quantitativa e qualitativa, económico, social e ambiental (Costa et al., 2016). A dimensão Transparência em Prestação de Contas tem como objetivo prestar contas de forma transparente (Tondolo et al., 2016). A Dimensão Transparência em Gestão e Resultados tem como objetivo verificar se a organização é transparente no que tange a gestão e os resultados organizacionais. Busca-se mensurar a transparência nas práticas de monitoramento das atividades realizadas por colaboradores e voluntários no atendimento dos objetivos organizacionais, e na realização de monitoramento dos resultados e efetividade de suas ações na comunidade atendida (Tondolo et al., 2016).

⁸ A auditoria interna foi bem avaliada pelos entrevistados com alta eficiência no combate fraude, como ferramenta de controle interno (Imoniana et al., 2016a).

⁹ O canal de reclamações é uma das atividades de controle com alta eficiência no combate à corrupção e fraude (Imoniana et al., 2016a)

			39) Acho importante um setor de reclamação, pois ele fortalece o meu local de trabalho, uma vez que pode melhorar os processos.	Literatura	
		Gestão de controles internos ¹⁰	40) Meu local de trabalho tem por prática implementar sugestões recebidas de beneficiários, partes interessadas e comunidade em geral. 41) Existe no meu local de trabalho um monitoramento e/ou acompanhamento em relação à boas práticas, cumprimento de regras e requisitos legais. 42) Eu acredito que meus colegas considerem importante o monitoramento e/ou acompanhamento em relação às suas atividades. 43) As regras no meu local de trabalho são claras, contudo, alguns colegas não cumprem, por não compreenderem. 44) Há uma boa gestão dos controles internos no meu local de trabalho. 45) Eu acredito que há uma boa gestão por parte dos meus superiores quanto aos controles internos. 46) Existe um conselho fiscal que contribui com a gestão do controle interno no meu local de trabalho	Quest.Quanti Quest.Quanti Quest.Quanti Literatura Literatura Literatura	(Oliveira, 2006) (Chagas et al., 2016) (Imoniana et al., 2016a) (Galvão, 2016b)
Corrupção	Intenção de cometer atos de corrupção	Atitude ¹¹	Eu acho que aceitar ou pedir algum tipo de vantagem indevida é: 47) Ruim-Bom 48) Errado-Certo 49) Tolo-Sábio 50) Inútil – Útil 51) Desvantajoso – Vantajoso 52) Chato – Emocionante 53) Desagradável – Agradável 54) Não atraente - Atraente 55) Insatisfatório - Satisfatório	Quest.Quanti Quest.Quanti Quest.Quanti Quest.Quanti Quest.Quanti Quest.Quanti Quest.Quanti	(Rabl & Kuhlmann, 2008)
		Norma subjetiva ¹²	56) A maioria das pessoas importantes para mim na minha vida pensa que posso aceitar ou devo fazer uma oferta de vantagem indevida a um cliente.	Quest.Quanti	(Rabl & Kuhlmann,

¹⁰ Boas Práticas, requisitos legais, regulamentos e regras internas estimularam a necessidade de uma área que monitora a conformidade de acordo com os requisitos da organização e seus funcionários (Imoniana et al., 2016a). Os responsáveis pela gestão de controles internos, além do conhecimento dos processos, operações e ambiente de negócios em que a empresa atua, também precisam prestar atenção ao monitoramento regular da operação de cada atividade de controle, para influenciar a cultura de controle e também manter um alerta sobre a cultura de fraude na organização (Imoniana et al., 2016a). Um Sistema de Controle Interno implantado, não só para atender aos requisitos legais, que sirva de ferramenta de apoio à gestão pode reduzir consideravelmente os conflitos de agência e ainda ser o responsável por garantir a transparência dos atos do Poder Público, garantindo a austeridade e Governança da Gestão (Galvão, 2016b)

¹¹ Atitude foi encontrada para ser um importante determinante do desejo de agir de forma corrupta. Então, como pode uma organização, por um lado, assegurar uma atitude de corrupção de seus funcionários e, por outro, criar medidas para mudar a atitude dos funcionários? Uma possibilidade é verificar atitude dos funcionários em potencial em relação à corrupção já no processo de recrutamento e contratação. Para permitir uma escolha de candidatos que irão resistir corrupção, os procedimentos de seleção não devem incluir testes gerais de integridade, mas também medidas específicas de atitude relevantes à corrupção (Rabl, 2011).

			57) Minha família me apoiaria na decisão de aceitar uma oferta de vantagem indevida ou fazê-la ao cliente. 58) Meus amigos rejeitam ofertas de vantagem indevidas e também não solicitam para realizar alguma tarefa.	Quest.Quanti Quest.Quanti	2008)
		Controle comportamental percebido ¹³	59) Eu prevejo consequências negativas se algum dos meus colegas aceitarem ou pedirem uma oferta de vantagem indevida. 60) Meus colegas estão convencidos de que são capazes de realizar uma transação ilícita sem nenhum risco. 61) Meus colegas avaliam como alta a probabilidade de uma transação ilícita ser mantida em segredo a frente de outras pessoas.	Quest.Quanti Quest.Quanti Quest.Quanti	(Rabl & Kuhlmann, 2008)

¹² Para criar uma norma subjetiva aversiva à corrupção, colaboradores devem ser mostrados de várias maneiras que a corrupção não é tolerada em uma empresa e a integridade dos funcionários é absolutamente exigida. A organização deve procurar estabelecer um clima organizacional e adotar uma atitude de rejeição permanente da corrupção, mesmo que pareça para beneficiar a empresa. Uma não tolerância de corrupção tem que ser vista como um valor de alta prioridade para a empresa e todas as suas operações. Deve ficar claro que valores éticos são classificados acima dos valores de negócios (Rabl, 2011).

¹³ A alta percepção do controle comportamental tem um impacto positivo na intenção de agir de forma corrupta. Assim, é importante estabelecer mecanismos de controle eficazes para maximizar o risco para atores corruptos. Isso pode ser realizado por diferentes medidas (Rabl, 2011).

APÊNDICE D - ANÁLISE FATORIAL DO TESTE PILOTO NO SPSS

Confiabilidade

Case Processing Summary

		N	%
Cases	Valid	87	100,0
	Excluded ^a	0	,0
	Total	87	100,0

a. Listwise deletion based on all variables in the procedure.

Reliability Statistics

Cronbach's Alpha	Cronbach's Alpha Based on Standardized Items	N of Items
,937	,938	61

Análise Fatorial

KMO and Bartlett's Test

Kaiser-Meyer-Olkin Measure of Sampling Adequacy.		,829
Approx. Chi-Square		12007,145
Bartlett's Test of Sphericity	df	1830
	Sig.	,000

Communalities

	Initial	Extraction
Q7_inst_total	1,000	,856
Q8_inst_total	1,000	,899
Q9_inst_total	1,000	,802
Q10_acc_papeis	1,000	,885
Q11_acc_papeis	1,000	,906
Q12_acc_papeis	1,000	,867

Q13_acc_papeis	1,000	,855
Q15_acc_papeis	1,000	,924
Q16_acc_transp	1,000	,873
Q17_acc_transp	1,000	,925
Q18_acc_transp	1,000	,914
Q19_acc_obrlegal	1,000	,873
Q20_acc_obrlegal	1,000	,901
Q22_acc_partic	1,000	,873
Q23_acc_partic	1,000	,864
Q25_desb_descent	1,000	,876
Q26_desb_descent	1,000	,894
Q27_desb_descent	1,000	,900
Q30_desb_formal	1,000	,922
Q32_desb_padron	1,000	,887
Q34_desb_padron	1,000	,949
Q37_transp_Nv_atnd	1,000	,787
Q39_transp_prest_cont	1,000	,864
Q40_transp_prest_cont	1,000	,843
Q42_transp_gest_result	1,000	,837
Q43_transp_gest_result	1,000	,901
Q47_contr_int_compl	1,000	,935
Q48_contr_int_compl	1,000	,947
Q50_contr_int_canal_rec	1,000	,895
Q51_contr_int_canal_rec	1,000	,955
Q52_contr_int_canal_rec	1,000	,901
Q53_contr_int_gest_cont	1,000	,855
Q54_contr_int_gest_cont	1,000	,932
Q56_1_corrup_atitude	1,000	,937
Q56_2_corrup_atitude	1,000	,899
Q56_3_corrup_atitude	1,000	,961
Q56_4_corrup_atitude	1,000	,993
Q56_5_corrup_atitude	1,000	,992
Q56_6_corrup_atitude	1,000	,954
Q56_7_corrup_atitude	1,000	,989
Q56_8_corrup_atitude	1,000	,991
Q56_9_corrup_atitude	1,000	,985
Q65_corrup_nor_subj	1,000	,822
Q66_corrup_nor_subj	1,000	,906
Q67_corrup_nor_subj	1,000	,757
Q68_corrup_comp_perc	1,000	,910
Q69_corrup_comp_perc	1,000	,912
Q70_corrup_comp_perc	1,000	,957
Q36_transp_Nv_atnd	1,000	,889

Q21_acc_obrlegal	1,000	,900
Q24_acc_partic	1,000	,924
Q33_desb_padron	1,000	,898
Q35_transp_Nv_atnd	1,000	,802
Q38_transp_prest_cont	1,000	,906
Q41_transp_gest_result	1,000	,962
Q49_contr_int_compl	1,000	,918
Q55_contr_int_gest_cont	1,000	,811
Q44_contr_int_Audit	1,000	,907
Q6_inst_semi	1,000	,863
Q45_contr_int_Audit	1,000	,805
Q46_contr_int_Audit	1,000	,860

Extraction Method: Principal Component Analysis.

Total Variance Explained

Component	Initial Eigenvalues			Extraction Sums of Squared Loadings			Rotation Sums of Squared Loadings		
	Total	% of Variance	Cumulative %	Total	% of Variance	Cumulative %	Total	% of Variance	Cumulative %
1	16,848	27,619	27,619	16,848	27,619	27,619	9,960	16,327	16,327
2	9,270	15,196	42,816	9,270	15,196	42,816	5,598	9,177	25,505
3	5,116	8,386	51,202	5,116	8,386	51,202	5,398	8,850	34,355
4	3,662	6,004	57,206	3,662	6,004	57,206	4,659	7,637	41,992
5	3,193	5,234	62,440	3,193	5,234	62,440	4,655	7,631	49,623
6	2,877	4,717	67,157	2,877	4,717	67,157	4,273	7,005	56,628
7	2,540	4,165	71,322	2,540	4,165	71,322	3,244	5,318	61,946
8	2,323	3,808	75,130	2,323	3,808	75,130	3,058	5,013	66,959
9	1,834	3,007	78,137	1,834	3,007	78,137	3,054	5,007	71,966
10	1,733	2,840	80,977	1,733	2,840	80,977	2,458	4,029	75,995
11	1,639	2,686	83,663	1,639	2,686	83,663	2,368	3,882	79,877
12	1,461	2,395	86,058	1,461	2,395	86,058	2,273	3,727	83,604
13	1,134	1,858	87,917	1,134	1,858	87,917	2,177	3,568	87,173
14	1,080	1,771	89,688	1,080	1,771	89,688	1,534	2,515	89,688
15	,950	1,557	91,244						
16	,905	1,484	92,728						
17	,727	1,193	93,921						
18	,686	1,125	95,045						
19	,550	,901	95,947						
20	,446	,732	96,678						

21	,396	,650	97,328				
22	,374	,613	97,941				
23	,308	,504	98,446				
24	,278	,456	98,902				
25	,200	,328	99,230				
26	,162	,266	99,495				
27	,110	,181	99,676				
28	,048	,079	99,755				
29	,011	,017	99,772				
30	,010	,016	99,788				
31	,009	,015	99,803				
32	,009	,014	99,817				
33	,008	,013	99,830				
34	,007	,012	99,842				
35	,007	,012	99,853				
36	,007	,011	99,864				
37	,006	,010	99,875				
38	,006	,010	99,885				
39	,006	,009	99,894				
40	,005	,008	99,902				
41	,005	,008	99,910				
42	,005	,008	99,918				
43	,004	,007	99,925				
44	,004	,007	99,932				
45	,004	,006	99,939				
46	,004	,006	99,945				
47	,003	,006	99,950				
48	,003	,005	99,955				
49	,003	,005	99,961				
50	,003	,005	99,965				
51	,003	,005	99,970				
52	,003	,004	99,974				
53	,002	,004	99,978				
54	,002	,004	99,982				
55	,002	,003	99,985				
56	,002	,003	99,988				
57	,002	,003	99,991				
58	,002	,003	99,994				
59	,002	,003	99,997				
60	,001	,002	99,999				
61	,001	,001	100,000				

Extraction Method: Principal Component Analysis.

APÊNDICE E – QUESTIONÁRIO DE PESQUISA APLICADO

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

Este instrumento constitui uma das etapas de trabalho de pesquisa referente a tese de Odirlei Magnagnagno (odirlei@fag.edu.br), sob orientação da Profª Dr. Edimara M. Luciano (eluciano@puhrs.br) do Programa de Pós-graduação em Administração da PUCRS.

Ao responder este questionário você estará contribuindo para o entendimento da **Institucionalização de Sistemas Informatizados de gestão sobre a redução da vulnerabilidade à corrupção.**

O tempo que levará para responder é de cerca de 20 min. Não existem respostas certas ou erradas, o que se busca é a percepção do respondente acerca dos assuntos abordados.

Lembrando que o ESTUDO REFERE-SE AO AMBIENTE DE TRABALHO E VOCÊ DEVE LEVAR EM CONTA SOMENTE O LOCAL ONDE TRABALHA E SEUS COLEGAS DE TRABALHO.

As respostas serão divulgadas sempre de maneira agrupada, impossibilitando a identificação do respondente e do órgão ao qual o respondente trabalha. Os questionários desta pesquisa serão acessados apenas pela equipe de pesquisa.

Conceito relevante para o entendimento de algumas questões:

Sistemas Informatizados de gestão: É um software (programa) para computadores que tem a finalidade de organizar os processos, melhorar o gerenciamento e aperfeiçoar o desempenho das instituições através da automação.

Desde já agradecemos a sua colaboração.
Equipe de pesquisa

Parte I

Responda as questões, assinalando com um X a alternativa que melhor descreve o modo que você e seus colegas percebem que ocorrem **EXCLUSIVAMENTE NO SEU LOCAL DE TRABALHO E COM OS SEUS COLEGAS DE TRABALHO**, utilizando a seguinte escala:

- 1 - DISCORDO TOTALMENTE
- 2 - DISCORDO PARCIALMENTE
- 3 - NÃO CONCORDO E NEM DISCORDO
- 4 - CONCORDO PARCIALMENTE
- 5 - CONCORDO TOTALMENTE

	1	2	3	4	5
1) A utilização de sistema informatizado de gestão é uma regra nessa instituição.					
2) O sistema informatizado de gestão que utilizo é importante para a tomada de decisão.					
3) Os passos para a utilização dos sistemas informatizados de gestão estão documentados.					
4) Todos os meus colegas de trabalho aderem ao sistema informatizado de gestão.					
5) Meus colegas de trabalho são muito responsáveis por suas ações no trabalho.					
6) Os meus colegas de trabalho são responsáveis por todas as suas decisões.					
7) Os meus colegas de trabalho são responsáveis quando fornecem relatórios.					
8) Há sistematicamente uma análise do desempenho do pessoal, considerando realizações, habilidades e comportamentos?					
9) A população consegue ter acesso às informações de prestação de contas.					
10) A minha organização presta contas para cumprimento legal dentro dos prazos.					

11) A minha organização presta contas para ser mais transparente para os potenciais interessados.					
12) Considero descentralizados os processos de trabalho dos meus colegas.					
13) Considero que as tomadas de decisões são descentralizadas.					
14) Se as coisas não saírem como deveriam, eu e meus colegas ouviremos sobre isso do diretor/gerente.					
15) Meus colegas se sentem seguros em tomar decisões, pois têm o apoio de seus superiores.					
16) Quando necessário os meus colegas têm certo tipo de flexibilização em suas tarefas.					
17) Muitos dos meus colegas consideram pouco padronizados as tarefas de trabalho.					
18) A simplificação de muitos processos com alta padronização ajudaria na resolutividade.					
19) Existem procedimentos de tratamento de reclamações internas e externas, documentados.					
20) Quanto às políticas públicas, ocorre a participação da população na criação destas.					
21) Existe algum meio de participação disponível à sociedade.					
22) A minha organização disponibiliza um e-mail, ou alguma forma eletrônica para atendimento da comunidade.					
23) A minha organização disponibiliza informação de fácil compreensão ao cidadão.					
24) Você percebe uma participação do cidadão, principalmente pelas informações disponibilizadas na prestação de contas.					
25) Acredito que seja importante que tenha um modelo escrito de prestação de contas à órgãos fiscalizadores.					
26) Eu acredito que para o cumprimento dos requisitos legais, a informação que disponibilizo é suficiente.					
27) A minha organização tem por prática prestar contas dos recursos (financeiros, físicos e humanos), bem como das práticas realizadas pela organização às partes interessadas e a comunidade em geral.					
28) A minha organização tem como prática realizar o monitoramento das atividades realizadas pelos seus colaboradores e voluntários no atendimento dos objetivos da organização.					
29) Existe um ou mais canais para que outras pessoas façam reclamações.					
30) As reclamações recebidas são analisadas ou repassadas à um setor responsável.					
31) Acredito que seja importante um setor de reclamação, pois ele fortalece o meu local de trabalho, uma vez que pode melhorar os processos.					
32) A minha organização tem por prática implementar sugestões recebidas de beneficiários, partes interessadas e comunidade em geral.					
33) Existe um monitoramento ou acompanhamento em relação às boas práticas, cumprimento de regras e requisitos legais do meu local de trabalho.					
34) Eu acredito que meus colegas considerem importante o monitoramento ou acompanhamento em relação às suas atividades.					
35) Eu acredito que existam controles internos no meu local de trabalho.					
36) Eu acredito que há uma boa gestão por parte dos meus superiores quanto aos controles internos.					
Eu acredito que aceitar ou pedir algum tipo de vantagem indevida é:					
37) Ruim-Bom					
38) Errado-Certo					
39) Tolo-Sábio					
40) Inútil – Útil					
41) Desvantajoso – Vantajoso					
42) Chato – Emocionante					
43) Desagradável – Agradável					
44) Não atraente - Atraente					

45) Insatisfatório - Satisfatório					
46) A maioria das pessoas importantes para mim pensa que posso aceitar ou fazer uma oferta de vantagem indevida a um cliente.					
47) Minha família me apoiaria na decisão de aceitar uma oferta de vantagem indevida ou fazê-la ao cliente.					
48) Meus amigos rejeitam ofertas de vantagem indevidas e também não solicitam para realizar alguma tarefa profissional.					
49) Eu prevejo consequências negativas se algum dos meus colegas aceitarem ou pedirem uma oferta de vantagem indevida.					
50) Meus colegas estão convencidos de que são capazes de realizar uma transação ilícita sem nenhum risco.					
51) Meus colegas avaliam como alta a probabilidade de uma transação ilícita ser mantida em segredo a frente de outras pessoas.					

Parte II – Caracterização Sócio demográfica

1- Qual o seu gênero

Masculino Feminino

2- Qual a sua idade

18 a 25 anos

26 a 35 anos

36 a 45 anos

46 a 55 anos

acima de 56 anos

3- Qual a sua formação?

Não graduado

Graduação

Especialista

Mestrado

Doutorado

4- Em qual cidade/Estado está situado o seu local de trabalho:

_____] Cidade Estado

5- Em qual esfera o seu local de trabalho pertence

Municipal

Estadual

Federal

6- Qual é a sua área de atuação:

_____] Setor _____] Cargo/função atual

7- Tempo de atuação em anos:

órgão atual

Serviço público

APÊNDICE F – RESPONDENTES POR ÁREA E CARGO

Área	Cargo
Administrativo (169)	Administrador (7) Advogado (1) Analista de compras (1) Analista de RH (1) Analista de sistemas (9) Analista financeiro (4) Assistente social (2) Auditor (4) Auxiliar de compras (5) Auxiliar de finanças (19) Auxiliar de fiscalização (2) Auxiliar de RH (3) Auxiliar jurídico (1) Auxiliar administrativo (48) Auxiliar de contas (1) Auxiliar de manutenção (1) Auxiliar de enfermagem (11) Controle de frota (1) Coordenador (9) Diretor (2) Enfermeira (7) Engenheiro (1) Farmacêutico (2) Fiscal (4) Gerente de divisão (4) Motorista (8) Psicólogo (1) Recepcionista (7) Técnico em informática (3)
Assistência à saúde (120)	Agente administrativo (2) Analista administrativo (2) Analista clínico (1) Assistente social (4) Atendente (3) Auditor (1) Auxiliar de farmácia (2) Auxiliar administrativo (4) Auxiliar de enfermagem (35) Auxiliar de saúde (1) Bioquímica (2) Controle de frota (1) Coordenação (3) Dentista (2) Enfermeiro (23) Farmacêutico (6) Fiscal (3) Fisioterapeuta (2) Médico (4) Motorista (6) Psicóloga (2) Recepcionista (5) Regulador em saúde (2) Tec. em saúde bucal (4)
Controle, Avaliação e Auditoria (66)	Analista clínico (2)

Área	Cargo
	Auditor (3) Auxiliar administrativo (6) Auxiliar de enfermagem (13) Auxiliar de saúde (3) Coordenador (1) Dentista (2) Enfermeiro (8) Fiscal (7) Fisioterapeuta (1) Gerente de divisão (1) Motorista (1) Recepcionista (2) Tec. em vigilância sanitária (16)

Fonte: Dados da pesquisa, 2020

APÊNDICE G – EVIDÊNCIAS DAS VULNERABILIDADES À CORRUPÇÃO

Vulnerabilidade	Descrição	Exemplo de Ocorrência	Exemplo de mitigação	Evidência - excertos do trecho " "
Administração pública muito centralizada	Decisões governamentais muitas vezes são demasiadamente centralizadas	O caso dos "sanguessugas", é um exemplo de como atores corruptos podem prosperar em um cenário institucional parcialmente descentralizado	Limitar o poder dos burocratas através da descentralização (Nishijima et al., 2017)	"argues that the latter's creation of separate institutions could potentially reduce the costs for those who are inclined to engage in principled behavior to deviate from the standard corrupt behavior that prevails in society" (Carson & Prado, 2016)
Ausência de <i>accountability</i>	A prestação de contas não é realizada ou não é suficiente	A falta de prestação de contas pode levar o agente público a cometer atos de corrupção	Deve-se identificar quem é responsável por que, perante quem, e quando (Benedicto et al., 2013)	"Uma forma de inibição da corrupção é a garantia do acesso facilitado às informações públicas como forma de aumentar a pressão exercida pelo cidadão e, conseqüentemente, o aumento da transparência e da <i>accountability</i> na gestão pública" (Correia et al., 2015a)
Ausência de transparência efetiva	Pouca informação disponibilizada à sociedade ou quando é disponibilizada pode estar truncada	Se a população não tem acesso à informação, ela não tem argumentos para realizar a cobrança	Disponibilidade de informações claras à população de forma acessível (Galvão, 2016a)	"não basta que a administração torne seus atos públicos. Necessário se faz que as informações sejam disponibilizadas em tempo hábil, como também, compreensíveis aos seus usuários, devendo ser desprezadas as que não agreguem valor para a tomada de decisões" (Mendes et al., 2008)
Baixa confiança nas instituições governamentais	A sociedade não confia em muitas instituições governamentais	A descrença na instituição governamental enfraquece a democracia e abre portas à corrupção	Eliminar os privilégios e a elitização das benesses políticas (Duarte & Souza, 2015)	"No debate que envolve o fortalecimento da democracia é fundamental ter como referência o nível de confiança que a população deposita nas instituições públicas e nos seus dirigentes" (Pereira, 2005).
Baixo nível de educação do brasileiro	A baixa escolaridade do brasileiro pode facilitar o ato corrupto do agente público	Sociedade com maior índice de educação cobra mais do governo	Fortalecer o sistema educacional brasileiro	"No que se refere à educação, fator crítico para a autonomia cognitiva das pessoas, a situação brasileira está longe do que se poderia chamar de alto nível educacional. Infere-se que um cenário com tais características é propício ao clientelismo e à aceitação de lemas do tipo "rouba, mas faz" (Ana Rita Silva Sacramento & Pinho, 2018).

Vulnerabilidade	Descrição	Exemplo de Ocorrência	Exemplo de mitigação	Evidência - excertos do trecho " "
Complexidade do <i>modus operandi</i>	Organizações públicas ou processos são complexos	Burla o sistema uma vez que a possibilidade de ser detectado é pequena	Utilização de meios tecnológicos sofisticados (Rodrigues da Silva, 2017)	“No que tange especificamente à corrupção administrativa organizada, as causas das disfuncionalidades dos instrumentos probatórios tradicionais estão normalmente ligadas a alguns dos seus elementos característicos mais manifestos, quais sejam: Complexidade do <i>modus operandi</i> , identificada” (Rodrigues da Silva, 2017).
<i>Compliance</i> insuficiente ou ausente	Melhorar ou implementar processos de <i>compliance</i> na administração pública	Funcionário de qualquer escalão dentro da organização pública pode cometer ato de corrupção sem um <i>compliance</i>	Criar um <i>compliance</i> e/ou deixar claro as regras à população	“foram identificados três fatores de desperdício passivo estaticamente associados com as irregularidades que ocorreram nos gastos com saúde nos municípios auditados. São elas: Inadequabilidade Administrativa, Fraca Fiscalização e Baixo Nível de <i>Compliance</i> ” (Rodrigues et al., 2018)
Comportamento corrupto do agente público	Agentes públicos corruptos	O agente público pede propina ou desvia verbas	Melhorar a fiscalização, controle e punição dos serviços públicos através de tecnologia	“numa sociedade em que existe histórico de corrupção, as regras para evitar comportamento ilícito tendem a se tornar muito rígidas e terminam afetando a autonomia do gestor público em tomar decisões que melhor beneficiem a sociedade” (Bugarin & Meneguim, 2016)
Compra de votos	Cidadãos brasileiros vendem votos à políticos corruptos	Os prefeitos que cometeram irregularidades têm menos probabilidade de serem reeleitos quando essa informação é divulgada apenas no ano eleitoral (Melo et al., 2009)	Ampla reforma no sistema político (Moraes et al., 2017)	“Na corrupção eleitoral, como em outros arranjos corruptos, todos os envolvidos têm um interesse na troca do voto por benefícios materiais. A parte lesada é a comunidade ou o sistema de representação e a incidência de denúncias é muito baixa” (Speck, 2003)

Vulnerabilidade	Descrição	Exemplo de Ocorrência	Exemplo de mitigação	Evidência - excertos do trecho " "
Cultura de levar vantagem - Jeitinho	Muitos Brasileiros querem sempre levar vantagem em relação aos demais cidadãos	Oferecer uma propina para o funcionário público burlar uma regra	Eliminar a ideia de quem não leva vantagem é um perdedor (Filgueiras, 2009)	"A sensação de mal-estar coletivo com a corrupção cria concepções de senso comum acerca de uma natural desonestidade do brasileiro. Um dos traços característicos do senso comum no Brasil é que o brasileiro típico tem um caráter duvidoso e que, a princípio, não se nega a levar algum tipo de vantagem no âmbito das relações sociais (Filgueiras, 2009)
Desigualdade de Riqueza	A distribuição de riqueza é muito desproporcional no Brasil	A pessoa rica tem mais poder e principalmente exerce o tráfico de influência	Melhorar a distribuição de renda no Brasil	"Because it is worth considering that rampant corruption only emerges in contexts of such stark inequality that it is impossible for those who are located at opposite sides of the chasm of wealth, rights and resources that cleaves society in to haves and have-nots to find shared definitions of need" (Drybread, 2018)
Dificuldade de acesso ao ambiente burocrático	Processos e serviços governamentais são muito burocráticos	Muitas vezes é preciso pagar propina para acelerar ou mesmo fazer um processo tramitar.	Desburocratizar serviços e processos, com auxílio ou não de tecnologia	"a excessiva regulamentação, o excesso de habilitações especiais, a grave burocracia estatal e a alta precariedade de habilitações e alvarás são práticas comuns que estimulam a corrupção" (Reis, 2015)
Discricionabilidade do agente público	O agente público conhece os seus processos	Venda de informações privilegiadas e exceções às reformas econômicas (Manzetti & Blake, 1996)	Realizar uma rotatividade de servidores públicos (Praça et al., 2012)	"Grande parte dos Municípios brasileiros tem recursos humanos pouco qualificados e práticas ruins de gestão que não primam pela competência e pelo controle interno da administração. Desta feita, o aumento do poder discricionário, sem a devida assistência quanto à melhor forma de sua aplicação e sem o controle necessário, tende a gerar corrupção e ineficiência crescentes no governo local" (Sodré & Alves, 2010).
E-GOV ineficaz	Implantação ou execução de Governo Eletrônico ineficaz	Processos mal feitos ou burocráticos e como consequência os cidadãos não utilizam	Reduzir a distância entre governo e cidadãos através da tecnologia (Barcellos, 2015)	"o avanço das TIC no âmbito do estado é um aspecto importante para a modernização da gestão e dos serviços públicos brasileiros. Confere-se, desse modo, à população, maior participação direta na Administração Pública ao

Vulnerabilidade	Descrição	Exemplo de Ocorrência	Exemplo de mitigação	Evidência - excertos do trecho " "
				usar sites ou redes sociais, de maneira a efetivar o governo eletrônico ou e-gov" (Barros & Rodrigues, 2017).
Empoderamento do agente público ou político	Poder delegado a administradores públicos corruptos	Todos os colaboradores ficam dependentes da pessoa que tem o poder	Descentralizar as decisões, através de comitês ou conselhos	"pelo cometimento de infrações não ostensivas, em que o principal agente criminoso e beneficiário da conduta delituosa atua de forma camuflada (autoria mediata, "homem de trás"), dando ordens e delegando funções executórias para outras pessoas de hierarquia inferior dentro de uma estrutura empresarial ou análoga" (Rodrigues da Silva, 2017)
Falta de auditoria governamental	Ausência ou falha de auditorias em processos públicos	Políticos corruptos podem agir para impedir o estabelecimento de agências de auditoria	Modernizar a auditoria através de <i>softwares</i> como: Inteligência Artificial, BI e Big Data	"auditoria governamental influenciam a transparência pública e, por consequência, contribuem no combate à corrupção no Brasil" (Mendes et al., 2008).
Falta de controle da máquina pública	Muitos processos governamentais sem o devido controle	O controle é condição básica para se prevenir de práticas de corrupção	Criar e/ou aperfeiçoar mecanismos sistematizados de controle interno (Galvão, 2016a)	"A corrupção diminuirá à medida que diminuírem as oportunidades que levam a sua ocorrência. Essa afirmativa, embora simplória, tem o condão de indicar o caminho a seguir: criar ferramentas de controle que, preventiva, concomitante e posteriormente, estabeleçam um ambiente hostil às fraudes e à corrupção" (Ramos, 2010)
Falta de efetividade na governança pública	Falha na governança pública	Embora a governança tenha melhorado para trazer mais responsabilidade ao setor público, mas não o suficiente para aumentar a qualidade dos serviços públicos ou a confiança nas organizações públicas (Puppim de Oliveira, 2017)	Implantação de mecanismos de governança no setor público (Rodrigues et al., 2018)	"Leis de Responsabilidade Fiscal (2000) e de Transparência (2012), vem instituindo práticas de governança pública e colocando à disposição do cidadão os instrumentos necessários para que ela possa ser efetivada, inclusive como arma de combate à corrupção" (Linczuk & Oliveira, 2012)

Vulnerabilidade	Descrição	Exemplo de Ocorrência	Exemplo de mitigação	Evidência - excertos do trecho " "
Falta de fiscalização	Agências de fiscalização não são efetivas	Muitas fiscalizações são realizadas de maneira superficial ou são impedidas/protegidas de serem realizadas	Utilizar tecnologia para ajudar na fiscalização mais rápida efetiva, tirando a pessoalidade	“As normas muito ambiciosas — de difícil cumprimento ou de alto custo — dão azo à corrupção, especialmente quando a fiscalização é precária. Impor leis ambiciosas sem considerar a sua fiscalização é fazer da lei letra morta desde o seu nascimento, e, ao mesmo tempo, fomentar a corrupção” (Reis, 2015).
Falta de igualdade perante leis e deveres	As sentenças são determinadas de forma não padronizadas	Rather, the problem is that sanctions are not imposed consistently. This often stems from the judiciary being susceptible to bribery or political influence (Davis, 2012)	Punir e julgar a todos com os mesmos critérios	“Equality before the law’ is an oft-touted but seldom realized ideal. Implicated high-level officials frequently need not appear before the law; resignations or willful blindness ensure that investigations do not move forward and pardons spare officials from humiliating trials. When high officials do receive sentences, they are usually unequal to those suffered by common citizens or lower-ranking public servants” (Michener, Gregory; Pereira, 2016)
Falta de Moral e ética	Muitos <i>stakeholders</i> não consideram a ética ou a moral em processos governamentais	Agente público que não possui empatia	Tentar enraizar a longo prazo a ética e a moral, principalmente na educação infantil	“A prática de desvios de vultosas somas de recursos públicos torna-se operação comum a uma organização. Assim, a falta de princípios éticos, a desonestidade e a insensibilidade diante da miséria e da pobreza que assolam grande parte da sociedade brasileira vai de encontro com o <i>ethos</i> focado em altos padrões de moral e bons costumes que os líderes destas organizações buscam difundir” (D’Souza et al., 2018)
Falta de planejamento	Serviços governamentais não tem o planejamento ideal	Aditivos de contratos em obras superfaturadas	Punir responsáveis por erros de projetos, principalmente em obras públicas	“A falta de planejamento também destaca a necessidade de realizar mais investimentos para modificar o que foi inicialmente previsto [...] na tentativa de burlar algumas leis. Por intervenção da Procuradoria-Geral do Estado há o intuito de coibir a tentativa de contratar sem licitação, fato que é legal no Brasil, desde que se utilize a desculpa de que o evento

Vulnerabilidade	Descrição	Exemplo de Ocorrência	Exemplo de mitigação	Evidência - excertos do trecho " "
				está se aproximando (licitação por urgência), facilitando, assim, o aumento estrondoso nos valores de serviços e o posterior desvio de verbas” (Fressa et al., 2014)
Falta ou má aplicação de leis	Leis insuficientes ou mal elaboradas	As brechas na legislação encorajam os corruptos	Revisar as leis atuais acerca da corrupção. Principalmente em relação a normas muito ambiciosas, de difícil cumprimento ou de alto custo (Reis, 2015)	“note that Brazilian law does not adopt corporate criminal liability for corruption related offences. The liability of companies for such offences arises in the civil and administrative law spheres” (Kurakin & Sukhareno, 2018)
Financiamento de campanha política	Empresas e indivíduos financiam campanha política aguardando retorno futuro	Empresas contribuem para as campanhas de candidatos esperando algo em troca, por exemplo: contratos do governo	Acabar e ou/regular o financiamento de campanha.	“ Os dois principais eventos de corrupção no Brasil ao longo do período, “Mensalão” e “Petrolão”, foram considerados nesta pesquisa como crimes de fraude/desfalque/roubo ao patrimônio de organizações públicas. Ainda que o objeto das duas operações tenha sido predominantemente voltado para o financiamento ilícito de partido político e, portanto, relacionado com contribuições políticas impróprias, o delito tem no crime de fraude/desfalque/roubo sua ação inicial, geradora de um objetivo posterior” (Gehrke et al., 2017)
Gestão da máquina pública fraca	Falta de aperfeiçoamento da máquina pública em seus processos e serviços	A falta de <i>compliance</i> , prestação de contas e transparência abre brechas à corrupção	Efetivar o E-gov através de TIC (Barros & Rodrigues, 2017), rastreamento sofisticado de ativos e uso de <i>software</i> para tratamento de grandes quantidades de dados financeiros (Tourinho,	“o combate à corrupção também depende de melhoria na gestão, e não só em áreas dedicadas a prevenir fraudes e problemas de gestão, como controle interno” (Olivieri et al., 2018)

Vulnerabilidade	Descrição	Exemplo de Ocorrência	Exemplo de mitigação	Evidência - excertos do trecho " "
			2018)	
Impunidade ou punição mais severa	Muitas ações corruptas são impunes	Muitas vezes o crime prescreve ou não chega a ser investigado	Agilizar o os processos administrativos e jurídicos	“nossos resultados mostram que o sistema judicial brasileiro é altamente ineficaz no combate à corrupção, sendo a probabilidade de ser punido menor do que 5%” (Alencar & Gico Jr., 2011)
Indicações de cargos políticos ou tráfico de influência	Indicações de cargos públicos de confiança por políticos	Executivos da estatal petrolífera Petrobras eram nomeados políticos que viam como seu principal trabalho a cobrança de taxas ilegais de empreiteiros do setor privado que procuravam fazer negócios com o estado (Mello & Spektor, 2018)	Vedações de indicações políticas para cargos administrativos (Nakamura, 2018)	“ The ministers of the government are appointed by the government, and the ruling coalition is either aided by assistants or the civil service corps. The fact that the ministers and heads of all agencies are appointed by the ruling government has made the system quite impervious to anti-corruption fighters” (Castro & Ansari, 2017)
Negação da corrupção	Os agentes públicos corruptos acreditam que não estejam cometendo um ato corrupto	Muitas vezes pelo fato de tornar-se comum o ato, o agente público acredita que não esteja cometendo um ato corrupto. Usar o carro governamental para fins particulares é um exemplo.	Fazer ser cumprir a lei determinada	“In northeastern Brazil, a small number of political families have ruthlessly clung to power for centuries. Members of these seigniorial clans have grown accustomed to the benefits of public office and, therefore, do not recognize how the economically and politically corrupt acts they have practiced during their careers might be construed as illegal” (Drybread, 2018)
Participação efetiva da sociedade	Se a sociedade não participar efetivamente da administração pública, poderá haver corrupção	Gastos governamentais exorbitantes que passam despercebido pela sociedade	Tornar a participação uma prática efetiva na gestão pública brasileira (Santin & Pandolfo, 2017)	“A corrupção é importante para entender o desengajamento do “cidadão” em atividades da esfera pública, relacionadas ao ativismo político. A percepção e a vivência com atos de corrupção ao longo do tempo potencializam a conformação e a consequente imersão do cidadão em atos corruptos” (Bonifácio & Ribeiro, 2016)
Políticos corruptos	Políticos propensos a	Criação de medida provisória	Punição mais severa a	“Considerando que nossos resultados mostram que os

Vulnerabilidade	Descrição	Exemplo de Ocorrência	Exemplo de mitigação	Evidência - excertos do trecho " "
	cometer atos de corrupção em sua gestão	para beneficiar financiadores de sua campanha	políticos corruptos	internautas brasileiros associam mais fortemente a corrupção como relacionada aos políticos do que relacionada aos empresários, podemos supor que dentro do período elencado a consolidação do político, como imagem mais associada à corrupção” (Moraes, 2018)
Sentimento de corrupção generalizada	A população acredita que não existe mais solução para a corrupção	O cidadão pode pensar que ele também pode praticar atos de corrupção, uma vez que todos cometem	Realizar uma gestão transparente e com participação efetiva da sociedade	“the generalised perception in Brazil that the country is drowning in a nuir de lama (sea of mud)—that corruption has become so deep and widespread that it jeopardises Brazil’s chances of economic and social development. This feeling is exacerbated by the sense of bitterness and betrayal felt toward CoUor, who ran for office on a clean government platform” (Geddes & Neto, 1992)
Tamanho do Estado	O tamanho da máquina pública deixa toda a administração vulnerável	Devido ao tamanho de algumas máquinas públicas alguns processos tramitam por muitas pessoas	Descentralizar as decisões e controlar os processos	“No doubt, demand for corruption is derived by the degree of need for having public services or services provided by the government and it is true that volume of peoples’ demand for public services is directly proportional to the size of the government. So demand for corruption is likely to be reduced in a country with small government as competitions in the big market do not provide any space for bribes” (Ray & Das, 2015)
Tolerância com as condutas erradas dos políticos	Mesmos que o político cometa ato de corrupção a população não o condena, pois, ele exerce uma boa administração pública	Caso conhecido e assumido do Paulo Maluf em atos de corrupção	Não tolerar a corrupção e punir com rigor	“a ideia do “rouba, mas faz”, que significa concordância com a conduta de políticos que incorrem em atos de corrupção, mas que realizam um governo entendido como satisfatório” (Bonifácio, 2013)

Fonte: Elaborado pelo autor com base na RSL, 2020



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Graduação
Av. Ipiranga, 6681 - Prédio 1 - 3º. andar
Porto Alegre - RS - Brasil
Fone: (51) 3320-3500 - Fax: (51) 3339-1564
E-mail: prograd@pucrs.br
Site: www.pucrs.br